



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

KAMILO LEONARDO PANTOJA DAMASCENO

**INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E VIOLÊNCIA URBANA EM BELÉM: A
EXPERIÊNCIA DO PROJETO ORLA NO BAIRRO DO JURUNAS**

**BELÉM – PA
2018**

KAMILO LEONARDO PANTOJA DAMASCENO

**INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E VIOLÊNCIA URBANA EM BELÉM: A
EXPERIÊNCIA DO PROJETO ORLA NO BAIRRO DO JURUNAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará – UFPA, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz.

Coorientador: Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto.

BELÉM – PA
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

FICHA CATALOGRÁFICA

DAMASCENO, Kamilo Leonardo Pantoja.

INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E VIOLÊNCIA URBANA EM BELÉM: A Experiência do Projeto Orla no Bairro do Jurunas, Kamilo Leonardo Pantoja Damasceno. Belém/PA, UFPA, 2018.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz.

Coorientador: Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: Kamilo Leonardo Pantoja Damasceno.

Título: INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E VIOLÊNCIA URBANA EM BELÉM: A Experiência do Projeto Orla no Bairro do Jurunas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em: 18 de Maio de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz.

Instituição: Universidade Federal do Pará - UFPA Assinatura: _____

Coorientador: Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto.

Instituição: Universidade do Estado do Pará - UEPA Assinatura: _____

Examinador Interno Prof.^a Dra. Roselene de Sousa Portela

Instituição: Universidade Federal do Pará - UFPA Assinatura: _____

Examinador Externo Prof.^a Dra. Isabel Cristina da Costa Cardoso

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ Assinatura: _____

RESUMO

Este trabalho foi realizado com intuito de compreendermos a questão da violência no contexto do programa de intervenção urbanística no bairro do Jurunas. Desde 2006 que a prefeitura de Belém realiza nesse bairro o Projeto Orla, elemento constituinte de uma intervenção mais ampla de macrodrenagem na bacia hidrográfica da Estrada Nova, denominada Portal da Amazônia, atingindo os moradores de cinco bairros. A partir da temática apresentada, nossos objetivos foram: Compreender como a violência se manifesta na área circunscrita ao projeto Orla; Identificar as características dessa violência; Verificar a percepção dos moradores em relação aos efeitos do projeto e o fenômeno da violência na área atingida; Identificar como lidam com esse fenômeno; e Verificar como é realizada a atuação dos agentes de Segurança Pública nas áreas. Para alcançarmos nossos objetivos, recorremos ao método do materialismo histórico-dialético como perspectiva de realizar uma análise crítica dos processos decorrentes da intervenção urbanística e a intensificação da violência na área afetada pelo projeto, o que pode ser possibilitado pelo método dialético; apreender as particularidades capazes de elucidar o fenômeno em sua essência e totalidade. Assim, elegeu-se a pesquisa qualitativa e seus instrumentos como caminho metodológico de forma a operacionalizar o método. Cita-se a seleção de bibliografia e seu estudo; a análise documental sobre o Projeto Orla; a entrevista semiestruturada com 42 famílias moradoras das Vilas as vilas: Vila Passarinho, Vila Valério, Vila Santos, Vila Gigi e Vila Maria Izabel, atingidas pelo projeto Orla. A pesquisa revela que para os moradores a violência urbana é materializada pelas ações de crimes, tais como: assaltos, tráfico de drogas e os roubos corriqueiros que acontecem na Orla. Evidenciou-se ainda que nos últimos anos os moradores enfrentam o fenômeno novo da violência produzida por organizações de “milicianos”. Fica evidente que os problemas gerados pelas ações de infraestrutura urbana são apreendidos como natural e sem relação com a questão da violência vivenciada no cotidiano. No caso em análise, constata-se que os moradores não articulam a questão da violência, seu aumento e diversificação à ausência de políticas públicas no bairro do Jurunas. Portanto, a temática da violência urbana no bairro do Jurunas nos leva a vaticinar que no caso do Projeto Orla a violência urbana e a vivência da mesma pelos moradores das áreas circunscritas ao projeto tem sido naturalizada, haja vista o domínio da vida cotidiana pelas organizações criminosas. Além disso, o Estado é visto como ausente nessa região a partir da não efetivação de políticas públicas, o que significa também uma forma de violência a qual denominamos “violência invisível”, e essa omissão deixa os que de fato precisam das ações estatais cada vez mais vulneráveis e propensos a ingressar na criminalidade.

Palavras-Chave: Violência. Urbanização. Belém. Projeto Orla.

ABSTRACT

This work was carried out in order to understand the issue of violence in the context of the urban intervention program in the neighborhood of Jurunas. Since 2006, the city of Belém has been holding the Orla Project, a constituent element of a broader macro-drilling intervention in the Estrada Nova water catchment area, called the Portal da Amazônia, reaching residents of five neighborhoods. From the thematic presented, our objectives were: To understand how the violence manifests itself in the area circumscribed to the Orla project; Identify the characteristics of this violence; To verify the perception of the residents regarding the effects of the project and the phenomenon of violence in the affected area; Identify how they deal with this phenomenon; and Verify how the Public Security agents act in the areas. In order to achieve our objectives, we use the method of historical-dialectical materialism as a perspective to carry out a critical analysis of the processes resulting from urban intervention and the intensification of violence in the area affected by the project, which can be made possible by the dialectical method; to apprehend the particularities capable of elucidating the phenomenon in its essence and totality. Thus, the qualitative research and its instruments were chosen as a methodological path in order to operationalize the method. The selection of bibliography and its study is cited; the documentary analysis of the Orla Project; the semi-structured interview with 42 families living in the villages: Vila Passarinho, Vila Valério, Vila Santos, Vila Gigi and Vila Maria Izabel, affected by the Orla project. The research reveals that for the residents, urban violence is materialized by the actions of crimes, such as robberies, drug trafficking and the common robberies that take place in Orla. It has also been shown that in the last years the residents face the new phenomenon of violence produced by "militia" organizations. It is evident that the problems generated by urban infrastructure actions are perceived as natural and unrelated to the issue of violence experienced in everyday life. In the case in analysis, it is verified that the residents do not articulate the issue of violence, its increase and diversification to the absence of public policies in the neighborhood of Jurunas. Therefore, the issue of urban violence in the neighborhood of Jurunas leads us to predict that in the case of the Orla Project urban violence and the experience of the same by residents of the areas circumscribed to the project has been naturalized, given the dominance of daily life by criminal organizations. In addition, the state is seen as absent in this region from the failure to implement public policies, which also means a form of violence which we call "invisible violence," and this omission leaves those who in fact need state action every time more vulnerable and prone to crime.

Keywords: Violence. Urbanization. Bethlehem. Orla Project

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa da Localização do Projeto Orla.....	23
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Famílias Entrevistadas	25
Quadro 2 – Ex-moradores da vila	25
Quadro 3 – Agentes de Segurança Pública Entrevistados	26
Quadro 4 – Brasil: Proporção de Óbitos causados por homicídios (2016).....	49
Quadro 5 - Taxas de homicídios de negros por 100 mil, por UF (2006 a 2016).....	55
Quadro 6 - Taxas de homicídios de Não negros por 100 mil, por UF (2006 a 2016).....	55
Quadro 7 - Número de homicídio de Mulheres por UF (2006 a 2016).....	57
Quadro 8 – Registro de Boletins de Ocorrência registrados pelo SISP no ano de 2016....	80
Quadro 9 – Bairros com maiores índices de homicídios em Belém no ano de 2008	85
Quadro 10 – Homicídios da população jovem em Belém nos anos 2009-2011.....	85
Quadro 11 – Crimes violentos na RMB do Pará nos anos 2010-2012	86
Quadro 12 – Mortes violentas em Belém nos anos 2015 e 2016	88

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1-	Vilas próximas ao Projeto Orla, local da pesquisa.....	24
Fotografia 2	– Entrada das Vila Passarinho e Valério, próximo ao Portal da Amazônia .	102
Fotografia 3	– Bueiros e valas a céu aberto, entrada Vila Passarinho e Valério	103
Fotografia 4	– Área na qual seriam construídos os conjuntos habitacionais no Portal da Amazônia	103
Fotografia 5	– Área na qual seria construído o Posto de Saúde	104
Fotografia 6	– Placa na Rua Osvaldo de Caldas Brito indica a construção de um posto de saúde	105
Fotografia 7	– Praça localizada na Rua Osvaldo de Caldas Brito	106
Fotografia 8	– Aluguéis de brinquedos no Portal da Amazônia, área do Jurunas	107
Fotografia 9	– Residências na Rua do Projeto Portal da Amazônia entre a Rua dos Tamoiós e Rua dos Mundurucus	111
Fotografia 10	– Rua do Projeto Portal da Amazônia.....	111
Fotografia 11	– Residência na Vila Passarinho	113
Fotografia 12	– Residência na Vila Passarinho	114
Fotografia 13	– Pichação informando a proibição de assaltos	126
Fotografia 14	– Pichação informando a presença de C.V na localidade	126
Fotografia 15	– Portal da Amazônia, Rua Osvaldo de Caldas Brito até a Rua dos Mundurucus	134
Fotografia 16	– Portal da Amazônia, Rua Osvaldo de Caldas Brito até a Rua Veiga Cabral	135
Fotografia 17	– Quiosque localizado no meio do Portal da Amazônia	136
Fotografia 18	– PM’s reunindo e decidindo os locais que iriam realizar as rondas	136
Fotografia 19	– Vendedores ambulantes da Orla	150
Fotografia 20	– PM Box da Rua Osvaldo de Caldas Brito desativado	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Você se sente seguro na localidade?	116
Gráfico 2 – Foi vítima de violência? Não? Não foi, mas conhece alguém que foi vítima?	120
Gráfico 3 – Você tem medo de andar em algum lugar dessa área?	132
Gráfico 4 – Conhece algum programa ou projeto de prevenção à violência na área?	140
Gráfico 5 – Com a instalação do Projeto Portal da Amazônia, a questão da violência no bairro diminuiu ou aumentou?	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Homicídios no Pará (2000-2010)	79
Tabela 2 – Registros de óbitos por arma de fogo em Belém: anos 2000-2010	79

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 METODOLOGIA.....	16
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	18
2 URBANIZAÇÃO DESIGUAL E O PROCESSO DE DESACADEMANETO DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA URBANA.....	27
2.1 O PROCESSO ESTRUTURAL DA VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL	32
2.2 DO BRASIL AGRÁRIO AO BRASIL URBANO: A CONSTRUÇÃO DO URBANO NO BRASIL	41
2.3 URBANIZAÇÃO PERVERSA E VIOLÊNCIA URBANA COMO REFLEXOS DA METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA	45
3 O DESENVOLVIMENTO DA URBANIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA URBANA EM BELÉM	60
3.1 AS CIDADES DA AMAZÔNIA: DA COLÔNIA À BORRACHA	60
3.2 A METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E A PRODUÇÃO DO URBANO NA METRÓPOLE DE BELÉM	66
3.3 BREVE PANORAMA DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE BELÉM	78
4 VIOLÊNCIA URBANA NO BAIRRO DO JURUNAS: AS ÁREAS CIRCUNSCRITAS AO PROJETO ORLA	91
4.1 A PERIFERIA E O BAIRRO DO JURUNAS: RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO DO BAIRRO	91
4.2 PLANEJAMENTO URBANO PARA QUEM?	99
4.3 O PROJETO ORLA COMO ELEMENTO SEGREGADOR DO TECIDO URBANO	109
5 A VIOLÊNCIA URBANA NO PROJETO ORLA E NAS ÁREAS CIRCUNSCRITAS	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	189
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO ...	190

1 INTRODUÇÃO

A temática da violência urbana é um objeto de pesquisa que nos chama atenção desde nossa inserção na área da Segurança Pública no Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA), culminando no trabalho de monografia de conclusão do Curso, defendida em 2013, sob o título: “*O Serviço Social na área da Segurança Pública: Uma visão sobre o trabalho em Seccionais e Delegacias Especializadas em Belém/PA-2013*”; posteriormente em Pós-Graduação em Políticas Públicas, defendida no ano de 2017, também na mesma instituição, porém com um novo objeto de pesquisa, cujo título fora: “*Violência Contra a Mulher Idosa no Âmbito Familiar*”.

Porém, após a conclusão do curso de Pós-Graduação e com um longo período de leituras e observações empíricas, notamos a crescente da violência em Belém, não somente aqui, mas em várias regiões do País. Violência essa que se caracteriza de diferentes formas e modos, e praticada de vários meios e por diferentes indivíduos, independentes de idade, sexo, cor, etc., enfim, o aumento da violência juntamente com a sensação de perigo e a insegurança na cidade, nos fez enfatizarmos e pesquisarmos sobre esse “novo” fenômeno que está em nossa sociedade explícito e é compreendida algumas vezes como algo natural, a violência urbana.

Nosso estudo “Intervenção Urbanística e Violência Urbana em Belém: A Experiência do Projeto Orla no Bairro do Jurunas” exigiu uma construção empírica bastante detalhada acerca do que é a violência urbana, pelo fato de que nossa compreensão em momentos anteriores sobre o tema pesquisado era bastante reduzida, e percebemos que sobre o assunto caberia uma pesquisa minuciosa sobre essa violência que todos os dias estamos sendo vítimas. Contudo, a escolha pelo tema se deu devido à violência ser um fenômeno que atualmente estamos vendo cotidianamente acontecer nas ruas ou até mesmo dentro de residências com terceiros, e também assistimos diariamente pela mídia que a banaliza, sendo apenas como aquela violência praticada contra a pessoa através dos atos de roubo, assaltos, assassinatos, etc., porém, esquece-se de colocar como violência as não efetivações e práticas de políticas públicas como uma violência praticada pelo Estado, e diante desta perspectiva a pesquisa foi aprofundada com intuito de trazer à tona informações, e mostrar, tanto para a sociedade, como para a academia, a importância da temática e que esta deve ser tratada de modo específico por meio de políticas públicas e sociais que possam estar subsidiando a quem sofre constantemente com esse fenômeno.

A partir da pesquisa, podemos ressaltar que a violência urbana na área do Projeto Orla é um fenômeno que acontece desde a origem do bairro do Jurunas, mas atualmente se intensificou a partir da inserção do Projeto na área, ou seja, o processo de violência é histórico, não somente nessa localidade, mas em todo o bairro onde se encontra o Projeto instalado, pois nessa região os métodos de desenvolvimento e construção da localidade se deram de forma violenta, como veremos posteriormente, pelo fato da área ter sido criada sem meios estruturais adequados que subsidiassem uma habitação digna aos seus novos e futuros residentes.

Entretanto, é importante salientar que houve alguns pressupostos que deixaram a localidade do Projeto Orla propícia a rotina de violência, ou seja, uma violência urbana, aquela que não é apenas praticada entre os sujeitos, como a violência física por exemplo, e sim a violência que existe e a denominamos de “violência invisível”, pois compreendemos que essa é considerada e vista como correta, ou ação normal pela sociedade, ou seja, em outros termos, essa violência invisível seriam as ações cometidas pelo Estado que passam a prejudicar uma parcela da população, uma cidade, um Estado, ou até mesmo o país em nome de um desenvolvimento social, o qual, de fato, não ocorrerá, ou se acontecer será a partir de muitas lutas sociais para que essa parcela da sociedade prejudicada possa ter seus direitos garantidos, com isso há disputas entre a Sociedade e o Estado, em busca da garantia de seus direitos, como: moradia digna, saúde de qualidade, projetos sociais desenvolvidos aos jovens, crianças e adolescentes, segurança pública adequada, etc. Situando-nos sobre a violência invisível, essa não afeta somente aos primeiros sujeitos a quem o Estado declarou “ajudar”, e sim as gerações futuras de uma família, ou famílias, as quais não sabem de fato seus respectivos futuros devido os danos lesivos causados pelos mesmos.

Contudo, para desenvolvermos profundamente uma pesquisa sobre a violência urbana no Projeto Orla, alguns motivos nos levaram a detalhar a temática, além do fato de sempre nos interrogarmos com intuito de queremos sabermos: “como a violência se manifesta na localidade?”; “quais as características dessa violência?”; “qual a percepção dos moradores diante da violência e como eles lidam com esse fenômeno?”; e “como é realizada a atuação dos agentes de Segurança Pública nessa região?”.

Estes foram alguns pontos que nos levaram a dar importância à temática, além do fato de sabermos que a violência urbana é um fenômeno que atualmente vem se destacando em nossa sociedade, e não há medidas sociais mais concretas tomadas por parte do Estado para reduzi-la, o que comumente vemos são ações de repreensão por parte das polícias para com aqueles que cometem violência, e em contrapartida não vemos o investimento em políticas

sociais focalizadas nas comunidades carentes que estão mais vulneráveis ao envolvimento na criminalidade.

Para apresentar nosso estudo, destacaremos os capítulos e seus subtópicos elaborados para o desenvolvimento deste trabalho, no entanto, iniciamos com o Capítulo 2 intitulado “Urbanização Desigual e o Fenômeno da Violência”; seus subtópicos são: “2.1 O processo de Urbanização Latino-Americana”; “2.2 Do Brasil Agrário ao Brasil Urbano: A Construção do Urbano no Brasil”; “2.3 Urbanização perversa e Violência Urbana como reflexos da Metropolização Brasileira”. Nesse capítulo abordamos de forma breve como se realizou o processo de urbanização e os fatores que levaram esse a se desenvolver de modo desigual e de forma violenta na Europa, na América Latina e no Brasil.

O capítulo 3 cujo título é “O Desenvolvimento da urbanização e a Violência urbana em Belém” se desenvolve em três subtópicos: “3.1 As Cidades da Amazônia: da colônia à borracha”; “3.2 A Metropolização de Belém no Contexto da Integração Nacional e a Produção do Urbano na Metrôpole de Belém”; “3.3 Breve Panorama da Violência na Cidade de Belém”. Enfatizamos nesse capítulo o processo e desenvolvimento das cidades na Amazônia do período colonial à borracha, e o processo de desenvolvimento da cidade de Belém e Região Metropolitana – RMB, além de realizarmos um sucinto panorama da violência no estado do Pará e de algumas modalidades de violência em Belém, que temos como início a partir do século XXI, anos 2000-2016.

O capítulo 4, sob o título “Violência Urbana No Bairro Do Jurunas: As Áreas Circunscritas Ao Projeto Orla”, se desenvolveu nos seguintes subtópicos: “4.1 A Periferia e o Bairro do Jurunas: resistência e ocupação do bairro”; “4.2 Planejamento urbano para quem?”; “4.3 O Projeto Portal da Amazônia como elemento Segregador do Tecido Urbano”. Nesse capítulo, nosso foco é o desenvolvimento do bairro do Jurunas, sua fundação até a chegada do Projeto Orla, e como esse passa a fazer com que se desenvolva uma divisão nesse espaço, discutimos brevemente sobre as áreas que são afetadas pela intervenção do Portal da Amazônia e as consequências desse como elemento fragmentador do espaço urbano.

No capítulo 5, “Violência Urbana no Projeto Orla”, trazemos para discussão o bairro do Jurunas atualmente e o processo violento que se acentuou nessa área a partir da chegada desse Projeto.

1.1 METODOLOGIA

Pesquisar o tema da violência no âmbito das cidades não se constitui tarefa simples, pois para compreendermos a temática foi necessário adentrar em situações, aspectos e territorialidades não permitidas publicamente, então tivemos de localizar o lugar desse fenômeno enquanto processo produzido socialmente.

Nessa pesquisa para efeito de elaboração da dissertação de mestrado, cujo espaço se constitui limitado, nos propomos a utilizar um método que de fato nos auxiliou a fazer o recorte da questão histórica, teórica e empírica como parte de uma totalidade fenomênica, no caso a violência no bairro do Jurunas, localizado em Belém do Pará, cidade da Região Norte do Brasil.

Essa pesquisa discute a violência urbana no contexto do Projeto Orla no bairro do Jurunas em Belém do Pará, nosso enfoque será no discurso dos moradores da área. A pesquisa consiste na elaboração da dissertação de mestrado cujo título é “Intervenção Urbanística e Violência Urbana em Belém: A Experiência do Projeto Orla no Bairro do Jurunas”, a qual foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS).

Nesse sentido, para elaboração da dissertação utilizamos o método do materialismo histórico-dialético, pois este foi o mais apropriado para essa incursão, uma vez que passamos a conhecer o fenômeno nas várias formas em que se apresenta, em seguida conseguimos desnudá-lo a partir de suas partes e determinações econômicas, sociais e culturais, o que nos possibilitou compreender como os moradores do bairro do Jurunas, especialmente que residem próximos ao Projeto Orla, convivem com a questão da violência urbana a partir da chegada e instalação do projeto, e como a enfrentam.

O método materialista histórico-dialético foi elaborado por Marx no século XIX com o intuito de analisar e evidenciar os elementos determinantes da sociedade capitalista em formação. Desde então esse método tem sido muito utilizado pelas ciências ditas “humanas” para analisar fenômenos sociais decorrentes da sociedade capitalista, da sociedade dividida em classes sociais, provocadora de processos de desigualdade e exclusão social.

Netto (2011) ressalta que o método resulta de uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do materialismo dialético e sua especificação da sociedade com o materialismo histórico. Para o autor, o método elaborado por Marx não resulta de operações repentinas, de instituições geniais ou de inspirações iluminadas, esse é o produto de uma longa elaboração teórico-científica. Marx e Engels (2007) elucidam suas análises e partem de

pressupostos reais, ou seja, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam, de homens pensados; parte-se dos homens em seu processo de vida real (NETTO, 2011, p. 28).

Marx (1989) destaca em sua teoria social, como aspecto e característica, o traço peculiar histórico-ontológico, esse modelo do real o qual se instaura como reprodução ideal do movimento real do próprio ser social, e se instaura como reconstrução, no grau da razão, do modo de ser do ser social. Esta teoria articula-se com a perspectiva de totalidade, ou seja, a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que possuem uma estrutura de totalidade – de maior ou menor complexidade (NETTO, 1989).

Então será utilizado o método dialético para realizarmos a pesquisa, pois este mostra a realidade como contraditória e heterogênea, e se tratando da temática violência urbana, esta será abordada no contexto de uma sociedade urbana a qual tem sua ideologia dominada pelo modo de produção burguês, conforme Ianni (1986):

[...] A realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória. Representam diversas facetas, diversas peculiaridades. Revelam-se sobre diferentes partes. E, a reflexão deve observar, deve examinar essa realidade, o fato, o acontecimento que está em questão e, tratar de buscar a compreensão global, que implique em compreender o fato como um todo que seja vivo, não como um todo que está dissecado numa anatomia, numa fotografia, numa sincronia. (IANNI, 1986, p. 1).

Assim, para Netto (2011), o método construído por Marx não incide em um conjunto de princípios formais aplicados a um elemento que foi recorte para uma determinada verificação, nem tão pouco um conjunto de regras que o pesquisador escolhe conforme sua pretensão para lançar seu objeto de investigação.

Entretanto, nossa pesquisa é realizada a partir de categorias gerais, como “urbanização” e “violência”, e da categoria particular “violência urbana”; e para desenvolvermos a pesquisa sobre o fenômeno da violência no Projeto Orla, no bairro do Jurunas, conseguimos identificar e descrever como a coisa em si se revela naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde, compreendendo-o de modo que conseguimos atingir sua essência (KOSIK, 1976).

Entendemos que a violência urbana é manifestada de diversas formas e vários modos, pois com a intervenção urbanística do Projeto Orla muitos cidadãos e cidadãs de direito foram violentados, pois esses perderam seu direito de morar, com a retirada de suas residências da localidade, não somente isso, mas também, as consequências que restaram para quem ficou,

como a danificação estrutural de suas casas, pelo fato da casa não resistir às chegadas das máquinas pesadas na região, o que conseqüentemente afetou o solo e muitas residências foram também afetadas, enfim, esses são alguns exemplos da violência urbana causada pelos órgãos gestores, Município e Estado, com a chegada do projeto urbanístico.

Então, para a realização de uma apreensão do objeto, o fenômeno da violência urbana, compreendemos que de fato esse fenômeno vai para além das ações que estamos acostumados a presenciar e a ver através dos meios de comunicação, a qual referimos como: a violência física, assaltos, roubos, assassinatos, etc., ou seja, o objeto estudado, na área a qual nos propomos pesquisar, se metamorfoseia de diversas formas e maneiras, pois a localidade é bastante contraditória, e ao vermos que no espaço que se encontra entre a Rua Osvaldo de Caldas Brito e a Rua Bernardo Sayão, localizado atrás do Projeto Orla, as Vilas: Vila Passarinho, Vila Valério, Vila Santos, Vila Gigi e Vila Maria Izabel sofrem as conseqüências com a chegada do projeto urbanístico, e para chegarmos à realidade na sua forma concreta foi preciso realizarmos visitas *in loco*, as quais nos deram a possibilidade para apreendermos que o fenômeno abordado não apresenta de forma aberta suas determinações, escondendo-as, desvelando o caráter imediato do concreto de suas objetivações.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Entendemos que o método é comumente considerado como um conjunto de meios para chegar a um fim, conjunto de meios pode ser traduzido por um conjunto de técnicas e procedimentos privilegiados na realização de atividades e tarefas a serem desempenhadas (SOUZA, 1982). Podemos considerar ainda, que o método de pesquisar “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (LAKATOS, 2003, p. 83).

Para Souza (1982), o método é utilizado por meio de explicações da ciência que pode ser deixado em segundo plano, pois este é tido como um instrumento no qual se percebe a separação da teoria com prática:

[...] percebe-se nessa concepção, a separação ciência/técnica. O método, identificado com um conjunto de técnicas, deixa em segundo plano as explicações científicas da realidade sobre a qual desenvolve seus procedimentos, considerando as dispensáveis. Sobre essa realidade, no entanto, existe um saber, e é com base nela que o método age [...]. (SOUZA, 1982, p. 79).

Metodologia pode ser definida como um estudo analítico e crítico dos métodos de investigação e de prova, assim como uma reflexão sobre a atividade científica que está sendo desenvolvida para obter, em determinado momento, um retrato dessa atividade (CAMPENHOUDT; QUIVY, 1992). Seu objetivo é classificar a investigação, de forma a controlar os elementos, visando aumentar a probabilidade de aproximação entre realidade e interpretação.

Assim, visando um processo de aproximação com o fenômeno selecionado para investigação, a pesquisa em curso foi realizada com recursos técnicos da pesquisa qualitativa. Para delimitarmos a pesquisa, nossas problemáticas e objetivos foram respectivamente: De que forma se manifesta a violência urbana no Bairro do Jurunas, mais especificamente na área do Projeto Orla? Quais as características da violência urbana no bairro? Como os moradores percebem a violência e quais as medidas por eles tomadas? Como a política de Segurança Pública age na área do Projeto Orla?

Sendo assim, as perguntas problematizadoras foram responsáveis em nos direcionar e nos levar aos caminhos os quais procurávamos respostas para compreendermos o fenômeno da violência urbana sofrida nas áreas circunscritas ao Projeto Portal da Amazônia, ou seja, essas nos instigaram e nos encaminharam para o modo, de como seria possível respondê-las. Para isso nossos objetivos passaram a ser o foco principal, sendo esses:

- 1) Compreender como a violência se manifesta;
- 2) Identificar as características dessa violência;
- 3) Verificar a percepção dos moradores diante da violência e como eles lidam com esse fenômeno; e
- 4) Verificar como é realizada a atuação dos agentes de Segurança Pública na região.

Para respondermos os objetivos propostos, podemos enfatizar que esses foram realizados e concretizados por meio das respostas abaixo e que posteriormente explicaremos mais a fundo:

a) Maior enfoque na interpretação do objeto, pois como relatamos acima, a violência urbana é travestida de diversas formas e meios os quais muitas vezes não conseguimos enxergar, e nos encontramos vulneráveis quando temos nossos direitos violados e não sabemos para quem recorrer, ou até mesmo quando recorremos para os órgãos competentes e cabíveis, muitas vezes esses acabam manipulando e desarticulando as bases mais fracas da sociedade, desmobilizando-as para buscarem esses direitos;

b) A relevância no contexto do objeto pesquisado se dá devido ao aumento da violência no estado do Pará, em especial Belém, e por estarmos tratando de uma localidade considerada periferia, “área vermelha”, compreendemos que sim, é cabível, a pesquisa na região, além do fato de que a violência cometida na área do Projeto Orla não é computada na região, ou seja, há fatores que o próprio Estado não estimulou e desenvolveu para que houvesse de fato uma melhor segurança pública para os residentes da área, e sim específico para quem virá visitar a Orla;

c) Maior proximidade em relação ao fenômeno estudado foi importantíssima, pois para conhecermos o fenômeno na realidade, como esse se desenvolve na área, foi preciso e necessário a nossa aproximação com o local, com os residentes, com os agentes de segurança pública. Então foi a partir dessa interação que passamos a compreender melhor o desenvolvimento da dinâmica na área, como o fenômeno se realiza e quem são os sujeitos que cometem crimes e violência na localidade, os fatores que os levaram a cometerem esses crimes.

Enfim, acreditamos que a nossa inserção foi relevante para compreendermos e identificarmos como a violência se manifesta e quais as características dessa violência, ou seja, rapidamente podemos dizer que a violência se manifesta de diversas formas na área, como dito anteriormente, esse fenômeno vai para além da violência a qual estamos acostumados a ver, e que ela é desenvolvida e incentivada pelos gestores, governantes, municipal e estadual, queremos dizer que esses por não darem o suporte necessário, não disponibilizarem meios infra e estruturais para a região, não será possível vê-la progredindo, pois os sujeitos que se encontram atualmente na criminalidade são os jovens, e esses são as principais vítimas do descaso dos agentes públicos.

d) Várias quantidades de fontes de dados;

e) Maior intervalo de tempo para estudo sobre o objeto; então, para alcançarmos as possibilidades acima mencionadas, respectivamente salientamos que a pesquisa adotou um percurso que foi capaz de realizar o encontro teórico, histórico e empírico, o qual foi criando condições para alcançar a totalidade do fenômeno em investigação.

Com relação ao tempo sobre o estudo do objeto, além da pesquisa bibliográfica que foi realizada desde o início de janeiro do ano de 2017, nossas fontes são autores clássicos que pesquisam e fazem reflexões sobre urbanização, cidade, urbano: Engels (1985); Lefebvre (2001); Harvey (2008); Santos (2008); Sposito (2014); Maricato (1998, 2000, 2001, 2003); Zorraquino (2005); Suzigan (1986); Castelo Branco (2006); Cruz (1963, 1992); etc. E os pesquisadores de violência, violência urbana, violência policial, entre outras categorias, como:

Sá e Cruz (2011); Waiselisz (2008); Machado (2008); Beato (2011); Pedrazzini (2006); Zaluar (2004); Caldeira (2003); Souza (2008); Miranda (2003); Machado e Noronha (2002); etc.

Então, ao detalharmos como a pesquisa foi produzida, enfatizamos que nossa inserção e interação com a comunidade onde foi realizada, se deu através das entrevistas, as quais duraram o período de 2 meses e meio, começando dia 7 de setembro de 2017 com uma visita dentro das vilas, realizada para conhecermos o ambiente e sentirmos a sensação do local.

Consideramos que várias foram as experiências nos dias das entrevistas nas vilas, pois a partir do contato com os moradores e das andanças pelas vielas, percebemos que parte dessa população, sim, sofre bastante com as consequências negativas que surgiram com a chegada do Projeto Orla, essas serão tratadas no decorrer do texto. O término das entrevistas se deu no dia 24 de novembro de 2017.

Conseqüentemente com o passar do tempo sentimos a mudança na dinâmica e na relação entre os moradores da área, pois os horários das entrevistas variavam: manhã e tarde, muitas vezes entrando pela noite, conseqüentemente, percebemos que a dinâmica alternava no local dependendo do horário e do dia, pois os dias que eram realizados as entrevistas, quinta-feira e sexta-feira, e dependendo do agendamento tínhamos entrevistas pela manhã, a partir das 9h00 até 12h00; e a tarde das 15h00 até 19h00; nos sábados seguíamos os mesmos horários, mas percebíamos que a dinâmica era diferente, pois por ser fim de semana, a movimentação nas ruas que dão acesso à Orla era diferente, devido ao horário, pois pela manhã era calma a movimentação, porém durante a tarde, iniciando a noite, a movimentação de veículos e pessoas nas ruas Osvaldo de Caldas Brito e Rua dos Mundurucus era mais intensa.

Sobre os passos para as entrevistas, essas foram realizadas a partir do questionário (Apêndice A) com perguntas mistas, abertas e fechadas, sendo composto de duas partes: a primeira parte do questionário é referente a identificação dos entrevistados com 6 perguntas; a segunda parte é referente a temática violência urbana, e que conseqüentemente reflete sobre a segurança pública, contendo 12 perguntas mistas, com um total de 18 perguntas as quais os entrevistados ficaram à vontade para responder. É importante salientar que algumas perguntas eram compostas de 3, 4 ou 5 questionamentos para que o entrevistado pudesse relatar seu entendimento, sua visão sobre a temática da violência urbana na área.

Com relação às entrevistas, essas tiveram sua relevância, e foi primordial para a realização da pesquisa, pois conforme Moreira (2002) através dessa o entrevistador pergunta a

questão em uma ordem predeterminada a qual gera relativa liberdade aos entrevistados durante a elaboração das respostas.

Sendo assim, ressaltamos que em relação à questão aberta, compreendemos que esta produz discurso ao modo de como as pessoas pensam ou trocam ideias sobre o tema abordado, no caso aqui a violência urbana.

Entretanto, entendemos que a utilização da pesquisa qualitativa foi importante, pois visou a interpretação do discurso dos sujeitos acerca do determinado fenômeno e o que fazem e/ou como lidam com o mesmo, e a partir de cada ideia sobre o tema podemos ter nossa interpretação sobre a resposta do entrevistado.

Santos (2012, p. 331) revela que a “entrevista é um instrumento privilegiado para a coleta de informações, pois é a possibilidade de revelações que a fala permite”, ou seja, por meio do discurso é possível conhecer os valores e as crenças dos indivíduos participantes da pesquisa.

Em relação ao universo da pesquisa delimitou-se a Rua Osvaldo de Caldas Brito, entre Bernardo Sayão e Beira-mar, que se estendendo até a Rua dos Mundurucus, nas 5 (cinco) vilas, além das ruas e passagens que dão acesso a Orla, que se encontravam há algum tempo nessa região, sendo as vilas: Vila Passarinho, Vila Valério, Vila Santos, Vila Gigi e Vila Maria Izabel, que tem entrada pela Passagem Beira-mar, conforme pode se observar no Mapa 1 e Fotografia 2:

Mapa 1 - Localização do Projeto Orla.



Fonte: Neves, (2018).

Fotografia 1: Vilas próximas ao Projeto Orla, local da pesquisa.



Fonte: Neves, (2018).

No processo de entrevistas e seus resultados informamos que ao iniciar a construção do Projeto Orla foram extintas da área algumas Vilas, e as que permaneceram ficaram incompletas, as outras permanecem completas. Então a partir de documentos cedidos pelo ex-presidente do centro comunitário, e de alguns documentos do Projeto, conseguimos chegar a uma conclusão exata de que atualmente permaneceram nas vilas, 76 (setenta e seis) famílias, as quais a partir dessas conseguimos realizar as entrevistas.

Apesar do número atual de residentes ser considerado uma quantidade que possibilitaria alcançar o total de entrevistas com todas as famílias, devido a alguns contratempos e à falta de tempo de alguns moradores pelo fato de seu dia a dia ser corrido por conta do trabalho, estudos, entre outras atividades, não foi possível fechar o total de entrevistas com as 76 famílias que residem na área, e principalmente por conta do curto período de tempo que nos restaria para tabular os dados e transcrever as entrevistas, assim como para analisar os dados, sendo possível alcançar um total de 42 entrevistados, e para explicarmos de forma mais didática os números de entrevistados que conseguimos alcançar, o quadro 1 apresenta os números:

Quadro 1 – Famílias Entrevistadas.

TOTAL DE FAMÍLIAS QUE RESIDIAM NAS VILAS	76
Famílias entrevistadas atualmente residentes das vilas	31
Ex-moradores das vilas entrevistados	8
Agentes de Segurança Pública	3
TOTAL DE SUJEITOS ENTREVISTADOS NA REGIÃO DO PROJETO ORLA	42

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

O quadro 1 informa a princípio o universo total de famílias que residiam nas vilas antes da intervenção do Projeto Orla que são 76; na sequência mostra o total de famílias que residem nas vilas atualmente, 31; em seguida, os ex-residentes das vilas, que atualmente moram próximos à Orla, 8 pessoas entrevistadas; e os Agentes de Segurança Pública possíveis de entrevistar, 3 sujeitos. Contudo, a partir do quadro 2 abaixo explicaremos como estão divididos os 8 entrevistados que são: ex-moradores das vilas, porém, atualmente residem próximo a Orla:

Quadro 2 – Ex-moradores das Vilas.

Morador ex-residente das vilas	1
Ex-residentes das vilas, que residem na Rua Osvaldo de Caldas Brito	4
Entrevistados do Conjunto Habitacional Portal da Amazônia	3
Total de ex-moradores das vilas entrevistados	8

Fonte: Damasceno (2018).

É relevante dar destaque aos ex-residentes das vilas, pois, conforme o quadro 2 esses são: 1 morador ex-residente de uma das vilas, que atualmente reside na Rua dos Mundurucus; 4 ex-residentes das vilas, que atualmente residem na Rua Osvaldo de Caldas Brito; e 3 entrevistados são residentes do Conjunto Habitacional Portal da Amazônia, localizado na “Beira-mar”, também ex-presidentes das vilas.

Já o quadro 3 abaixo está relacionado somente a quantidade de agentes de segurança pública entrevistados:

Quadro 3 – Agentes de Segurança Pública entrevistados.

Polícia Militar	1
Guardas Municipais	2
Total	3

Fonte: Damasceno (2018).

Como exposto, os entrevistados conforme o quadro 3, foram os agentes de segurança pública, sendo 1 Policial Militar e 2 Guardas Municipais, escolhemos esses agentes de segurança pública, policial e guarda municipal, porque tínhamos a intenção de compreendermos a concepção desses sobre a violência urbana na região onde esses trabalham, como esses enxergavam a realidade de seu local de trabalho, contudo, não houve, e nem utilizamos critérios para escolha desses sujeitos para pesquisa, e escolhemos os mesmos de forma aleatória, pois sabíamos da burocracia institucional que seria para conseguirmos entrevistar apenas um sujeito desse, caso fôssemos nas instituições realizar os procedimentos necessários para fazermos a entrevista.

O perfil dos entrevistados são 12 homens e 30 mulheres, com as idades respectivamente entre 23 e 87 anos de idade, 22 e 73 anos de idade, a média de idade dos entrevistados é de 44 anos; suas escolaridades eram: Não Alfabetizado(a), Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo, Ensino Superior Incompleto, Ensino Superior Completo, Pós- graduação; a ocupação variava entre: desempregado(a), trabalhadores(as) autônomos(as), aposentado(a), trabalhadores com carteira profissional assinada, e as domésticas; o tempo que residem no bairro era uma média entre 10 a 68 anos.

Sendo assim, os dados coletados foram tratados e analisados por meio da técnica análise de conteúdo, a qual para Netto (2011) caracteriza por um conjunto de análise de comunicações que visam obter a descrição do conteúdo das mensagens, sendo indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens.

A análise de conteúdo se constituiu em três etapas, a primeira análise foi a fase dos materiais a serem analisados, como documentos relacionados à construção do Portal Orla; a segunda se refere à quantificação das informações obtidas através das entrevistas; e a terceira fase fora o tratamento e a interpretação das entrevistas a partir da fala dos entrevistados.

Contudo, a partir da metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, compreendemos que essa demonstra cada passo utilizado para a mesma ser efetivada, é importante salientar também, e colocarmos em discussão, a importância do materialismo histórico dialético para a elucidação dos elementos determinantes da violência naquele território. Podemos, nesse sentido, antecipar a análise de que a área em estudo, enquanto “espaço urbano”, evidencia contradições no que tange aos investimentos públicos destinados, pois, as ações urbanísticas nas áreas não consideram e nem atendem as necessidades dos moradores. Ao contrário, aumenta a vulnerabilidade social, não dispondo de programas que melhorem a condição da moradia no âmbito da Orla.

Há também o fato de que o espaço urbano é privilegiado, pois nele está contido e se encontram todo tipo de contradição que possa existir, e que nesse há divergências sim, as quais sempre são enxergadas como algo natural, que não tem solução, ou seja, os sujeitos de direitos acabam caindo no conformismo, achando que suas situações de vida, relacionada à moradia, assistência, saúde, educação, etc., não pode melhorar significativamente, o que faz com que os sujeitos de direito deixem de lado seus direitos e acabem não lutando pelos que lhes cabem. Portanto, consideramos e enfatizamos o método dialético, pois esse de fato nos mostra a realidade e suas contradições existentes, e o principal, expõe as contradições que são impostas pelo modo de produção capitalista.

2 URBANIZAÇÃO DESIGUAL E O PROCESSO DE DESACADEMANETO DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA URBANA

O processo de discussão sobre urbanização e violência requer um cuidado no debate de ambos, haja vista que os dois processos se encontram historicamente imbricados, ou seja, um resulta do processo do outro, no caso a violência se apresenta como consequência do desenvolvimento da urbanização capitalista originária no século XIX, se agravando à medida que as relações sociais nessa sociedade capitalista foram se complexificando. Sendo assim, ao tratarmos da violência urbana, devemos destacar o processo histórico do desenvolvimento urbano, ou seja, contextualizar as cidades a partir do processo de industrialização e

urbanização que produziram relações sociais desiguais, aprofundando práticas caracterizadas como violentas.

Ao mencionarmos sobre as práticas e o princípio do surgimento das cidades, enfatizamos brevemente o auge do feudalismo¹, pois nesse momento houve uma pequena divisão do trabalho, cada país trazia consigo a oposição entre cidade e campo, sendo sua estrutura separada em: príncipes, nobreza, clero e campesinato, no campo, em mestres, oficiais e aprendizes, por conseguinte a plebe de trabalhadores assalariados ocasionais.

Com relação ao desenvolvimento das cidades modernas, nos mostra Engels (1975) no texto *A Situação da classe trabalhadora em Inglaterra*, que há algumas razões fundamentais que foram levadas em consideração e caracterizam a obra, como: a marca histórica do capitalismo e da sociedade industrial moderna; a constituição de uma etapa na elaboração do marxismo, conforme a compreensão do autor em relação à sociedade da época. Contudo, destacamos como marco para a gênese da urbanização o século XIX, o qual Engels (1988) exibiu que o modo de produção capitalista trouxe uma troca de funções, no que se referem ao funcionamento das cidades, suas organizações e planejamentos de acordo com o processo de acumulação do capital.

Desse modo, podemos dar ênfase à constituição do urbano no século XIX, pois, segundo Engels (1988) ocorre com a Revolução Industrial, a qual foi concentrada nos centros urbanos e à medida que se desenvolve o capitalismo há a obrigação de se desenvolver meios de produção, para que houvesse, conseqüentemente, o aumento da parte do sobre trabalho, ou seja, para que se tenha o aumento da produtividade é necessário que haja o desenvolvimento da acumulação capitalista (ENGELS, 1988).

Segundo Ramos (2006), a Revolução Industrial foi um processo de modificação na sociedade, e foi resultante da formação das cidades capitalistas e teve como consequência o efeito destrutivo sobre os recursos naturais e sobre a vida dos trabalhadores, o urbano por sua vez é a base, e ao mesmo tempo força social produtiva que atua na geração e distribuição da riqueza produzida e engendrada pelo capital.

¹ Destacamos esse período, pois Fernandes (1976) ressalta que o desenvolvimento da divisão do trabalho surge como propulsor das tarefas realizadas por cada formação de uma nova propriedade, pois obrigou a busca de novos meios e técnicas de trabalho para satisfazer a necessidade da sociedade, e, por conseguinte o desenvolvimento das sociedades posteriores, as quais levavam ao processo e desdobramento, os quais recaíam na necessidade da associação contra a nobreza, ou seja, a necessidade de mercados públicos, pois a indústria que estava se desenvolvendo era ao mesmo tempo comerciante, e com o aumento dos servos evadidos às cidades prósperas, a estrutura feudal instaurou as corporações, sendo assim, o capital pequeno de artesões desenvolveu a relação de oficiais e aprendizes, passando a dar origem nas cidades a uma hierarquia semelhante à do campo.

Conforme Lefebvre (2001), os estudos de Engels sobre *a situação da classe operária na Inglaterra* mostram no capitalismo uma dupla tendência centralizadora, pois conforme o mesmo:

A concentração da população acompanha a do capital [...] em torno de um fábrica de porte médio, um vilarejo se constitui; ele engendra uma população tal que inevitavelmente outros industriais chegam para utilizar (explorar) esta mão-de-obra. O vilarejo se torna uma pequena cidade e a pequena cidade uma grande. (LEFEBVRE, 2001, p. 11).

Ressalta Engels (1975, p. 52), que “a pequena indústria deu lugar a classe média, a grande indústria a classe operaria, e coloca no trono alguns raros eleitos da classe média, mas unicamente um dia para abater com mais segurança”, ou seja, observam-se os capitalistas colocando os trabalhadores uns contra os outros, pois a antiga burguesia é transformada em ricos capitalistas de um lado, e de outro, pobres operários.

Afirma Lefebvre (2001), quanto maior a cidade, maiores são as vantagens da aglomeração, pois neste mesmo local estão reunidos os vários elementos da indústria: trabalhadores, as vias de comunicação, os transportes de matérias-primas entre outros elementos, então, destaca-se que o crescimento se dá acentuado nas grandes cidades industriais, e mesmo com as desvantagens nas áreas rurais em concorrência com as cidades, a cidade sai em vantagem, pois a tendência centralizadora das cidades a domina e a cada indústria que é engendrada no campo sempre tem em si vestígios de uma cidade industrial. Lefebvre (2001) cita:

[...] É nas grandes cidades que a indústria e o comércio se desenvolvem mais perfeitamente; é igualmente aí que aparecem mais clara e manifestamente as consequências que eles têm para o proletariado. É aí que a concentração dos bens atinge seu grau mais elevado, que os costumes e as condições de vida do bom e velho tempo são mais radicalmente destruídos [...]. (LEFEBVRE, 2001, p. 12).

Lefebvre (2001) define as cidades modernas como sendo centros no qual prospera o artesanato, e a produção é distinta da agricultura; enfatiza que as cidades apoiavam as comunidades camponesas como também sua libertação, entretanto, não sem se aproveitar de tal oportunidade para seu benefício; ademais, que são centros de vida social e política onde estão acumulados não somente riquezas, como também, conhecimentos, técnicas e as obras, sendo essas – obras de arte, monumentos, entre outros. Enfim, a própria cidade é uma obra e sua característica contrária com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos, sendo assim, a obra é valor de uso e o produto é o valor de troca.

Enfatiza Lefebvre (2001) a grandeza e importância destas cidades, pois, onde mesmo sendo contraditório, comerciantes e banqueiros investiam de forma improdutiva, parte de suas riquezas, para a constituição na Europa, ou seja, investiram em uma rede urbana – sendo essa um conjunto de cidades que mantinham relações econômicas entre si; e tal constituição já manifestava uma divisão interurbana do trabalho, sendo possível pela ligação que já existia entre as cidades, por meio de estradas, vias fluviais e marítimas, e também, pelas relações comerciais e bancárias existentes.

Sposito (2014) chama atenção para não darmos destaque somente para o elevado número de pessoas que vivem nas cidades, mas sim para as formas espaciais produzidas socialmente, ou seja, as cidades recebem reflexos e oferecem sustento às transformações estruturais que estavam ocorrendo no novo modo de produção capitalista, entretanto, as indústrias passam a se localizar em centros urbanos considerados importantes no fim dos séculos XVIII e XIX.

Sposito (2014) ressalta a crescente especialização ativa que a industrialização provocou e a ampliação dos mercados que a sua produção em série exigiu, e a industrialização conseqüentemente ao fortalecer a articulação entre os lugares, em especial, entre as cidades, reforçou a divisão social do trabalho, que se manifestou a nível espacial, ou seja, a divisão territorial do trabalho.

Observa-se que entre os resultados concretos que permitiram a constituição da rede urbana, foi a interdependência entre as cidades que provocou a subordinação de umas às outras, ao que se deu o nome de hierarquia urbana. Sposito (2014) ressalta ainda que entre as cidades comerciais modernas, devido o grau de autonomia que detinham, não se observava interdependência, ainda que mantivessem relações entre si, sendo assim a autora deixa claro que as cidades pós-Revolução Industrial desempenharam a importância do desenvolvimento das redes urbanas:

As cidades pós-Revolução Industrial desempenharam cada vez mais seus papéis a partir da posição que ocupavam na rede urbana, da magnitude de suas relações econômicas, da quantidade de capital ali acumulado, da sua condição ou não de centro de decisões numa economia que não tinha mais por base o espaço local ou regional, mas, ao contrário, propunha como meta romper as barreiras das fronteiras nacionais. Com o modo de produção capitalista assim se desenvolvendo, a rede urbana foi se constituindo hierarquicamente, tendendo à formação de grandes aglomerados urbanos — as metrópoles — espaços de concentração de capital, de meios de produção, e *locus* da gestão do próprio modo de produção. (SPOSITO, 2014, p. 54).

Sposito (2014) aborda as consequências negativas de todo desenvolvimento realizado nas cidades, pois nestas se localizavam as casas dos trabalhadores, e por meio da Revolução Industrial sofreram muitas transformações, como: o rápido crescimento populacional, as ruas que eram estreitas demais principalmente nos centros, eram insuficiente para a circulação de pessoas e veículos, escoamento de esgotos, dificuldade para eliminação de lixo, má ventilação, insolação, além de se localizarem próximos às indústrias, estradas de ferro, as quais eram causadoras de fumaça, barulho e poluição dos rios; como argumenta a autora:

Estes "problemas" urbanos. A falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas, falta de espaço para o lazer, enfim, insalubridade e feiura eram problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma acentuada nas cidades, palco de transformações econômicas, sociais e políticas. (SPOSITO, 2014, p. 58).

O liberalismo, a livre concorrência, a ideologia da época, a iniciativa privada sem intervenção do poder público, transformaram as cidades em espaços caóticos, e devido à falta de condições sanitárias a propagação de um surto de cólera se alastrou pela Europa em 1830; as carruagens burguesas já não andavam pelas ruas imunes, com a lama e o cheiro que emanava destas passagens de terra, onde o esgoto e o lixo se misturavam aos porcos e às crianças; a poluição chegou e atingiu até os bairros ricos, e a falta de água limpa era problema para todos (SPOSITO, 2014).

Ao fazermos a abordagem sobre a violência nas cidades, entendemos que este fenômeno vai para além das diversas formas de violência, como: assassinatos, roubos, brigas, etc., ou seja, compreendemos que a concepção de violência urbana é mais complexa, e atualmente podemos enfatizar que a violência está imbricada nas péssimas condições de trabalho, com as não garantias essenciais básicas de sobrevivência para o trabalhador, como alimentação, moradia digna, um planejamento urbano adequado, melhorias para a população que acaba gerando ações direta ou indiretamente que provocam algum tipo de violência nas vidas dos sujeitos e da classe operária. Vale ressaltar que atualmente essas modalidades de violência são conhecidas no meio policial como crimes de maior potencial ofensivo², como caracterizados acima.

E é importante frisarmos que a violência urbana parte também dos gestores de estados e municípios, ao deixarem sua população sem as condições de moradia digna, sem saneamento básico, água adequada para o consumo, transporte coletivo eficiente que

² Crime de Maior Potencial Ofensivo. Disponível em: <www.policiaivil.pa.gov.br>.

comporte a população da localidade, sem segurança pública, enfim, vários são os tipos de violência urbana que ocorrem numa determinada região os quais são notificados pela sociedade e que, no entanto, não obtém respostas concretas dos órgãos gestores competentes para a solução de tais situações apresentadas.

Sendo assim nosso propósito requer uma análise mais detalhada sobre a expansão da urbanização e da violência urbana gerada pelo desenvolvimento das cidades, desenvolvimento esse que é acompanhado por mazelas e desigualdades sociais. Entretanto, a seguir nos atentaremos para o desenvolvimento urbano imposto aos povos da América Latina, desenvolvimento esse, que foi e é desigual.

2.1 O PROCESSO ESTRUTURAL DA VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL

Para desenvolvermos uma discussão a respeito da violência urbana no Brasil é importante irmos a fundo no debate e para isso nos reportamos ao período pós “descobrimento” do Brasil, pois esse foi o período no qual houve o processo de dizimação dos indígenas que aqui habitavam, e também, posteriormente houve o processo histórico de violência dos colonizadores contra os negros que são trazidos para a colônia brasileira para trabalharem como escravos.

No entanto, nesse processo violento que ocorreu na América Latina durante o período de descoberta do novo continente, e realizando parâmetro do Brasil colônia com o processo de expropriação de terras na Europa após a queda do sistema feudal, Marx (2013) nos proporciona uma discussão interessante sobre a acumulação primitiva e expropriação de terras no seu livro ‘O capital’, pois os europeus ao chegar no novo continente além de dizimarem milhares de índios, exterminarem a cultura de centenas de tribos para impor sua cultura, expropriou de suas terras essa população que aqui habitavam.

Logo, podemos ressaltar conforme Marx (2013) que:

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela. O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra, livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação

desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo pessoa. (MARX, 2013, p. 961, 962).

Realizando uma discussão sobre o processo de acumulação primitiva na história é importante termos a compreensão de como tal processo afetou as grandes massas humanas, especialmente as pobres que foram destituídas de suas propriedades de forma súbita, e violentados de seus meios de subsistência, e foram lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres, (MARX, 2013), logo, compreendemos que:

[...] a expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica. (MARX, 2013, p. 963).

Sobre o processo violento de expropriação de terras dos índios na América Latina, relacionado com que Marx (2013, p. 964, 970) expõe em “O capital”, compreendemos que o grande senhor feudal em oposição à Coroa e ao Parlamento, para transformar terras em mercadorias, criou um proletariado para expulsar os camponeses das terras onde viviam e a propriedade que lhes foi garantida por lei foi tacitamente confiscada.

(Revolução Gloriosa) conduziu ao poder, com Guilherme III de Orange, os extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas. Estes inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. A burguesia inglesa atuava em defesa de seus interesses tão acertadamente quanto os burgueses suecos, que, ao contrário, em aliança com seu baluarte econômico, o campesinato, apoiaram os reis na retomada violenta das terras da Coroa em mãos da oligarquia (desde 1604, mais tarde nos reinados de Carlos X e Carlos XI). (MARX, 2013, p. 970).

Compreendemos conforme (Marx, p. 971, 2013) “que a violenta usurpação da propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI”.

É importante considerarmos o processo de atos individuais de violência, e expropriação de terras, que tal processo alcançou no século XVIII além da própria lei que se tornou o veículo do roubo das terras do povo, conforme Marx (2013) ressalta:

A forma parlamentar do roubo é a das “*Bills for Inclosures of Commons*” (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. Francis Morton Eden refuta sua própria argumentação espirituosa de advogado, na qual procura apresentar a propriedade comunal como propriedade privada dos latifundiários que assumiram o lugar dos senhores feudais, quando exige “uma lei parlamentar geral para o cercamento das terras comunais”, admitindo, com isso, ser necessário um golpe de Estado parlamentar para transformar essas terras em propriedade privada, e, por outro lado, quando reivindica ao poder legislativo uma “indenização” para os pobres expropriados [...] (MARX, 2013, p. 971).

O roubo estratégico da propriedade comunal juntamente com o roubo dos domínios estatais especialmente daqueles grandes arrendamentos do século XVIII, eram chamados de “fazendas de capital ou arrendamentos de mercador”, e a liberação da população rural para a indústria, como proletariado no mesmo período ainda não compreendia, na mesma medida que a compreendeu o século XIX, a identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo, Marx, (2013, p.972, 2013).

A imperturbabilidade estoica com que o economista político encara as violações mais inescrupulosas do “sagrado direito de propriedade” e os atos de violência mais grosseiros contra as pessoas, sempre que estes sejam necessários para produzir as bases do modo de produção capitalista, demonstra-nos, entre outros, o “filantrópico” sir F. M. Eden, que, além de tudo, apresenta certa tendência *tory*. Toda a série de pilhagens, horrores e opressão que acompanha a expropriação violenta do povo, do último terço do século XV até o fim do século XVIII, induz Eden apenas a esta “confortável. [...] No século XIX, naturalmente, perdeu-se até mesmo a lembrança do nexa entre o lavrador e a propriedade comunal. [...] O último grande processo de expropriação que privou os lavradores da terra foi a assim chamada *clearing of estates* (clareamento das propriedades rurais, o que significa [...] na verdade, varrê-las de seres humanos). Todos os métodos ingleses até agora observados culminaram no “clareamento”. Como vimos na parte anterior, ao descrevermos a situação moderna, agora, quando já não há camponeses independentes a serem varridos, passou-se ao “clareamento” dos *cottages*, de modo que os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo cultivado por eles. (MARX, 2013, p. 975).

Vale salientar que o roubo dos bens e posses da Igreja Católica, a alienação e as fraudes dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória da propriedade feudal e da propriedade privada moderna foram outros métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre, (MARX, 2013, p. 989).

No entanto, fazendo relação ao processo de expropriação de terra que mencionamos acima, vale ressaltar que esse processo é idêntico ao que foi praticado no período de “descobrimento” da América Latina, e no Brasil, expropriação de terra indígenas que aqui habitavam, esse fato não ocorreu de modo isolado e por acaso na história, pois sabemos que este é parte de um processo de “desenvolvimento” feroz em busca de novas áreas para exploração, e com a realização da expansão marítima realizada nos séculos XV e XVI, a colonização de novos territórios passou a apresentar aspecto de uma empresa comercial, que se propôs a explorar os recursos naturais de um território em proveito do comércio europeu, (MARX, 2013).

É importante destacarmos o modelo considerado como “urbano” utilizado no período de “descobrimento” da América Latina, pois este dá ênfase para o que de fato serviu o continente latino-americano, apenas como mais uma colônia de exploração aos países europeus, considerando também que a partir da chegada dos europeus na América, houve o processo de extermínio dos índios e a imigração europeia, o que conseqüentemente determinou o período desigual que se deu entre colonizadores e colonizado.

Importante enfatizarmos sobre a gênese da urbanização na América Latina, pois Santos (2010) nos leva a compreender que o desenvolvimento do continente foi realizado pelos europeus de forma violenta, e com sua “gênese” pautada por meio da violência nas cidades das Américas, pois de acordo com Fanon (1968, p. 28), havia diferença entre cidades coloniais, “a cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiras. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a *médina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados”.

Compreendemos então que o processo de violência na América Latina advém desde o período colonial, e a gênese do fenômeno urbano no continente difere de regiões como Ásia, África, etc., pois no princípio da evolução contemporânea da exploração do continente sobre os efeitos de dominação houve a provocação do surgimento de desequilíbrios sociais e econômicos dotados de uma transição espacial, como ressaltava Santos (2010, p. 11), pois “todas as cidades latino-americanas nasceram a serviço das relações internacionais com os países mais evoluídos [...] esta é outra característica específica da urbanização da América Latina, pois que se tratava de uma função original”.

Importante fazermos a crítica sobre o período colonial, pois é interessante observarmos que a violência urbana vai se constituindo e sendo colocada em nossa sociedade a partir das ações e intervenções impostas pelos europeus, sendo assim vale enfatizarmos que a violência já existia na região da América Latina, no entanto, acontecia entre as tribos

indígenas que aqui habitavam, e não era concebida com a intenção as quais impõem o modo capitalista de produção, com intuito de visar à exploração do sujeito por meio do trabalho forçado em busca de lucros.

Então, podemos ressaltar que a conjuntura socioeconômica e política relacionado ao período colonial estava voltada à grande propriedade rural, monocultura, exportação de produtos primários, e exploração da força de trabalho escravo e, sobretudo, com ordem de viés que advinha da alta hierarquização do poder. Logo, compreendemos que tal estrutura política e econômica são características de regimes políticos oligárquicos com profunda carência de organizações políticas e precária articulação e mobilização das classes subalternas, que resultou na manutenção e perpetuação do sistema que foi instalado, Prado Jr. (1994).

Logo Cademartori; Roso (2012) ressaltam:

Essa forma de violência, em nosso país, fez-se presente muito antes do regime político da República Velha (1889-1930), período inicialmente dominado pelos militares e, num segundo momento, pelos presidentes dos Estados, mas que foi igualmente marcado por uma política liberal-democrática excludente. Os fatos históricos e os modelos políticos apontam para a existência marcante de violência desde o momento em que Pedro Álvares Cabral chega ao Brasil até a instauração do governo geral, em 1549. De fato, foram muitas as formas de violência vivenciadas no período colonial, onde nossa sociedade dividia-se em homens livres e escravos, grandes proprietários de terra e subalternos, populações indígenas e povos sendo fortemente catequizados, colonizadores e colonizados. A violência estrutural é a base na qual se assentam muitas outras violências, provocando níveis elevados de desigualdade social. (CADEMARTORI; ROSO, 2012, 398).

A partir do exposto é importante compreendermos que a violência em si, no Brasil, deve ser analisada através de um viés mais crítico cujo objeto a ser analisado se diferem nos diversos períodos históricos de nosso país, ou seja, sempre deve ser abordado a discussão sobre a questão das desigualdades sociais que se alastraram de forma mais rígida a partir da chegada dos europeus, Cademartori; Roso (2012).

A partir de toda a discussão a respeito da violência no Brasil vale ressaltarmos alguns aspectos que são tratados a partir das desigualdades sociais históricas que estão enraizadas na sociedade e que atualmente não são reconhecidas que se desenvolveram através de um processo histórico violento entre esses estão: o genocídio da população negra, escrava e ex-escrava; racismo e todo o tipo de violência intencionada para a população negra marginalizada.

De acordo com Nascimento (1978) o papel do negro escravo foi primordial para o começo da história econômica do país, pois:

Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu a fundação das novas sociedades com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia (NASCIMENTO, 1978, p. 49).

Logo é importante enfatizarmos o que nos interessa com relação a gênese da violência que era desenvolvida e foi se perpetuando na colônia brasileira entre essas Alves (2017) enfatiza o genocídio da população negra, pois:

O “Genocídio” enquanto fenômeno constitui a luta dos movimentos negros na tentativa de tornar visíveis os problemas provenientes das discriminações raciais que marginalizam as possibilidades vitais da presença negra no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social, cultural [...] (ALVES, 2017, p. 3, Apud, DOMINGUES, 2008).

Importante enfatizarmos que a partir das ações violentas que eram praticadas contra a população negra no Brasil aconteceu diversos embates para colocar em pauta tais crimes, todavia, passou a acontecer mobilizações e organizações políticas dos próprios negros para tomarem frente e conduzirem sua luta pela denúncia das desigualdades existentes em relação as condições de vida entre brancos e negros, Fefferman (2013) ressalta a relevância do movimento negro, pois atualmente ainda são os mesmos opositores que fazem oposição ao negro, pois ainda há repressão do Estado que é, e comete práticas violentas, autoritárias e repressoras, seguindo sempre uma ideologia que nega todo conflito de raça ou de classe.

É importante enfatizarmos as pautas do movimento que Fefferman (2013) ressaltapois, essas sofreram modificações e o neoliberalismo aprimorou sua forma de opressão, logo é imprescindível ações mais abrangentes no combate ao racismo, haja vista que o Estado ainda comete ações relacionadas as invasões de domicílios de negros, pobres, que residem em locais sem saneamento básico, sem infraestrutura adequada para habitar, além de ameaças a familiares, armação de flagrantes por portes de drogas, armas e outras ações similares.

Outro crime violento que deve ser debatido é o racismo, pois este é considerado como elemento principal que é corroborado pelos movimentos sociais negros, e através dos movimentos sociais pode-se enfatizar e constatar a existência do extermínio de jovens negros no Brasil, todavia, a partir da realidade e dos altos índices de mortalidade desse segmento social e devido a mobilização mais intensa dos movimentos, pois observamos que estão cada vez buscando se fortalecer e se unirem para denunciar ações da violência racial, a qual atualmente é denominada “Genocídio da Juventude Negra”, Guimarães (2002).

De acordo com Fernandes (1978) o genocídio está amplamente documentado e explicado pelos historiadores, a exemplo disso temos a abolição da escravatura, que por si

mesma, não pôs fim à violência que era cometida contra o negro nas senzalas, o que houve foi o agravamento do genocídio dessa parcela da população, que anteriormente era praticado nas fazendas de café, cana-de-açúcar, e nas áreas de extração de metais preciosos, ou seja, essa ação apenas se intensificou nas áreas de vitalidade econômica onde a mão-de-obra escrava ainda possuía utilidade. Todavia, o negro ex-escravo passou a ser condenado à sociedade de classes, como se não pertencesse a ordem legal, o que conseqüentemente o expôs a um extermínio moral, cultural, educacional, financeiro, etc. que até os dias atuais apresentam as sequelas econômicas e demográficas que restaram em nossa sociedade. (FERNANDES, 1978).

Alves (2017, 4) ao discutir o racismo aponta algumas questões:

Primeiro, porque a sociedade brasileira não reconhece o racismo nas atitudes e nem no sistema como responsável pelas desigualdades raciais. Segundo, porque tais desigualdades raciais são vistas como desigualdades sociais de classe, que afetam a sociedade brasileira em conjunto, provocadas pelo imperialismo, subdesenvolvimento, pobreza e etc. Entendemos que a questão das condições da população negra no Brasil são precárias em vários setores da sociedade e que o debate sobre Genocídio da população negra evidencia a luta antirracista travada pelos movimentos sociais negros que vem buscando consolidar a categoria de “Genocídio” como a representação da violência racial no Brasil. A conceituação sobre Genocídio aborda diversos contextos e situações no cenário internacional que passam pela legitimidade de seu uso, particularmente no Brasil, o termo tem sido cada vez mais evidenciado pelos movimentos sociais negros.

Contudo, a luta contra o racismo e a discriminação no Brasil foi ação de diversos militantes que faziam parte dos movimentos sociais negro que buscou dissolver os ideais lançados na sociedade brasileira, voltados a deformação da imagem do negro na sociedade brasileira, pois, as formas de organizações tais movimentos sociais foram diversas ao longo da história, que foi variando conforme os contextos e as demandas que estavam surgindo de maneira heterogênea e gradativa.

No processo de violência que ocorre desde o “descobrimento” da América Latina e conseqüentemente do Brasil, especificamente, após o longo período de escravidão e com a chamada “libertação formal do escravos”, ressaltamos que, tal libertação não constituiu nenhuma forma de liberdade aos escravos, ex-escravos, pois esses após a assinarem a “Lei Áurea”, os negros que ficaram não país, ficaram libertos, no entanto, sem trabalho, emprego fixo, habitação, moradia digna, saúde, educação para si e seus descendentes.

Tais fatos são mencionados porque a população negra até os dias atuais sofrem com essa violência que é referente à falta de direitos, pois esses não eram reconhecidos como cidadãos e também, pelo fato do preconceito racial no Brasil ser propagado de forma intensa e

forte, ou seja, queremos ressaltar que a violência não foi somente contra os negros que tiveram seus direitos violados, mas também, trabalhadores brancos empobrecidos, ou seja, todos os trabalhadores livres empobrecidos, despossuídos de seus direitos básicos de seu modo de vida, a terra seu meio de trabalho é esse cenário que a gente tem adentrando no século XX, porque é disso que a gente está falando em urbanização, Alves (2017).

Então, para enfatizarmos a respeito do pauperismo no Brasil, Alves (2017), nos convida a um breve contexto histórico da reprodução do pauperismo na Europa e como esse se desenvolve, pois passa a se intensificar a partir da década de 1930 e é compreendido como um fenômeno que toma grandes proporções, considerado distinto da pobreza na qual existe o pauperismo das massas trabalhadoras que eram retratadas paralelas ao crescimento da pobreza em decorrência da ampliação da capacidade da sociedade de produzir cada vez mais bens e serviços, entretanto, os trabalhadores passaram a reagir às condições de vida geradas a partir do pauperismo que surge e a denominada questão social compreendida como fenômeno do industrialismo que nasce no século XIX.

Sendo assim compreendemos que o pauperismo é um fenômeno que vai para além da pobreza, atingindo as massas da sociedade mais necessitadas, conseqüentemente esse fenômeno desenvolve um processo no qual considera as condições econômico-sociais e políticas que possibilitam o surgimento da denominada questão social.

No processo econômico são alteradas as relações de produção, pois as máquinas são incorporadas aos procedimentos relacionadas à produção que desencadeia uma nova dinâmica industrial que propõe a concentração de mão de obra nas cidades e a existência de uma nova disciplina na fábrica.

Contudo, consideramos que o pauperismo constitui uma das primeiras expressões da denominada expressão da questão social, que está intimamente vinculada ao antagonismo de classes no capitalismo manifesto na desigualdade social, (ALVES, 2017).

Logo, quando os trabalhadores passam a reagir exigindo melhorias de suas condições de vida geradas pelo pauperismo, passam a se organizar como classe em torno de interesses comuns e esse fenômeno passou a adquirir conotação política, passando a ser denominado de questão social, sendo assim, Santos e Costa (2006) enfatiza:

Diz respeito a uma pauperização da classe operária, ditada pelas necessidades de acumulação do capital, que se põe historicamente permeada pela luta dos trabalhadores e pelas estratégias de dominação das classes dominantes para contê-las, em favor da reprodução social. Desse modo, a questão social emerge no decorrer da luta operária, e a sua explicitação para o conjunto da sociedade se verifica por intermédio das lutas sociais urbanas, que se multiplicam e têm como principais

protagonistas a classe operária, a burguesia industrial e um Estado que se recusa a intervir no problema (SANTOS; COSTA, 2006, p. 8).

Nesse momento, de modo breve ao ressaltarmos o papel do Estado na produção capitalista na fase monopolista, Braverman (1978) enfatiza que as funções desse Estado são ordenadas com intuito para o desenvolvimento, ou seja, ampliação e acumulação do capital, logo, esta fase exige ação do Estado que se amplie e adote formas complexas e alinhada que modifique a intervenção de maneira funcional e estrutural voltada para o atendimento que reivindica o capital.

Sendo assim a fase do capitalismo monopolista é indispensável à intervenção do Estado na economia como meio de abrandar a estagnação e a intervenção na questão social cuja função engloba os julgamentos diante dos conflitos gerados nas relações de trabalho. Entretanto, a partir da ação do Estado Social, que tem como marco o Welfare State, as múltiplas funções, tem se tornando possíveis ações voltadas às demandas das classes trabalhadoras, refere ao atendimento de certos interesses, o que conseqüentemente passou a haver concessão de direitos sociais, de cunho voltado a políticas sociais, reconhecido como mecanismo que ocultam o antagonismo entre as classes e favorecem a reprodução das massas trabalhadoras, Alves (2017).

Alves (2017) nos leva a compreender que o Estado passou a considerar as demandas econômico-sociais e políticas imediatas das massas trabalhadoras, no entanto, essas ações não significa dizer que as mesmas sejam uma inclinação natural do Estado as quais são dadas demandas dos trabalhadores e ao mesmo tempo podem ter funções modificadas de acordo com os interesses diretos e indiretos do capital.

Neto (1992) nos leva a refletir que o Estado burguês procura administrar as sequelas da questão social por meio de políticas sociais atendendo as demandas da ordem monopólica, logo, sinaliza que a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista tem sua funcionalidade essencial expressa nos processos que se referem à preservação e ao controle da força de trabalho, a qual encontra-se ocupada, mediante a regulamentação das relações capital/trabalho; e lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social.

Portanto, acreditamos que os processos do pauperismo e as expressões da questão social no Brasil são problemas estruturais que advém de ações externas de ordem burguesas, as quais não possibilita que a classe trabalhadora não se desenvolva e tenham direitos sociais econômicos e políticos que lhes são garantidos enquanto sujeitos de direitos.

Logo, compreendemos que as ações de violência que o estado pratica muitas vezes não são visíveis, que podemos enxergar para contestar, sendo assim, sinalizamos para ações de violência invisível, que o estado pratica de forma burocrática que não vemos então essa violência invisível se realiza quando o estado não disponibiliza direitos para que a sociedade se desenvolva, em especial a mais carente, que fica mais vulnerável as mazelas sociais.

2.2 DO BRASIL AGRÁRIO AO BRASIL URBANO: A CONSTRUÇÃO DO URBANO NO BRASIL

Sobre o processo de urbanização no Brasil, Sposito (2014) ressalta que este se deu durante o século XVI, pois nesse período foram fundadas 18 cidades, e segundo os dados levantados pelo pesquisador Nestor Goulart Reis Filho, em seu livro *Evolução Urbana no Brasil*, esse número aumenta para 28 no século XVII. Contudo, podemos destacar a cidade de Salvador, na Bahia, fundada em 1549, que em 1583 já havia uma população considerável para a época: três mil portugueses, oito mil índios cristãos e três ou quatro mil escravos.

De acordo com Maricato (2001), foi no século XVI que surgiram os primeiros centros urbanos aos redores do litoral nordestino, que tinham como objetivo a produção do açúcar, Zorraquino (2005) destaca:

Desde o início da exploração da imensa costa brasileira entre Pernambuco e São Paulo até as vésperas da instalação do governo-geral em 1549, haviam sido fundadas no litoral brasileiro cerca de 16 vilas e povoados, que já exportavam mercadorias para a metrópole [...] em 1532, com a chegada dos primeiros portugueses a São Vicente (atual Santos), inicia-se a fase de produção da cana-de-açúcar, num amplo território que percorre a costa brasileira e que se estabiliza inicialmente nas terras mais adaptadas ecologicamente para esse cultivo: o Nordeste, da Bahia a Pernambuco, e suas ampliações posteriores ao Sul pelo Rio de Janeiro e a Noroeste pelo Maranhão. (ZORRAQUINO, 2005, p. 16-17).

Nos séculos XVII e XVIII, com as descobertas do ouro, surgiram vários núcleos urbanos no interior do território brasileiro, conforme Zorraquino (2005) entre 1693 e 1729, os bandeirantes paulistas que não fizeram parte do processo produtivo, descobrem ouro em Minas Gerais, e no auge da mineração, entre 1750 e 1760, nessa conjuntura, durante a segunda metade do século XVIII ocorre uma ampla emigração de portugueses para o Brasil, cerca de 40% da população abandona seu país.

No Brasil, Maricato (2001) enfatiza que a produção de café no século XIX foi formidável no processo de industrialização das cidades, e no final do mesmo século, a sociedade não deixa de ser diferente da sociedade colonial, continuando aristocrática,

escravista, agrária e pouco urbanizada, entretanto, o café passa a sustentar o império durante a segunda metade do mesmo século e a aristocracia dos fazendeiros cafeeiros, com imensas fortunas, era a verdadeira dona do país.

Zorraquino (2005) destaca a forte emigração dos europeus para o Brasil para trabalharem nos cafezais em São Paulo e com a produção do látex na Amazônia:

Nos primeiros decênios do século XIX, estabelecem-se as primeiras colônias de imigrantes europeus: suíços em Friburgo (RJ) e alemães em São Leopoldo (RS), em 1824. Posteriormente, em 1859, novos imigrantes alemães fundam Petrópolis (RJ), e Joinville e Blumenau (SC). Por último, em torno de 1870, grandes levas de italianos vêm trabalhar nos cafezais de São Paulo. Aparece uma nova produção brasileira: a borracha natural, ou látex, das seringueiras da Amazônia, que vai abastecer o mercado dos pneus europeus. [...] A borracha é escoada através de Belém e Manaus, que vivem sua época dourada, crescendo vertiginosamente com a imigração incentivada. No fim do século XIX, o Brasil exporta 16.000 toneladas brutas de látex, mas, no começo do século XX, a produção da Malásia afunda a brasileira. (ZORRAQUINO, 2005, p. 21-22).

Maricato (2000) relata que a economia mantém seu centro no setor agrário exportador até 1930. Suzigan (1986) reforça a ideia do desenvolvimento industrial, ao destacar que:

O desenvolvimento industrial ocorrido antes de 1930 é considerado como um *crescimento industrial* induzido pelo crescimento da renda interna resultante da expansão do setor exportador, principalmente o café [...] por outro lado, é caracterizado como *industrialização substitutiva de importações*, estimulada pelo choque da crise de café e da Grande Depressão e pelas políticas econômicas adotadas para combater a crise. (SUZIGAN, 1986, p. 25-26).

Observando tal conjuntura, Maricato (2000) destaca o que Florestan Fernandes denomina *A Revolução Burguesa no Brasil*, pois o Estado passou a investir em infraestrutura para o desenvolvimento industrial visando a substituição de importações.

Esse desenvolvimento realizado no Brasil e nos demais países da América Latina, de acordo com Suzigan (1986), proporcionou um intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX, organizado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a qual tem sua doutrina e aspectos voltados para economia.

Relata Maricato (2000) esse desenvolvimento realizado no Brasil e nos demais países da América Latina, em 1940 a população urbana era de 26,3% do total, em 2000 passou para 81,2%; contudo, observa-se que esse crescimento se apresenta de forma mais impressionante, pois os números absolutos em 1940 eram de uma população que residia nas cidades, com cerca de 18,8 milhões de habitantes; entretanto, em 2000 eram aproximadamente 138 milhões, logo, em 60 anos os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas.

Maricato (2000) enfatiza que com o início do século XX, muito lentamente, as cidades brasileiras conheceram algumas reformas urbanas, pois realizavam-se obras de saneamento básico com a intenção de eliminar epidemias, porém, a população menos favorecida era excluída desse processo, e seus destinos foram os morros das cidades: de Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro, cidades que passaram por mudanças no saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial.

A urbanização no Brasil é estabelecida como um feito que é realizado a partir da segunda metade do século XX, sendo considerado um fenômeno recente, pois segundo Santos (1993) o Brasil deixa o século XIX com cerca de 10% da população residindo em cidades, contudo, compreende-se que as raízes da urbanização brasileira ainda estão interligadas à história colonial.

O processo de urbanização recria o atraso a partir de novas formas, como contraponto à dinâmica de modernização, as características do Brasil urbano impõem tarefas desafiadoras, a dimensão da tragédia urbana brasileira exigiu o desenvolvimento de respostas que devem partir do conhecimento da realidade empírica para evitar a formulação das "ideias fora do lugar" tão características do planejamento urbano no Brasil (MARICATO, 2000).

A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verifique uma ruptura com os interesses hegemônicos, Mello (1988) nos leva a compreensão que para isso o capital industrial originou como consequência do capital cafeeiro o processo produtivo do café e, também, em atividades comerciais de exportação, serviços financeiros e transportes.

Entretanto, essa ambiguidade entre divisão e continuidade, verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial, embora ele ocorra em pleno século XX, quando formalmente o Brasil é uma República independente (MARICATO, 2000).

O processo de urbanização no Brasil teve início no século XX, a partir do processo de industrialização, que funcionou como um dos principais fatores para o deslocamento da população da área rural em direção à área urbana, Maricato (2000) ressalta que essa transição, também chamada de êxodo rural, gerou a mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, mais de 80% da população brasileira passou a viver em áreas urbanas, o que equivale aos níveis de urbanização dos países desenvolvidos, ademais, Zorraquino (2005) enfatiza tal processo:

As mudanças urbanas só começam acontecer, e de forma muito tímida, a partir de 1900, com o início da execução das infraestruturas urbanas e dos novos bairros populares. A mecanização dos meios de transporte urbanos permite a expansão das cidades para a periferia e a verticalização especulativa dos centros. As propriedades imobiliárias passam a ser um grande negócio. Destaca-se nesse período a criação dos pólos metropolitanos de São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. (ZORRAQUINO, 2005, p. 34).

Cardoso (1977) menciona que a urbanização da sociedade brasileira tem constituído um caminho para a modernização, mas, ao mesmo tempo, vem contrariando aqueles que esperavam ver a superação do Brasil arcaico, vinculado à hegemonia da economia agroexportadora, dar-se-á destaque as políticas realizadas por JK:

Na sua primeira mensagem ao congresso nacional, quando define globalmente a política do seu governo diante da crise que a nação atravessa, Juscelino pensa a transformação por que passa a economia brasileira como uma transição para definitiva implantação industrial. Diz ele Acentua-se a nova fase de transição de nossa economia, do estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva, quando já se impõe evoluir da prática quase exclusiva, das simples indústrias de transformação, para indústrias de base. (CARDOSO, 1977, p. 77).

De acordo com Santos (2008), o processo de urbanização no Brasil produziu cidades marcadas pela segregação sócio-espacial, e como consequência desse processo fora introduzido diversos tipos de desigualdade social e econômica no que se refere ao espaço urbano. Monte-Mór (2007, p. 72) ressalta:

O desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, iniciado no período de substituição de importações e aguçado nas décadas de 1960 e 1970, criou os chamados "problemas urbanos" e com eles, a necessidade de buscar soluções nas propostas elaboradas nos países desenvolvidos. Assim, as diversas tendências e correntes surgidas no centro do sistema capitalista vão sendo incorporadas "tardamente" pela periferia.

O urbanismo se volta para a cidade industrial, e assim as correntes de pensamento surgidas no início do século XX nos países desenvolvidos já exercem uma influência substantiva sobre os arquitetos e engenheiros no Brasil, e os novos projetos incorporam os conceitos modernos de racionalidade espacial, hierarquização de espaços habitacionais, cinturões verdes de proteção ambiental, zoneamento, etc.

Nestes casos, sendo o planejamento urbano encarado como um projeto acabado, ou seja, como uma obra a ser construída e edificada em sua totalidade, o "dono" da cidade tomava para si a função e implementação da mesma, sendo os recursos mobilizados para a implantação do "urbanismo de luxo" conseguidos com facilidade à dimensão político-econômica do projeto em questão.

Conforme Monte-Mór (2007), as influências que são seguidas no Brasil e no mundo – a partir do século XX – são extremamente variadas e múltiplas em seus princípios, ora privilegiando aspectos racionais da ação individual articulados com o sentido de progresso, como nas propostas de Le Corbusier, ora articulados com o resgate do sentido de comunidade e de cultura das cidades, como em Sitte e nas propostas de cidades-jardim de Ebenezer Howard. Além dessas duas correntes mais influentes, que Choay (2000) chamou ‘progressista’ e ‘culturalista’.

Portanto, observa-se a amplitude que é tratar sobre o processo de urbanização no Brasil, pois, de modo geral, há vários fatores diferentes que contribuíram para esse processo, e nas diferentes regiões do Brasil em algumas localidades aconteceu de modo mais acelerado e em outras aconteceu mais lentamente.

2.3. URBANIZAÇÃO PERVERSA E VIOLÊNCIA URBANA COMO REFLEXOS DA METROPOLIZAÇÃO BRASILEIRA

Violência urbana, conforme Barata (2008), nos remete a irmos buscar o conceito de violência e urbano; respectivamente, a mesma ressalta que não existe um conceito completo do que seja violência, no entanto, essa deriva do latim *violentia*, que se refere à aplicação da força.

De acordo com Barata (2008), a violência se classifica de duas formas, violência objetiva, a qual se refere às agressões permanentes contra a natureza, e violência subjetiva retratada pelas agressões, determinadas ou não pelo indivíduo.

Sendo assim, urbanismo, conforme Barata (2008, p. 3) advém da urbe, da influência dos grandes centros populacionais sobre seus habitantes, relacionados à migração da população do campo para cidade; segundo a autora, violência urbana é um fenômeno social que leva em consideração a situação de marginalidade e desigualdade de alguns segmentos da sociedade que os conduz para um comportamento desviante³ sendo assim, o próprio conceito de urbano introduz essa divisão do social, pois a própria sociedade é um espaço heterogêneo capaz de gerar violência.

³ Importante enfatizarmos que trabalhamos com alguns autores que exploram conceitos como “marginalidade social”, “comportamento desviante”, entre outros termos voltados para a técnica jurídica, no entanto, nesse momento os autores utilizados mesmo dentro da tradição marxista, entram somente para corroborar com os termos que são utilizados nas ações de violência que são cometidas frequentemente, contudo, o debate da marginalidade, da crítica a teoria da marginalidade não comungamos, pois, a partir da estrutura de nosso trabalho que está fundamentado no materialismo histórico dialético não compactua com tais conceitos.

Quanto à natureza da criminalidade urbana violenta, enfatiza Engels (1985, p. 150), é como em todos os países civilizados, em sua grande maioria, representada por crimes contra a propriedade, sendo “a necessidade o seu principal motivo, já que não se rouba aquilo que se possui”, assim, a extrema pobreza fornecia a necessidade motivadora do crime, enquanto a deterioração da vida familiar interferia na educação moral dos jovens, conduzindo-os desde cedo ao alcoolismo e ao crime.

Podemos destacar então que Engels observou o fenômeno da violência urbana como uma reação do indivíduo oprimido contra a dominação burguesa, detentora dos meios “ditos” legais para reprimi-lo, tornando tal atitude uma reação individual, ineficaz e facilmente esmagada pelo Estado, enquanto gestor dos interesses da burguesia e mantenedor da ordem social estabelecida.

Ao tratarmos sobre violência urbana, Barata (2008) mostra que essa temática abrange dois lados, o primeiro faz referência à situação de marginalidade e desigualdade por parte de alguns sujeitos da sociedade que a partir de seu comportamento desviante passam a gerar grandes preocupações ao meio social.

A violência se manifesta de diversos modos e meios, e para desenvolvermos essa discussão vale ressaltar o progresso técnico dos instrumentos alcançados pela violência, conforme Arendt (2004) a violência urbana é vista como o ponto onde o objetivo político pode corresponder ao seu potencial de destruição ou justificar o seu emprego real em conflitos armados; a autora enfatiza ainda que a violência é distinta do poder, da força ou do vigor, pois necessita sempre de instrumentos que designem uma revolução nos processos de fabricação, manifestando assim a forma especial do conflito armado.

Para discorrermos sobre a violência urbana enquanto reflexo da violência estrutural devemos relacionar os diversos fatores que levaram nossa sociedade a precariedade a partir da falta de ações estatais, logo, a partir dos anos 1970 com o desmonte do sistema de proteção social o Estado Social ficou visto como incapaz de desempenhar a função de “aglutinador” da economia a serviço da manutenção do equilíbrio social, pois, o desmonte do Estado Social levou ao aumento do desemprego e o empobrecimento de parcela significativa da classe trabalhadora emergindo assim, o fenômeno da questão social, Castel (1999).

Conforme Castel (1999) a questão social é compreendida a partir do enfraquecimento da condição salarial, ou seja, a partir do crescimento da vulnerabilidade das massas, entretanto, é interpretada como aumento contínuo de um exército de desfiliaados que estariam ameaçando a coesão social.

Sendo assim, a questão social é entendida como:

[...] as regulações que foram ocorrendo ao redor do trabalho e que passaram gradativamente a perder seu poder de integração reproduzindo a vulnerabilidade e o risco de fratura capaz de gerar a desintegração social, passando a ser situado como eixo central da “nova questão social”, compreendido como um fenômeno desencadeado da precarização do trabalho, sendo desenvolvido pela reestruturação do capital, culminando com o processo de vulnerabilidade das massas gerando desemprego e a desfiliação da perda de trabalho. (CASTEL, 1999).

Na cidade industrial nas passadas dos séculos XIX-XX, modificou-se o panorama, devido às contradições socioeconômicas: de um lado riquezas foram se acumulando graças à exploração do operariado, de outro, uma pobreza crescente visível nas ruas e a circulação da massa de desamparados institucionais distantes dos mínimos necessários à sobrevivência humana, devido a esses fatores e características, relacionados à exploração da classe operária, (WEYRAUCH, 2011).

Sendo assim, a respeito das expressões da questão social, Netto (2001) afirma que a “questão social” encontra-se engendrada e constitutiva diante do desenvolvimento do capitalismo, pois, compreendemos que a referida questão é relacionada ao sistema de produção capitalista, o qual cria as desigualdades sociais.

De acordo com Weyrauch (2011) devido ao que tem se discutido o fenômeno identificado como urbano foi o espetáculo da miséria propagado a olhos vistos perante a ausência de políticas que dessem conta da incontrolável e inédita desordem social.

Weyrauch (2011) ressalta ainda que o urbano modificou-se para um espaço de intranquilidade, território da ação de um capitalismo industrial selvagem responsável pela desagregação de estruturas tradicionais que vinculavam os homens aos seus territórios de origem, portanto, compreendemos que os centros das cidades passaram a ser cenários de horror e violência, de revolta e indignação, e o que se fez durante décadas na cidade como espaço por excelência do fenômeno urbano era um subproduto da industrialização, esquecendo sua historicidade ao longo dos séculos.

Então, a manifestação da violência conforme Weyrauch (2011):

A violência urbana se manifesta de diversas formas, individual e/ou coletivamente, segundo a natureza do espaço público e/ou privado, da qualidade de seu processo de produção, urbanização e, sobretudo, do nível de privação de sua população no campo da sobrevivência e dos direitos sociais. As formas históricas de violência também variam segundo o *design* urbanístico do espaço, da qualidade do seu sistema sociopolítico cultural, do número de habitantes em um dado território e da consciência comunitária de seus habitantes. A cidade como lugar das desigualdades se intensifica em certos contextos históricos, a exemplo o da consolidação do capitalismo e suas conseqüentes transformações. (WEYRAUCH, 2011, p. 2).

Nesse processo de desenvolvimento urbano, Castel (1999) destaca que a globalização é um dos principais fatores que intensificou a dimensão de troca da cidade, onde o crime organizado comercializa crianças, adolescentes, mulheres, trabalhadores, ou seja, o sujeito de direito, independente de raça, cor e sexo, pois observamos a facilidade de adentrarem no tráfico de drogas, considerando que essa é compreendida como coisas idênticas a mercadorias a serem vendida a quem der mais, Weyrauch, (2011).

A violência se manifesta como sendo uma das expressões da “questão social” que se funde à questão urbana, sendo assim, podemos dizer que a questão social se desenvolve conforme o modo com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico a constituição das relações sociais capitalistas, Behring e Boscchetti (2006).

O que está sendo apresentado a respeito da questão social pode ser visto como um conjunto das expressões das desigualdades sociais que é consequência de diversos tipos de violência, entre essas a violência estatal, Behring e Boscchetti (2006).

Conforme Iamamoto (2013, p. 330) a questão social:

[...] é indissociável da sociabilidade da sociedade classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades sociais produzidas, como selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas.

Sobre definição de “questão social”, compreendemos de acordo com Iamamoto (2000) que é o conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, imprescindível sem a intermediação do Estado.

Portanto, entendemos que a questão social e a política pública têm como linha de ação coletiva a concretização dos direitos sociais declarados e garantidos em lei. São mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos os bens e serviços sociais (PEREIRA, 2009).

A economia informacional nascida dessa revolução baseia-se na mesma lógica do capitalismo da era industrial, expressa sua avançada reestruturação, pois sendo na década de 1980 o início que difundiu-se o uso do computador e com ele se instala um novo tipo de sensibilidade social que aproxima a população, mesmo à distância (WEYRAUCH, 2011). O mesmo ainda ressalta as consequências desse processo informacional para os que não têm condições para utilizá-la:

Essa aproximação exige um novo tipo de aprendizado em equipamentos cada vez mais complexos, Um novo tipo de exclusão emerge com os analfabetos informacionais que, aliados aos desempregados industriais, circulam pelas ruas da

cidade vendendo produtos de ocasião. Substitui-se o conceito de periferia pelo de fractalidade da pobreza, que se traduz no derramamento desta pelas ruas da cidade. (WEYRAUCH, 2011, p. 9).

Podemos destacar que o aumento da criminalidade fez com que a cidade se aprisionasse, se trancasse com grades em suas residências transformando-as em fortalezas; para Weyrauch (2011), as ruas, são novos territórios de trabalhos excluídos, servindo também de roubos, sequestros e crimes de todos os tipos. A violência faz a população refugiar-se à noite para o interior das casas, enquanto uma população de rua, identificada como “criminosa” se instala nas mais variadas partes da cidade.

Dessa forma, fazendo um parâmetro sobre a violência urbana no estado do Pará enquanto uma das expressões da questão social, e tendo como base dados do Atlas da Violência 2018, o qual nos remete os dados relacionados a homicídio no Pará relacionado a sexo e faixa etária, como mostra o quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – Brasil: Proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária de 10 a 49 anos e sexo (2016)

Faixa Etária	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49
Masculino	17,4%	56,5%	52,4%	42,8%	33,0%	22,7%	13,9%	7,6%
Feminino	66,4%	114,1%	14,3%	110,5%	77,9%	44,7%	22,6%	1,7%
Total	113,2%	449,1%	446,0%	336,1%	226,4%	117,1%	110,1%	5,5%

Fonte: Atlas da Violência, (2018).

Tiramos como reflexão e que é relevante atentarmos para a violência letal contra os jovens, pois numa breve análise no quadro 4 acima, esses são os quem mais estão morrendo no Estado, pois verificamos que se acentuaram nos últimos anos os homicídios entre adolescente do sexo masculino com faixa etária entre 15-19 anos de idade, que correspondem 56,5% da causa de óbito de homens, Atlas da violência (2018).

Sendo interessante nos interrogarmos e queremos saber as seguintes questões: o que estão levando os jovens a ser a população a estar entre as mais assassinadas durante o período de 10 anos? Será que o Estado de fato investe nesse público-alvo como deveria se investir? Em saúde, educação de qualidade, esporte, cultura e lazer?

Ressaltamos que o fenômeno da violência urbana cresce de forma descontrolada devido alguns fatores, entre esses, Maricato (2000), refere-se ao crescimento econômico, pois este se mantendo alto, o modelo "funcional" da sociedade acabou criando uma nova classe média urbana.

Desta maneira, nessas décadas conhecidas como "décadas perdidas", houve uma grande concentração da pobreza urbana, Maricato (2000), ressalta que o Brasil passou a concentrar multidões em várias áreas como morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies marcadas pela pobreza homogênea, ainda assim, nos anos 80 a sociedade brasileira conheceu também, pela primeira vez, um fenômeno que ficaria conhecido como violência urbana, sendo o início do aumento em relação ao número de homicídios na história do país.

Maricato (2000) ressalta ainda que as décadas perdidas não são as únicas a anotar as origens da tragédia urbana brasileira, como também as enchentes, desmoronamentos, poluição dos recursos hídricos, poluição do ar, impermeabilização da superfície do solo, desmatamento, congestionamento habitacional, retorno de epidemias, violência, etc. Sendo assim a autora demonstra que o crescimento urbano sempre se deu juntamente com a exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, quando as cidades passam a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação.

Além dos problemas com a violência, os problemas urbanos da cidade apresentam outras problemáticas, como mostra Weyrauch (2011), relacionadas a locomoção, congestionamento, fragilidade dos serviços de saneamento (água, esgoto e resíduos sólidos), poluição sonora e ambiental, especulação imobiliária do espaço funcionam como uma variável negativa, sendo assim na sociedade urbana há uma transversalidade a qual passa pela privatização da cidade, havendo as consequências da má gestão e todas as carências expressas pelos movimentos sociais, sejam eles de raça, gênero ou classe, em uma dinâmica cheia de imprevistos cujo cenário é a urbanização difundida do mundo, não obstante existem vários tipos de violência urbana, notamos que um dos fatores desta encontra-se nas manifestações atreladas aos casos de pobreza na cidade.

A violência nas grandes cidades é um fenômeno que está se tornando cada vez mais frequente na sociedade brasileira, e esse processo de violência presenciamos diariamente, ou nos é apresentado pelos meios de comunicação, contudo, podemos ressaltar que a violência urbana acontece de diversos tipos e por vários meios, sendo assim, nosso propósito é tratar sobre a violência urbana em Belém do Pará, na área de intervenção urbanística, em especial no espaço "Projeto Orla".

Podemos ressaltar que a violência na cidade acarreta consequências que afetam a vida da sociedade constantemente. Caldeira (2000, p. 27) destaca:

[...] o medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais

que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercado de muros.

Sendo assim podemos retratar a situação da violência urbana como um fenômeno que, de acordo com Lopes (2009), traz consigo o medo e a sensação de risco em relação à segurança pública, pois supomos que o aumento da violência nas cidades ocorre com mais frequência pelo fato da segurança pública não ter um efetivo suficiente para corresponder à sociedade, contudo, podemos considerar o debate sobre a sensação de insegurança, que conseqüente faz com que a sociedade busque tomar medidas defensivas e repressivas, visando mudança no processo que ocorre devido à violência.

De acordo com Caldeira (2000, p. 39), “o medo do crime se mistura com a ansiedade sobre a inflação e posição social; a condição individual se entrelaça com a situação social e com as transformações na cidade, no espaço público e no bairro”, então considera-se que para haver a violência, fatores externos chegam aos indivíduos que não têm as condições necessárias para se manterem nas grandes cidades, ou até mesmo suprirem suas necessidades básicas, as mudanças que ocorrem na sociedade afetam com mais rigor os marginalizados economicamente da sociedade.

Sendo assim, Caldeira (2000) ressalta que as crises econômicas que ocorrem no Brasil nas décadas de 1950, 60, 70, 80 e 90 influenciaram e transformaram a sociedade brasileira, mostra a década de 1980 a qual agravou a questão da violência nas grandes cidades brasileiras:

[...] outro processo que vem marcando profundamente a sociedade brasileira e especialmente suas regiões metropolitanas desde os anos 80 é o aumento do crime violento. Esse aumento obviamente acrescenta insegurança às já intensas ansiedades relacionadas à inflação, ao desemprego, e a uma transformação política que vinha afetando as configurações tradicionais de poder e expandindo os direitos de cidadania. Discussões sobre o medo do crime revelam a angústia que se gera quando as relações sociais não mais podem ser decodificadas e controladas de acordo com antigos critérios. (CALDEIRA, 2000, p. 55).

Retratando sobre o aumento da violência nas grandes cidades, Mitschein (2006, p. 7) mostra que o acelerado crescimento demográfico dos centros urbanos nos países em desenvolvimento, a favelização do espaço e a informalização do trabalho são alguns desdobramentos expressivos que intensificam e fomentam o aumento da violência nas grandes cidades. Nesse sentido, Caldeira (2000, p. 44) analisa essas transformações sendo “complexas e multifacetadas equações que conectaram o crime, a violência e o medo com outros processos que têm transformado a sociedade brasileira”.

As reações que a violência provoca têm seus rebatimentos nos dois lados da sociedade, Caldeira (2000) ressalta:

[...] o crime, o medo que ele provoca, o simbolismo que ele gera e as reações de proteção que ele promove, vou lidar principalmente com o que se poderia chamar de "o lado escuro da realidade social". Este lado não apenas se refere à violência, mas também reforça o autoritarismo e a segregação, estimula o preconceito e o racismo, e torna naturais as desigualdades sociais. (CALDEIRA, 2000, p. 45).

Podemos ressaltar que a sociedade que comete violência é estereotipada, estigmatizada, Caldeira (2000, p. 57) ressalta que “embora todos os grupos sociais sejam vítimas de crimes, elas são vítimas de diferentes tipos de delitos, sendo as classes trabalhadoras as mais vitimizadas pelos crimes violentos”, sendo assim, a parte da sociedade que julgam “parecem achar que os espaços do crime são espaços marginais, como as favelas e os cortiços, e que seus habitantes, criminosos em potencial, são pessoas que estão no limite da sociedade” (CALDEIRA, 2000, p. 57).

Weyrauch (2011) ressalta que o espaço urbano modificou-se para um espaço de intranquilidade, território da ação de um capitalismo industrial selvagem responsável pela desagregação de estruturas tradicionais que vinculavam os homens aos seus territórios de origem, logo, os centros das cidades passam a ser cenários de horror e violência, de revolta e indignação, e o que se fez durante décadas na cidade como espaço por excelência do fenômeno urbano era um subproduto da industrialização, esquecendo sua historicidade ao longo dos séculos.

Sendo produto do espaço urbano, Weyrauch (2011) mostra que a violência urbana se manifesta de diversas formas, individual e/ou coletivamente, segundo a natureza do espaço público e/ou privado, da qualidade de seu processo de produção, urbanização e, sobretudo, do nível de privação de sua população no campo da sobrevivência e dos direitos sociais, as formas históricas de violência variam segundo o *design* urbanístico do espaço, da qualidade do seu sistema sociopolítico cultural, do número de habitantes em um dado território e da consciência comunitária de seus habitantes.

Da Matta (1982) destaca que a violência é intrínseca às relações sociais, e que é transformada de acordo com a particularidade dessas relações em diferentes grupos e sociedades historicamente consideradas, no entanto, Gullo (1998) nos mostra que a violência é um processo social, uma estrutura social que é a expressão da sociedade, ou seja, é uma resposta a um sistema que se associa à forma de poder vigente onde a oposição entre dominante e dominado se reproduz de acordo com o contexto das relações sociais que o grupo

desenvolve, pois a temática da violência deve ser analisada minuciosamente no que se refere não somente a uma questão teórica como, também, uma questão percebida pelo senso comum.

Sobre a visão do senso comum relacionado à violência, Gullo (1998) ressalta que:

[...] a visão do senso comum ou popular aborda a violência como um mecanismo que resulta da experiência diária das pessoas, isto é, dois seres em luta, tendo em vista uma perspectiva moral, a injustiça dos destituídos e dos trabalhadores, algo concreto voltado contra um ser humano palpável, real e não contra um grupo ou classe definidos por meio de critérios políticos e econômicos. Conclusões sobre a violência social: 1. A violência é um fenômeno social inerente a qualquer tipo de sociedade; 2. A forma sob a qual se manifesta reflete o tipo de sociedade e mostra o seu significado nessa sociedade; 3. A violência depende, portanto, de estímulos provenientes da própria sociedade. (GULLO, 1998, p. 106).

Podemos então ressaltar que a violência urbana tem seus pressupostos que são enfatizados pela própria sociedade, mostrando esse fenômeno como atos que atualmente afetam todas as esferas da sociedade, porém a população retrata a partir de suas experiências cotidianas as quais são vistas somente pelo senso comum.

Sendo assim, Santos (2009) nos mostra que as áreas mais afetadas pelas tensões da globalização são os bairros mais pobres das cidades, por estarem mais expostos aos efeitos negativos da política liberal globalizada, conseqüentemente a isso, os governantes são, em grande parte, responsáveis por essa situação, pois não oferecem meios necessários aos cidadãos para uma real proteção contra os efeitos desse mal. Contudo, o fenômeno da violência urbana é constituído por uma série de situações conflitantes e cada vez mais complexa, incontroláveis, tanto pelos poderes públicos, quanto pelos especialistas do setor privado.

Vale a pena ressaltar como consequência da marginalidade social as ocorrências do fenômeno da violência urbana, pois conforme Berlinck (1977) nos mostra esse é um fenômeno universal na história das sociedades que se baseiam no capital como forma de organização do mercado, da mercadoria, da tecnologia, da força de trabalho, do lucro e da acumulação de capital.

Essa marginalidade é reflexo de situações semelhantes que ocorrem na sociedade e se manifestam através de grupos armados e bem organizados de acordo com a tecnologia utilizada pela sociedade, como parte integrante da dicotomia entre capital e trabalho que consolida o capitalismo industrial nas relações de produção, acaba por se desenvolver, geralmente, em bolsões urbanos que se intercomunicam com a sociedade inclusiva devido às contradições impostas pelo sistema social (BERLINCK, 1977).

Pedrazzini (2006) nos mostra que entre esses problemas da cidade, que afetam a questão da cidadania, a violência urbana não é um fenômeno isolado, esta se encontra juntamente com a urbanização caótica, a densificação ou a privatização dos espaços públicos, a segregação social leva a considerar as atividades informais e ilegais, violentas ou não, como indicadores de uma transformação mundial da civilização urbana.

Existem violência e criminalidade nas vidas da população, especialmente as populações consideradas mais pobres que residem nas áreas urbanas, Marra (2008) ressalta que este fenômeno ocorre não somente nos grandes centros urbanos como também em outras localidades, a criminalidade e a violência dominam debates políticos e discursos de ordem privada, enquanto os níveis descritos de homicídios e crimes que vitimam a população colocam Belém também em evidência.

Podemos então considerar que a violência urbana é hoje reconhecida como um componente relacionado aos direitos humanos e à justiça social, e é sim um problema que afeta não somente o crescimento econômico e a produtividade, mas também os níveis de pobreza.

De acordo com Marra (2008), poucos estudos têm a exatidão metodológica para estabelecer as causas da violência urbana, por isso muitas pesquisas se espelham na conjuntura descritiva ou na análise incompleta no que se refere às associações, entre as condições econômicas, e alguns especialistas argumentam que a pobreza por si só não é a causa da violência, mas para que essa ocorra se tem envolvido o aumento da desigualdade na distribuição de renda e dos recursos disponíveis etc.

Portanto, ressaltando a problemática da violência urbana, nas grandes cidades brasileiras, como um fenômeno que tem suas consequências advindas das ações econômicas elaboradas pelo estado, que passam a se expressar de forma mais intensa nas camadas mais pobres da sociedade, podemos considerar que essa parcela da população ao se encontrar sem elementos de valores sociais, culturais, econômicos, políticos e morais que possam lhes garantir subsídios perante a sociedade, acaba sendo marginalizada e julgada como culpada pela violência que é gerada na cidade.

Entre as diversas facetas da desigualdade social e da violência urbana, elencaremos algumas que são destaques na sociedade brasileira, entre essas temos a violência racial, pois no Brasil é forte e intensa a violência que é vivenciada pelo sujeito negro, pobre e periférico, ou seja, a concentração de homicídios da população negra, conforme o Atlas da Violência (2018) são elevados, e considerado dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a

magnitude da desigualdade, ou seja, se tratando de relação à violência letal, é como se negros e não negros vivessem em países completamente distintos.

O Atlas da Violência (2018) enfatiza que em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à de não negros (16,0% contra 40,2%). Logo, em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, e durante o mesmo período, a taxa entre os **não** negros teve uma redução de 6,8%. Demonstramos em números os dados referentes as estatísticas para levantar os dados de homicídio entre os negros, e os não negros, conforme o quadro 5 abaixo:

Quadro 5: Taxas de homicídios de negros por 100 mil, no Pará (2006 a 2016)

PARÁ	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	33,9	35,5	44,2	46,1	54,8	46,0	46,8	48,0	49,3	51,7	57,7

Fonte: Atlas da Violência, (2018).

Discutindo a respeito da morte em excesso da população negra no Estado do Pará, atualmente, podemos enfatizar a questão do genocídio negro está amplamente documentado e relacionado pelos melhores e mais insuspeitos historiadores, contudo, realizando uma relação à história da abolição da escravatura, esta não pôs fim, a desigualdade entre a sociedade, essa agravou mais ainda a violência contra o negro, estre essas o genocídio, Alves (2017).

Alves (2017) corrobora que o negro foi condenado à sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal, ou seja, expõem o extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas.

Quadro 6: Taxas de homicídios de Não negros por 100 mil, no Pará (2006 a 2016)

PARÁ	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	9,7	11,1	13,5	12,7	15,2	14,3	15,5	16,4	12,5	13,4	16,9

Fonte: Atlas da Violência, (2018).

A centralidade da ideia de genocídio, Nascimento (1979), nos mostra várias formas a partir do prisma de diversas situações que o negro está destinado ao aniquilamento, à exclusão e ao extermínio, dentro de uma lógica que é colonialista, branca e violenta.

Ainda assim o genocídio do negro no Brasil acontece sob vários vieses: político, econômico e cultural, tendo em vista que a questão da religião de matriz africana sofre perseguições atualmente, algo que o autor denomina de “Bastardização da cultura afro-brasileira” (ALVES, 2017).

Fazendo uma relação entre a história do genocídio negro com os dados acima é importante ressaltarmos Rocha (1996) que enfatiza um dos conceitos do que seja violência:

[...] A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto. (ROCHA, 1996, p. 10).

Então podemos destacar que a violência urbana para Lefebvre (2001) se manifesta de diversas formas, e seu ponto de partida se deu na sociedade moderna controlada pelo capitalismo, seu processo se deu com o surgimento da industrialização, pois este passou a ser o cerne dos problemas relativos à cidade, problemas esses que a própria cidade passou a caracterizar e que as levam em direção ao comércio, as trocas, e visam lucros.

Destaca-se ainda, conforme Lefebvre (2001) conservou esse caráter orgânico da comunidade que lhe vem da aldeia, e que conseqüentemente, devido ao processo e desenvolvimento industrial, houve o violento contraste entre riqueza e pobreza, burguesia e proletariado, patrão e trabalhador.

Para Pedrazzini (2006, p. 91), o fenômeno da violência urbana deve ser analisado como parte de um sistema sócio espacial dinâmico cujos elementos estruturantes seriam a economia liberal globalizada e a cidade como modelo ambiental hegemônico, ou seja, entre esses dois elementos fundadores da nossa “civilização”, entrariam outros componentes ligados ao social como: crescimento das desigualdades, entre essas, políticas e a criminalidade da pobreza; espaciais, fragmentação do território; e/ou ideologias, sujeição da democracia à segurança, os quais se combinam entre si para traçar um projeto de sociedade violenta e inquietante.

Dando ênfase à cidade como lugar das desigualdades, essa se intensifica em certos contextos históricos, pois com a consolidação do capitalismo há suas conseqüentes transformações, a qual colabora na interiorização da violência na medida do grau de frustração com base nas aspirações e bloqueios advindos tanto do desejo de qualidade de vida quanto dos estímulos da sociedade de consumo dirigido (WEYRAUCH, 2011).

Notamos que tais fatores como migração, industrialização, pobreza e analfabetismo, até a própria violência urbana praticada por atores sociais que são desprovidos de políticas públicas para satisfazerem suas necessidades, de acordo com Caldeira (2000), são elementos que reproduzem a criminalização dos pobres, acentuando as desigualdades.

O aumento da criminalidade faz com que a cidade se aprisione, se tranque com grades em suas residências transformando-as em fortalezas; para Weyrauch (2011), as ruas são novos territórios de trabalhos excluídos, servindo também de roubos, sequestros e crimes de todos os tipos, contudo, a violência faz a população refugiar-se à noite para o interior das casas, enquanto uma população de rua, identificada como “criminosa”, se instala nas mais variadas partes da cidade.

Dado o exposto, nota-se que a violência estrutural do capitalismo aliou-se à da cultura da violência (WEYRAUCH, 2011), pois nas mais variadas esferas do social, em uma cadeia cruel de resultados em que não se distinguem início e fim, entretanto, a violência da cidade expressa uma convenção de causas que elevam as frustrações da população ao nível da revolta.

Nas diversas ramificações que a violência se subdivide, nesse momento nos inserimos na violência entre sexo, podemos ressaltar que o número de homicídios contra mulheres são expressivos, pois conforme o quadro 7 abaixo há uma crescente no período de 2006 e 2016, ou seja, na seção sobre violência contra mulher, conforme o Atlas da Violência (2018) é levado em consideração a interação com a raça/cor da vítima, fizemos algumas breves reflexões sobre a questão do feminicídio no país, e analisado a evolução dos homicídios por estado, o Pará tem elevados índices conforme o quadro abaixo:

Quadro 7: Número de homicídio de Mulheres no Pará (2006 a 2016)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PARÁ	140	144	169	180	231	186	232	231	249	261	294

Fonte: Atlas da Violência, (2018).

De acordo com os dados acima, e o Mapa da Violência Contra a Mulher (2015) estima-se que, no Brasil, 13 mulheres são mortas por dia. Dos 4.762 assassinatos de mulheres em 2013, mais de 50% foram cometidos por familiares. E segundo os registros do Ministério da Saúde, mais de 47 mil mulheres foram mortas no Brasil nos últimos 10 anos.

Consideramos que essa violência de gênero atualmente está interligada a todo o tipo de violência que é praticada contra a mulher, pois compreendemos que a estrutura da sociedade realizada de forma patriarcal, na qual somente o homem quem dita às regras aos restantes dos grupos, em mulheres e crianças devem apenas obedecer, faz com que as ações de violência de gênero sejam cometidas contra as mulheres e consideradas como algo natural atualmente a categoria gênero seja utilizada para estudos referentes às mulheres entende-se que há interdependência entre as duas questões, Mapa da Violência Contra a Mulher (2015).

Conforme Osterine (2001, p. 18) acredita que “gênero sublinha o aspecto relacional entre homens e mulheres, ou seja, só poderá adquirir real sentido se recuperar a experiência conjunta de homens e mulheres em toda sua complexidade”. Por meio desta afirmativa, é notável a preocupação da autora em não apenas mostrar o caráter histórico do processo de submissão e dominação da mulher pelo homem. É preciso investigar com o mesmo afinco, a construção da identidade de gênero dos homens e como surgiu a mentalidade de dominador, o que nos parece bastante plausível.

Sendo assim, a violência urbana é um fenômeno que vem se alastrando no Brasil de norte a sul, conforme Lefebvre (2001), se expressa pela intensificação do capitalismo, com o aumento da exploração sobre os trabalhadores, além do fato de ser um fenômeno que vem crescendo assustadoramente na cidade de Belém (PA).

Assim, Bauman (2009) mostra que as cidades globais entraram numa nova fase histórica, inaugurada no fim do século XX, essas áreas são o epicentro das transformações em curso, e constituem observatórios particularmente importantes para compreender tudo o que está acontecendo. Essa transformação, de acordo com Bauman (2009), nasce dos efeitos produzidos por um duplo movimento:

[...] por um lado, e nas grandes áreas urbanas que se concentram as funções mais avançadas do capitalismo, que tem se acomodado segundo uma lógica de rede, cujos núcleos estruturais são justamente os centros globais. Por outro, as cidades tornam-se objeto de Novos e intensos fluxos de população e de uma profunda redistribuição da renda: seja nos bairros nobres, com a formação de uma elite global móvel e altamente profissionalizada, seja nos bairros populares, com a ampliação dos cinturões periféricos, onde se junta uma enorme quantidade de populações deserdadas. (BAUMAN, 2009, p. 8).

Então a cidade torna-se ameaçada em suas fundações, pois é submetida a intensas pressões que produzem uma verticalização crescente, os ricos tendem a se tornar ainda mais ricos, desfrutando as oportunidades disponibilizadas pela ampliação dos mercados, enquanto os mais pobres afundam na miséria, destituídos de sistemas de proteção social (BAUMAN, 2009).

O efeito desse duplo movimento é evidente na vida cotidiana de quem mora na cidade contemporânea: enquanto os bairros centrais são valorizados e tornam-se objeto de grandes investimentos urbanísticos, outras áreas são corroídas pela degradação e tornam-se marginais, sendo assim os mais pobres, aqueles que são obrigados a permanecer onde estão, são forçados a suportar as consequências mais negativas das mudanças (SANTANA, 2014).

Enfatizamos que para as ocorrências dos índices de criminalidade no espaço urbano, Santana (2014) ressalta que o espaço urbano é caracterizado como excludente, e esse fator

acaba facilitando a criação de espaços onde a criminalidade encontra meios para se estabelecer, e nesse meio acaba criando e desenvolvendo relações de poder.

Entre as causas que provocam o desenvolvimento da violência urbana, esta ocorre devido à ausência do poder público nas áreas de periferia, conseqüentemente cria zonas nas quais a ilegalidade acaba por comandar, não apenas os espaços físicos onde há venda de drogas ou outras atividades ilícitas, mas também todo o conjunto social que ali habita, ou seja, fazendo com que a população sinta-se ameaçada até certo ponto que muitas vezes se evita passar em certos locais, ou estabelece horários para sair de suas casas, com medo de sofrerem algum tipo de violência, sobretudo a violência física (SANTANA, 2014).

É importante considerarmos que o espaço urbano, nas áreas de periferia, em especial no bairro do Jurunas, teve sua territorialização realizada por meio da violência, que se deu e ainda se dá pela falta de infraestrutura no bairro e políticas públicas, o que conseqüentemente passou a apresentar, uma violência mais forte e desenfreada como temos visto e presenciado atualmente na região, entretanto, vale a pena ressaltar como consequência da marginalidade social que às ocorrências do fenômeno da violência urbana, é um fenômeno universal e histórico em todas as sociedades, ou seja, esse fenômeno é baseado no capital como forma de organização do mercado, da mercadoria, da tecnologia, da força de trabalho, do lucro e da acumulação de capital, que não considera o sujeito enquanto cidadão de direito, e sim como mais um colaborador para o desenvolvimento da produção e do capital.

Compreendemos que a marginalidade é reflexo da situação semelhante que ocorre na sociedade e se manifesta através de grupos armados e bem organizados de acordo com a tecnologia utilizada pela sociedade, geralmente acaba havendo o desenvolvimento de bolsões urbanos que se intercomunicam com a sociedade inclusiva devido às contradições impostas pelo sistema social (BERLINCK, 1977).

Sobre as consequências dessa violência, Santana (2014) enfatiza que essa se concretiza de diversas formas, e essa violência acaba recaindo na parcela da população residente nas áreas mais carentes, pois observamos que os jovens, por não terem meios e nem subsídios ofertados pelo Estado, são a parcela da população mais vulnerável que devido inúmeras consequências da violência, é mais fácil de ser recrutada e atuar no mercado ilegal das drogas, havendo como consequência disso o risco do aumento dos homicídios, na região, ou por disputa de território, ou para mostrar para a comunidade quem “manda” na área.

Conforme o exposto acima, podemos ressaltar essa dicotomia que vive a maioria da população em Belém, em especial tratamos aqui os bairros de periferias, e o que se nota atualmente é a presença do Estado por parte da polícia, em contrapartida há a presença do

poder paralelo, dos traficantes que comandam a localidade por meio de opressões, ameaças, ou até mesmo da prática de violência para com os moradores da área.

Portanto, atualmente na cidade de Belém do Pará, não somente na capital, mas também na Região Metropolitana de Belém (RMB), em bairros considerados periféricos, há esporadicamente ocorrências de chacinas que foram cometidas por meliantes ligados à polícia militar, ou seja, ações de ex-praças, com a intenção de “limpar” as ruas das ações de criminosos, o que conseqüentemente acaba aterrorizando mais a população local, pois estes justiceiros fazem “justiça” assassinando cidadãos que residem próximo ou residem nessas áreas periféricas.

Importante enfatizarmos também que a prática de homicídios está ficando cada vez mais “comum”, e a partir dessas ações compreendemos, e partimos das premissas que a prática dessa violência não ocorre exclusivamente pelas milícias, mas também, são cometidas por grupos e entre traficantes rivais; assaltantes rivais; e conseqüentemente acabam em ações corriqueiras de assassinatos, essas ações recaem como se fossem realizados pelas milícias, então frisamos que as ações de chacinas, e mortes na RMB, não é cometida apenas por milicianos.

Em contrapartida a esse novo fenômeno que acontece na RMB, enfatizamos, também, o poder paralelo que é exibido por aqueles que comandam o tráfico de drogas na área, ou seja, devido a essa difusão do tráfico de entorpecentes podemos notar o poder que é dado e que o traficante tem, pois este passa a reprimir por meio de ameaças, ou até mesmo atos de violência os indivíduos que se opõem as suas decisões tomadas, e logo se vê que o restante da sociedade fica nessa intercessão, entre o poder paralelo do traficante e do Estado por medo das milícias e dos traficantes que agem a partir de suas vontades.

3 O DESENVOLVIMENTO DA URBANIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA URBANA EM BELÉM

3.1 AS CIDADES DA AMAZÔNIA: DA COLÔNIA À BORRACHA

Na Amazônia, a origem das cidades está vinculada ao processo de ocupação colonial, sobretudo, obedecendo à exploração das “drogas do sertão”, da catequização imposta aos indígenas a partir da presença da igreja católica, contudo, Loureiro (2002, p. 107) enfatiza que sua utilidade servira economicamente mais à Metrópole no passado e hoje à Federação, do que para a própria região, pois, a Amazônia foi no passado “*um lugar com um bom estoque*

de índios” para servirem de escravos, e também, uma fonte de lucros no período das “*drogas do sertão*”, enriquecendo a Metrópole até o desenvolvimento da metropolização da cidade.

A respeito das cidades da Amazônia, Leal (1991) destaca que a história mostra-nos uma divisão em quatro períodos, o primeiro é o período exploratório, no qual Loureiro (2002) ressalta:

[...] o primeiro europeu a pisar as terras amazônicas, o espanhol Vicente Pinzon (em janeiro de 1500), percorreu a foz do Amazonas, conheceu a ilha de Marajó e surpreendeu-se em ver que se tratava de uma das regiões mais intensamente povoadas do mundo então conhecido. Ficou perplexo vendo a pororoca e maravilhado com as águas doces do mais extenso e mais volumoso rio do mundo. Foi bem acolhido pelos índios da região. Mas, apesar de fantástica, sua viagem marca o primeiro choque cultural e o primeiro ato de violência contra os povos da Amazônia: Pinzon aprisiona índios e os leva consigo para vender como escravos na Europa. (LOUREIRO, 2002, p. 108).

O segundo é chamado de período colonial português, considerado desde a fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822), conforme Leal (1991). Ele começa durante o século XVI, a partir do momento em que ingleses e holandeses surgem enquanto potências mercantis que passaram a disputar mercados com os países ibéricos, dirigindo-se para o Brasil e para a Amazônia, visando ocupá-la. Ainda no mesmo contexto, alguns ingleses e holandeses navegam a costa do Amapá e se estabelecem no Xingu, essas iniciativas fizeram com que os portugueses fundassem Belém em 1616 a partir do Forte do Castelo ou Forte do Presépio, assim sendo, a fundação da cidade de Belém surge como estratégia geopolítica de controle do território.

O terceiro período considerado o de vinculação à economia capitalista hegemônica subordinada, se dá a partir do século XIX, e seu início coincide com a vinculação subordinada do Brasil a Inglaterra.

Vale a pena comentar que durante o século XVIII, Espanha e Portugal passam por declínio econômico, ao mesmo tempo em que a Inglaterra se consolida enquanto potência industrial e fortalece o modo de produção capitalista, que avança como expressão do fortalecimento burguês a nível mundial.

Contudo, a Amazônia de La Condamine, de acordo com Leal (1991), ao experimentarem o “cucare” e seus possíveis antídotos que, juntamente com a borracha, foram levados para Europa, Santos (1980) dá ênfase a borracha, e no primeiro contato dos europeus com a borracha amazônica, o mesmo enfatiza:

Em resumo, a nota mencionava uma árvore que os nativos da região chamavam de *Hhevé* e os índios maias de *cautchuc*; dela escorria uma resina, ‘branca como o leite’, que, uma vez endurecida ao sol, se prestava para a confecção de tochas; a

resina permitia também, quando tratada em moldes de terra, o fabrico de garrafas mais leves que as de vidro e absolutamente infensas à fragmentação. (SANTOS, 1980, p. 43)

Sendo assim, ainda conforme Santos (1980), La Condamine fez diversos ensaios com a borracha, houve várias sequências de descobertas, (LEAL, 1991) havendo como marco a de Macintosh em 1823, que patenteou tecidos impermeáveis da indústria francesa na fabricação da borracha; contudo, após muitos anos de experimentação sobre as árvores gomíferas, e vários problema técnicos, Macintosh colocando a borracha entre duas peças de pano para a fabricação de seu “tecido duplo” patenteou e passou a existir posteriormente uma solução mais definitiva que estava por vir, que era a *vulcanização* que foi descoberta por Goodyear em 1839, essa sendo a base de tratamento térmico à base de enxofre – a vulcanização – que ampliava as propriedades que tinham na matéria em desenvolvimento, tornando-a mais forte, resistente e mais elástica; em 1888, Dunlop descobre a câmara de ar, sendo esta objeto que torna os rodados muito mais macios, que se popularizariam com o surgimento do veículos automotivos e das bicicletas.

Até então a Amazônia era a única fornecedora da borracha para o mercado mundial, porém, de acordo com Santos (1980), houve o primeiro concorrente, o qual estava localizado na América Central cuja produção gomífera aparecera no mercado nos anos de 1850; em seguida a África em 1860; e a Índia em 1870 havia se tornado uma concorrente importante, assim sendo a borracha não era mais o principal gênero de produção na Amazônia ao findar a primeira metade do século XIX, pois antes dela havia produtos como fumo, cacau, couros e arroz.

O quarto período, de acordo com Leal (1991), é a fase da atualidade e a ocupação recente, nesse momento se tem a redefinição da Divisão Internacional do Trabalho após a Segunda Guerra Mundial, contudo, entendemos que a borracha foi à matéria-prima mais importante da época para acumulação de riqueza a partir da segunda metade do século XIX, e no momento de substituição da borracha nativa pela borracha cultivada, levou ao fim do primeiro período da borracha e sua contribuição expressiva e integrada da Amazônia à economia mundial, perdendo mercado e voltando as suas condições de origem, entrando em decadência.

Compreendemos que os períodos históricos de desenvolvimento da Amazônia são efetivados com intuito de buscar e estimular à busca de riquezas na região, o que fez com que aumentasse as desigualdades na área:

A originalidade do contexto colonial reside em que as realidades econômicas, as desigualdades, a, enorme diferença dos modos, de vida não logram nunca mascarar as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença, dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades humanas. (FANON, 1968, p. 29).

Sendo assim, entendemos que com a não efetivação de um Estado de direito no Brasil, no período colonial, o que tivemos foi um “desenvolvimento” de forma unilateral, que visou apenas o lado econômico, com a constituição de bens apenas para uma pequena parcela da população.

O enriquecimento ocorrido durante o ciclo da borracha, que correspondeu à segunda metade do século XIX e a primeira década do século XX, conforme Cardoso et al. (2015), viabilizou transformações importantes na organização socioespacial da cidade de Belém, como a implantação da ferrovia que estruturou a primeira ocupação contínua da Amazônia Oriental, ocorrida na Região Nordeste do estado do Pará, sendo assim, a ferrovia possibilitou que os produtos da floresta chegassem mais rapidamente e houvesse a diversificação crescente das atividades econômicas, a qual aumentou a aglomeração de habitantes com outras preferências e criou a necessidade de abastecimento de outros produtos agrícolas, produzidos na área de influência da citada ferrovia, e de acordo com os mesmos:

A Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB) constitui-se em um marco da continentalização da RMB, sua construção foi iniciada em 1883; em 1884 chegou a Benevides; e em 1885 a Castanhal, quando houve paralisação das obras até 1901. Em 1908, a ferrovia foi concluída, e esteve em operação sob responsabilidade do Governo do Estado do Pará até 1936. A partir de então, passou a ser responsabilidade do Governo Federal, que a desativou em 1957, e incorporou seu traçado à rodovia BR-316 em 1965, sendo que a expansão ocorrida até 1885 corresponde até hoje ao acesso rodoviário a Belém e à RMB (PENTEADO, 1968). A Ferrovia Belém-Bragança, ligava a capital Belém à cidade de Bragança, na costa atlântica, e se constituía em estratégia de ocupação do território completamente diferente da lógica ribeirinha prevalecente até então. (CARDOSO et al., 2015, p. 39).

A ferrovia era destaque, pois, era vista como uma modernidade e peça fundamental para a nova produção rural e para o abastecimento da capital com produtos agrícolas, sendo assim, essa era composta por três ramais, conforme Cardoso et al. (2015) ressaltam:

a) o Ramal Pinheiro, que se destinava à Vila Pinheiro (atual distrito de Icoaraci), e o qual se tornou eixo estruturador da ocupação da 2ª Léguas Patrimonial de Belém, mais tarde transformada na Rodovia Augusto Montenegro e determinante de condição de acessibilidade, padrão fundiário e de estratégias de uso e ocupação dos solos atuais [...] b) o ramal da Prata que chegava até Igarapé-Açu, e que teve suas paradas como ponto de origem da maioria das sedes municipais que compõe a RMB atualmente; e c) ramal de Bragança, último trecho da ferrovia, que articulado com o ramal da Prata originou o traçado da BR-316. (CARDOSO et al., 2015, p. 40).

De acordo com Cardoso et al. (2015, p. 204), em 1910, com o fim do ciclo da borracha a Região Nordeste do Pará continua a abastecer a capital Belém com produtos agrícolas, e de acordo com as atividades associadas às paradas do trem, houve a consolidação das novas aglomerações, a criação de cidades e vilas, e o adensamento da urbanização na região, que passou a articular núcleos de ocupação ribeirinha e continental, a área de influência da ferrovia constituiu-se na primeira fronteira agrícola da região, que apresentava dinâmica de crescimento populacional e econômico, enquanto o restante do estado, de base extrativista, apresentava tendência de retração, face ao declínio do extrativismo da borracha.

Importante fazermos uma indagação a respeito do ciclo da borracha, pois foi a partir desse período que as cidades da Região Norte, em especial Belém, passaram a ser vistas de outro modo pelos governantes, pelo viés econômico, mesmo assim, ainda eram reconhecidas apenas pelas suas riquezas naturais, e o desenvolvimento que ocorreu na capital do Pará no período da borracha, teve seus destinatários certos, ou seja, enfatizamos que a urbanização de Belém não foi e não é para todos os cidadãos, pois como ainda vemos atualmente, o descaso dos gestores públicos para com aqueles que residem em locais menos urbanizados, com pouca infraestrutura.

Ressaltam Cardoso et al. (2015) que o setor industrial em Belém, a partir do declínio relativo da cidade enquanto centro regional após a queda do preço da borracha, teve sua riqueza e renda gerais perdidas, pois o comércio e o extrativismo da borracha perderam participação no PIB, contudo, mesmo com as adversidades emergiram outras atividades de diversificação produtiva, abrangendo as atividades extrativas de produtos industriais, e apesar da baixa incorporação tecnológica, tal fato manifestou o desenvolvimento de diversas atividades inexistente em outras cidades amazônicas no mesmo período, o qual, entretanto, fora incapaz de resistir aos efeitos do processo de integração implantados pelo governo federal a partir da abertura da BR 010 (Belém-Brasília), e as tentativas de diversificar a indústria não resistiram à concorrência criada pelas indústrias de outras regiões do país, sendo limitada a condição de financiamento, gerenciamento e a matriz energética da região, conseqüentemente, as iniciativas de industrialização que ocorreram em Belém por iniciativa do setor privado, meio século antes do início das ações do governo federal para integração da Amazônia, fora dada como resposta ao isolamento da região em relação ao resto do país, e também, graças à reserva de capital mercantil acumulada no decorrer do ciclo da borracha.

Reconhecemos as iniciativas de industrialização que ocorreram em Belém por meio do setor privado, setor esse que desenvolveu algumas áreas da capital e até mesmo dos interiores com intuito de integrar a Amazônia ao restante do país, contudo, Belém deteve centralidade

mercantil e industrial no cenário regional, e contou com uma população migrante de diversas origens, sendo assim, Ventura Neto (2012), citado por Cardoso et al. (2015), ressalta:

Além disso, havia participação duplicada na renda do setor no estado do Pará (SANTOS, 1980, p. 341 apud COSTA, 2012, p. 154), apesar da baixa incorporação tecnológica, esse fato manifestava uma diversidade de atividades inexistente em outras cidades amazônicas no mesmo período, mas revelou-se incapaz de sobreviver à concepção de desenvolvimento e integração implantados pelo Governo Federal a partir da abertura da rodovia BR-010 (Belém-Brasília). Em Belém, a atividade industrial floresceu até o fim da II Grande Guerra, concentrada no bairro do Reduto, adjacente à área portuária e o fechamento dessas indústrias no final dos anos 1950 transformou o patrimônio imobiliário no ativo mais expressivo do espólio industrial, sobrevalorizado décadas depois com uma ação de macrodrenagem no Igarapé das Almas. Essa ação de macrodrenagem foi promovida pelo Governo Federal, e se estendeu desde os anos 1960 até os anos 1980 viabilizando a operação imobiliária mais bem-sucedida da cidade. (VENTURA NETO, 2012 apud CARDOSO; FERNANDES; BASTOS; SOUSA et al., 2015, p. 42).

Cardoso et al. (2015) ressaltam, contudo, que dentre as ações realizadas pelas esferas de governos, e por meio da União, tem-se à realização do Projeto Carajás, que abrangeu eixos de logística entre essas a (instalação de porto em Barcarena, construção da UHE em Tucuruí), extração mineral de ferro e bauxita e implantação de complexo de produção de alumina em Barcarena, que se tornou a área industrial mais expressiva sob influência da RMB, contudo, os distritos industriais induzidos de Icoaraci, em Belém e de Ananindeua, por iniciativa dos respectivos municípios não decolaram até o momento como planejados, devido às dinâmicas econômicas operadas simultaneamente na capital.

Sendo assim, as dinâmicas que foram implantadas por meio das intervenções federais que acompanham os processos metropolitanos típicos do país, apesar da condição periférica da Amazônia e da manifestação de padrões de fronteira na economia e nos movimentos populacionais no estado, fora possível notar que as evidências apresentadas convergiram para a apresentação de um elemento importante para a compreensão de como a RMB se constitui em variação do fenômeno metropolitano brasileiro, portanto, conforme Loureiro (2002):

[...] como fonte de ouro, como em Serra Pelada, que serviu para pagar parte da dívida nacional, deixando na região apenas as belas reproduções das fotografias que percorreram o mundo, mostrando a condição subumana do trabalho dos homens no garimpo; como geradora de energia elétrica para exportar para outras regiões do Brasil e para os grandes projetos, que a consomem a preços subsidiados, enquanto o morador da região paga pela mesma energia um preço bem mais elevado; seja como última fronteira econômica para a qual milhões de brasileiros têm acorrido nas últimas décadas, com vistas a fugirem da persistente crise econômica do país, buscando na Amazônia um destino melhor (o que, infelizmente, poucos encontram). (LOUREIRO, 2002, p. 107).

Essa foi nossa breve abordagem sobre o “descobrimento” e “surgimento” da Amazônia atualmente, e conforme os autores mencionados compreendemos que a região tem

seu papel voltado à exploração de seus recursos naturais pelos países desenvolvidos de forma mais rápida e por um processo mais feroz de destruição do meio ambiente, restando aos nativos apenas as destruições e as dívidas como herança. Entretanto, é importante ressaltarmos que no tópico a seguir enfatizaremos a cidade de Belém do Pará no contexto da integração nacional, e como fora realizado esse desenvolvimento e a produção da metrópole de Belém.

3.2 A METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM NO CONTEXTO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E A PRODUÇÃO DO URBANO NA METRÓPOLE DE BELÉM

Nesse momento da discussão abordaremos sobre a metropolização de Belém e sua integração ao restante do país; e como se realizou a produção do urbano na metrópole de Belém, então para esse debate utilizaremos como apoio o texto “*Belém: Transformações Na Ordem Urbana, (2015)*”, o qual é importante salientar a discussão dos autores Cardoso et al. (2015):

Ao longo da segunda metade do século XX, o processo de integração da Amazônia ao restante do território nacional, esteve a serviço da industrialização concentrada no sudeste do país, tendo em vista a formação de mercado consumidor nacional. Esse fato, mais a expansão da fronteira agropecuária, alteraram completamente o papel histórico que Belém desempenhava como nó principal de integração entre o mercado regional, formado pela rede de comércio e serviço existente nas pequenas cidades no interior da Amazônia e a dinâmica econômica internacional. Os novos eixos de integração nacional permitiram maior articulação e crescimento de cidades médias no interior do Pará, tendência intensificada na medida em que o transporte rodoviário substituiu o transporte fluvial, o que promoveu a integração da região aos mercados nacionais de produtos e serviços e a formação de uma “base logística” para o processo de ocupação da fronteira. (CARDOSO et al., 2015, p. 44).

Com o discurso norteador dos anos 1970, no qual remetia a Amazônia a uma “terra sem homens para homens sem terra”, acabou se criando um intenso e massivo fluxo migratório para a Região Norte, o qual inicialmente os migrantes foram direcionados para os assentamentos rurais e grandes obras de infraestrutura ligadas à logística e projetos de exploração mineral, e a partir de ações conduzidas com financiamento externo, que posteriormente ocorreram mudanças nas taxas de juros devido à crise internacional do petróleo, inviabilizaram a continuidade dos investimentos, os quais consequentemente Cardoso et al. (2015) destacam que:

Com a crise econômica, a população migrante liberada das atividades rurais e das grandes obras passou a circular no território e, gradativamente, elegeu a capital

como local de destino, iniciando um processo de redirecionamento do fluxo migratório, originalmente destinado a outras regiões do estado do Pará, para a região metropolitana [...]. A função da Amazônia Oriental de receptáculo de mão de obra foi estimulada, entre outros aspectos, pelo processo de expansão da fronteira agropecuária nacional, caracterizado por alto grau de concentração fundiária e pela modernização conservadora no campo. (CARDOSO et al., 2015, p. 45).

Fazendo um breve comentário sobre o período supracitado, observamos que a cidade de Belém tem sua relevância no processo de desenvolvimento da Região Norte e de sua integração ao restante do país, pois com os avanços urbanísticos nas cidades do sul e sudeste do Brasil, a capital do estado não poderia ficar de fora, entretanto, juntamente com o desenvolvimento urbano unilateral, desenvolvido apenas para uma parcela da população, vieram as consequências da segregação socioespacial, como a falta de infraestrutura adequada que oferecesse melhores condições de saúde à população, a violência urbana, moradias e habitações irregulares, etc., ou seja, entendemos que há uma participação do estado para o dito “desenvolvimento social”, que se dá de forma intensa, mas sabemos que esse desenvolvimento tem objetivos os quais não são para afetar a todos, ou seja, conforme Maricato (1999):

A exclusão urbanística, representada pela gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, é ignorada na representação da "cidade oficial". Ela não cabe nas categorias do planejamento modernista/funcionalista pois mostra semelhança com as formas urbanas pré-modernas. É possível reconhecer nas favelas semelhanças formais com os bairros medievais. (MARICATO, 1999, p. 122).

Então, a partir do processo de desenvolvimento e industrialização do país, e sem haver propostas efetivas para o setor agrícola, conseqüentemente os resultados foram a deterioração das condições de vida do homem do campo no período, o qual acabou trazendo consigo a inviabilização de tradicionais modos de (re)produção da população cabocla do interior, ou seja, em duas décadas, a dinâmica migratória alcançou plenamente as cidades que já desempenhavam ou que assumiram papel de polo regional, introduzindo novos níveis hierárquicos na rede urbana em formação, e conforme Cardoso et al. (2015):

Como evidência desse fenômeno, observa-se que, na base de dados dos Estudos de Regionalização de Cidades (IBGE, 2008), os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Barcarena aparecem incorporados na Área de Concentração Populacional de Belém, amalgamados na categoria Metrópole. Os municípios do entorno da RMB que apresentam alguma alteração de centralidade entre as pesquisas Regic de 1966 a 2007 são: Barcarena, que evoluiu de Centro Local B em 1966, para Centro Sub-regional B em 2007; São Miguel do Guamá, que passou da condição de Centro Local B para Centro Local em 2007; e Castanhal que manteve a mesma posição no período, Centro Sub-regional A. Todos os demais municípios do entorno da RMB não sofreram alteração na sua condição de Centro Local, o mais baixo nível hierárquico da rede, confirmando a tendência à estagnação da maior parte dos municípios do entorno da RMB, com exceção de Barcarena (que abriga um porto desde 1985 e indústrias ligadas à produção de alumina e caulim acordados em

cooperação com o Japão desde 1976), excluída do escopo dos grandes projetos. No decorrer deste mesmo período no interior do Pará, as cidades de Santarém (1661) e Marabá (1913), historicamente destacadas como cidades ribeirinhas e que serviram de base de apoio para ciclos econômicos de abrangência mais restrita, se articularam ao modal rodoviário, evoluindo de centros regionais para capitais regionais. Já cidades como i) Itaituba (1812), de origem ribeirinha, mas incorporada ao trajeto da Rodovia Transamazônica; ii) Paragominas (1965), criada a partir da implantação da Rodovia Belém-Brasília e fortemente associada à exploração de madeira; iii) Tucuruí (1782), cidade ribeirinha que recebeu a maior Usina Hidrelétrica Nacional (UHE Tucuruí) e iv) Redenção (1972), localizada na área de intercessão da PA-287 com a BR-158 e BR-155 (antiga PA-150), ascendem no período do último nível para Centros sub-regionais. Destaca-se o caso de Parauapebas (1983) que foi criada em função da exploração de ferro na província de Carajás e tornou-se centro de zona no decorrer de apenas 24 anos. Observa-se que as cidades criadas após os anos 1960 estão diretamente associadas à abertura das rodovias, e nas cidades ribeirinhas que mais ascenderam ocorreu a articulação entre os dois modais (rodoviário e hidroviário) [...] Contudo, estudos macroeconômicos [...] apesar dos grandes investimentos públicos e privados (mineração e agropecuária), historicamente realizados em áreas rurais ou próximo às cidades pequenas, do crescimento demográfico observado no estado e da redistribuição de população por diversas cidades do interior, permanece a tendência de fortalecimento da RMB em função do processo de consolidação dos municípios que estão conurbados com a capital. Simulações desenvolvidas por Simões et al. (2013) para o Pará, adotando a metodologia do Regic (IBGE, 2008) e alimentada com dados do Censo 2010, com um maior detalhamento dos níveis hierárquicos (de cinco para onze classes de cidades) e uma maior ponderação para variáveis de maior relevância para a região amazônica (maior peso para crescimento demográfico e PIB) revelam que a rede urbana do estado do Pará possui estruturas com limitadas possibilidades de alteração entre 2010 e 2020. (CARDOSO et al., 2015, p. 45-47).

Entendemos que apesar do acúmulo existente de ações o desenvolvimento da fronteira urbana na Amazônia após a década de 1960 sofreu consequências da intervenção estatal sobre o espaço regional amazônico, a atuação do Governo Federal foi a principal responsável pela elaboração de um conjunto de políticas voltadas para o controle da terra, para a migração induzida e até mesmo o incentivo a grandes empreendimentos na região afetou significativamente o processo de expansão territorial na localidade, entretanto, o desenvolvimento realizado pelo Estado para a sociedade não tem a mesma intenção com que é para os investidores do capital, conforme ressalta Maricato (1999):

No caso das metrópoles, além dos grupos locais, o capital imobiliário e as empreiteiras contam sempre na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito. [...] Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, mercado para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns. (MARICATO, 1999, p. 124-125).

Sendo assim, conforme Trindade Jr. (1998 apud CARDOSO et al., 2015), a região da Amazônia devido à dinâmica de sua ocupação, e conseqüentemente a urbanização de Belém,

e sua região metropolitana, se tornou dependente de atividades terciárias, seguindo uma trajetória diversa de Manaus, metrópole da Amazônia Ocidental, que teve seu crescimento pautado a partir do fortalecimento do setor industrial desde a criação da Zona Franca de Manaus em 1967.

Entretanto, por meio das iniciativas do governo militar a partir do planejamento comprometido com a descentralização industrial manifestas nas formulações do II Plano Nacional de Desenvolvimento e do Programa Polamazônia, impuseram um processo de reestruturação produtiva fortemente articulada à política de incentivos governamentais destinados aos grandes empreendimentos implantados na região, que se desdobrou no fortalecimento de cidades médias na Amazônia durante as décadas de 1970 e 1980, e conforme Cardoso et al. (2015) a reestruturação produtiva investiu na localidade:

Essa reestruturação produtiva instituiu uma nova dinâmica econômica caracterizada pela migração do empresariado e dos investimentos para as localidades que apresentassem maiores vantagens comparativas em detrimento das possibilidades oferecidas pela capital (Belém). Os incentivos fiscais e a abertura de estradas viabilizaram um processo de desconcentração produtiva que contribuiu para o fortalecimento das cidades médias, e para perda de centralidade econômica da RMB em relação a determinadas regiões do interior do estado do Pará e à Amazônia Legal [...] Para Trindade Jr. (1998), este movimento de dispersão produtiva e populacional tem levado alguns autores a interpretarem esse processo erroneamente como fenômeno sinônimo de Desmetropolização, possivelmente fortalecido pelo debate regional sobre o papel das cidades médias, vis-à-vis, ao papel da RMB sobre a situação diante do novo processo de complexificação e expansão da fronteira urbana na Amazônia Oriental brasileira. (CARDOSO et al., 2015, p. 50).

Sendo assim, Belém aos poucos assumiu o posto de menor centralidade regional, mesmo que suas funções fossem para manter a condição de metrópole em escala menor e menor relevância regional, menor do que no passado, ou seja, suas funções eram de uma cidade que centralizava todas as ações de articulação do mundo exterior com a rede de cidades do interior da Amazônia, contudo, Belém se transformou em apenas mais um polo regional estratégico, ou Centro Regional:

[...] entre outros, exportador de *commodities*, fornecedor de serviços e receptor de grandes contingentes populacionais que seriam relativamente mal absorvidos pela estrutura de empregos urbanos da “cidade”, uma vez que não dispõe de atividade industrial mais expressiva e, por isso, não conseguiria dar resposta adequada aos desafios de uma sociedade crescentemente industrialista e com vocação para a sociedade de consumo e com *habitus* de vida considerados como tipicamente urbanos. (CARDOSO et al., 2015, p. 51).

Então, a partir dos expostos por Cardoso et al. (2015), compreendermos que houve diversas discussões sobre o processo de complexificação da rede de cidades, pois para Região

Sudeste do Pará pode significar uma perda de centralidade da RMB na região, entretanto, por outro lado, ocorreu a redefinição da posição estratégica da RMB no processo de acumulação de capital, decorrente da integração da Amazônia Oriental às dinâmicas de desenvolvimento próprias do capitalismo monopolista e industrial brasileiro.

Contudo, essa perspectiva da ideia de desmetropolização é descartada, pois, se reconhece a nova inserção do espaço metropolitano de Belém na dinâmica territorial da região, e conforme Cardoso et al. (2015) o que se observa é um reforço da urbanização concentrada, a qual culmina no processo de metropolização mais intenso e reforçado pelo fato de que o desenvolvimento condensado e expansivo da metrópole é determinado mais pela abrangência de processos de caráter metropolitano do que propriamente por limites administrativos.

Sendo assim entendemos que o crescimento de atividades produtivas e do processo de integração territorial do Pará ao Brasil serviu apenas para o processo de formação dessa nova rede de cidades na Amazônia, pois esse fenômeno estaria ligado ao processo de concentração e especialização de diversos ramos de atividades comerciais e de serviços nas capitais dos estados amazônicos, e também ao processo de desconcentração das atividades industriais e agropecuárias.

E com o processo de integração da Amazônia ao país a partir da década de 1960, há o aumento da complexidade funcional dos centros urbanos na região, ou seja:

[...] houve uma crescente divisão do trabalho entre cidades que passam a compor redes de interações espaciais geradoras de diferentes tipos de papéis, tais como: o de produção, distribuição e gestão de recursos e do excedente econômico gerado na economia regional. Neste contexto, grandes regiões metropolitanas, como Belém, começam a se destacar como centros regionais de importância agora ligadas a um papel menos dependente de atividades produtivas industriais e agrícolas. Uma região agora cada vez mais ligada a uma rede de comércio e serviços que passam a representar o centro e fonte renovada do vigor polarizador da RMB. (CARDOSO et al., 2015, p. 53).

Entretanto, entende-se que Belém tornou-se um centro onde, de acordo com Santos (1993), se busca, manipula e fomenta informações a serem utilizadas em favor da economia, da sociedade, da política e da cultura industrial, mas que ainda recebe grande parte da mão de obra móvel e eclética que circula no espaço regional.

A cidade de Belém transformou-se, ao longo de séculos, num espaço de forte diversidade, de atividades econômicas, de comércio e de serviços, apoiada por uma miríade de pequenos núcleos urbanos espalhados no vasto território amazônico. Neste sentido

entendemos que ainda hoje a capital do estado, além das funções inerentes a essa condição, mantém o elevado grau de interligação com as cidades ribeirinhas da região.

Ressaltamos, conforme Cardoso et al. (2015), que o fenômeno da metropolização de Belém foi fortalecido pelo processo de migração da população de baixa renda das regiões do Marajó e Baixo Tocantins, áreas não incluídas no espaço dos grandes projetos federais implantados no Pará a partir dos anos 1960, e que ficaram relativamente à margem das transformações seletivas do meio técnico, científico e informacional (ex: estradas, sistemas de monitoramento, infraestrutura de telecomunicações), entretanto, enfatizam:

[...] a estagnação ocorrida nas áreas citadas na década de 1980 intensificou a ocupação das baixadas (áreas de várzea) de Belém, assim como a periferação da sua região metropolitana, e tais circunstâncias favoreceram intenso movimento migratório justificado pela busca da população do interior por melhores condições de vida: tanto de trabalho, como de renda individual e condições de oferta de infraestrutura e serviços públicos. (MITSCHERIN, 1989, p. 62 apud CARDOSO et al., 2015, p. 35).

Sendo assim, entendemos que a condição da cidade ligada a uma rede dendrítica e sua relação histórica com a região ribeirinha do interior da Amazônia, se explicaria a partir do momento no qual a condição da capital é vista como destino de migrantes em busca de oportunidades de trabalho ou em busca de melhores condições de vida na cidade, situação que encontrou pouca sustentação nas possibilidades de crescimento do mercado formal de trabalho, tanto no setor de comércio como na indústria, pois, com a implantação dos grandes projetos federais foi precedida por meio da conexão rodoviária com o resto do país através da BR-010, o que conseqüentemente aumentou a concorrência da indústria local com os produtos de outros estados e levou a uma desindustrialização crescente e perda de empregos industriais existentes até os anos 1950, entretanto Cardoso et al. (2015) ressaltam:

Tal dinâmica migratória regional somada à expansão da fronteira urbana na Amazônia contribuiu para a metropolização de Belém durante as décadas de 1970 e 1980, e nessa perspectiva, a literatura que aborda o processo de desenvolvimento territorial ocorrido na Amazônia na segunda metade do século XX (BECKER, 1985; CORRÊA, 1987; MACHADO, 1992; 1998) ressalta a importância do processo de integração rodoviária das regiões Sul e Sudeste do Pará ao restante do país (eixos da Belém-Brasília e PA-150). Segundo Trindade Jr. (1998), a expansão da fronteira e da RMB seriam verso e reverso da mesma moeda, na medida em que esta região metropolitana passou a cumprir papéis de centralidade cada vez mais relevantes na Amazônia Oriental. Apesar do padrão de investimentos dispersos adotado pelo Governo Federal ter sido manifesto por investimentos diretos e/ou do financiamento do setor privado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e voltados para projetos de assentamento rural, construção de usinas hidrelétricas, abertura de rodovias, projetos de extração mineral e de madeira, houve manutenção da centralidade de Belém justificada em grande parte pelo fortalecimento de atividades de comércio e serviços vinculadas a esses novos empreendimentos, no Pará e no entorno da RMB. (CARDOSO et al., 2015, p. 36-37).

Nesse contexto, os autores Cardoso et al. (2015) ressaltam:

A RMB assimilou ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos, diversos papéis estruturais caminhando no sentido da formação de uma região metropolitana complexa com um alto nível de diversificação do seu mercado de trabalho, associada a uma grande variedade de atividades de comércio e serviços formais e informais, mas que apresenta, apesar de suas mudanças mais recentes, uma herança ainda fortemente marcada por sua relação secular com os rios e cidades ribeirinhas da região. Essa diversificação é intensificada pela consolidação de grandes projetos exportadores (minerais, madeireiros, agropecuários etc.), já mencionados, no estado, conectados à capital paraense por uma rede de comércio e serviços por via rodoviária, enquanto a dinâmica tradicional ainda mantém o fluxo de pessoas e mercadorias através dos rios. A RMB acumulou desse modo, vários eixos de integração modal (rodoviário, hidroviário e aéreo), formando uma malha urbana de grande complexidade estrutural. (CARDOSO; FERNANDES; BASTOS, 2015, p. 37).

Com relação às características gerais ligadas a formação histórica e territorial da RMB se constitui especificidades às quais mantêm sua importância relacionada à sua dimensão voltada para atividades ribeirinhas, ou seja, as áreas relacionadas à Ilha de Marajó e região do Baixo Tocantins, e também sobre o eixo rodoviário constituído pelas BR-316 e BR-010, os quais se deram início a partir do fim dos anos 1950, e a PA-150 a partir da década de 1980, e com a intenção de forte integração com as regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Pará, essa localização urbana foi de fundamental importância para o desenvolvimento do novo capital industrial e financeiro que hoje já comanda o processo de formação de distribuição do excedente econômico na Amazônia.

Conforme Cardoso et al. (2015), a formação contemporânea da RMB é resultante de uma correlação de todas as forças, a qual se constitui em variante da metrópole que passou a servir de centro de comando remoto para o grande capital nacional, viabilizando suporte para que atividades econômicas comandadas em outros locais se estabeleçam na Amazônia, e que ao mesmo tempo a cidade oferece aos habitantes da região o acesso a serviços e padrões de consumo de padrão nacional, não acompanhado por oportunidades de geração de renda, esse último fator que atualmente causa consequências na sociedade, pois, é notória a crescente mobilização do mercado informal, para os que conseguiram, e o estado de pobreza para aqueles que ficaram fora do mercado de trabalho.

A contextualização da RMB é necessária, pois devido o processo histórico que essa passou, precisa-se compreender a Região Metropolitana de Belém não somente como palco de processos socioeconômicos nacionais (metropolitanos), mas também de dinâmicas regionais históricas e recentes (próprios da transformação geopolítica da Amazônia), e assim situá-la

como herdeira das ambiguidades do processo de industrialização do país, sendo assim, Trindade Jr. e Barbosa (2016) ressaltam:

A Região Metropolitana de Belém (RMB), estado do Pará, é um dos onze espaços metropolitanos oficialmente reconhecidos na Amazônia brasileira. Foi criada em 1973 com apenas dois municípios, Belém e Ananindeua. No ano de 1995, foi reconhecida uma nova configuração desse espaço, incluindo, além daqueles, os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará. Ainda mais recentemente, em 2010 e 2011, foram incluídos respectivamente os municípios de Santa Isabel do Pará e Castanhal. (TRINDADE JR; BARBOSA, 2016, p. 350).

Contudo, Fernandes, Cardoso e Lima (2015) enfatizam o processo de Metropolização da cidade de Belém, argumentando:

[...] a institucionalização da RMB ocorreu pela Lei Complementar Federal n. 14/1973, juntamente com a criação das outras oito primeiras Regiões Metropolitanas brasileiras. Tal fato deve-se a uma decisão geopolítica, pois a conurbação entre Belém e Ananindeua ainda era incipiente, e as ações associadas às políticas urbanas clássicas (saneamento, habitação, mobilidade) eram majoritariamente localizadas no município de Belém, capital estadual. Os grandes empreendimentos habitacionais construídos com recursos federais nessa época (Cidades Nova I a IV, e outros conjuntos adjacentes) que hoje estão localizados no município de Ananindeua, eram localizados em território de Belém até 1993, quando houve uma redefinição dos limites entre os dois municípios e transferência dos conjuntos para Ananindeua em troca da incorporação dos mananciais de abastecimento da RMB pelo município de Belém. (FERNANDES; CARDOSO; LIMA, 2015, p. 22).

Conforme os autores supracitados, é somente a partir da implantação dos conjuntos habitacionais que a mancha urbana passou a abranger os municípios de Belém e Ananindeua, constituindo a Grande Belém a qual é assumida pelos planos metropolitanos dos anos 1970 e 1980, e o favorecimento do municipalismo da Constituição de 1988, passou consequentemente a alterar os mecanismos de gestão que eram aplicáveis aos territórios metropolitanos, pois passaram a transferir a responsabilidade da gestão metropolitana, que era do Governo Federal, aos governos estaduais, e criaram e alteraram a constituição de regiões metropolitanas, ou seja, a prerrogativa estadual potencializou processos de ampliação da RMB a partir de uma abordagem prioritariamente financeira, voltada para a unificação de tarifas de serviços públicos, que negligenciou a viabilização da gestão articulado-integrada dos processos de base territorial, sendo assim, a primeira ampliação ocorreu em 1995, a partir da Lei Complementar Estadual n. 027/1995, a qual a RMB passou a ser composta pelos municípios:

[...] de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara e Santa Isabel do Pará. Em 2010, houve a segunda alteração com inclusão do município de Santa Isabel do Pará, por meio da Lei Complementar Estadual n. 72/2010. E em 2011, houve a inclusão do município de Castanhal, por meio da Lei Complementar Estadual n. 76/201 e, nos anos subsequentes, outras regiões metropolitanas foram

criadas no estado. Este processo de formação deve considerar também que alguns municípios constituintes da RMB foram compostos de porções doadas de municípios já existentes (caso de Marituba e Santa Bárbara em relação a Benevides), em processos de emancipação que nem sempre permitiram a geração de estatística sobre o novo município no censo da década de sua criação (caso de Santa Bárbara do Pará). (FERNANDES; CARDOSO; LIMA, 2015, p. 23-24).

Sobre a compreensão de circunstâncias históricas, demográficas, espaciais e econômicas, juntamente com os padrões socioespaciais detectados por meio das categorias, sócio-ocupacionais, Fernandes, Cardoso e Lima (2015), por meio do Observatório das Metrôpoles, revelam aspectos marcantes do processo de metropolização e destacam algumas hipóteses a respeito das transformações ocorridas no passado recente e dos prospectos de futuro da RMB, conforme registrado:

O primeiro deles seria o fato do município de Belém ter definido as condições de implantação do traçado da Primeira Léguas Patrimonial, hoje correspondente ao Centro Metropolitano, na virada do século XX, por meio de um plano de alinhamento e deste ter assimilado a expansão urbana até os anos 1960 [...] e apesar do plano de alinhamento ter orientado somente a ocupação de terras altas, favoreceu a inserção de trabalhadores em meio ou próximo aos bairros nobres, o que, por um lado, indica que existe forte desigualdade nesses territórios (grosso modo compostos por áreas altas e baixadas) e também a capacidade dos mesmos de ainda garantir essa diversidade. Essa qualidade do atual centro metropolitano é ressaltada pelo contraste com o padrão recente de expansão metropolitana, caracterizado pela homogeneidade, seja de alta ou de baixa renda, contida em enclaves cada vez mais desarticulados entre si, e associados a uma produção da cidade por meio de empreendimentos. (FERNANDES; CARDOSO; LIMA, 2015, p. 25-26).

A segregação referente à manifestação da 1ª Léguas Patrimonial de Belém, como enfatizam Fernandes, Cardoso e Lima (2015), é diferente daquela que se apresenta atualmente na periferia metropolitana, pois a presença das baixadas e a flexibilidade espacial criou uma segregação fortemente ligada à degradação ambiental, sendo assim, é importante considerar que a ocupação da várzea, ou da baixada foi um incremento improvisado executado de forma bem-sucedida da criação de solo, e mais que isso, de localizações urbanas, vale ressaltar que o sacrifício ambiental e os riscos à saúde pública decorrentes da carência de saneamento e da elevada densidade, migrantes pobres encontraram na várzea dos anos 1980 e 1990, território familiar, que gerou conexões entre a ocupação e o modo de vida típico da região na metrópole.

Outro aspecto importante é que entre 1970 a 1980 não existia nem metropolização e nem conurbação efetiva na RMB. Esse processo só teve início a partir dos anos finais de 1980, estabelecendo uma organização estrutural seguindo o padrão centro-periferia, em que as baixadas eram a periferia próxima e a fronteira entre Belém e Ananindeua, a periferia distante. Por outro lado, a metropolização se efetivou a partir da década de 1990, quando a a

expansão urbana de Belém alcançou novos municípios, no que diz respeito ao mercado de trabalho, ao estoque habitacional e à dinâmica imobiliária, ademais:

Contudo, essa assimilação dos novos municípios aconteceu sem que houvesse mecanismos efetivos de gestão metropolitana, e dentro de um contexto político de desmembramentos municipais incomum, que resultaram em fortes assimetrias administrativas que não puderam ser compensadas pelos planos e iniciativas implementadas antes da Constituição de 1988. As grandes transformações ocorridas entre 1988 e 2000, apontadas nas análises expostas no decorrer dos capítulos, exigiram providências de gestão nas áreas de transporte e saneamento, para atender as necessidades prementes que quando executadas serviram para evitar o colapso, indicando o quanto o tempo da gestão e do investimento tem sido mais longo/lento do que o tempo das transformações da metrópole. (FERNANDES; CARDOSO; LIMA, 2015, p. 26-27).

Enfatizando o período que está relacionado com o processo de desenvolvimento urbano, partimos da mesma premissa de Maricato (1999) que nos faz refletir sobre esse processo de urbanização que não afeta toda sociedade, e que aos excluídos restam à ocupação de áreas de margens da cidade que acabam gerando várias consequências:

[...] promove uma sequência de graves problemas: entupimentos constantes dos córregos com lixo, dificuldade de acesso de máquinas e caminhões para a necessária limpeza, enchentes decorrentes dos entupimentos e finalmente a disseminação da leptospirose e outras moléstias, devido às enchentes que transportam para o interior das favelas material contaminado pela urina dos ratos e pelos esgotos. As áreas ambientalmente frágeis - beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues" áreas alagáveis, fundos de vale - que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que "sobram" para a moradia de grande parte da população. As consequências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias etc. É frequente esse conflito tomar a seguinte forma: os moradores já instalados nessas áreas, morando em pequenas casas onde investiram suas parcas economias enquanto eram ignorados pelos poderes públicos, lutam contra um processo judicial para retirá-los do local. Nesse caso eles são vistos como inimigos da qualidade de vida e do meio ambiente. A remoção como ressaltado do conflito não é, entretanto, a situação mais corrente. Na maior parte das vezes a ocupação se consolida sem a devida regularização. (MARICATO, 1999, p. 163-164).

Vale ressaltar que existem investimentos inacabados nas áreas do saneamento, da habitação e da mobilidade que ainda não promoveram as transformações esperadas, devido ao tempo de execução extrapolar o tempo programado da ação/intervenção pelas mais diversas razões, entre essas: contratação, capacidade de execução, qualidade dos projetos, além dos fatores mencionados (FERNANDES; CARDOSO; LIMA, 2015):

A obsolescência das soluções e intervenções também decorre da manutenção de concepções antigas e do predomínio do caráter setorial nas contratações, que enfatizam as obras e montante de investimentos, e descuidam da compreensão dos problemas e da articulação necessária entre investimentos e os processos de planejamento e gestão associados à urbanização e, com isso, desperdiçam oportunidades de avanço nas condições de vida na RMB. Outro aspecto interessante é o papel das dinâmicas locais na manutenção e no provável fortalecimento da

RMB, na medida em que se intensifica o processo de metropolização. O recurso a vários recortes territoriais permitiu a detecção de como processos globais (ação do grande capital) e de processos locais (produção extrativista) afetam a economia da RMB, a dinâmica populacional e a pendularidade entre os municípios. A reestruturação produtiva em curso no interior do Pará depende do suporte de serviços públicos e privados que têm tendência de crescimento em Belém, apesar dos vazamentos para outros estados e regiões. As atividades ligadas ao grande capital estabelecidas no interior do estado demandam conexões de comunicações e transporte que se diferenciam em Belém, e viabilizam possibilidades de investimento que vêm sendo capturadas pelo setor imobiliário, conforme tendências apontadas pelos indicadores econômicos na última década. (FERNANDES; CARDOSO; LIMA, 2015, p. 27).

O crescimento da metrópole após a Constituição de 1988 viabilizou a formação de um mercado que ampliou oportunidades para produtores do entorno, e se constituiu em vantagem para alguns arranjos produtivos, mas também em desafio para as atividades incapazes de oferecer remuneração e condições de vida satisfatórias, em que acabam perdendo trabalhadores para a metrópole:

Os fluxos migratórios agora são dirigidos para os municípios da periferia metropolitana e a educação tornou-se um atrativo tão forte quanto o trabalho, haja vista o aumento da concentração de instituições de nível superior ocorrido na RMB. A ampliação do acesso à educação, a queda de natalidade e a taxa de crescimento do número de domicílios superior à taxa de crescimento da população, indicam grande transformação no perfil das famílias nos últimos vinte anos. Nesse aspecto, as características de Belém se aproximam muito às médias do Brasil, enquanto as características da periferia metropolitana se aproximam das médias do Pará, realçando o quanto a dimensão de ponto de controle do grande capital, típica da metrópole é forte na capital e isso está na raiz das diferenças históricas entre a elite da capital e a população do interior do estado. A motivação de expor os processos socioeconômicos e espaciais ocorridos nas últimas quatro décadas se tornou realidade graças a uma rara convergência de pesquisadores de diferentes áreas; a conversa entre arquitetos urbanistas, economistas, sociólogos e demógrafos foi profícua, beneficiada pelo amadurecimento de ideias e parcerias estabelecidas em outras pesquisas sobre a região, e gerou discussões conjuntas que dificultam a clara delimitação da autoria [...] (FERNANDES; CARDOSO; LIMA, 2015, p. 22).

O processo de desenvolvimento da RMB foi importante, pois trouxe benefícios os quais passaram a atrair novamente a população para o seu centro, contudo entendemos que não somente Belém, mas as cidades da Amazônia passaram por um processo histórico de exploração bastante intenso, e que a região até os dias atuais é vista como um local que serve apenas para servir as áreas capitalistas mais desenvolvidas do mundo.

Sendo assim, entendemos a importância de enfatizarmos o processo de desenvolvimento das cidades na Amazônia, pois o contexto histórico ao qual discutimos os diferentes períodos pelos quais passou a região, e refletindo sobre tais processos entendemos que são violentos os modos como a região foi “desenvolvida”, isso desde o início do seu “descobrimento” até os tempos atuais, e as consequências que restaram para região devido ao

intenso processo de exploração que existe, entre essas se destaca o período que corresponde ao ciclo da borracha.

Podemos dizer que, sim, houve transformações importantes para a organização socioespacial da cidade de Belém, com o ciclo da borracha, sendo esse o ponto de partida, o qual com passar do tempo seu desenvolvimento impulsionou uma ampliação da capital voltada à sociedade burguesa, excluindo os pobres e miseráveis ao desenvolvimento proposto, entretanto Maricato (1999) nos chama atenção para essa exclusão, pois:

Além da predação do ambiente construído, outra característica dos bairros de moradia pobre são os altos índices de violência, medidos pelo número de homicídios. Estes se referem especialmente aos jovens e, entre estes, aos pardos e negros [...] A frequente morte de jovens nas ruas pode ser constatada exatamente em bairros que apresentam os mais baixos níveis de renda e escolaridade. Não por coincidência, esses bairros constituem regiões marcadas pela ilegalidade (na ocupação do solo e na resolução de conflitos) e pela precariedade em relação aos serviços públicos e privados. (MARICATO, 1999, p. 164).

Então sobre o que ressalta a autora acima, nossa analogia se faz também para com os moradores do bairro do Jurunas, pois, como será enfatizado posteriormente, a região sofre essa consequência da não efetivação de políticas públicas para os residentes da área circunscrita ao Projeto Orla, e por ser um local de pouca estrutura esse sofre consequência de todos os tipos de violência, além da violência invisível por parte do Estado, sendo que os seus habitantes nativos sofrem mais com essa falta de assistência estatal.

Contudo, compreendemos que esse desenvolvimento não chegou aos indivíduos pobres que residiam nas áreas pobres de Belém, alguns que saíram do interior, por questões financeiras e sociais, em busca de melhor qualidade de vida na capital, e que consequentemente, nessa perspectiva, e juntamente com o fenômeno da urbanização associada à lógica industrial, foram atrativos para o inchaço populacional que se desenvolveu fortemente na capital, com isso, houve a convivência com outra modalidade de urbanização bem menos reconhecida, associada à falta de oportunidades e baixa capacidade de modernização do espaço de várzea e que contribuiu para a formação dos bolsões de pobreza e intensidade das ocupações informais nas áreas alagáveis da capital (CARDOSO, 2007).

E a partir do desenvolvimento urbano, que não fora para todos, houve as consequências negativas que acompanharam o mesmo, conhecido como novos “problemas” urbanos (SPOSITO, 2014), devido à falta de habitação, água, esgoto, violência, saneamento, etc., que se desenvolveu com mais intensidade em Belém, entretanto queremos dizer, que não houve e não há um planejamento urbano que de fato supra as necessidades da população da

capital e RMB, pois seus reflexos estão expostos em nosso dia a dia, e infelizmente é algo visto como natural para os gestores de nossa cidade e Estado.

Apresentamos de forma breve nesse subcapítulo a formação da metropolização e urbanização da RMB, e a seguir nossa ênfase será sobre o a cidade de Belém do Pará, especificamente o bairro do Jurunas, o qual a ênfase é sobre “sua origem, história e resistência do bairro”; posteriormente sobre “o planejamento urbano realizado na área, para quem é?” em seguida nossa discussão se dará sobre “o Projeto Orla como elemento fragmentador da cidade de Belém”, local o qual é notório a segregação socioespacial na área, e também, entre outras formas de fragmentação e segregação que existe na localidade; e por fim, trataremos sobre nosso objeto de estudo que é referente à “violência urbana no bairro do Jurunas, a Orla de Belém”, os quais serão tratados sobre as consequências advindas para os residentes da área circunscrita ao Projeto Portal da Amazônia.

3.3 BREVE PANORAMA DA VIOLÊNCIA NA CIDADE DE BELÉM

Nos itens anteriores fizemos um resgate sobre o desenvolvimento das cidades na Amazônia, registramos brevemente o período colonial a partir da exploração da região amazônica, de sua “descoberta” no século XVI, até o início de sua urbanização e enriquecimento no final da segunda metade do século XIX, e a primeira metade do século XX ocorrido durante a fase do ciclo da borracha.

O período da borracha foi importante no processo de desenvolvimento da cidade de Belém, pois foi um período no qual a urbanização se intensificou em Belém, no entanto, a urbanização não ocorreu de forma com que abrangesse toda a sociedade, não se estendendo aos pobres que residiam nas áreas baixas da cidade.

Sendo assim, consideramos que o século XX foi o período no qual as áreas de baixada de Belém sofreram com diversos tipos de mazelas sociais, entre esses a violência urbana que entra em destaque, porém, não de forma tão intensa como se deu a partir do início dos anos 2000.

Para enfatizarmos o aumento significativo da violência urbana em Belém a partir dos anos 2000, nos reportaremos às pesquisas realizadas pelo “Mapa da Violência⁴”, num

⁴ O Mapa da Violência é uma Série de estudos Coordenada pelo sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz, o qual conta com Instituições parceiras: Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos (Cebela), Instituto Ayrton Senna, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), Ritla, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria Geral da Presidência, Secretaria Nacional de Juventude e Organização das Nações Unidas para a

primeiro momento traremos índices de homicídio ocorridos no Estado do Pará, entre os anos 2000 e 2010, conforme as pesquisas levantadas pelo Mapa da Violência referente ao ano de 2013.

Importante salientar que para trazermos dados sobre o desenvolvimento da violência urbana em Belém, traremos dados estatísticos de períodos distantes para enfatizarmos o aumento da violência em nossa cidade.

Então, o Mapa da Violência (2012) ressalta que houve um aumento de 8,9% dos casos de homicídios no Brasil, sendo que 66,8% desses homicídios se encontram na Região Norte, e no Pará esses números chegaram a 63,1%.

De acordo com os dados do Mapa da Violência (2013) fazendo uma comparação, no intervalo de 10 anos, entre o ano 2000 a 2010, a taxa de homicídio no Pará no ano 2000 era de 13,0%, e o estado ocupava a 21ª colocação no ranking dos estados com mais homicídios; e considerando a pesquisa após o ano de 2010, os estudos mostram que a taxa de homicídio subiu para 45,9%, e o estado passou a ocupar o 3º lugar entre as regiões mais violentas do país, representando um dado inquietante em relação aos outros estados, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1 – Homicídios no Pará (2000 – 2010)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
13,0	15,1	18,4	21,0	22,7	27,6	29,2	30,4	39,2	40,2	45,9

Fonte: Mapa da violência (2013).

Nesse contexto, conforme o “Mapa da Violência por Arma de Fogo” (2013), no estado do Pará, no intervalo do ano 2000 a 2010, houveram 2.520 homicídios por arma de fogo em todo estado. Em Belém, nesse mesmo período ocorreu um aumento de mais de 30%, e conforme a Tabela 2 no ano 2000 os registros de mortes por arma de fogo eram de 201 óbitos, no ano de 2010 aumentou para 634, conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 – Registros de Óbitos por Arma de fogo em Belém: anos 2000-2010.

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Vítimas	201	228	240	317	310	420	345	396	537	510	634

Fonte: Mapa da violência por arma de fogo (2013).

Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Trata-se de pesquisas com dados secundários realizadas periodicamente com foco na problemática da juventude e a violência. O foco global é sempre violência letal relacionada com a juventude, mas com abordagens temáticas diferenciadas: mulher, América Latina, acidentes de trânsito, infância e adolescência, armas de fogo, novas tendências etc. (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2016).

Em relação às tabelas acima, de acordo com Couto (2008), os motivos que ocasionam e levam a um elevado índice de óbitos pode ser devido o desemprego elevado de jovens e adultos; o predomínio desses indivíduos terem baixa escolaridade; a dificuldade de serem inseridos no mercado de trabalho formal; o baixo rendimento familiar; a baixa ou nenhuma qualificação profissional; desestruturação familiar, devido uso de drogas, álcool, vícios e outros; a frequência de pequenos delitos como forma de obter dinheiro mais rapidamente.

Para complementarmos a tabela 2 acima, “registros de Óbitos por arma de em Belém: anos 2000 – 2010”, fazendo uma relação com o quadro 8, abaixo, “Registros de Boletins de ocorrência registrados pelo SISP no ano de 2016”, destacamos de forma sucinta que, segundo os Boletins de ocorrência, foram registrados 3.639 homicídios; 225 latrocínios; 52 lesões corporais seguidas de morte; e 280 mortes em decorrência de intervenção policial, de acordo com o Quadro 8:

Quadro 8 – Registro de Boletins de Ocorrência registrados pelo SISP no ano de 2016.

Homicídios	3.639
Latrocínios	225
Lesão Corporal seguida de Morte	52
Morte em decor. de Inter. Policial	280

Fonte: Pará (2016).

Logo, consideramos de acordo com Gusmão (2014), que diariamente somos surpreendidos com notícias sobre violência urbana, relacionada a homicídios, furtos, roubos, entre outros tipos de violência contra adultos, crianças, mulheres, adolescentes e idosos em diversas partes do mundo, que nos deixa cada vez mais indignados contra aqueles que praticam tais atos de violência, pois muitas vezes por não terem meios para satisfazerem suas necessidades básicas procuram ir pelo caminho da criminalidade, em contrapartida a isso, o Estado é mais culpado por não oferecer subsídios de qualidade a essa população carente, e também os órgãos públicos que não conseguem minimizar tais problemas relacionados ao fenômeno da violência.

Observamos que há uma crescente nos índices de homicídios no estado do Pará e em Belém, como nos mostra as tabelas 1 e 2, o que nos remete indagar que investimentos em políticas públicas como educação, saúde, cultura e etc., deveriam ser intensos, pois tal investimento exige espera em longo prazo para surtir efeito para diminuição da violência, porém, não é esse tipo de investimento que observamos o Estado realizar, suas ações recaem sobre medidas paliativas as quais estão relacionadas à militarização dos órgãos de Segurança Pública, construção de presídios, entre outros meios, consideramos a importância de tais medidas, porém como é visto cotidianamente não produzem os efeitos que se espera, pois

notamos que atualmente os índices de violência no estado do Pará, especialmente na capital Belém, estão crescendo cada vez mais assustadoramente.

Podemos enfatizar ainda um novo questionamento referente ao estado enquanto aquele quem deve promover a segurança, como designado pela Constituição Federal brasileira de 1988, no entanto, o que observamos atualmente são ações de um estado fomentador da violência, ou seja, quem deveria proteger a sociedade é aquele quem promove violência contra seus cidadãos, conforme enfatiza Ramos (2010, p. 154), pois:

[...] a Constituição determina – explícita ou implicitamente – que a proteção dos direitos humanos deve ser feita de duas formas: por um lado, protege o cidadão frente ao Estado; por outro, protege-o através do Estado – e, inclusive, por meio do direito punitivo – uma vez que o cidadão também tem o direito de ver seus direitos humanos fundamentais tutelados em face da violência de outros indivíduos.

Sendo assim, Misse (1995) desmistifica algumas teses equivocadas, entre essas: a que a pobreza causa o crime, pois se esse caso fosse verídico chegaríamos à conclusão que a maioria dos pobres são criminosos, sendo assim, essa mesma afirmação ratificaria o que observamos na sociedade atual, e em nosso locus de pesquisa, logo, concordamos com o autor, pois essa tese não é correta.

Ademais, apesar de que há uma esmagadora maioria de presos que são pobres, pretos, e desocupados, no entanto, podemos considerar esse sistema porque a polícia segue um “roteiro típico” que já associa de antemão a pobreza (ou a marginalidade e também os negros e os desocupados) com a criminalidade, entretanto, como observamos no cotidiano os próprios pobres não se identificam com qualquer carreira criminal, pois muito são trabalhadores honestos, Misse (1995).

Considerando as teses as quais Misse (1995) enfatiza, concordamos com o autor em todos os aspectos, pois podemos frisar diversas situações as quais o pobre, negro, favelado não está envolvido, para discutirmos tais ideais, Ramos (2010, p. 152-153), ressalta:

A violência, ademais, não está limitada àqueles que não receberam educação, oportunidade de emprego ou moradia digna. É, infelizmente, também praticada por pessoas que tiveram acesso à educação, ao emprego e à moradia digna, como nos inúmeros relatos de arruaças praticadas por “pitboys” (meninos de classe média que brigam em boates e condomínios de luxo); da violência doméstica, praticada por homens de todas as classes sociais; das brigas com armas de fogo entre vizinhos ou por discussões no trânsito, que causam mortes inesperadas e por motivos fúteis, etc.

Como corrobora Ramos (2010) acima, concordamos, pois, atualmente são visíveis ações de truculência dos órgãos que representam o aparelho estatal, entre esses, os órgãos de segurança pública, ao agir contra, somente, determinada classe social ou raça, ou seja, notamos que o preconceito acontece com quem é pobre e negro, especialmente pelas polícias militar, civil, e é entendida pela sociedade como algo comum, pois a mesma tem a ilusão de que àqueles que residem em locais de periferia e tem determinadas características são criminosos, fato que sabemos que não é verídico.

E como menciona a autora Ramos (2010, p. 152-153) a violência também é praticada por quem tem boas condições de vida e como observamos, esses são classe alta, que ao cometerem algum crime bárbaro são tratados de forma diferenciada pelos órgãos de segurança pública, a instituição não agi como deveria, e trata o criminoso, rico, como um cidadão, diferente do pobre que é tratado como animal.

Para reforçar a ideia da autora acima, Misse (1995, p. 5) ressalta:

A crítica é certa quando pretende desmontar os preconceitos e roteiros típicos de um sistema policial e judicial hipócrita, que só prende pobres e deixa a criminalidade da classe média e das classes dominantes “de fora”. Como é certa quando pretende mostrar a complexidade da questão criminal, que não pode ser reduzida a uma causa única, suficiente ou determinante, clara ou distinta. Afinal, o “crime” não é um privilégio de classe (Misse, 1980). Mas é exatamente da ênfase adotada, que privilegia o desmonte antes que a compreensão do fantasma, que surge sua incompletude e unilateralidade, e isso pode ser notado nas próprias inflexões (e pequenas contradições) das narrativas críticas, como a de usar a taxa elevada de jovens e de homens nas estatísticas criminais para rebater a propriedade espúria da taxa elevada de pobres nas mesmas estatísticas.

Concordamos com Misse (1995), pois o mesmo dá ênfase aos preconceitos da polícia que tendem a prejudicar quem é pobre enfatizamos, por exemplo, ações prejudiciais que são mais perceptíveis quando realizadas em áreas consideradas de risco, e que há altos índices de ações criminosas, como assaltos, tráfico de drogas, ou seja, a polícia age de forma truculenta nessas áreas com todos os cidadãos, como se todos fossem criminosos.

Sendo assim, a temática que estamos discorrendo ressalta muito bem as ideias de Misse (1995), pois devemos fazer uma análise dos órgãos que agem sob responsabilidade do Estado e observar as ações de tais órgãos, como no caso da polícia que está a serviço da burguesia e suas ações para as camadas pobres são de forma bárbara e violenta, que na maioria das vezes não considera todos os cidadãos enquanto sujeitos de direito que estão naquela situação devido problemas estruturais da sociedade a qual pertencemos.

Ademais, o ponto que queríamos chegar com as ideias de Misse (1995) é a de um estado que de fato é ausente ao tratar de questões sociais como saúde, educação, lazer, cultura,

assistência, etc., ou seja, compreendemos esse estado é violador de direitos ao não oferecer à sociedade meios para que não sobreviva na miséria, pois consideramos que o estado produz violência a partir da não efetivação de tais ações.

Retomando o estudo realizado por Waiselfisz (2012) é relacionado a assassinatos, e nesse estudo enfatizamos o intervalo no período de 10 anos, entre 2004 e 2014, e mostra respectivamente, que no Pará em 2004 ocorreram 969 assassinatos por arma de fogo; em 2014 esse número aumentou para 2.319, uma taxa de 28,5 mortes por cada grupo de 100 mil habitantes, contudo, a capital do estado registrou em 2004, a taxa de 22,6 mortes por 100 mil habitantes.

Sendo assim, para analisarmos o aumento no número de assassinatos entre 2004 e 2014 vamos partir do pressuposto no qual Graham (2016, p. 16) ressalta que a militarização da questão urbana surge com intuito de combater a criminalidade de forma violenta, seja com ou sem farda, de modos indistinguíveis da população urbana, guerreiros não estatais, como o caso de milicianos, porém, para esse aumento não podemos levar em consideração somente as ações milicianas em Belém, mas também a guerra do cotidiano que existe entre os próprios traficantes.

Em 2014, essa taxa aumentou para 42,7, um crescimento de 88,6% durante o período, pois houve aumento no número de mortes por tiros em ambos os casos, considerando todo estado não apenas a capital (DIÁRIO ONLINE, 2017). Considerando as taxas de mortes por arma de fogo a cada 100 mil habitantes, o Mapa da Violência revela que a evolução das taxas piorou a posição do Pará e de Belém no ranking de homicídios por arma de fogo: o Pará era o 24º em 2004 e pulou para 9º lugar, já o município de Belém saiu da 17ª posição para o 9º lugar (DIÁRIO ONLINE, 2017). Sendo assim, para essa crescente violência, Rocha (2011) ressalta:

[...] Nos últimos anos a violência tornou-se objeto de preocupação nacional e do próprio estado, porém as ações para o combate a violência são paliativos e focalizados, ligados apenas a ação repressiva do Estado, como é o caso do debate de construção de novos presídios, já que a cada ano aumenta o número de indivíduos encarcerados, não levando em consideração a ausência de políticas públicas eficazes e a materialização da constituição de 88, além da ausência de análises das particularidades e singularidades das formas como a violência se manifesta em cada estado e município. (ROCHA, 2011, p. 47).

Podemos observar e fazendo a análise sobre a colocação de Belém no ranking o qual se encontra atualmente, que o Estado deve agir não somente com políticas repressivas e muito menos com medidas paliativas, como investir na construção de novos presídios, mas sim investir na efetivação de políticas públicas para dar conta da demanda social relacionada a

crianças e adolescentes que são mais vulneráveis e propícios ao crime, às ações de políticas públicas deve envolver não somente aos que já se encontram na criminalidade, mas também jovens que não dispõem de condições ou oportunidades de acesso a bens e serviços para não serem alvos e vítimas ou mais um a ingressar na criminalidade.

Podemos destacar conforme o DIÁRIO ONLINE (2017), que o Pará teve aumento de 139,3% nos números de assassinatos por arma de fogo, sendo a 9ª maior taxa por grupos de 100 mil habitantes do Brasil, ficando atrás dos estados da Região Nordeste – considerado os mais violentos do país – e de Goiás, contudo, Belém segue a mesma tendência de crescimento da violência, e Ananindeua, a segunda maior cidade paraense, se tornou a sétima mais violenta do Brasil. E de acordo com Rocha (2011):

[...] falar da violência é ter um olhar para as lutas e sujeitos anônimos, de desconhecidos para a maioria da sociedade que no seu cotidiano são violentados com a ausência de educação, saúde, lazer, habitação, trabalho, enfim, é constatar que a maior violência é a negação de direitos a tantos trabalhadores que fazem do seu cotidiano uma batalha para sobrevivência. (ROCHA, 2011, p. 38).

Como já vem sendo debatido, podemos considerar como pressupostos que as vítimas desses assassinatos que ocorrem assiduamente em Belém muitas das vezes são dependentes do Estado, e não desfrutaram de oportunidades ofertadas pelo mesmo, ou seja, a negação desses direitos básicos muitas vezes leva esse cidadão a procurar meios mais “fáceis/curtos” para satisfazerem suas necessidades.

De acordo com o Anuário Estatístico de Belém (2010) disponível pela Polícia Civil, em 2008 aconteceram 678 homicídios, e em 2009 ocorreram 693 delitos, com variação de 2% de crescimento, ou seja, em dois anos houve 1.371 vítimas, a maioria do sexo masculino e maiores de 18 anos, estatisticamente, podemos mostrar que foram 85,3% da população em 2008; e 82,4%, em 2009, a partir dos dados ratificamos nossas afirmações sobre quem são em sua maioria as vítimas da violência, conforme Rocha (2011):

[...] As vítimas da violência urbana no Brasil, em sua maioria são pobres, negros e com um nível de escolaridade muito baixo, podendo ser visualizado pelo perfil dos encarcerados no Brasil, e com um dado ainda mais estarrecedor, são jovens de 18 a 30 anos. (ROCHA, 2011, p. 45).

Esse é o perfil da violência urbana que vem se acentuando cada vez mais em Belém, atualmente os bairros periféricos da Região Metropolitana de Belém (RMB) têm se tornado alvos frequentes de grupos organizados paralelos ao Estado que fazem “justiça” contra pessoas consideradas “suspeitas”, ou que indivíduos que estão ou estiveram envolvidos com algum tipo de crime.

Conforme o Anuário Estatístico de Belém (2010), os bairros com maior número de homicídio em 2008 eram do sul de Belém, como Guamá, Terra Firme, Jurunas, Cremação, Sacramento e Barreiro, conforme se verifica no quadro 9:

Quadro 9 – Bairros com maiores índices de homicídios em Belém no ano de 2008.

Terra-Firme	69
Guamá	58
Cabanagem	52
Bengui	47
Jurunas	34
Sacramento	28

Fonte: Anuário Estatístico de Belém (2010).

Gusmão (2014) ressalta que o intuito não é criticar os espaços urbanos desses bairros considerados violentos – Guamá, Terra Firme, Cabanagem, Sacramento, Bengui, Tapanã e Jurunas – e sim fazermos a crítica com relação à falta de ações públicas que leva a sociedade a ficar a margem com a falta de direitos básicos para que tenha uma boa qualidade de vida, o que faz com que neles se reúna uma parcela expressiva da população de Belém que passam a ficar mais suscetível a criminalidade.

Importante ressaltar que os índices de violência em Belém alcançaram um total de 953 pessoas nos anos entre 2009 e 2011, segundo o Mapa da Violência (2013), no quadro 10:

Quadro 10 – Homicídios da população jovem em Belém nos anos 2009-2011.

2009	2010	2011
311 %	371%	271%

Fonte: Mapa da Violência (2013).

A partir dos dados do quadro 5, observamos que há variação entre aumento e redução de homicídios da população jovem em Belém entre 2009-2011, vale a pena ressaltar os altos registros de homicídio dessa parcela da população, pois ainda não se tem um investimento considerável em políticas sociais as quais possam ser eficientes para reduzir consideravelmente os índices de homicídio em Belém. Sendo assim, Pinheiro (2003) nos mostra que a violência urbana subverte e desvia a função das cidades, absorve recursos públicos escassos, ceifa vidas – especialmente de jovens e dos mais pobres – dilacera famílias, modificando nossas existências, dramaticamente, para pior.

A população que vive em áreas sem infraestrutura, consideradas como favelas, periferias e baixadas, sofre com a segurança precária, sendo a própria população a responsável

pela sua segurança. É o pobre tentando se proteger do mais pobre, além do que Rocha (2011) ressalta:

[...] A violência é compreendida e combatida apenas em seus aspectos de segurança e repressão, não sendo considerados aspectos como da pobreza, considerada a mais trágica das formas de violência, que, contraditoriamente, não é combatida, tampouco há a intenção de eliminá-la. (ROCHA, 2011, p. 38).

As discussões sobre violência urbana tomam maiores proporções, nas quais houve a necessidade de realizarmos reflexões sobre esse fenômeno em Belém/PA, e dando ênfase às áreas de projetos urbanísticos, com a intenção de expormos as consequências que esses projetos trouxeram para o Bairro do Jurunas, e afirmamos que as construções desses espaços contribuíram e intensificaram a propagação de crimes e violência na área do Projeto Orla.

Nery (2009) retrata que a criminalidade e a violência são problemas público e social que corroem a cidadania e as bases sucedidas da sociedade, passando ao Estado o papel de fornecer as condições mínimas de segurança, para que as pessoas vivam, convivam e se produzam na sociedade, logo, tais medidas de atenção e coerção ao crime devem guiar as políticas públicas, para demonstrar que a resolução da violência passa mais pela vontade dos governantes que por “questões de polícia”.

O balanço das ocorrências policiais com Registro no Sistema Integrado de Segurança Pública – SISPP, verificadas na Região Metropolitana de Belém e em todo o estado do Pará, no período de janeiro a novembro dos anos de 2010, 2011 e 2012, os crimes violentos variam e são constatados redução de crimes com o passar do tempo, conforme quadro 11:

Quadro 11 – Crimes violentos na RMB nos anos 2010-2012.

Crimes violentos (Jan – Nov.) 2010	86.923
Crimes violentos (Jan – Nov.) 2011	76.667
Crimes violentos (Jan – Nov.) 2012	67.873

Fonte: Pará (2012).

Conforme dados do Quadro 6, os crimes considerados violentos variam num grande espectro, indo das ocorrências mais brutais de criminalidade e de banalização da vida até as formas agudas geradas pela fome, pelo não acesso ao trabalho e a terra para produzir e viver, contudo, podemos considerar as contradições dos dados expostos, pois, esses nos mostram uma decrescente nos dados de crimes violentos, em contraponto a tais dados devemos questionar essa redução, pois os registros relacionados ao “Mapa da Violência no Brasil”,

apontam aumento nos índices de violência, então, com relação aos dados que não são expostos por órgãos do Governo, podemos questionar essa contradição, pois deve-se considerar as formas e os métodos de avaliação que o Estado utiliza para que possa dizer que há de fato essa redução de crimes considerados violentos como mostra o quadro 2, pois o quê o SISP considera como crimes violentos? Quais os parâmetros, os aspectos que o estado leva para avaliar um crime violento?

De forma contraditória, a imprensa local aponta que em 2016 foram registrados 877 homicídios contra 720 em 2015, sendo o mesmo ano, recorde nos registros na cidade de Belém relacionado a mortes violentas; em 2016 foram registrados 4.196, e no mês de outubro do mesmo ano o Pará teve 360 homicídios dolosos, caso nunca ocorrido antes. (DIÁRIO ONLINE, 2017).

Como podemos observar o aumento da violência urbana, entre esses os homicídios relacionados às mortes violentas, estão ligados à guerra entre traficantes, e também, ao que está acontecendo com mais frequência atualmente que são as ações das milícias que agem nos bairros de Belém, como enfatiza Couto (2008), que o crescimento da violência urbana e do crime organizado muitas vezes não ocorre apenas devido ao altíssimo lucro advindo das drogas, mas devido à expansão do crime, pois, passou a se reunir elementos que também, fazem com que cresçam de forma acelerada e desordenada os centros urbanos, nesse sentido havendo a precarização dos serviços públicos, entre esses à segurança pública.

Abranches (1994, p. 127) ressalta que a urbanização, ao ser excludente, cria mecanismo no qual permite a produção de espaços onde impera o mandonismo das quadrilhas que tiranizam as periferias urbanas, usando a força como ação principal para agir de forma violenta e armada, pela intimidação física, sem resquício de legitimidade.

A partir da comparação realizada pelo jornal DIÁRIO ONLINE (2017), o ano de 2016 ao atingir 4.196 mortes violentas é considerado o ano com o maior registro de violência no Pará, superando em 230 mortes o ano de 2010, neste ano sendo registradas 3.966 mortes violentas no estado, sendo assim, Couto (2008) trata a violência urbana, como um processo amplo que deve ser analisado como um fenômeno que vai além da criminalidade.

Conforme o Jornal DIÁRIO ONLINE (2017), que mostra dados do SISP fazendo comparação sobre os números de mortes violentas registradas no estado, e a partir de dados do SISP, obtidos pelo Jornal (DIÁRIO DO PARÁ, 2017), em 2016 foram registradas 4.196 mortes violentas, representado um aumento de 11,2% em relação a 2015, registrando 3.772 mortes violentas, 424 mortes a mais que do que em 2015, sendo o mais violento da história do estado, como nos mostra a Quadro 12:

Quadro 12 – Mortes violentas em Belém nos anos 2015 e 2016.

Ano 2015	3.722
Ano 2016	4.196

Fonte: Diário do Pará (2017).

Como já mencionado o fenômeno da violência urbana é algo que vai além de medidas paliativas e focalizadas, como a criação de novos presídios ou aumento no efetivo policial e suas ações repressivas, deve-se considerar que tais medidas não serão as respostas que a sociedade espera para a redução da violência, no entanto, acreditamos que além dos investimentos no aparelhamento estatal para reduzir a violência, deve haver pesados investimentos em políticas públicas, como a educação, para que em longo prazo se tenha uma redução significativa nos índices de criminalidade em nossa sociedade.

Conforme Passetti (2002), atualmente a difusão do modelo de violência urbana passou a ser, também, uma temática política-midiática que por excelência além de passarem suas informações carregadas de preconceitos, ainda mais se tratando sobre o tema da violência, esta passa a investir em propagandas relacionadas à punição ostensiva que vai desde o pequeno delinquente ao aumento de efetivos policiais, e a exigência da criação de mais prisões com segurança máxima, como se fossem essas as soluções para a questão da violência urbana.

Levando em consideração os dados expostos pela mídia, vale destacar que essa, como já dito, utiliza tais dados estatísticos como o da violência urbana, somente para terem boas manchetes ou para gerarem uma audiência em interesses indiretos (GUILHON, 2007), no entanto, apesar de algumas vezes essas notícias serem exageradas, podemos considerar que ela traz à tona o que se vive no interior das baixadas e das periferias de Belém, sendo bastante acentuado o fenômeno da violência urbana que se alastra em nossa sociedade, que não se restringe somente a violência de um indivíduo contra outrem, mas também com a violência invisível que é cometida pelo Estado, ao não disponibilizar políticas públicas adequadas e de qualidade para sociedade.

Enfatiza Larrat (2013) que a guerra, fome, tortura, assassinato, preconceito, a violência se manifesta de várias maneiras, e segundo a Comunidade Internacional de Direitos Humanos, a violência é compreendida como toda a violação dos direitos civis; políticos sociais relacionados à habitação, saúde, educação, segurança; econômicos (emprego e salário) e culturais.

Souza (2008) afirma que a criminalidade violenta, principalmente as ligadas a questões econômicas como latrocínio e roubos, sempre existiu ao longo da história, porém,

não se sobressaiam em relação à fome, doenças e violências oriundas de guerras, como vem acontecendo atualmente.

Ao tratarmos o papel da mídia nesse processo podemos considerar essa relevância no sentido de informar a população das grandes cidades, como mostra Guilhon (2007, p. 40), pois se entende que a missão institucional de uma emissora pública deva ser produzir e transmitir informação democrática, cultura, educação e prestação de serviços à grande maioria da população.

Fazendo um breve contexto histórico sobre as milícias, Gullo (1998, p. 110) mostra que essas passaram a desempenhar o papel de polícias militares por força do decreto-lei 667⁵, de 2 de julho de 1969, promulgado durante o regime autoritário instaurado a partir do golpe de abril de 1964, se transformaram em forças de controle dos Estados por parte do governo central.

Ligados a esses altos índices de homicídios não somente em Belém, mas também na RMB, podemos dar ênfase aos ataques de milícias, que passaram a atuar com mais frequência a partir do episódio ocorrido em novembro de 2014, quando 11 pessoas foram mortas na capital, após o assassinato do cabo Pet da Polícia Militar.

Sobre altos índices de homicídios em Belém, o Jornal Diário Online, na segunda-feira de 23 de janeiro de 2017, destacou a seguinte matéria “em 3 dias, 50 pessoas são mortas no Pará”:

[...] Dados preliminares do Sistema Integrado de Segurança Pública (Sisp) obtidos pelo Diário apontam que – de sexta (20) até as 16hs de ontem (22) ocorreram 50 mortes violentas no Pará, sendo 38 somente na Região Metropolitana de Belém (RMB) e 12 no interior do Estado. Outro levantamento feito pelo DIÁRIO mostra que 32 homicídios da RMB tiveram características de execução.

O Jornal Diário Online (2017) ressalta que desde o assassinato do soldado Rafael da Silva Costa, 29 anos, da Polícia Militar (PM), morto com um tiro na cabeça, na manhã da sexta-feira, 20 de janeiro de 2017, até a noite de 22 de janeiro de 2017, a cidade de Belém registrou 32 mortes com características de execução, ou seja, execuções contabilizadas pela reportagem do Diário, por meio de documentos da polícia, ocorreram em Belém, Ananindeua

⁵ As milícias estaduais passaram a desempenhar o papel de policias militares por força do decreto-lei 667, de 2 de julho de 1969, promulgado durante o regime autoritário instaurado a partir do golpe de abril de 1964. Transformaram-se em forças de controle dos estados por parte do governo central. Embora os governadores fossem escolhidos pelo governo central, as polícias militares comandadas por membros do exército, garantiam a ordem autoritária e evitavam possíveis desvios. (GULLO, 1998, p. 110).

e Marituba, esses assassinatos ocorreram na Região Metropolitana de Belém, pois, respectivamente foram 17 assassinatos em Belém; 13 em Ananindeua; e 3 em Marituba.

Santana (2014) enfatiza que os atos de mortes relacionados às participações e ações milicianas em sua grande maioria são voltados à parcela da população que atua no mercado ilegal, especialmente no de entorpecentes (drogas).

Existe também outro tipo de vítimas de homicídios em Belém e RMB, que são indivíduos que tem o “estereótipo de bandido”, ou seja, se “veste igual ladrão”, “anda parecido com ladrão”, contudo, notamos que essas vítimas são ex-presidiários que pelo fato de residirem em áreas de periferias, acabam sendo vítimas das ações milicianas ou dos próprios traficantes, por motivos fúteis, ou até mesmo por não atenderem as ordens do mesmo.

Importante enfatizar que as ações das milícias se intensificaram em Belém e na RMB por meio de indivíduos que passam a agir e cometer suas ações em veículo de cor vermelha, e preta, mais conhecidos e falados nas periferias como “carro vermelho e carro preto”, contudo, observamos que após a morte do “Cabo Pet”, em 2014, os milicianos passaram a atuar de forma mais intensa, pois suas ações se dão geralmente, após, assassinatos de policiais, sejam esses militares ou civis.

Ainda assim, a partir de 2015 percebe-se que as ações milicianas se deram não somente por meio do “carro vermelho e preto”, mas também pelo “carro prata”, e atualmente se tem registros de ações de “justiceiros” em motos, e também o “carro branco”, atuantes nas periferias e baixadas da RMB.

Todavia, a temática é interessante haja vista que Belém vem sendo apontada como uma das cidades mais violentas do Brasil, e cada vez mais se tem noticiado nas mídias registros sobre o aumento da violência na cidade, sendo assim, tornaram-se imprescindíveis estudos para discutirmos juntamente com os cidadãos da localidade sobre o “Projeto Orla”, e para tratarmos sobre a violência urbana na região.

Portanto, a problemática da violência urbana, nas grandes cidades brasileiras, é um fenômeno que tem suas consequências advindas das ações econômicas elaboradas pelo Estado, essa passa a se expressar de forma mais intensa nas camadas mais pobres da sociedade, podemos considerar que essa parcela da população ao se encontrar sem elementos de valores sociais, culturais, econômicos, políticos que possam lhes garantir subsídios perante a sociedade, acaba sendo marginalizada e julgada como culpada pela violência que é gerada na cidade.

Sendo assim, o processo de urbanização, e sua forma de desenvolvimento desordenado que afeta rigorosamente essa parcela da população, é considerado excludente, pois essa parcela segregada é considerada responsável pela violência e crimes que ocorrem na sociedade brasileira atualmente.

4 VIOLÊNCIA URBANA NO BAIRRO DO JURUNAS: AS ÁREAS CIRCUNSCRITAS AO PROJETO ORLA

4.1 A PERIFERIA E O BAIRRO DO JURUNAS: RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO DO BAIRRO

O bairro do Jurunas e seu processo de ocupação e adensamento populacional foi de fundamental importância para o povoamento das áreas consideradas de baixadas, que nos anos 1940 teve grande importância para o desenvolvimento e realização da primeira intervenção na área por parte do governo, com a realização do Dique na Estrada Nova, por meio da parceria entre o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e a Fundação Norte Americana, seu intuito era impedir alagamentos nas áreas próximas a orla da cidade: Jurunas, Guamá, Cremação, Condor e Arsenal, e após a implantação do projeto, a população passou a ocupar tais espaços.

A partir dos anos de 1970 o bairro se tornou um dos mais populosos de Belém, e sua procura foi intensa por aqueles que saíram dos interiores em busca de melhores condições de vida na capital, e pelo fato de estar localizado próximo às áreas centrais da cidade, seu inchaço populacional foi inevitável, mesmo considerado um bairro de periferia, pobre e de infraestrutura insuficiente para seus residentes.

Sobre o processo de desenvolvimento do Projeto Orla vale ressaltar que até meados de 1970, o processo de ocupação das áreas consideradas como baixadas se deu de modo que não era visível para o restante da cidade, pois os projetos de modernização se encontravam somente nas áreas de terras altas, consideradas mais valorizadas economicamente, acontecendo a partir de 1973, com a criação da comissão de baixadas, na BHEN, que predominam áreas da União, terras específicas da Marinha, houve a realização das ocupações durante o século XX, e atualmente essa área é constituída por diferentes tipos do uso do solo, por meio Comercial, Industrial, Residencial e Serviços, entretanto essa é uma breve retórica do processo histórico de ocupação da Orla do Rio Guamá.

No ano de 2005, a Prefeitura de Belém elaborou uma proposta para a reabilitação urbana e ambiental da Bacia da Estrada Nova, que depois foi denominada de Programa de

Macro drenagem e Reassentamento Urbano e Ambiental da Bacia da Estrada Nova – PROMABEN, e dentro do programa e planos de reassentamento da população, da referida área, foram pensados para que as obras idealizadas pudessem atender os objetivos propostos, conforme enfatiza Belém (2007):

O PROMABEN e os planos de reassentamento que o compõe ressaltam que os dados da análise seguinte correspondem as leituras feitas pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), do PROMABEN, e Relatório do Programa Geral de Remoção e Reassentamento da sub-bacia 1 da BHEN. A Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN) localiza-se na porção Sul de Belém/PA, e possui uma área de drenagem correspondente a 9,54 km², ocupando 16% da área da malha do município, abrangendo integralmente os bairros da cidade: Batista Campos, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá, além de atingir de forma parcial os bairros da Cidade Velha, São Brás e Nazaré (BELÉM, 2007a). Desde 2006 essa bacia hidrográfica tem sido alvo de intervenções de macro drenagem e saneamento, desenvolvidas pela prefeitura de Belém, na justificativa de que tal área, que corresponde a uma zona de baixada, possui problemas socioambientais que precisam ser sanados (BELÉM, 2007).

Conforme Rios e Ribeiro (2016), o planejamento desenvolvido na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova⁶ – BHEN – dividiu a área em quatro sub-bacias (1, 2, 3 e 4), e cada etapa do projeto possui financiador, programas e gerenciamento diferentes. Para efeito de nossa pesquisa faremos referência apenas a sub-bacia 01, haja vista ser o lócus do estudo⁷, particularmente as áreas do projeto Orla.

Como dito anteriormente nossa ênfase é o Projeto Orla e de acordo com Cruz (2012) o mesmo se desenvolve na Orla do Rio Guamá e tem suas ações de saneamento voltadas para as áreas ocupadas por moradias às margens dos cursos d'água que compõem a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), a autora destaca:

[...] O projeto é composto, de um lado, pelo Projeto Orla, que visa à reconfiguração urbana da Orla do Rio Guamá, como estratégia de valorização de áreas centrais, por meio de diversas atividades econômicas, dentre as quais se destacam o lazer e o turismo, e, de outro, pelo Projeto de Macro drenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), centráveis no saneamento das áreas alagáveis dos bairros localizados na porção Sul de Belém [...] (CRUZ, 2012, p. 160-161).

A área de intervenção do Projeto Portal da Amazônia teve seu início de ação pela Rua Osvaldo de Caldas Brito, que se localiza entre Bernardo Sayão e Beira-mar, e se estendendo

⁶ Para efeito de maior informação indicamos que a intervenção no âmbito da BHEN corresponde ao Projeto Orla (Urbanização do Rio Guamá) e ao Programa de Macro drenagem dos bairros circunscritos à bacia hidrográfica, quais sejam: Cidade Velha, Jurunas, Cremação, Condor e Guamá, até ao portão principal, de acesso à UFPA. Ambos constituem o chamado “Portal da Amazônia”.

⁷ Para mais informações a respeito das sub-bacias 2, 3 e 4, buscar o texto: “Programa De Reabilitação Urbana e Ambiental da Bacia Estrada Nova – PROMABEN”. (BELÉM, 2007).

até a Rua dos Mundurucus. Logo, o objeto de intervenção eram as oito vilas: Vila Elaine, Vila Santa Rita, Vila Passarinho, Vila Valério, Vila Santos, Vila Palmito, Vila Gigi e Vila Maria Izabel, que tem entrada pela Passagem Beira-mar, e acesso pela Rua Osvaldo de Caldas Brito, no entanto, verificou-se que algumas atividades comerciais exercidas pelos moradores da área dependem da própria localidade para existirem, como: atividade portuária, atividade pesqueira, dentre outras (BELÉM, 2006).

Fazendo um parâmetro desse processo urbano que acontece em Belém, consideramos que esse não é diferente de outros processos de desenvolvimento e urbanização de todas as cidades capitalistas, Belém não fica de fora. Para Harvey (2008), a qualidade de vida urbana transformou-se em produto, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os fundamentais aspectos da economia política urbana, ou seja, concordamos com o autor em suas palavras, pois este nos remete a discutirmos sobre a relevância de um bairro periférico como o Jurunas, local esse que órgãos como a Secretaria de Segurança Pública do Estado – SEGUP – o considera área vermelha⁸, ou seja, nossa intenção não é apenas tecermos críticas ao projeto urbanístico, mas trazer à luz a importância que não foi dada aos antigos residentes do bairro, então, colocar em pauta a verdadeira intenção do Projeto Portal da Amazônia que é contribuir com a lógica do capital. Sposito (2014) corrobora:

A periferia era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde, de forma independente, surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-emigrados do campo), unidades industriais maiores, depósitos. Estes novos setores da cidade foram, com o correr do tempo, fundindo-se num tecido urbano mais compacto. (SPOSITO, 2014, p. 66).

Enfatizamos que o fluxo da modificação urbana passou a ter um aspecto obscuro, Harvey (2008) menciona que a reestruturação urbana se deu pela destruição criativa, e quase sempre tem relação de classe, já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político, os que mais sofrem com o processo que é imposto a eles.

Constituído o início desse processo pela violência para construir o novo modelo urbano sobre os escombros do velho, fazemos analogia as cidades parisienses no século XVIII, a qual Haussmann rasgou os velhos bairros usando o poder de expropriação em nome do melhoramento e da renovação cívicas, planejando a remoção de grande parte da classe

⁸ Área Vermelha, de acordo com a PM do Estado do Pará, são locais considerados e demarcados pela instituição SEGUP, pelos seus altos índices de crimes registrados como uma área perigosa, por isso utiliza a determinação citada, para tratar uma área como perigosa, arriscada, etc.

trabalhadora e outros elementos rebeldes do centro da cidade, onde constituíam uma ameaça à ordem pública e ao poder político (HARVEY, 2008).

Sendo esse processo de urbanização que se deu na França, na cidade de Belém se realizou do mesmo modo, pois de acordo com Cruz (2012) a capital paraense já possuía uma trajetória relacionada a programas de intervenção urbanística, acontecendo nos anos de 1970, realizando a execução de projetos com objetivo de resolver problemas como habitação e saneamento:

[...] Podemos citar o Programa de Recuperação das Baixadas; O Programa de Macrodrenagem da Bacia do Una, o Programa de Recuperação da Bacia do Tucunduba e, mais recentemente, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEM) e o Projeto Orla, compõem a intervenção urbanísticas que recebe a denominação de “Portal da Amazônia [...]” (CRUZ, 2012, p. 158).

Segundo Harvey (2008), os resultados desse processo de urbanização são indelevelmente cáusticos sobre as formas espaciais de nossas cidades, que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constantes vigilâncias; então, estas condições, ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento – já ameaçados pela propagação do mal-estar da ética neoliberal – tornam-se mais difíceis de sustentar, a redistribuição privada através da atividade criminal que ameaça a segurança individual a cada momento, induzindo demandas populares por repressão policial.

E nesse processo de desenvolvimento da cidade, especialmente aonde se localiza o Projeto Orla houve e há atualmente, de forma enfraquecida, os movimentos de moradores que lutam para ter os seus direitos garantidos.

Então, os moradores passaram a se reunir em busca de melhoria para a comunidade, nesse momento surgem os centros comunitários com intuito de lutar por melhorias, e nesse contexto os moradores do Jurunas fundam a Associação da Comunidade de Base do Jurunas (COBAJUR)⁹, a qual surge da luta pelo direito de morar e pelo direito à cidade (CRUZ, 2012, p. 167-168).

⁹ NOTA SOBRE A COBAJUR – A partir de Cruz (2011), verifica-se que nos bairros Condor, Cremação, Guamá e Jurunas, pelos idos dos anos 1970-1980, os moradores já se organizavam em associações e centros comunitários para fazer frente às adversidades referentes à condição da moradia. Destaca-se: O C.C. João XXIII no bairro da Condor; Ass. de moradores da cremação, C.C. de Coréia, C.C. Tambés-Tupinambás no bairro da cremação; Ass. de moradores F. Lima (O Gringo), Ass. dos moradores 25 de junho, Ass. de moradores José Piau, Ass. de moradores Sebastião Mearim, Ass. de moradores pass. Jambu, C.C. S. expedito, C.C. nossa união faz a força, C. cultural Stélio Maroja, núcleo social do Caraparu do C.C. do Guamá, núcleo social monte Serrat, N. S. 14 de abril do C.C. do Guamá e N. S. 20 de fevereiro do C.C. do Guamá, no bairro do Guamá; C.C. Helena

De acordo com Silva (2016), os protestos foram e ainda são os meios encontrados pela comunidade para denunciar as arbitrariedades e desrespeitos com a comunidade que reside no Jurunas.

Desde o início, entretanto, verifica-se diversos tipos de protestos dos moradores do Jurunas questionando a intervenção, principalmente no que tange a falta de informação por parte da Prefeitura Municipal de Belém – a gestora do projeto, como ressalta Silva (2016):

Em 2010, a participação política da população do bairro no Jurunas com o fim do governo do PT, assistiu uma profunda mudança no que se refere à participação popular. O anúncio da Obra de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova na Sede do Rancho Não Posso me Amofinar, com participação dos moradores do bairro, os reduziu a meros expectadores. O que diferiu bastante do período do OP em que as pessoas decidiam de forma direta as obras no bairro. Nessa nova perspectiva os moradores assistiram de início a prefeitura apenas apresentar o Projeto sem que os moradores tivessem o direito a opinar, de dizer ‘não’. Mas, a característica de brigar por direitos permaneceu no bairro em todos os gerenciamentos, até mesmo no período do OP onde a população era chamada pela prefeitura a participar, mas também havia pontos de conflito e divergência. (SILVA, 2016, p. 36).

Ressaltamos que as obras de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, no bairro do Jurunas, têm o intuito de revitalizar a paisagem urbanística da região, chega não somente com essa intenção, mas também com o objetivo de retirar os residentes mais antigos da localidade e esse processo forçado de desapropriação da área para a construção de projetos urbanos que favoreçam o capital, Silva e Peixoto (2015) ressaltam que esse seja o processo “*gentrification*”:

Do inglês *gentrification*, o neologismo gentrificação, cujo sinônimo poderia ser enobrecimento urbano excludente, Trata-se de modelo de urbanização mundialmente disseminado, que, mediante intervenções da administração pública em favor de investimentos de capital, expulsa moradores e trabalhadores de lugares por eles historicamente ocupados. A ação política de resistência dos atingidos por esse processo de requalificação do espaço se dá em condições de evidente desvantagem [...] os antigos usuários acabam sendo forçados a abandonar o espaço valorizado. (SILVA; PEIXOTO, 2015, p. 682).

Entretanto, é importante enfatizarmos os movimentos sociais de resistência do Jurunas, pois Silva (2016) ressalta que outros movimentos têm lutado de forma organizada para fazer valer seus direitos, entre esses, as comunidades que se organizam em torno de movimentos sociais, identidades coletivas e territórios, do qual os movimentos de

quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, povos de terreiros que estão com algumas ações no bairro do Jurunas.

Então, compreendemos que os movimentos de resistência e as manifestações mais recentes no bairro do Jurunas se referem ao abandono que o bairro vem enfrentando, após a prefeitura fazer uma série de comemorações pelo aniversário de 400 anos da cidade de Belém, os moradores do bairro do Jurunas não veem motivos para comemorar, pois, entre os fatos listados, está a obra do projeto Portal da Amazônia, o qual conta com 10 anos de iniciada e apenas o trecho da Cesário Alvin até a Rua dos Tamoios foi entregue à população (SILVA, 2016), e para a autora:

A organização popular no bairro do Jurunas tem um passado construído dentro de uma trajetória de luta, nesse sentido compreende-se que praticamente toda infraestrutura urbana presente nele está associada à mobilização popular. Mas, para compreendermos o histórico da organização e mobilização popular no bairro faz-se necessário um breve apanhado histórico que explica em parte os problemas que motivaram essa organização dos moradores em prol de melhorias de vida [...] A luta do movimento popular na época estava basicamente orientada para diminuir as consequências da ineficácia das políticas públicas, lutar num período em que o regime era altamente repressor e ainda quebrar dentro da população, das massas, o discurso ideológico recorrente do Milagre Econômico e Democracia [...] Para garantir direitos básicos como a educação era necessária uma ampla mobilização popular para que esses direitos fossem garantidos, e motivaram a primeira grande mobilização popular que foi a campanha “Escola para Todos”. O segundo momento da mobilização popular foi relacionado a várias questões principalmente a moradia “A Luta Pelo Direito de Morar” levou milhares de pessoas as ruas de Belém de forma organizada pelos centros comunitários como COBAJUR, Paulo Roberto e outros, possibilitou que várias áreas devolutas não só do bairro do Jurunas como também do bairro da Sacramento, por exemplo, fossem ocupados (SILVA, 2016, p. 46-47, 51).

Podemos enfatizar que hoje os movimentos sociais no Jurunas têm como motivação para a mobilização o Projeto da Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova que trouxe expectativas e certo receio por parte de alguns moradores sobre o remanejamento de alguns sujeitos da localidade, pois de certa forma as autoridades não apresentaram o projeto de forma clara, de maneira que a população pudesse discuti-lo, como outrora tinha sido feito no Congresso da Cidade.

Em 2005, o prefeito da época Duciomar Costa havia anunciado a solicitação de um empréstimo ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para execução das obras, provocando uma mobilização de moradores e parlamentares para cobrar esclarecimentos, como enfatiza Silva (2016):

A falta de informações por parte da prefeitura de Belém atçou os moradores, muito preocupados com o rumo da obra. Contudo, confere-se que até o momento as informações são disponibilizadas de forma fragmentada. Desde o início da obra ocorreram várias audiências públicas cobrando explicações do governo municipal. A

forma de gestão difere em muito do “Governo do Povo”, que inclusive havia decidido no OP pela Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova o que se desprende da mensagem do executivo municipal em pronunciamento no ano de 2003. (SILVA, 2016, p. 78).

Ressalta Silva (2016) que apesar de haver pontos benéficos na obra, deve-se considerar que a mesma ao ser conduzida pela gestão municipal, houve redução da participação dos moradores nos espaços de decisão, o que gerou diversos problemas, entre esses, o primeiro está relacionado à execução da obra que previa um número elevado de desapropriações e num primeiro momento as indenizações definidas que correspondiam a valores ínfimos relacionados às suas residências; o segundo problema se refere ao fato de que nem todas as pessoas que moravam na área em questão estavam previstas para receber as unidades habitacionais; o terceiro fator conflitante estava na relação de como a Prefeitura, que desconhece sistematicamente as relações espaciais e de pertencimento que os moradores do bairro do Jurunas têm com seu local de moradia, ou seja, não considera os meios de sobrevivência vinculados ao bairro, pois em muitos casos o lugar de moradia corresponde ao local de trabalho-venda de algum produto ou prestação de serviço.

Sendo assim, Silva e Peixoto (2015) ressaltam que as obras direcionadas ao Projeto Orla têm intenções que não são voltadas para a comunidade local:

De cima para baixo, o projeto Portal da Amazônia avança seguindo a lógica de abrir ‘janelas para o rio’ e de tornar nobres as margens fluviais de Belém, o que supõe a desqualificação e a remoção dos ocupantes tradicionais. [...] A ‘nova janela’ segue o disseminado padrão de abrir espaços para o turista convencional e cidadãos locais com poder de consumo. No Portal, a bonita paisagem natural, com o sol se pondo sobre a floresta, do outro lado do rio, é contemplada a partir de lugares de consumo, livres da presença constrangedora dos tipos populares que frequentavam essa margem antes do saneamento. (SILVA; PEIXOTO, 2015, p. 682).

Vale a pena ressaltar que apesar da Prefeitura reiterar em seu discurso que a cidade estava de costas para o rio, isso não corresponde às trajetórias das famílias, pois “a maioria dos moradores tem uma relação muito forte com o rio, indo e vindo todos os dias na sua direção. Sem falar o deslocamento diário dos ribeirinhos que vem das ilhas próximas venderem produtos do extrativismo vegetal, estudar, etc.” (SILVA, 2016, p. 80).

Entretanto, desse modo compreendemos que vai acontecendo a violência invisível por parte do Estado, pois como podemos observar a intenção do mesmo não é que as obras do Projeto Orla favoreçam os moradores locais e sim atraia investimentos externos para que o

local seja mais valorizado e conseqüentemente esses expulsem os residentes pioneiros da localidade, e conforme Silva e Peixoto (2015):

[...] o principal obstáculo do projeto do Portal é, de fato, as pessoas, os caboclos ribeirinhos de carne e osso, que a prefeitura quer remover para implantar ali uma bela paisagem ribeirinha artificial, ao gosto dos turistas convencionais e da elite local, além, evidentemente, dos empresários dos ramos imobiliário e do lazer, que já começam a investir no novo espaço. De modo que o projeto Portal da Amazônia é um caso típico do que se chama destruição criativa, de substituição de uma vida social por outra, própria da lógica especulativa do capital (Harvey, 1994). O que se quer, ali, é artificializar uma geografia conveniente ao lucro e isso empobrecerá vínculos culturais e afetivos. (SILVA; PEIXOTO, 2015, p. 684).

Sendo assim, entendemos a importância de todas as formas de resistência contra o Projeto, pois as intervenções urbanísticas não se dão de forma homogênea entre populações tradicionais atingidas por grandes projetos, e no caso do Jurunas, as comunidades trazem um histórico de mobilização popular e luta por direitos. Essa condição permite que essas comunidades encontrem meios de organização, que lhes permite elaborar e reinventar formas de resistência em relação a outras populações sem esse histórico de organização popular (SILVA, 2016, p. 83). Ainda segundo Silva (2016):

A Cidadania seria um dos motivos para a mobilização, a busca por um equilíbrio, pelo bem comum. Isso está desaparecendo quando vemos moradores que já foram indenizados e julgam desinteressante continuar acompanhando as lutas e reivindicações dos não contemplados e, portanto, injustiçados e atingidos pelo projeto. Essa forma de individualismo enfraquece a organização dos moradores afetados pela obra, (SILVA, 2016, p. 98).

Ao discorrermos a respeito do processo histórico da área do Jurunas, nosso assunto adentra numa fase a qual posteriormente será destacada, que é o fenômeno da violência urbana no Projeto Orla, pois embasado por Sposito (2014) acreditamos que não somente a cidade de Belém, mas todas as regiões que desenvolveram um nível de crescimento urbano, conseqüentemente passaram pela ocupação de suas áreas mais estruturadas, urbanizadas, desenvolvidas, no entanto, esse desenvolvimento passou a atrair um volume maior da população imigrante, algumas conseguindo se instalar nos centros das cidades e a sua maioria vivendo nas áreas aos arredores das mesmas, provocando devido à demanda e o não suporte que a cidade teve para recebê-los, os novos “problemas” urbanos, problemas esses que já foram citados durante o texto, mas que vamos enfatizar num próximo momento, e nos cabe destacar entre esses “novos problemas” urbanos, darmos foco à nossa problemática, a violência urbana.

4.2 PLANEJAMENTO URBANO PARA QUEM?

Ao tratarmos sobre o planejamento urbano é importante considerarmos cada período histórico. Junior [s/d] enfatiza que no final do século XIX, a Inglaterra foi o país pioneiro dessa nova fase da urbanização no qual já contava com 80% de sua população vivendo no meio urbano, já considerado um país industrializado.

Segundo Campos Filho (1992), nas cidades latino-americanas, em sua grande parte, a oferta de empregos urbanos não se faz ao mesmo ritmo que a chegada de migrantes, ou seja, conseqüentemente esse inchaço populacional acaba gerando os bairros de extrema miséria, conhecidos por *barriadas*, favelas, mocambos, cortiços e palafitas.

Sendo assim podemos considerar que no Brasil o intenso êxodo rural e a carência de empregos nos setores secundário e terciário, trouxeram conseqüências negativas que se encontram enraizadas em nossa sociedade como a expansão das favelas, o crescimento da economia informal e, em muitos casos, o aumento do contingente de população pobre.

Em termos históricos devemos considerar que após a Segunda Guerra Mundial o processo de urbanização acelera, a população urbana que se mantinha sempre abaixo dos 10% da população total do país, elevou-se para cerca de 16% em 1920, chegou pouco mais de 30% em 1940; e a partir daí aumentou rapidamente para 45% em 1960; 67% em 1980; 75% em 1990 e 81,2% em 2000 (IBGE, 2010).

Com o aumento da urbanização consideramos que o desenvolvimento urbano e metropolitano, vieram acompanhados de problemas sociais e ambientais como: a falta de moradias, o que leva conseqüentemente a favelização; a carência de infraestrutura urbana; o crescimento da economia informal; a poluição; a intensificação do trânsito; a periferação da população pobre; a ocupação de áreas de mananciais da planície de inundação dos rios; e de vertentes de declive acentuado, contudo, a década de 1990 consolidou uma nova tendência de urbanização no Brasil, que pode ser caracterizada como uma desmetropolização, ou seja, uma reversão no crescimento das grandes metrópoles em favor de cidades médias, onde os custos de produção são menores e as condições de vida tendem a ser melhores (JUNIOR, s/d).

Neste ponto cabe indagarmos sobre o processo de urbanização e planejamento urbano, se de fato este é elaborado para o desenvolvimento de toda a sociedade, ou se seus propósitos são para atingir apenas determinados segmentos da sociedade e excluir, se necessário, aqueles que não detêm poder aquisitivo para usufruir determinados espaços?

Observamos a importância em desenvolvermos o discurso sobre planejamento urbano, e planejamento, de acordo com Dror (1973, p. 323) “é o processo de preparar um conjunto de

decisões para ação futura, dirigida à consecução de objetivos através dos meios preferidos”, porém, vale destacar o fato de que o planejamento tende a derivar num processo de melhoramento do espaço urbano, entretanto, vale ressaltar a quem este processo de urbanização favorecerá? Conforme Silva (2016):

Nesta revitalização urbana empreendida pela gestão local avulta “o caráter marcadamente privado e excludente de apropriação dessa fração do espaço urbano, definido por meio de uma multiplicidade de usos e de agentes que ai se fazem presentes” e tem como um de seus principais motes o resgate da ‘cidade ribeirinha’, definindo políticas de intervenção urbana para a orla, que refletem não apenas formas diferenciadas de planejamento e gestão do espaço urbano, como também diferentes maneiras de se conceber a cidade. (SILVA, 2016, p. 10).

Respondendo brevemente a pergunta acima ressaltamos que apesar da pesquisa ter o foco voltado para o fenômeno da violência urbana no bairro do Jurunas, vale destacar que conseqüentemente, em visitas pelo Projeto Orla em Belém e pelas entrevistas realizadas com moradores e alguns agentes de segurança pública, percebemos que a violência urbana vai para além da violência física, dos assaltos, roubos, furtos, assassinatos que acontecem nessa localidade, podemos dizer que o processo histórico de construção e desenvolvimento do próprio bairro foi um processo violento no qual este era uma área em que mesmo desenvolvida próxima ao centro da cidade, era reconhecida como o local aonde residiam a população de baixa renda segregada das áreas consideradas nobres da cidade.

Entretanto, vale ressaltar nesse instante uma das modalidades da violência urbana, sendo essa a violência invisível que é cometida pelo Estado, a qual é caracterizada como a omissão e não efetivação de políticas públicas a uma determinada parcela da sociedade, ou seja, esse tipo de violência nos deparamos diariamente no nosso cotidiano, pois é caracterizada pela falta de saneamento, asfalto, rede de esgoto, água encanada, iluminação pública, hospitais com infraestrutura adequada, segurança pública, etc.

A respeito desta discussão sobre o urbanismo no Brasil, as formas de planejamento que pensam a cidade para alguns, que planeja em função de interesses de elites locais, dentro de planejamentos com modelos copiados de outras realidades, sem preocupações com as particularidades locais e disto resultam populações locais segregadas (MARICATO, 2003, p. 172).

Contudo, Maricato (1999) enfatiza os investimentos na periferia, pois esses não são voltados aos excluídos, e conforme a mesma:

Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado. E o que é mais trágico, a priorização das políticas sociais frequentemente não conta para os próprios

excluídos cujas referências são a centralidade hegemônica. [...] A manipulação das informações na construção da ficção é atribuída à genialidade de alguns técnicos de *marketing*, que conhecem os valores e anseios populares. Ela leva em conta aspectos que estão plantados no imaginário da população, ligados a seus paradigmas históricos, à sua identidade ou ainda à sua vontade de mudança de paradigmas existentes. (MARICATO, 1999, p. 165-166).

Sobre a situação acima, vale a pena questionar e responder a pergunta “é para quem a urbanização e planejamento urbano no Projeto Orla?” Para respondermos podemos iniciar dizendo que a partir das nossas visitas no local, observou-se que o processo de urbanização a qual está relacionado o Projeto Orla, de fato, não é voltado para beneficiar a população que reside historicamente no bairro do Jurunas, e por meio das observações compreendemos que esse tem suas ações e processo de desenvolvimento voltado aos turistas, atraindo visitantes de dentro e de fora de Belém, frequentadores desse trecho da Orla de Belém. E para enfatizarmos essa falta de atenção dos órgãos públicos responsáveis pela área do projeto, as fotografias abaixo mostram o mesmo local, porém, se trata de áreas que dão acesso às vilas, pela Rua Osvaldo de Caldas Brito:

Fotografia 2 – Entrada das Vilas Passarinho e Valério, próximo do Portal da Amazônia.



Fonte: Damasceno (2017).

As fotografias acima registram uma das portas de acesso às Vilas que se localizam antes da Orla ou Beira-Mar, e o que é interessante notar é que a alguns metros de distância se alcança a mesma. Entretanto, é contraditório, pois, com a intervenção urbanística, a Orla se tornou um local com saneamento, rede de esgoto adequado, com boa iluminação pública,

todos os aparatos necessários à habitação adequada, mas, que não é disponibilizada para a população que reside no entorno da Orla. Esta, pelo contrário, é estigmatizada e vítimas da falta de assistência por parte do Estado, além da violência a qual é entendida como algo “natural” pelos mesmos.

Então, entendemos que para quem reside nas vilas entre a Rua Bernardo Sayão e o Portal da Amazônia, os aparatos urbanísticos não são suficientes, pois, a esfera de governo municipal deixa de oferecer aos residentes dessas vilas, os privando de direitos para uma habitação e moradia adequada, e para enfatizar essa segregação urbana, Maricato (2003) ressalta:

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (MARICATO, 2003, p. 152).

Como afirma a autora acima e concordamos, a segregação urbana, a desigualdade social são portas de entrada para a exclusão social, e no caso das áreas circunscritas ao Projeto Orla no Jurunas, observamos que há sim uma grande dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura, pois em entrevistas com os moradores da área, alguns demonstram sua insatisfação com a chegada do projeto urbanístico, pois ao ser implantado o Projeto Portal da Amazônia, deixou a desejar em termos de estrutura básica para os residentes das vilas ao não oferecerem suporte a esses, como retrata a entrevistada 1 residente da Vila Passarinho:

[...] melhorias o projeto portal ainda não trouxe nenhuma pra nós aqui das vilas, porque ‘os moradores ainda não voltarão’ e nem saneamento aqui tem, ainda falta muita infraestrutura pra cá, os moradores aqui ficaram praticamente abandonados pela prefeitura porque, parece que ela nos esquece, porque tudo que ela prometeu, ela não cumpriu com nada [...] sobre a qualidade de vida eles não trouxeram nada pra gente aqui porque olha só o que acontece, a vala e o esgoto que tem ali não tem tampa nenhuma, não tem saneamento nenhum e o que acontece? trás coisas ruins pra gente como: ratos, carapanãs, essas coisa que vem contribuir pra doenças [...] pra mim a qualidade de vida seria infraestrutura daqui saneamento, esgoto, escola, creche a construção dos conjuntos habitacionais, a moradia que tiraram dos ex-moradores e não devolveram a eles, ficam dependendo todo tempo do auxílio aluguel, ficam naquela incerteza, se o dinheiro vai sair ou não [...] e o que mais me incomoda é não terem entregado as casas, os apartamentos que eles prometeram aos moradores que saíram daqui [...] eu espero que eles entreguem as casas pra essas pessoas que saíram, eu sei que era pra ter aqui uma creche, uma unidade de saúde, bem ali logo tinha uma placa da construção da unidade de saúde que seria bem aqui logo, mas até agora nada, já até tiraram a placa dai, então eu ainda espero que essas obras sejam construídas e sejam entregue pra gente, até porque já era pra ter sido

inaugurado isso ai pra comunidade... mas oque a gente pode fazer? Só nos resta esperar e esperar [...].

Fotografia 3 – Bueiros e Valas a céu aberto, Entrada Vila Passarinho e Valério.



Fonte: Damasceno (2017).

Fotografia 4 – Área na qual seria construído os conjuntos habitacionais no Portal da Amazônia.



Fonte: Damasceno (2018).

As fotografias 2 e 3 ilustram o que a entrevistada 1, residente da Vila Passarinho ressaltou, pois podemos destacar que ao fundo da foto 2 temos as vilas que sobraram após a chegada e instalação do Portal da Amazônia em péssimas condições, com as valas cobertas

pelo mato, bueiros a céu aberto, sem proteção alguma para os residentes da localidade, é importante notar a falta de atenção do poder público e que conseqüentemente essa ausência pode levar a ocorrência de acidentes com crianças e pessoas idosas, como ressaltou a entrevistada.

A fotografia 3, localizada entre a Rua dos Mundurucus e Tamoios, mostram as obras da construção dos prédios que deveriam ser entregues aos que foram retirados de suas residências com a chegada do Portal da Amazônia, entretanto, o que temos são parte das obras dos conjuntos habitacionais inacabadas e o restante do terreno sem ser aproveitado para algo produtivo para a comunidade.

São inúmeras as reclamações dos residentes das Vilas próximas ao Portal da Amazônia, todavia, é importante destacar a ausência e descaso do poder público para com os mesmos, pois, atrás do único conjunto habitacional entregue para os ex-residentes das vilas, há um terreno baldio, o qual deveria ser construído um posto de saúde e que deveria ser entregue à população no prazo de 6 (seis) meses, no entanto, conforme a imagem abaixo não existe a construção de absolutamente nada:

Fotografia 5 – Área na qual seria construído o Posto de Saúde.

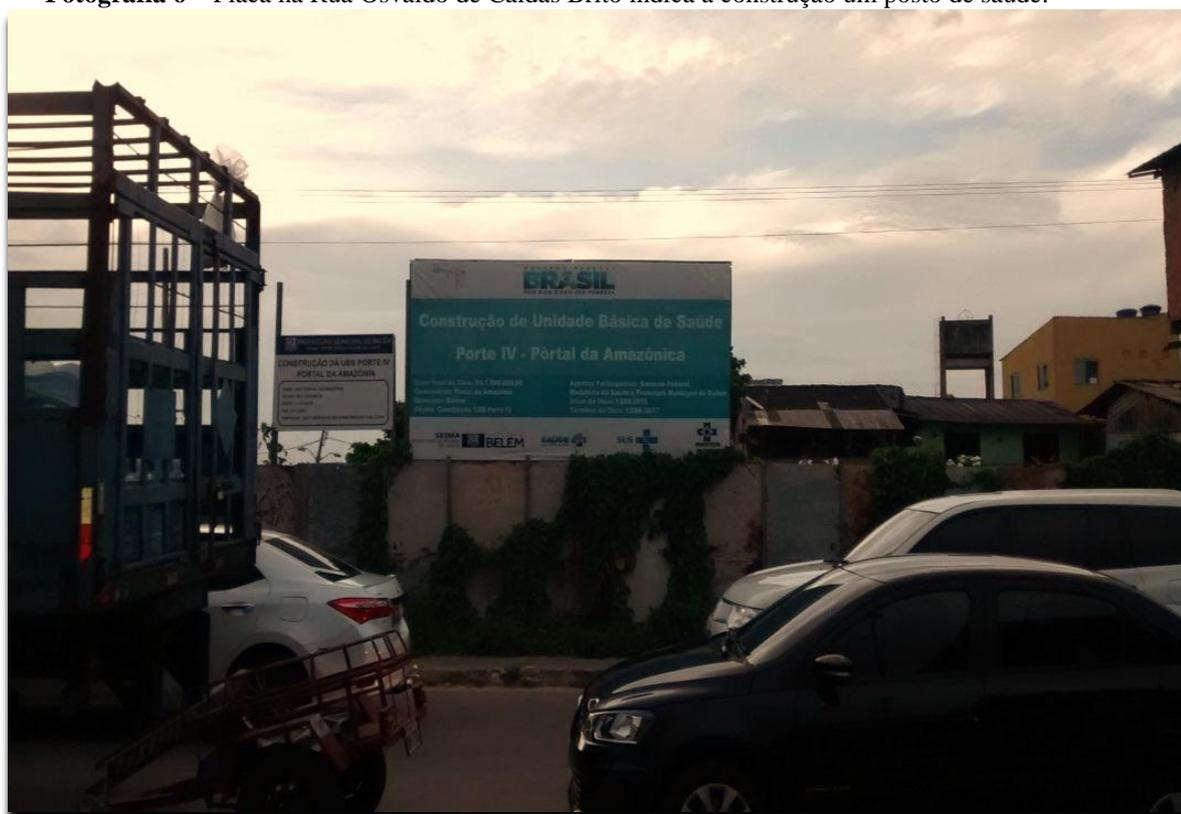


Fonte: Damasceno (2017).

Não foi concretizado o que estava sendo proposto, o prazo de entrega do posto de saúde expirou e não foi construído nada no local como mostra a foto acima, entretanto, até

antes do término das visitas na localidade, observamos que a placa a qual informava a construção de uma obra de médio porte ainda estava na área em que é localizado o terreno baldio, conseguimos registrar por meio de fotografia a placa instalada, e entendemos que a permanência da mesma seria para mostrar aos visitantes da Orla que na região estaria sendo desenvolvido uma obra para os moradores da área. Contudo, podemos ressaltar que de fato não houve a construção de posto de saúde, nem a conclusão dos conjuntos habitacionais, como podemos ver nas fotografias acima.

Fotografia 6 – Placa na Rua Osvaldo de Caldas Brito indica a construção um posto de saúde.



Fonte: Damasceno (2017).

As informações evidenciadas nas imagens expressam a análise feita por Santos Jr. (S/D, p. 294):

[...] Sob o ponto de vista da dinâmica urbana, o resultado e a negação do direito à cidade expressa na irregularidade fundiária, no déficit habitacional e na habitação inadequada, na precariedade e deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e qualidade de transporte coletivo e na degradação ambiental.

Enfatizando a questão da moradia, pois é uma das questões que mais os entrevistados deixam sua indignação, Maricato (2003) nos dá uma resposta e ressalta:

A moradia tem sido predominantemente, nas metrópoles, obtida por meio de expedientes de subsistência. Trata-se de uma mercadoria que não é produzida via processo de trabalho marcado por relações capitalistas (FERRO, 1969 e MARICATO, 1979). A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente

urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra. (MARICATO, 2003, p. 153).

É possível chegar a uma breve conclusão sobre a questão da moradia nas redondezas do Projeto Orla, mas não sabemos se de fato é essa a intenção dos gestores públicos, todavia, podemos dizer a partir de algumas hipóteses, mesmo que pouco precipitada, mas, levando em consideração a lógica do mercado e do comércio, que a área que se estende o Projeto Orla, sua tendência futuramente é servir ao grande capital, ao comércio, com a construção de shoppings centers, lojas de grife, restaurantes sofisticados, e a construção de condomínios fechados, ser um ponto de referência preparado para receber a elite local e visitante, ser considerada uma área nobre, como exemplo, citamos a área na qual é localizada a Avenida Visconde de Souza Franco, bairro do Reduto/Umarizal, mais conhecida como Doca, a qual no seu processo histórico de construção e desenvolvimento era apenas um simples espaço para mercadores que eram ligados a Estação das Docas, mas, que atualmente é considerado um espaço nobre de Belém.

Outro ponto que os entrevistados ressaltam são as condições das praças e brinquedos para as crianças utilizarem como espaços de lazer e diversão, é importante ressaltar a contradição que existe na localidade como mostram as fotos abaixo:

Fotografia 7 – Praça localizada na Rua Osvaldo de Caldas Brito.



Fonte: Damasceno (2018).

Fotografia 8 – Aluguéis de brinquedos no Portal da Amazônia área do Jurunas.



Fonte: Damasceno (2017).

As fotografias mostram o simples fato da acessibilidade aos brinquedos no mesmo espaço que é a Orla, porém em locais distintos, pois conforme a foto 6, essa é a pracinha que fica localizada na Rua Osvaldo de Caldas Brito em frente à Orla e observamos que quase não existem os brinquedos que eram destinados para as crianças do local usufruir, o que existem são apenas restos de brinquedos e as estruturas que estão deterioradas devido à má conservação e a falta de manutenção dos mesmos.

A partir desses fatos observamos a foto 7 que, nessa mesma localidade, porém, na Rua Bernardo Sayão, localizados também na Orla, há aluguéis de brinquedos que não são utilizados pelas crianças que residem ali, afirmamos isso, pois em entrevistas os moradores confirmam que seus filhos não utilizam os brinquedos da Orla pelo fato de seus aluguéis serem caros, pois são brinquedos nos quais os preços não cabem no orçamento dos pais, sendo brinquedos como: patins, bicicletas, Skates, triciclos, entre outros, seus locadores em maioria, não fazem parte da Associação dos Vendedores Ambulantes da Orla, pois são residentes de outros bairros e não do Jurunas.

Os exemplos dos brinquedos é um dos simples questionamentos que nos levam a fazer indagações do tipo: será que o Portal da Amazônia foi construído para os moradores residentes próximos à área? Qual a intenção do Projeto Portal da Amazônia para a comunidade que reside próximo à Orla? Será que Projeto Portal da Amazônia pretende

envolver os moradores que residem no Jurunas em todas as suas fases de desenvolvimento? Será que o Portal da Amazônia é apenas mais um projeto de “fachada” a qual o governo Estadual e Municipal utilizou para se manterem no poder?

Enfim, além dos espaços de moradia e lazer que são a essência básica para uma boa habitação, enfatizamos a nossa proposta de pesquisa a qual trataremos sobre a violência urbana no bairro do Jurunas, na Orla de Belém do Pará, a princípio sobre tal temática esta é algo que ainda incomoda bastantes os moradores que residem próximo ao Portal da Amazônia, pois esses não se sentem seguros nas proximidades da Orla, e com a chegada do Projeto Portal da Amazônia, de acordo com os entrevistados e suas falas houve a intensificação da criminalidade na área, que antes da intervenção era considerada perigosa, e atualmente é mais perigosa devido aos constantes assaltos, roubos, furtos, a ação do tráfico de drogas, e também a ação de milicianos nessa localidade.

Então fazendo uma breve afirmação, considerando as entrevistas realizadas e observações, compreendemos que o Projeto em questão é visto como um paraíso para quem vem visitá-lo, para quem não reside nas proximidades. Contudo, para quem reside na localidade, o projeto alterou de forma negativa as vidas de muitos residentes antigos que moravam nas vilas, sendo que esses foram retirados de suas respectivas residências para a realização da intervenção urbanística e não tiveram suas residências devolvidas conforme proposto pelos gestores.

Conseguimos sentir e ver de fato as necessidades e as consequências negativas deixadas pela construção do projeto urbanístico, e vamos citar as entrevistas de duas senhoras que têm seus casos parecidos e sofrem tais consequências (ENTREVISTADAS B2; B3, 2017):

São duas senhoras com mais 65 anos de idade, aposentadas, consideradas idosas e tiveram suas casas retiradas para que fosse possível a realização da construção do projeto, em entrevistas ambas ressaltam que alguns técnicos sociais acabaram enganando-as para elas cederem a retirada de suas casas, pois como as mesmas afirmam que “antes da chegada do portal, suas casas eram grandes, de dois andares e com mais de 5 compartimentos, com varanda e quintal”, e para a construção de suas casas uma dessas entrevistadas chegaram a gastar mais de 60 mil reais. E a partir da chegada e construção do projeto, e em conversa com os técnicos sociais, esses havia lhes prometido que, com a saída de suas casas ambas ficariam residindo no bairro, porém, receberiam o auxílio aluguel de acordo com o preço da casa a qual fossem alugar para residir e que receberiam dinheiro relacionado ao valor equivalente de suas respectivas casas. Entretanto, o que ambas ressaltam é que não receberam o valor que de fato valeriam suas respectivas casas, e atualmente vivem em quarto alugados, kit-nets; e também o auxílio aluguel quase todo mês atrasa e o respectivo valor desse aluguel semestralmente aumenta, ou seja, ambas tiram o dinheiro do próprio bolso para pagarem o aluguel, além das despesas com água e luz, algo que não tinham antes da construção do Portal da Amazônia, e se anteriormente tinham

essas despesas não era superfaturada como recebem em seus boletos atualmente de água e energia elétrica. (GRIFOS DO AUTOR).

A partir do caso acima, consideramos Santos Jr. [s/d], o qual faz analogia às mudanças nos padrões de urbanização brasileira, pois em grande parte ocorreu em decorrência das transformações advindas do capitalismo internacional e das formas em que esse se inseriu no Brasil devido ao processo de globalização, pois de um lado se tem o aprofundamento da periferação das grandes metrópoles, conseqüentemente o aumento da população desses municípios, a expansão das favelas e loteamentos irregulares; e de outro, o surgimento de núcleos de classe média e de condomínios fechados na periferia, deixando o espaço mais complexo, desigual e heterogêneo.

Sobre a pergunta “Planejamento urbano para quem?”, entendemos que no caso do Portal da Amazônia o planejamento urbano para essa localidade não é voltada aos moradores e sim para quem vai visitar a Orla, ou seja, um projeto urbano que não considera a história de vida de quem ali reside e residiu por décadas, pois especialmente os que moram nas vilas atrás do Portal da Amazônia, sofrem bastante com as conseqüências que o Projeto Orla trouxe para esses indivíduos, como a intensificação da violência, assaltos, roubos, assassinatos, tráfico de drogas, etc.

4.3 O PROJETO ORLA COMO ELEMENTO SEGREGADOR DO TECIDO URBANO

Assim como observamos durante a pesquisa apreendemos que o tecido urbano é segregador, pois o Projeto Orla nos apresenta esses fatos, além de visualizarmos as transformações sociais sendo realizadas apenas para uma parcela da população, e a outra, mais carente lhes resta migalhas de uma intervenção urbanística que é excludente.

Conforme Rios e Ribeiro (2016), ao retratarem sobre as intervenções urbanas, a urbanização e ao planejamento urbano, estes ressaltam que a política que prevalecia era a de erradicar as favelas, na justificativa de que a retirada da população se dava em função da vulnerabilidade ambiental que estavam inseridas.

Leão (2015) enfatiza que por representarem uma população marginal, deveriam ser ressocializada em conjuntos habitacionais, de preferência longe do centro das cidades; e para enfatizar esse processo de urbanização e planejamento urbano enquanto fragmentador, Gottschalg (2012) ressalta sobre essa segregação aliada a pobreza:

[...] Como fator resultante do processo de urbanização acelerado e concentrado vimos surgir e crescer paralelamente e da mesma forma um outro fenômeno: a

segregação sócio-espacial aliada à concentração de pobreza. No que se refere aos aspectos socioespaciais, a desigualdade e a exclusão manifestam-se na ocupação de áreas impróprias e inadequadas à moradia, as denominadas favelas, Assentamentos Precários ou Aglomerados Subnormais localizados nas periferias, distantes do centro urbano; ou mesmo em zonas centrais, próximos a bairros valorizados pelo mercado imobiliário, mas, em áreas de topologia imprópria à construção, em situação de risco geológico, desprovidas de infraestrutura urbana básica e ambientalmente degradada. (GOTTSCHALG, 2012, p. 4).

Assim, como o processo de desenvolvimento das favelas, e no caso do Projeto Orla, localizado numa área de baixada, consideramos a obra urbanística como elemento fragmentador, pois conforme Gottschalg (2012, p. 4):

As favelas surgem e se multiplicam como expressão física das contradições urbanas de uma sociedade concentradora, sendo o recurso de moradia das famílias de baixa renda quase que inevitável, somando-se aos cortiços e loteamentos clandestinos nas periferias dos grandes centros urbanos.

Sendo assim, consideramos que o Projeto Orla ao mesmo tempo em que chega com intuito de embelezar uma parte da cidade é uma região periférica, considerada área vermelha pela polícia e pelos próprios moradores, consideramos esse como fragmentador por alguns motivos, entre esses Gottschalg (2012) nos embasa e destaca que a ocupação do espaço geográfico urbano brasileiro não se deu de forma socialmente justa e incluyente, esse é um dos fatores que contribuem para a segregação promovida pelo Projeto, e ainda mesmo com a chegada da obra, neste local os resultados não trouxeram benefícios que envolvessem o conjunto das pessoas residentes e as que as beneficiassem igualmente.

Ressalta Gottschalg (2012) e concordamos com sua explanação, a qual a mesma enfatiza que o Projeto Orla não beneficiou igualmente aos seus residentes e ex-residentes, pois, pelo contrário, a desigualdade e a exclusão se manifestaram de forma contundente e sob vários aspectos, entre esses nos referimos aos aspectos sócios-espaciais, os quais se manifestam a partir da ocupação de áreas impróprias e inadequadas à moradia – as denominadas favelas, assentamentos precários ou aglomerados subnormais:

Assentamentos localizados nas periferias, distantes dos centros urbanos; ou mesmo localizadas em zonas centrais, próximos a bairros valorizados pelo mercado imobiliário, mas em áreas de topologia imprópria à construção, em situações de risco geológico. Além disso, nestas áreas é frequente a inexistência de infraestrutura urbana - serviços básicos como rede de esgoto, coleta de lixo e abastecimento de água; associada à irregularidade fundiária, à precariedade do transporte público e de equipamentos comunitários de atendimento social. Ao que se soma o permanente estado de insegurança físico-ambiental e, eventualmente, social. São territórios de concentração de pobreza, segregação espacial e exclusão social, traduzindo a dualidade urbana: a cidade informal, contrapondo-se à cidade formal, esta recebedora dos benefícios da urbanização e do desenvolvimento: atendimento de bens e serviços em infraestrutura básica e equipamentos públicos condizentes,

legalidade fundiária, ambiente natural preservado. Nestes territórios evidencia-se a iniquidade do processo de desenvolvimento do país, a má distribuição da renda e a desigualdade da sociedade brasileira traduzidas no espaço urbano em situações diversas, dentre elas na ausência da cidadania. (GOTTSCHALG, 2012, p. 7-8).

Ao indagarmos sobre as desigualdades no Projeto Orla, e perguntarmos de que forma são produzidas as desigualdades sociais no contexto desse projeto urbanístico, e como este passa a ser considerado segregador do espaço urbano? As fotografias abaixo respondem inicialmente à pergunta:

Fotografia 9 – Residências na Rua do Projeto Portal da Amazônia entre a Rua dos Tamoios e Rua dos Mundurucus.



Fonte: Damasceno (2017).

Fotografia 10 – Rua do Projeto Portal da Amazônia.



Fonte: Damasceno (2017).

Responderemos tal indagação a partir das fotografias 8 e 9 acima, pois, parecem ser locais distintos na área do Projeto Orla, no entanto, são os mesmos locais, a mesma rua

beneficiada pelo Projeto, contudo, observamos que nessa mesma rua há dois tipos de uso do solo urbano, um com infraestrutura urbana a serviço das ações de mercado e outro usado por famílias que ocupam historicamente as áreas, mas, que não usufruem da infraestrutura garantida pelo projeto Orla e nem mesmo receberam qualquer tipo de contrapartida para melhoria de seus casebres. A enorme diferença entre a falta de infraestrutura básica a esses moradores como o desentupimento das valas, bueiros, capinação das ruas, pavimentação, iluminação nas ruas, etc., essas são ações simples que poderiam ser realizadas para essas pessoas que ali residem.

Contudo, vale considerar que as palafitas, na fotografia 8, são ao lado dos conjuntos habitacionais abandonados localizados no Portal da Amazônia, essas residências ficam próximas dos conjuntos habitacionais que deveriam ser entregues pela prefeitura de Belém aos ex-moradores das extintas vilas. Entretanto, a fotografia 9 retrata o grande investimento realizado na Orla de Belém convivendo com a falta de saneamento, pavimentação, falta de estrutura de algumas ruas na Orla, ou seja, o que podemos observar são as obras focalizadas nesses espaços, pois em algumas áreas há todo o equipamento e elementos básicos para uma habitação de qualidade, coisa que não há dentro das vilas, por exemplo, pois os equipamentos que ali operam são precários ou não existem, expressando profunda contradição no processo de ocupação, planejamento urbano e valorização do território usado.

Há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e a criação de oportunidades para o investimento imobiliário. Trata-se de obras que são mais *imobiliárias* que *viárias*, no dizer do urbanista Candido Malta Campos Filho, já que a lógica do seu traçado não está apenas, e às vezes, nem principalmente, na necessidade de melhorar os transportes, mas na dinâmica de abrir novas frentes (localizações) para o mercado imobiliário de alta renda. Talvez mais do que a lógica da circulação baseada no veículo individual, o que orienta esse tipo de investimento seja a lógica da rentabilidade imobiliária. [...] (MARICATO, 1999, p. 58-59).

E a partir dos fatores destacados pela autora acima, consideramos e concordamos com a mesma que de fato existe uma segregação na área do Projeto Orla, e que a intenção do Projeto é a segregação entre as classes sociais para essa determinada localidade, pois sabemos que será muito difícil ser realizado algo pelos residentes de dentro das vilas.

E a partir da perspectiva de exclusão, segregação, percebemos que existe um sentimento gerado nos moradores dessa redondeza do Projeto Orla, de que as vilas são mal vistas por quem vai visitar a Orla, pelo fato de acharem que só residem pessoas de má índole na localidade, como ressalta a entrevistada C1:

[...] a gente fica mal vista por morar aqui... por exemplo, as vezes a gente vem no ônibus ou na Van, ai perguntam aonde a gente vai descer, e a gente fala que é na

Vila Santos, a primeira coisa que eles falam é: “ah me rouba logo! (ENTREVISTADA C1, 2017).

Importante ressaltarmos o estigma que é colocado em que reside na área do Projeto Orla e entendemos que essa rotulação é posta por outrem pelo fato da área ser periférica, conhecida como área vermelha, e que na qual outros fatores externos ocasionaram para que a região se tornasse e fosse conhecida pela violência, todavia, acreditamos que se desde o surgimento, do início de povoamento do bairro, já houvessem investimentos públicos básicos como educação de qualidade, saúde, habitação de qualidade para os primeiros residentes, essa região não estaria sujeita e vulnerável a todos os tipos de mazelas sociais que atualmente envolvem quem ali reside.

Podemos ressaltar também que além da falta de investimentos em políticas públicas na área do Portal da Amazônia, o projeto trouxe outros problemas para os residentes, pois com o desenvolvimento e instalação das obras algumas habitações nas vilas sofreram consequências das máquinas pesadas que atuaram na região, e atualmente encontram-se em condições precárias, condições essas em que as residências necessitam com urgência de ações dos órgãos públicos para que haja melhoria ao menos em suas casas, pois essas foram algumas das consequências que o projeto trouxe aos moradores, como mostram as fotos a seguir:

Fotografia 11 – Residência Na Vila Passarinho.



Fonte: Damasceno (2018).

Fotografia 12 – Residência Vila Passarinho.

Fonte: Damasceno (2017).

O que enfatizamos é a discrepância existente entre o espaço da Orla e a realidade vivenciada pelos moradores das vilas, pois como podemos observar a partir das fotos acima, para os moradores das vilas, após a instalação do Projeto urbano, eles foram prejudicados de alguma forma pelo Portal da Amazônia, ou seja, pelo fato de terem sido remanejados, ou por terem perdido a sua casa e terem ido morar de aluguel, ou até mesmo terem ido morar em locais cedidos por outros moradores.

As fotografias acima demonstram as consequências da chegada de máquinas pesadas para a construção da orla, ou seja, na fotografia 10 devido ao solo ser alagado a estrutura da residência cedeu e a casa veio a tombar, contudo, os gestores municipais e estaduais não disponibilizaram meios para que o residente pudesse sair da casa, e o mesmo continua a residir ali em condições de risco.

Como já mencionado, que todos os moradores das vilas sofreram alguma consequência após a instalação do Projeto, a fotografia 11 é de outra entrevistada da comunidade, e como observamos em sua entrevista, a mesma destaca que resistiu e não deixou a sua residência ser retirada, conseqüentemente, a mesma sofre atualmente com as rachaduras que ficaram em sua casa, devido, os impactos no solo com a utilização das máquinas pesadas, “bate-estaca”, etc., e essa residência é uma das várias que estão com algum problema, ou com rachaduras no piso, nas paredes, ou com alguma parte da casa danificada,

sem relacionar outras que se encontram na eminência de desabar devido à estrutura da mesma não ter resistido aos impactos causados pela construção do projeto.

Consideramos relevante o que Gottschalg (2012) ressalta, que o termo segregação traz a noção de isolamento ou separação de grupos diferentes, pois este pode se manifestar de diferentes formas no espaço das cidades, o que representa a separação de grupos com características semelhantes entre si de outros grupos com características distintas, ainda assim, ponderamos juntamente com a autora a qual destaca que existem diversos fatores que levam à segregação espacial de populações, e são: os econômicos, políticos, religiosos e culturais.

Partimos dos mesmos pressupostos da autora citada e consideramos que neste estudo ao nos referirmos ao espaço do Portal da Amazônia, nesse existe uma segregação sócio-espacial-econômica, e afirmamos tais palavras a partir das observações *in lócus*, e por meio das entrevistas que foram realizadas com os residentes do local.

Portanto, nesse tópico tivemos a oportunidade de discorrer brevemente sobre o Projeto Portal da Amazônia enquanto elemento segregador, o qual tem suas intenções voltadas para o comércio imobiliário, para o turismo, etc. Entretanto, a seguir trataremos sobre o fenômeno da violência urbana no local, e então teremos a oportunidade de estar descrevendo sobre o fenômeno a partir das entrevistas, e demonstrando por meio de imagens como os moradores, residentes, trabalhadores da Orla se sentem e como eles percebem o fenômeno da violência urbana na localidade em que residem.

5. A VIOLÊNCIA URBANA NO PROJETO ORLA E NAS ÁREAS CIRCUNSCRITAS

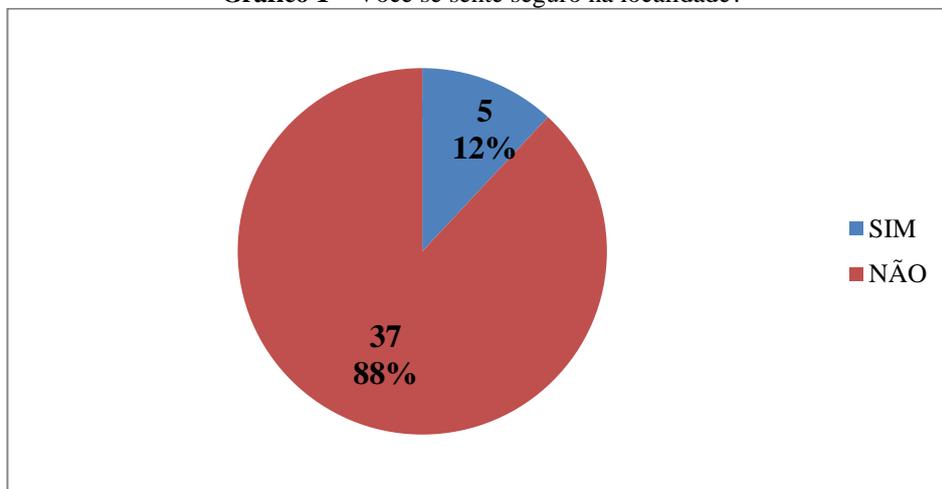
Essa parte da pesquisa que se dá através de entrevistas é interessante, pois aqui vamos enfatizar e darmos maior destaque ao processo de pesquisa que realizamos nas áreas circunscritas ao Projeto Orla no bairro do Jurunas, entretanto, interessante destacarmos que a nossa pesquisa não inicia aqui, ela está no decorrer do texto, porém de forma intrínseca, pois acreditamos que ainda não eram os momentos propícios para frisarmos a mesma, e sim tocarmos em alguns pontos principais.

Informamos também que apesar de não ser possível colocar todas as perguntas em forma de gráfico e tabelas, vale salientar que o que nos interessa e serão levadas em consideração serão as respostas obtidas através das entrevistas.

Ao iniciarmos sobre as perguntas no questionário, a pergunta 1, queríamos saber “se os entrevistados se sentem seguro na localidade? Se sim, o que lhe faz sentir seguro? Se não,

o que você acha que está faltando na área para você se sentir seguro?” e a quantidade dos que disseram que não se sentem seguros e os que diziam se sentir seguro, se expressam:

Gráfico 1 – Você se sente seguro na localidade?



Fonte: Damasceno (2017).

Com relação ao gráfico 1 acima consideramos as respostas de todos os entrevistados, incluindo os agentes de segurança pública, é importante salientar que a questão da segurança pública na localidade é bastante relativa para cada entrevistado da região, pois vale considerar o que ressaltam os mesmos sobre “se sentir seguro na área”:

[...] aqui sim, dentro das vilas sim, olha apesar de ser uma área de risco, a gente pode ficar com a porta aberta até altas horas da noite, a gente anda sem medo de assalto, apesar das pessoas que vem de fora falar que não se sente segura, mas eu que moro aqui dentro me sinto segura sim. (ENTREVISTADO X, 2017).

[...] Sim. Porque eu conheço todo mundo, eu me dou com as pessoas, e isso faz eu me sentir segura, graças a Deus eu nunca fui assaltada, nem aqui nem em canto nenhum. (ENTREVISTADO Y, 2017).

[...] Eu me sinto um pouco, porque eu não mexo com ninguém. (ENTREVISTADO Z, 2017).

[...] sim, até nesse pedaço que eu moro sim, o PM Box que tem bem aqui, me faz sentir segura. (ENTREVISTADO K, 2017).

[...] Eu acho que tá faltando tudo, porque a gente não tem segurança, a gente não tem uma polícia específica que possa estar 24h00min com a gente aqui, nós temos um PM Box ali, que tem 2 policiais, mas se você for lá, chamar 1, eles ligam pra viatura, e pra chegar a viatura é 1 hora; 1 hora e meia; 2 horas pra chegar, e quando chega já até acabou o que tinha acontecido, ou terminou tudo, ou não tem mais nada, o que eu posso dizer, segurança a gente não tem, e nesse intervalo de horas que eles demoram a chegar já pode ter acontecido muita coisa: morte, pancadaria, desordem e tudo que possa ter. Eu pelo menos já fui ameaçada de morte na época que mataram meu irmão, devido eu ter andado tanto com ele [...]. (ENTREVISTADO D1, 2017).

Fazendo uma comparação entre as respostas, consideramos que no Projeto Orla, a concentração da criminalidade nesse espaço pode ser evidenciada em alguns estudos de Weiseflitz (2008), pois a violência é processo que é conhecido apenas por atos e crimes cometidos contra o sujeito, e essa não é compreendida como a falta de políticas públicas para os mesmos, como a falta de ações do estado para a população carente, todavia, compreendemos que essas obras urbanísticas não são intervenções que visam o público da área, conforme Silva e Peixoto (2015):

O Portal da Amazônia é uma intervenção urbana atravessada pela ideologia que vê os trapiches, as feiras e a vida cotidiana do popular bairro do Jurunas como algo desorganizado e feio, a ser destruído para dar lugar a espaços modernos e vistosos, adequados à visitação de classes sociais mais elevadas. Não é pensado para os moradores locais, que não merecem a valorizada paisagem natural vista da orla, que deve ser requalificada para se tornar um novo cartão postal da cidade. Implica, pois, em remoção de tudo que não condiz com essa estética. (SILVA; PEIXOTO, 2015, p. 685).

Beato (2012) ressalta que ações de violência se desdobram para além da criminalidade, pois como ressaltam os entrevistados acima e concordamos com os autores, o processo de urbanização tem sérias implicações na vida dos seus cidadãos, na sua dinâmica, ou seja, surgem novos serviços, novas mercadorias, mudam-se hábitos, todos com o slogan da localidade a qual propõe certa propaganda de benefício a toda população, mas o que acontece de fato é que poucos são os beneficiados.

Ou seja, compreendemos que com a instalação de um projeto urbanístico com o porte do Projeto Orla, quando os gestores e técnicos responsáveis pela obra não realizaram as visitas necessárias, com profissionais adequados para realizar ações aos residentes, não divulgam, e nem ao menos criam hipóteses das consequências que o projeto poderia estar trazendo para essa população, os desdobramentos são os que temos atualmente, além da urbanização desorganizada, tem-se a intensificação da violência como o principal dentre as mazelas sociais apresentadas.

Para essa omissão do Estado a qual entendemos como a violência invisível, Bourdieu (1930) enfatiza que esse mesmo Estado pode ser visto de duas formas e o mesmo o entende como uma contradição que é o limite extremo daqueles que vivem os trabalhadores sociais, ou seja:

Assistentes sociais, educadores, magistrados e também, cada vez mais, docentes e professores primários. Eles constituem o que eu chamo de mão esquerda do Estado, o conjunto dos agentes dos ministérios ditos “gastadores”, que são o vestígio, no seio do Estado, das lutas sociais do passado. Eles se opõem ao Estado da mão direita, aos burocratas do ministério das Finanças, dos bancos públicos ou privados e

dos gabinetes ministeriais. Muitos movimentos sociais a que assistimos (e assistiremos) exprimem a revolta da pequena nobreza contra a grande nobreza do Estado. (BOURDIEU, 1930, p. 10).

Então compreendemos o que Bourdieu (1930) quer dizer com “mão esquerda do Estado” e “mão direita do Estado”, que se referem ao modo de como esse Estado faz para atender ou não as demandas das duas classes existentes na sociedade, entretanto, frisamos que de certa forma há um desespero dessas pessoas do Estado se retirar, pois essas dependem desses setores da vida social que eram sua responsabilidade:

[...] habitação pública, a televisão e a rádio públicas, a escola pública, os hospitais públicos, etc., [...] já que se trata de um Estado socialista do qual se podia esperar pelo menos a garantia do serviço público assim como do serviço aberto e oferecido a todos, sem distinção... [...] mas o que surpreende é que tenham contribuído a tal ponto para a depreciação da coisa pública: primeiro nos fatos, por todo tipo de medidas ou políticas, visando a liquidação das conquistas do *welfare state* e principalmente, talvez no discurso público de elogio à empresa privada [...] de estímulo ao interesse privado. (BOURDIEU, 1930, p. 10-11).

Sendo assim, entendemos que esse processo de depreciação da coisa pública se inicia e passa a constituir o processo de violência invisível que é desenvolvida por parte do estado, todavia, conseguimos perceber essa violência invisível em nossa pesquisa introduzida na área circunscrita ao Projeto Orla.

Logo, fazendo uma relação da violência invisível e considerando as falas dos entrevistados juntamente com o Gráfico 2, compreendemos que a questão de se sentir seguro na área das vilas é relativa, pois é relevante o fato de que para os residentes mais antigos, alguns se sentem seguros por morarem mais tempo e conhecerem quem comete assaltos na localidade, então acreditam que esses indivíduos não são capazes de cometerem delitos contra os mesmos.

Contudo, para 88% dos entrevistados como mostra o gráfico, essa sensação de insegurança que atormenta acontece devido à falta de policiamento na localidade, pois como mencionam, a violência que impera na região vai para além dos roubos-assaltos, tem a questão do tráfico de drogas que é o meio que mais influência e movimenta as ações relacionadas aos crimes na área.

Entendemos que a falta de segurança sentida pela maioria dos entrevistados, remete nossa interpretação ao medo na cidade, o qual não é recente, pois esse sentimento acompanha o ser humano desde os tempos remotos e é uma reação natural que o ser humano sente quando está ameaçado ou sentindo perigo, e esse medo passou a ser o principal transformador na configuração socioespacial do ambiente das cidades (SÁ; CRUZ, 2011).

A partir das respostas dos entrevistados referente à pergunta 1 acima, compreendemos que a sensação de insegurança relatada pelos mesmos vai para além do sentimento de medo da violência física, pois, o que adentra no medo do entrevistado é perder sua residência por conta dos avanços do Projeto Orla, ou até mesmo pelo fato dos gestores municipais não estarem cumprindo o acordo que foi tratado para quem perdeu sua residência na área, entre essas e outras são as consequências deixadas pelo projeto para alguns residentes, além da falta de saneamento básico, saúde, segurança pública e outras implicações, conforme reforçam nossa ideia ao afirmarem (WAISELISZ, 2008 apud SÁ; CRUZ, 2011):

[Existe] violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais. [...] o termo violência não será utilizado de maneira reducionista apenas para designar a criminalidade, mas também, faz referencia a violência simbólica de soluções mercadológicas que instauram um novo padrão de convívio socioespacial nas grandes cidades. (WAISELISZ, 2008 apud SÁ; CRUZ, 2011, p. 18).

Embora a criminalidade não seja um fenômeno exclusivamente urbano, é neste tipo de espaço que se concentram os maiores índices de violência, e o que nos leva a falar de uma violência “tipicamente” urbana, consideramos sobre a afirmação da violência urbana para Machado (2008):

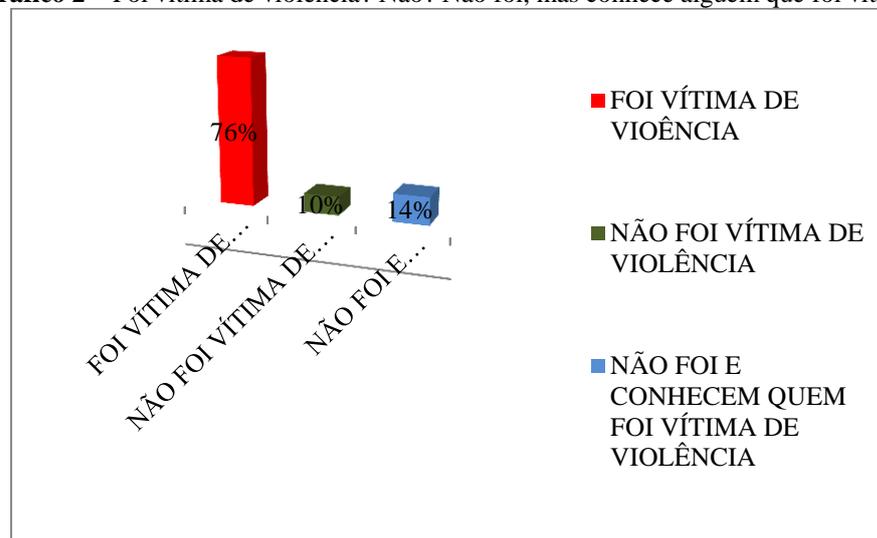
[...] indica um complexo de práticas legal e administrativamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física presentes em todas elas, que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costumava acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial. (MACHADO, 2008, p. 36).

A afirmação de Machado (2008) nos remete a uma análise mais complexa sobre os tipos de violência que ocorrem nas cidades, mas se concentram e têm altos índices de registros nas mesmas, ou seja, no caso do Projeto Orla um dos tipos de violência que fora mais respondidos pelos entrevistados era: a perda de suas casas devido à chegada do projeto, ou até mesmo o fato dos gestores públicos não cumprirem com o contrato, entre esses, os pagamentos dos aluguéis de quem passou a morar em casas, ou kit nets alugados, ou até mesmo por não terem recebido o valor real de suas residências.

É importante salientarmos que muitos foram lesionados administrativamente pelo Estado, esse é um tipo de violência que a própria população não consegue enxergar o dano que lhe é causado, pois, só considera violência crimes praticados e cometidos por meio de força física, e ao relacionarmos essas afirmações com a pergunta 2, “você ou algum

conhecido já foi vítima de algum tipo de violência ou crime na área? Se sim, qual? Não? Não foi, mas conhece alguém que foi vítima?”

Gráfico 2 – Foi vítima de violência? Não? Não foi, mas conhece alguém que foi vítima?



Fonte: Damasceno (2017).

É interessante salientarmos que os entrevistados que já sofreram violência, as registradas foram: assaltos-roubos, esses tiveram parentes mortos com acontecimentos relacionados às chacinas, alguns têm conhecidos envolvidos com o tráfico de drogas, e outros tipos de crimes.

Têm os que não foram vítimas de nenhum crime, porém, conhecem alguém que foi vítima, sendo esse: amigo, parente, conhecido, etc., em seguida, tem os crimes de assassinatos ocorridos na localidade, como a “chacina da vila Santos”; e o tráfico de drogas.

Entre os tipos de violência alguns entrevistados salientam o abuso de poder cometido por parte das autoridades policiais, instituição essa representante do Estado a qual deveria servir a comunidade, realizar uma segurança adequada, de qualidade aos moradores, mas conforme os mesmos, alguns PM’s fazem ameaças constantes aos residentes das vilas, generalizando como se todos que morassem no local fossem bandidos, porém, esses mesmos PM’s que fazem ameaças, se corrompem ao pegar propinas com traficantes da área.

Consideramos as falas dos entrevistados com relação ao abuso de poder de certos policiais para com reside nessa região, pois compreendemos que essas ações têm um contexto histórico, o qual Engels (1985) enfatiza que o Estado, em sua criação, é um produto da sociedade para resguardar a mesma a partir do momento em que essa chegou a certo grau de desenvolvimento, todavia, a sociedade está enredada numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis, entretanto, tornou-se necessário um

poder colocado acima da sociedade, que pudesse amortecer o choque e mantê-la dentro das ordens.

Logo, esse Estado passou a caracterizar e agrupar a sociedade partindo de seus súditos e de acordo com a divisão territorial, o poder policial enquanto braço armado do Estado entra em cena nesse contexto, pois conforme Engels (1985) é a partir dessa separação da sociedade que houve a militarização das forças públicas estatais, pois essa deixa de se identificar com o povo armado, e para proteger e defender os interesses da classe burguesa houve então a necessidade da criação de uma força pública especial para impossibilitar qualquer organização espontânea armada da sociedade, todavia, entendemos que o Estado nasceu para conter o antagonismo de classes, mas como ele nasceu no seio do conflito entre elas, então quem manda nesse Estado é a classe mais poderosa da classe economicamente dominante, consequentemente manda nas forças armadas.

Portanto, há esse abuso de autoridade por parte da polícia para como quem reside em áreas periféricas, por vários fatores, mas vamos nos remeter ao que de fato nos interessa, e ao nos encontramos em uma área periférica compreendemos que a própria polícia militar ao chegar num local que não tem estrutura adequada para receber quem é visitante, ou até mesmo quem vai passar pela região acreditamos que esses precocemente taxam a localidade como perigosa, e também têm seus preconceitos de que todos os residentes da região são envolvidos com a criminalidade, fazendo com que a comunidade seja mal vista pela própria polícia, criando entre essas barreiras que afetam outros policiais e os impedem de se envolver com os moradores, e essas ações consequentemente levam a comunidade a criar resistência com a presença do militares na localidade ou seja, ambos acabam criando resistência para que ocorra uma relação cordial entre a comunidade e a instituição polícia militar.

Os entrevistados ressaltam que alguns fatores como a abertura de novas vias que dão acesso à Orla contribuíram para o aumento da criminalidade, e entre esses crimes os moradores destacam a presença e participação de milicianos em chacinas e assassinatos cometidos na localidade, fato que aumentou a sensação de insegurança de quem mora principalmente dentro das vilas, pois conforme os mesmos, as ações dos milicianos ao adentrarem nas vilas, além de matarem àqueles que esses vão à busca, tentam contra a vida de pessoas que não são envolvidos com a criminalidade, todavia, são esses os tipos de crime que mais os entrevistados mencionaram durante as entrevistas, conforme as falas abaixo:

[...] sim, houve um assassinato na Vila Santos, e a polícia entrou na minha casa achando que eu tinha alguma coisa haver porque lá na minha casa funcionava uma “Célula”, e uma dessas pessoas lá frequentavam, aí a polícia entrou na minha casa e

desarrumaram todas as minhas coisas, mas não acharam nada. (ENTREVISTADO G1, 2017).

[...] sim, Eu e mais alguns conhecidos, já fomos assaltados mais de uma vez, e eu tenho amigos que já foram vítimas do tráfico de drogas, pois foram mortos pelos traficantes, a mando, por não terem pagado suas dívidas. (ENTREVISTADO G2, 2017).

[...] Eu pelo menos já fui ameaçada de morte, na época que mataram meu irmão, devido eu ter andado tanto com ele. (ENTREVISTADO G3, 2017).

[...] teve o caso da minha vizinha aqui, quando teve aquela chacina aqui, ela teve a casa dela invadida por homens encapuzados quebraram tudo lá dentro, e isso aconteceu de madrugada, tava todo mundo dormindo. (ENTREVISTADO G4, 2017).

[...] assim, nunca aconteceu nada comigo, graças a Deus nunca fui vítima de nada, mas eu já fui ameaçado de morte 4 vezes, os ladrões daqui pensam que foi eu quem os denunciou à polícia, eles assaltam lá na orla a polícia entra aqui eles pensam que eu quem faço a denúncia. (ENTREVISTADO G5, 2017).

Com o relato dos entrevistados sobre a violência ou algum dos tipos da “criminalidade urbana”, consideramos que esse fenômeno se territorializa, ou seja, esse fenômeno é sempre visto de modo errôneo, equivocado, pois sempre é entendido como se o espaço urbano em si fosse capaz de gerar violência, entretanto Barata (2008) argumenta:

[...] algumas das características dos meios urbanos, como dimensão, densidade e heterogeneidade da sua população, influenciam a prática de atos delituosos, pois determinam as formas de controle social e conseqüentemente as oportunidades para a execução de crimes. (BARATA, 2008, p. 5).

Então partimos do mesmo pressuposto do autor, pois o espaço urbano em si não é o fator preponderante para a propagação da violência, e sim deve ser considerada a forma como estes são ocupados, construídos e geridos, esses fatores sim, podem facilitar ou dificultar ocorrências criminais, ou seja, ao ponderarmos o espaço urbano o qual é implantado o Projeto Orla, consideramos que a concentração do crime nessa área originou algumas teorias com um enfoque espacial significativo, pois, o espaço a princípio tem a intenção de ser valorizado, pelo fato de ser e estar em um local considerado ponto turístico, entendemos que seria intencional o sucateamento do espaço, deixando-o mal visto devido a falta de segurança, o que impediria a área de receber turistas e conseqüentemente levaria o Estado a vendê-lo a empresas privadas, para sim, a partir dos investimentos esses privatizarem o espaço, sendo assim transforma o medo da violência e do crime como algo sem solução, como mais um problema a ser enfrentado, pois ele vem mudando hábitos e alimentando sentimento anti-urbanos.

Queremos enfatizar a partir das respostas citadas que nossa compreensão chega ao ponto em que acreditamos que existe sim a prevalência dos interesses do capital sobre os

interesses sociais, sobretudo nos países subdesenvolvidos e de industrialização tardia, nas quais as cidades se constituíram em espaços de incivilidade e intolerância, em relação ao caso brasileiro, assegura o mesmo que o processo acelerado de urbanização e metropolização do país fora acompanhado de uma forte desigualdade territorial e social com uma mega concentração metropolitana que amplia os problemas sociais como falta de oportunidade de trabalho, deficiência ou falta de habitação, transporte público, saneamento, serviços educacionais e de saúde, segurança pública, etc. Além desses problemas, outro primordialmente torna este quadro ainda mais preocupante, a criminalidade violenta, que embora seja um problema histórico e, em certos níveis, considerado normal na vida em sociedade, adquiriu no espaço urbano tal relevância que atualmente é concebido como o problema primordial de várias cidades no mundo.

Na continuidade da entrevista na pergunta 3 “Existe algum tipo de violência ou crime que você conhece, que ocorre com mais frequência? Se sim, quais são os que mais ocorrem?”, as respostas mais mencionadas foram: tráfico de drogas; assaltos/roubo; assassinatos.

Sendo assim sobre a pergunta 3 apresentamos algumas das respostas dos entrevistados as quais podem elucidar sobre os tipos de crimes mais frequentes que acontecem na localidade:

[...] assassinatos, a chacina ai na vila Santos, e esse ultimo que teve lá na Tamoios que foi assassinato também. (ENTREVISTADO D1, 2017).

[...] Sim, aqui há algum tempo atrás já aconteceu bastante crime aqui, inclusive há um atrás no dia 17 de outubro mataram 3 pessoas aqui na Vila Santos, e uma dessas pessoas era meu genro, pai da minha neta, mataram ele. (ENTREVISTADO D2, 2017).

[...] mais assalto, assassinato também, esse pessoal do carro prata, carro preto quando passa por aqui é complicado, as vilas ficam desertas com medo que aconteça alguma coisa. (ENTREVISTADO D3, 2017).

[...] sim, aqui já teve o assassinato do meu irmão, a chacina com os meninos bem aqui, tem o tráfico de droga que impera aqui e o pessoal da milícia que de vez em quando faz uma ‘visita’ aqui nas vilas. (ENTREVISTADO D4, 2017).

[...] tem assalto, que eles roubam lá na Orla e vem aqui pra dentro das vilas, mas os crimes mais graves que aconteceram não foi aqui, foi ai pra outra Vila, aonde mataram 3 ai pra dentro, quer dizer mataram 4, porque mataram 3 numa noite só de uma vez, e 1 mataram no sábado, então eu acho que isso foi uma violência bruta mesmo aqui dentro da Vila, e 1 dos rapazes que morreu era meu vizinho, morava aqui do lado. (ENTREVISTADO D5, 2017).

[...] Sim, além dos assaltos, tem esse negócio agora do carro prata, esses caras entram aqui na vila, todos encapuzados, matam e vão embora, isso tem acontecido bastante aqui, eles entram, chegam atirando no meio de todo mundo, as vezes tem crianças, pessoas idosas, eles não querem nem saber. (ENTREVISTADO D6, 2017).

Com relação às afirmações dos entrevistados acima e de acordo com Silva (2012), a discussão recai sobre a ecologia do crime que se refere ao estudo de áreas com acentuada incidência de crimes, o autor afirma que essas áreas predominam principalmente em meio urbano, e que diversas pesquisas foram desenvolvidas para tentar entender tal fenômeno, contudo, pode-se afirmar que a Teoria da Desorganização Social (TDS)¹⁰ que é a mais emblemática delas e que dá um suporte maior para a compreensão da incidência de crimes no meio urbano.

Sendo assim, sobre a pergunta acima, entendemos que todos os entrevistados afirmam que conhecem e sabem que existe a prática de crimes na área, sendo o tráfico de drogas e o assalto/roubo os mais mencionados pelos mesmos, contudo, a partir das respostas entendemos que deve haver o cuidado para que essa afirmação não se torne determinista, pois não é correto apenas fazermos uma análise do espaço como ambiente defeituoso e gerador de criminoso, pois tal atitude seria como negligenciar a propensão de crimes cometidos por indivíduos de diferentes classes sociais, ou seja, crimes socializados e realizados em ambientes diferenciados, pois, ao chamar a atenção para os crimes do colarinho branco, ou ainda ignorar a escolha do indivíduo, como propõe a Teoria da Escolha Racional, de Cornish e Clarke (1985), o que pode, de certo modo, elucidar casos em que dois indivíduos criados dentro das mesmas condições ambientais e onde predomina o mesmo sistema de valores optam por comportamentos diferenciados (SILVA, 2012).

Então, a partir de nossas experiências de vida, convivências e do que foi citado pelos autores acima, entendemos que nem todos os moradores do bairro do Jurunas, especialmente, os que residem nas áreas circunscritas ao Projeto Orla, são criminosos, o que queremos destacar é a banalidade com que a criminalidade é vista, pelo fato desta ser cotidiana e tão frequente pelos munícipes de Belém, e para quem reside em bairro periférico que é entendida como uma ação comum.

Sobre as falas dos entrevistados acreditamos que para a sequência de crimes, existem fatores que são preponderantes e que compreendemos como a porta de entrada para a criminalidade, aonde queremos chegar e deixar registrado é a facilidade que temos hoje para acessar e usufruir qualquer mercadoria, entre essas temos o fácil acesso a comercialização das drogas, e para quem é usuário, muitas vezes esse, fica facilmente dependente das substâncias

¹⁰ A TDS, conforme Silva (2012), é uma teoria que estuda áreas com altos índices de crimes, em especial a área urbana, ou seja, essa teoria é emblemática e sua relevância é em dar suporte maior para entender o porquê da incidência de crimes no meio urbano.

psicoativas, se sujeita e tem pretensões a cometer ações criminosas como os assaltos/roubos para satisfazerem suas vontades de consumo de drogas.

Entretanto, entendemos que a droga é apenas um dos vários fatores que levam o indivíduo a entrar para a criminalidade, e é importante salientar que nem todos os usuários de drogas cometem crimes, pois têm aqueles que têm poder aquisitivo considerável, e que trabalham e não se cometem roubos, nesse momento nos referimos àqueles sujeitos que não têm condições econômicas e se submetem a tal feito, e para isso destacamos como principais fatores: desestruturação/abandono familiar, o baixo nível de escolaridade, o desemprego, etc.

Sendo assim tais fatores se constituem como os primordiais para que o indivíduo seja facilmente recrutado para a criminalidade, pois entendemos que a desestruturação familiar, se dá por diversos casos, ou os pais são separados, a mulher faz “biscate”, ou então, a mãe, ou pai são os únicos provedores da família, e ao saírem para trabalhar, pelo fato do município não dispor de creches, escolas de tempos integrais, ou locais adequados e especializados para deixarem seus filhos, esses ficam vulneráveis, muitas vezes sozinhos em casa, com o irmão mais velho, criança, cuidando de outras crianças mais novas, e que muitas vezes essas crianças ao saírem às ruas passam a ser influenciados por outrem sendo inseridos aos poucos na criminalidade.

Sobre o baixo nível de escolaridade entendemos que é algo no qual o indivíduo muitas vezes por não ter alguém que supra suas necessidades básicas, não ter uma família estruturada que o apoie em suas decisões e invista, deposite confiança em seus planos e o estimule ao estudo, esse fica sem perspectiva alguma de um emprego com salários dignos e acaba sendo facilmente recrutado à criminalidade.

E por fim, esses sujeitos que em consequência da família desestruturada e do baixo nível de escolaridade são jovens que facilmente passam a ser recrutados por traficantes de drogas, para “trabalhar” inicialmente como “aviãozinho” na boca de fumo, e posteriormente subir de cargo, e o “aviãozinho” é o sujeito quem vai entregar a droga para terceiros e como recompensa recebe um dinheiro rápido e fácil, conforme Couto (2008). Para explicarmos a violência que acontece dentro das vilas e nos arredores do Projeto Orla partiremos da premissa de que as drogas levam a várias consequências para o usuário, como consequências, entendemos que para o traficante, esse para se resguardar das ações policiais utiliza de artifícios e ameaças para quem comete os assaltos na região, conforme a foto abaixo:

Fotografia 13 – Pichação informando a proibição de assaltos.



Fonte: Padinha (2017).

Fotografia 14 – Pichação informando a presença do C.V na localidade.



Fonte: Padinha (2017).

A partir das realizações das entrevistas e nossas observações na localidade, consideramos que as fotografias acima representam um dos meios que os traficantes utilizam para manterem a polícia longe das vilas, pois, acreditamos que há toda uma logística para que o tráfico de drogas se desenvolva de modo que a polícia não interfira nas ações dos traficantes, na compra e venda dessas drogas, e como podemos observar os avisos “Proibido Assalto” e a sigla “C.V”, o que significa a presença e participação do “Comando Vermelho” na área, compreendemos que esses avisos são ordens de traficantes de drogas que gerenciam o tráfico na localidade e para que não haja assaltos dentro das vilas, sendo que caso aconteça algum crime que faça alarme e chame atenção das autoridades policiais a entrar às vilas, a consequência para quem desobedeceu as ordens é a morte.

Por esse fato os entrevistados enfatizam veemente que os crimes mais conhecidos e cometidos na área são: o tráfico de drogas, assaltos/roubos e assassinatos, essa ordem parece, e nos dar a entender que a criminalidade age nessa sequência de crimes como se fosse uma lógica a ser seguida, no entanto, sabemos que os crimes são ações que acontecem de modo independente, de roubo ou assassinato, esses ocorrem por outros motivos que vai além do uso das drogas.

Entendemos que o sujeito pode assaltar/roubar por diversos motivos, como para ir a uma festa, ou usar o dinheiro do roubo para suprir suas necessidades ou pra outros fins; e com relação aos assassinatos, as chacinas, notamos, que não somente no bairro do Jurunas, mas na RMB como um todo esses em sua maioria acontecem em decorrência de ações milicianas, que geralmente são ex-agentes da polícia militar ou civil, ou PM's que estão na ativa, que agem com intuito de “limpar” as áreas periféricas das cidades, de traficantes, e até mesmo dos assaltantes que são visados e marcados.

Atualmente observamos que as ações milicianas acontecem geralmente nas áreas periféricas da RMB nas quais seus atos ocorrem por meio de ações de sujeitos que se encontram em carros das cores: preto, prata, vermelho, branco; através dos sujeitos em motos, esses agem sempre fortemente armados atrás dos seus “alvos”, ou seja, sofrem consequências de suas atuações os sujeitos estigmatizados que em sua maioria são negros, residem em bairro periférico, e aparentam, ou por se vestir, “usar um estilo”, que lhes fazem serem julgados por seu vestuário estar semelhante a “roupa de ladrão”.

Então vale considerar também, que existem as milícias sim, na RMB, e que essas agiram e agem dentro das vilas, e ruas que dão acesso a Orla de Belém, suas ações são com intuito de exterminarem, a partir de seus próprios juízos, quem esses acharem que são criminosos.

Vale enfatizar que o aviso “proibido assalto” nas fotografias 12 e 13 é entendido como um meio dos traficantes manterem a ordem e a tranquilidade dentro da localidade, porque acreditamos que a lógica seja a seguinte: se há assaltos constantes numa determinada área em que há ação de uma “boca de fumo”, por exemplo, conseqüentemente, com o aumento e a frequência esses assaltos passam a gerar a intranquilidade aos que residem próximos a “boca de fumo”, ou seja, os residentes passam a acionar e exigir a presença da polícia na área, o que de forma direta afeta a venda do traficante, pois com a presença da polícia na região o usuário de drogas deixa de frequentar a “boca de fumo”, o que conseqüentemente faz com que o traficante deixe de arrecadar dinheiro.

É interessante tratarmos sobre a TDS, porque nos arredores do Projeto Orla, local onde foram realizadas entrevistas, conseguimos observar que seria preconceito para com os indivíduos que ali residem, pois estaríamos usando apenas o espaço como elemento para julgá-lo como criminoso e afirmaríamos que o espaço em si gera o criminoso e não levaríamos em consideração o que de fato falta para aqueles indivíduos enquanto sujeitos de direitos, ou seja, olharíamos apenas o superficial lançando uma visão distorcida da realidade em que vivem os residentes das vilas, não considerando a falta de recursos e infraestrutura, como uma escola de qualidade próxima a eles, uma creche, um posto de saúde, projetos sociais que de fato garantissem o futuro às crianças e aos adolescentes, e que com certeza reduziria o índice de violência nessa área.

Lembrando que nossas afirmações acima no início da discussão não são gerais, pois temos absoluta certeza que há situações, em que apesar da família se encontrar desestruturada, o sujeito ter baixo nível de escolaridade, e o fator desemprego ser crítico, este não se submete a criminalidade, pois passam a suprir suas necessidades por outros meios, são pessoas que respeitam a propriedade alheia.

É bom trazer à discussão, pois senão cairíamos no erro de achar que todo sujeito que não seja de família estruturada, tenha baixo nível escolar, e seja desempregado, é criminoso, e sabemos muito bem que a ideia não é essa, e que esses indivíduos são apenas mais uma vítima da violência estrutural cometida pelo Estado pelo fato da instituição negar políticas públicas e sociais adequadas à sociedade em que esse indivíduo se encontra.

Nesse sentido, Beato (2012) nos convida a fazer uma interpretação mais simbólica com relação aos crimes que mais ocorrem na área, pois conforme o autor, existe uma atração pela atividade criminosa, ou seja, do ponto de vista material como um símbolo ao criminoso, o que é considerado e pode ser comparado aos atrativos da vida de um trabalhador, entretanto, entendemos essa violência simbólica ou material, como o lócus da reprodução do capital.

Sá e Cruz (2011, p. 17-18) nos chama atenção para esse fato, pois, as cidades passaram a atrair a maior parte da população, então esse aumento populacional não foi acompanhado por serviços que pudessem suprir as necessidades básicas nos países de industrialização tardia, e nesses países há a vigência de um sistema político-econômico excludente que acarreta problemas sociais como pobreza, desemprego, favelização, entre outras consequências que são predominantes às camadas populacionais de baixa renda, além do aumento da criminalidade, sendo resultado de manifestações que de forma desorganizadas decorre o desejo de inclusão social.

A observação em campo nos proporcionou a oportunidade de conhecermos a área e registrarmos que há um estigma sobre esses indivíduos e também o preconceito que já existe sobre o espaço, a partir dessa constatação e fazendo uma relação com a pergunta 7 “quais as consequências que a violência traz para vocês moradores dessa região?” A entrevistada ressalta:

[...] a ‘Fama’, o local, ele fica totalmente mal visto, e as pessoas não querem mais vir pra cá, porque na realidade nós moramos numa área que hoje é usada como portal da Amazônia, e é frequentado por milhares de pessoas, e devido a essas situações afasta os turistas daqui, afasta as pessoas que vem visitar, que vem passear aqui, é essa a situação que acontece, fica mal visto pelas pessoas de fora. (ENTREVISTADA B10, 2017).

Devido aos vários acontecimentos e o histórico de violência que há nas vilas e seus arredores, já se criou uma “fama” da área, como afirma a entrevistada, e a partir desse fato é interessante retomar a análise da Teoria da Desorganização Social – TDS – pois Silva (2012) afirma que tal teoria elege as propriedades das estruturas comunitárias como determinantes da distribuição não uniforme dos crimes, caracterizando alguns lugares ou bairros como violentos, o referido autor adverte que:

Nem todos os bairros pobres têm elevados índices de criminalidade, mas, aqueles em que indicadores ecológicos de mobilidade residencial, heterogeneidade, desestruturação familiar e desemprego crônico se combinam, observa-se um processo que conduz ao enfraquecimento, ou ruptura, das instâncias formais e informais de controle. Nesse caso, a capacidade organizacional dos residentes torna-se reduzida e a probabilidade de ocorrência de comportamento criminoso é aumentada significativamente. (SILVA, 2012, p. 42).

Vale ressaltar que os modelos ecológicos recentes de geração do crime buscam a compreensão da natureza multifacetada da violência e a identificação dos fatores que influenciam o comportamento, aumentando o risco de se cometer ou ser vítima de violência, ou seja, conforme o autor acima muitas vezes a falta de infraestrutura no próprio bairro, a

falta de lazer, de oportunidade, além do surgimento de megaempreendimentos numa região carente ocasiona o aumento da probabilidade de um indivíduo ter comportamentos criminosos, ou não, mas acreditamos que muitas vezes esses comportamentos advêm da falta de oportunidade e de uma perspectiva em se ter um bom emprego, ou a desestruturação familiar como um dos motivos que pode ocasionar esses desvios de comportamentos, pois deve ser analisado o fato do sujeito não ter outrem para ajudar a suprir suas necessidades, esse acaba sendo uma “vítima fácil” para integrar o exército de um traficante qualquer.

Na continuidade da entrevista a pergunta 3 e seus subitens “3.2 Você sabe informar com que frequência acontece esses tipos de violência ou crime?” 3.3 “Qual o(s) horário(s) de maior incidência de crimes no bairro?” 3.4 “Você tem medo de andar em algum lugar dessa área?” 3.5 “Se sim, por quê? Se não, por quê?”, enfatizaremos as respostas respectivamente:

[...] Olha, todo dia tem assalto por aqui, ainda mais lá no orla. (ENTREVISTADO F1, 2017).

[...] Em relação aos assaltos, não tenho noção da frequência, mas sei que acontece bastante. Agora o tráfico de drogas é bem mais visível, aos usuários de drogas, isso eu vejo todo dia aqui. (ENTREVISTADO F2, 2017).

[...] Eu sei que todos os dias têm roubo ai na orla, porque eu sempre vejo esses moleques saírem correndo e entrando as pressas pra dentro dessa vila. (ENTREVISTADO F3, 2017).

[...] olha, isso é todo dia que acontece, as mortes até que pararam um pouco, mas os assaltos, são todos os dias. (ENTREVISTADO F4, 2017).

[...] olha, parece que tem época pra tá acontecendo esses crimes aqui, porque as vezes tá demais, eles roubam direto ai pra Orla e vem correndo pra cá pras Vilas, mas é só acontecer alguma coisa feia, ou uma morte que eles se aquietam, mas agora eles já tão voltando a roubar porque a gente fica aqui na frente de casa ou até mesmo trancado em casa, a gente só vê quando eles passam correndo ai pra dentro. (ENTREVISTADO F5, 2017).

[...] mano assalto acontece todos os dias ai nessa orla; o tráfico de droga rola solto aqui nas vilas; os assassinatos só acontecem quando os caras da milícia entram ai nas vilas, isso é de vezes em quando, mas teve um tempo que eles tavam direto, agora pararam de vim ‘visitar’ as vilas. (ENTREVISTADO F6, 2017).

As respostas da pergunta 3.2 são interessantes, pois acompanham a pergunta 3.3 “Qual o(s) horário(s) de maior incidência de crimes no bairro?” e os entrevistados respondem:

[...] Depende do dia, se é dia de semana acontece assalto mais no horário do almoço de meio dia até 15:30 da tarde. (ENTREVISTADO H1, 2017).

[...] assim, o horário que mais tem assalto é a noite, umas 20:00, mas tem as vezes que eles tão demais, e nesse horário de 17:00 já começa a ter assalto ai na orla, a gente vê muito assalto aqui, até porque a nossa casa é primeira da vila, então a gente vê eles entrando e saindo pra assaltar ai. (ENTREVISTADO H2, 2017).

[...] Pela parte da manhã, entre as 5:00 e 7:00 horas, e a tarde entre 18:00 até as 21:00. (ENTREVISTADO H3, 2017).

[...] olha, geralmente acontece assalto nos horários noturnos, que é as 12:00 até as 15:30 por aí assim, que nesse horário não tem ninguém na rua, fica tudo deserto aqui, aí os ladrões aproveitam, quem tiver na rua “de toca” eles roubam mesmo. (ENTREVISTADO H4, 2017).

[...] olha, tem assalto quando as ruas estão sem ninguém, quando tá deserto é certeza de ter roubo e isso acontece naquele horário de 12:00 até as 15:00 15:30, quando as ruas ainda estão desertas, e no início da noite lá pras 18:00 18:30, quando o turistas começam a chegar na Orla. (ENTREVISTADO H5, 2017).

Já as respostas da pergunta 3.4 e 3.5 respectivamente, “Você tem medo de andar em algum lugar dessa área?” 3.5 “Se sim, por quê? Se não, por quê?” faz jus ao interesse em sabermos sobre a sensação de segurança dos entrevistados, nessa primeira parte das respostas, são fala dos entrevistados que responderam SIM ter medo de andar em algum lugar da área:

[...] Sim, olha às vezes dá medo, quando tá muito violento dá medo de sair à noite por aqui, só que a gente é obrigada a sair. (ENTREVISTADO I1, 2017).

[...] Sim eu tenho. Tenho medo do meu filho andar fora de hora por aí e confundirem ele, e o que me faz sentir esse medo é por conta dos meus filhos e por conta desses assassinatos que tava tendo aqui, eles tavam matando o pessoal dentro da casa deles, eu fico com medo. (ENTREVISTADO I2, 2017).

[...] Sim. Todos os locais são arriscados praticamente, principalmente pelos assaltos, que são muito recorrentes. E pelos assassinatos que, infelizmente acontecem com qualquer um. Ultimamente, até inocentes estão morrendo, só por estarem na hora e no local errado dos crimes. (ENTREVISTADO I3, 2017).

[...] Sim. Pela questão de falta de segurança. No nosso bairro a gente diz que tem a parte nobre, e a outra parte mais perigosa, então nessa parte mais perigosa, onde se concentra as pessoas mais carentes, que se diz mais descentralizadas, são nessas áreas que a gente vê a ocorrência desses crimes e é a parte que a gente se sente menos seguro. (ENTREVISTADO I4, 2017).

[...] Sim. A violência está muito grande, o bairro está passando por uma situação muito difícil, estão matando muita gente, muito miliciano, a violência está demais, mesmo. (ENTREVISTADO I5, 2017).

[...] Sim, Por causa da insegurança que nós temos em nosso bairro. Algumas viaturas não circulam por falta de gasolina, dinheiro, impedindo que o efetivo de circular pelos bairros. (ENTREVISTADO I6, 2017).

[...] Sim, eu tenho medo de sair a noite, e de madrugada eu tenho ainda mais medo, que é o horário que os carros: preto, prata, vermelho, agem, tem gente que diz que agora tem um táxi que o pessoal da milícia tá andando pra matarem os traficantes e ladrão daqui, por isso tenho medo de sair quase a noite. (ENTREVISTADO I7, 2017).

[...] Sim. Antes eu não tinha, agora eu tenho, devido a insegurança e o aumento da violência e também porque os ladrões daqui trazem outros de fora, e os de fora são tudo mal-encarado e a gente não conhece, a gente já tem medo dos daqui, aí esses de fora olham pra gente, chega da medo, e a única coisa que a gente pode fazer é abaixar a cabeça. (ENTREVISTADO I8, 2017).

[...] sim eu tenho porque uma vez o policial me confundiu com uma outra pessoa daqui de dentro da vila, que o marido dela é bandido, o policial ficou me olhando, olhando, balançou a cabeça e depois que ele viu que não era ela, ai eu fiquei com medo deles me atirarem, e me matarem. (ENTREVISTADO I9, 2017).

As respostas abaixo são dos entrevistados que responderam “não” ter medo de andar pela área, e entre esses as suas respostas foram:

[...] Não, porque eu sou conhecida aqui. (ENTREVISTADO I10, 2017).

[...] Medo eu não tenho porque eu sou conhecida aqui na área, mas se eu for pra outro lugar sim. (ENTREVISTADO I11, 2017).

[...] Não, eu ando aqui tranquilamente a qualquer hora porque eu sou conhecida. (ENTREVISTADO I11, 2017).

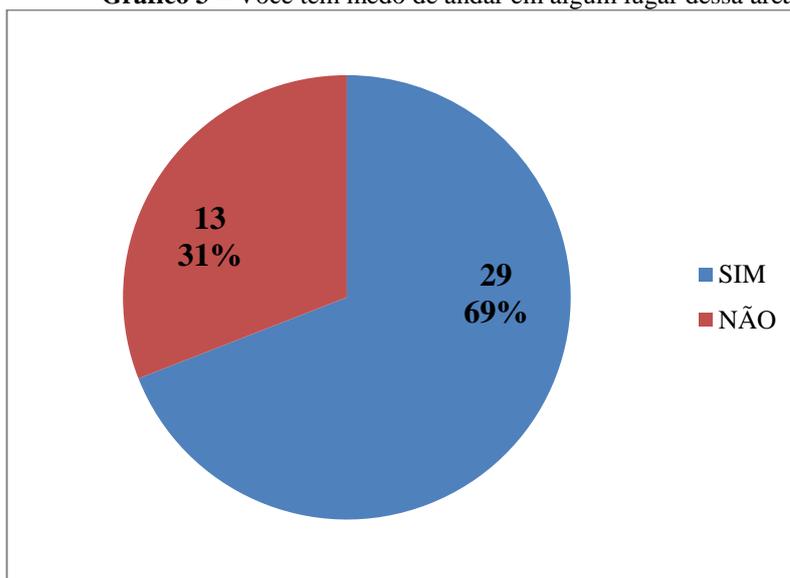
[...] Não, porque eu sou conhecido, além de eu ter nascido e me criado aqui eu sou uma das maiores lideranças da área. (ENTREVISTADO I11, 2017).

[...] Não, por aqui não, por aqui eu não tenho medo de andar, até porque eu não ando mais com bolsa, desde uma vez que fui assaltada dentro do ônibus. (ENTREVISTADO I12, 2017).

[...] Não, eu não tenho porque eu já moro há um tempo aqui e eu já estou acostumada aqui, e também quando eu saio eu não coloco as coisas pra me expor assim, tipo celular, cordão essas coisas, e as pessoas que vem visitar acham que estão seguras por ser um ponto turístico e eles ficam mais vulneráveis. (ENTREVISTADO I13, 2017).

Para ilustrarmos em termos numéricos entre os entrevistados os que têm medo, e os que não têm medo de andar pela área, o gráfico abaixo mostra o seguinte:

Gráfico 3 – Você tem medo de andar em algum lugar dessa área?



Fonte: Damasceno (2017).

Para melhor explicarmos a pergunta 3 e os seus subitens, Brantingham; Brantingham (1981) nos faz partir do termo Criminologia Ambiental¹¹ o qual se refere ao estudo da dimensão espacial do crime, trazendo para discussão questões como: onde, quando e como os crimes acontecem e ao tratarmos sobre o estudo da criminologia ambiental acreditamos que o Projeto Portal da Amazônia seja um excelente exemplo, pois, como ressaltam os entrevistados e a partir da nossa inserção e muitas observações na localidade, notamos que os locais aonde acontecem os crimes é a Orla, local em que a frequência e quantidade de visitantes são constantes, especialmente quando tem alguma atração na localidade a qual atrai visitantes da cidade de Belém e Região Metropolitana.

Contudo, podemos enfatizar e ressaltar que na área do Projeto Orla são várias as situações de criminologia ambiental referente ao estudo da dimensão espacial do crime, as fotos e as falas das entrevistas mostram e retratam apenas uma parte de uma totalidade da dimensão espacial a qual o crime pode ser empregado, aqui nessa concepção entendemos que o ambiente da Orla é tratado como as condições circundantes que influenciam o fenômeno criminoso, e as especificidades de crimes que ocorrem nessa dada localidade são os mais variados possíveis, e relacionado a situações de crimes no Brasil, muitos estudos apontam um predomínio de crimes contra o patrimônio (sobretudo roubos e furtos) em áreas comerciais, já os crimes contra a vida predominam em áreas de habitações precárias como favelas e bairros pobres (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1981).

Posteriormente falaremos, mas adiantaremos que os locais aonde são corriqueiros os assaltos na Orla, ficam na Rua dos Tamoios, perímetro localizado entre a Rua Osvaldo de Caldas Brito e a Rua dos Mundurucus, como ressaltam o Policial Militar – PM e os Guardas Municipais – GM entrevistados, ao perguntarmos “Quais os locais que acontecem mais índices de crimes aqui na Orla?”

[...] entre a Rua Osvaldo e Mundurucus as pessoas quase não caminham pra lá, vocês podem ver ou já perceberam isso, esse local é na verdade, aonde acontece uma frequência maior de roubo, e partir daqui dessa primeira quadra pra lá é mais perigoso, e porque também tem muitas entradas pra lá, na direção da Tamoios, e também pra lá geralmente eles roubam e correm pra entradas que tem por ali, e as

¹¹ A Criminologia ambiental, conforme Brantingham e Brantingham (1981), faz um estudo sobre a dimensão espacial do crime, ou seja, enfatiza questões: como? Aonde? e Quando? Vão acontecer os crimes, considera e traz em seu bojo todas as circunstâncias e fatores necessários para tal estudo, e em se tratando do Projeto Orla, consideramos que este é um espaço adequado para o estudo da criminologia ambiental. Em se tratando da TDS e criminologia ambiental, respectivamente a primeira tem o intuito de fazer uma análise sobre o espaço enquanto sendo o “gerador de criminoso”, ou seja, a propensão das ocorrências de crimes cometidos nesse espaço; todavia, a criminologia ambiental além de considerar os fatores já elucidados, faz referência ao estudo da totalidade e dimensão espacial do crime, os modos de como os crimes podem ser empregados em determinadas localidades, e as circunstâncias que influenciam o fenômeno criminoso, ou seja, compreendemos a criminologia ambiental como se já houvesse estabelecida uma estratégia para os crimes serem executados.

vítimas eles aguardam mais pra lá também, porque eles sabem que pra lá tem menos policiamento, diferente daqui dessa área que além do Box aqui, sempre fica carros, motos e policiais ou até mesmo o pessoal da Guarda Municipal lá na esquina fazendo rondas, tem também no meio da Orla o quiosque da GM, o que dá uma proteção maior pra quem tá pela orla. (PM ENTREVISTADO, 2017).

[...] Vocês podem perceber que daqui da Osvaldo até a Rua dos Mundurucus não tem muito movimento, é justamente o local aonde tem mais assaltos, por ser um lugar mais noturno, e também fazer um quiosque da GM pra tá dando uma segurança melhor para quem vai visitar ou passar na orla... vocês percebem também que até os vendedores também não se concentram, ou quase não tem nenhum nesse perímetro e é devido aos assaltos que acontecem aí. (GM's ENTREVISTADOS, 2017).

Enfatizamos nesse momento a fala dos agentes de segurança pública, pois esses têm a localidade da Orla como área de suas atuações para fazerem suas rondas e prevenirem as ações de crimes nesse perímetro, mas os mesmos relatam que “o perímetro da Orla é muito extenso e o efetivo da PM e da GM não conseguem dar conta da área pelo fato de também haver muitos becos, saídas e entradas que dão nas vilas, e isso dificulta nosso trabalho na busca dos meliantes”.

É interessante ressaltar sobre a fala dos agentes de segurança pública, pois realmente a Orla é um perímetro que não tem um Box da GM, e apenas são realizadas rondas ostensivas da PM e da GM, mas o efetivo de ambos não consegue suprir a necessidade da população com relação às altas reclamações de assaltos nesse perímetro.

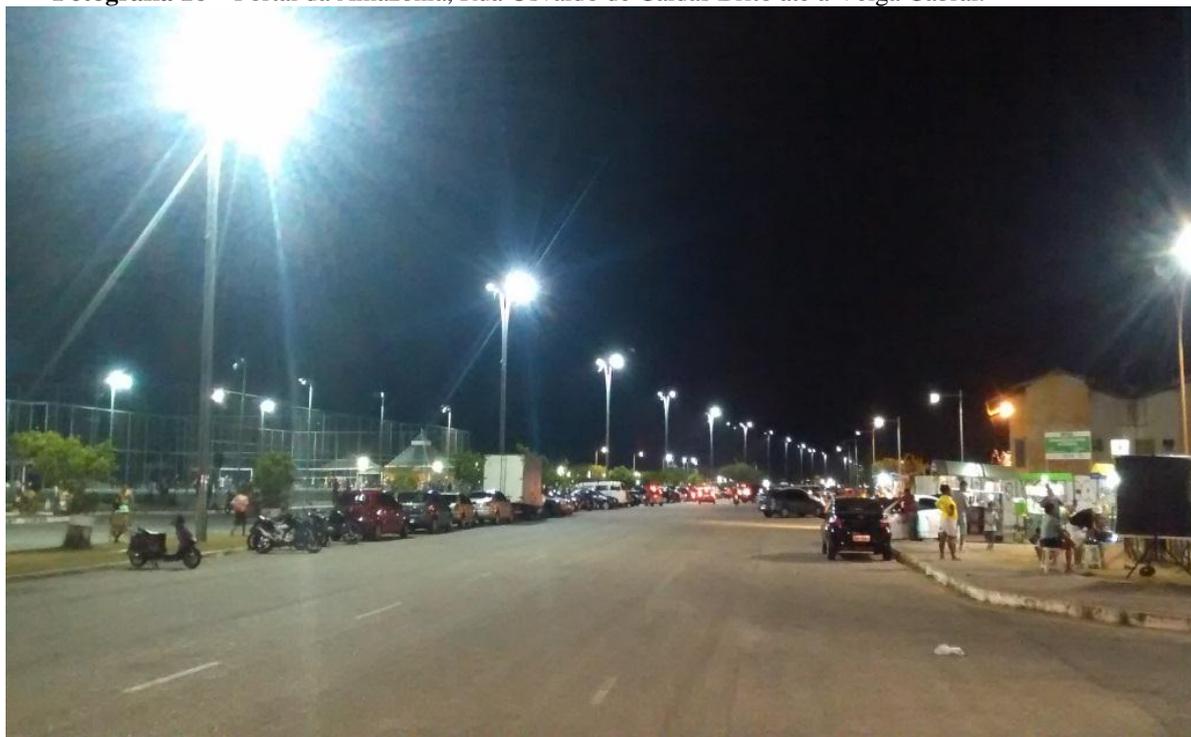
Para retratarmos sobre o perímetro a partir das fotos abaixo podemos observar que há uma notória diferença em qual lado da Orla os visitantes, vendedores ambulantes e os visitantes têm preferência em ficar:

Fotografia 15 – Portal da Amazônia, Rua Osvaldo até a Mundurucus.



Fonte: Damasceno (2018).

Fotografia 16 – Portal da Amazônia, Rua Osvaldo de Caldas Brito até a Veiga Cabral.



Fonte: Damasceno (2018).

Como ressaltam os entrevistados, agentes de segurança pública, e observados nas fotos acima que a procura dos visitantes da Orla se dá no perímetro entre a Rua Osvaldo de Caldas Brito e a Rua Veiga Cabral, e isso é bem simples de explicar, pelo fato de ser a localidade na qual ficam mais concentrados os vendedores ambulantes, tem o maior número de pessoas/visitantes, e também tem um quiosque da GM no meio desse perímetro e também a própria PM se concentra no meio dessa região para dividirem o seu efetivo e realizarem suas rondas, como ilustram as imagens abaixo:

Fotografia 17: Quiosque localizado no meio do Portal da Amazônia.



Fonte: Damasceno (2017).

Fotografia 18 – PM's reunindo e decidindo os locais que iriam realizar as rondas.



Fonte: Damasceno (2017).

Sendo assim, a partir de conversas com os entrevistados e moradores da localidade, compreendemos que o processo de violência e crimes que ocorre na região da Orla é constante mesmo havendo a presença de PM's de GM's na área, e isso ocorre devido

inúmeras circunstâncias as quais já foram mencionadas e que entre essas envolve uma urbanização caótica que não foi planejada em conjunto com a comunidade.

Segundo Sá e Cruz (2011, p. 19), a partir dos estudos de Pedrazzini (2006) sobre a violência no mundo, fora constatada que a violência é um fenômeno complexo que envolve a urbanização caótica, a densificação ou a privatização dos espaços públicos, a segregação social e racial, levando a considerar as atividades informais ilegais, e violentas, e como reflexos, têm o medo contemporâneo das cidades e as mudanças que ela ajudou a gerar nos espaços públicos, ou seja, devem-se considerar as consequências da expansão internacional do mercado no qual as novas relações de trabalho e novas formas de relações interpessoais, onde poucos indivíduos conseguem acompanhar essas mudanças e usufruir esses benefícios, todavia, compreendemos que esse sucateamento dessa área turística se dá com objetivo de futuramente satisfazer e deixar a região propícia às ações do mercado, conforme Silva e Peixoto (2015):

[...] o Portal é uma intervenção urbana atravessada por ideologias e interesses, entre os quais o de abrir um novo espaço para o mercado imobiliário. Esse viés do planejamento urbano, o de criar oportunidades para o investimento imobiliário, e um aspecto central da gentrificação. Associado a esse interesse de abrir espaços ao investimento imobiliário, outra feição a ser ressaltada nesse modelo de planejamento urbano é o “culturalismo de mercado” [...] (SILVA; PEIXOTO, 2015, p. 686).

E um dos fatores que Sá e Cruz (2011) afirmam que é primordial para que ocorra a violência é o medo que os sujeitos enfrentam de ficar sem usufruir das inovações tecnológicas, pois essa lógica de exclusão se insere em todas as esferas de vida do indivíduo, a qual inclui uma nova cultura que se caracteriza pelo consumo, tendo por lógica o fragmento das instituições e tecnologia informacional, sendo essas as principais contradições do capitalismo na qual suas promessas benéficas do desenvolvimento econômico apenas multiplicaram os problemas sociais, favorecendo apenas os detentores do poder político e econômico, e entendemos que os processos sociais excludentes adquirem configurações particulares ligadas à monopolização do capital, que privilegia uma esfera privatizada em detrimento da pública, e grupos sociais de maior poder aquisitivo em relação aos populares.

O que de fato passa a existir é uma violência estrutural que se encontra imbricada no sistema político econômico, no qual Sá e Cruz (2011) ressaltam que dentre as violências a maior parte dela é formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para a que chamamos violência estrutural, ou seja, a violência estrutural é a base da produção das outras, a qual constitui o centro original e central da violência.

Na continuação das entrevistas, na pergunta 4 “Quais os meios, instrumentos, que a comunidade utiliza para enfrentar a questão da violência, ou até mesmo para estar minimizando esta situação na área?”, as respostas dos indivíduos que responderam: “não sabe se tem algum instrumento na comunidade para minimizar a violência”, foram:

[...] não tem nada aqui dentro pra diminuir a violência. (ENTREVISTADO J1, 2017).

[...] Ter muita fé em Deus porque outro instrumento nós não temos no momento. (ENTREVISTADO J2, 2017).

[...] Não temos um meio específico, cada um se protege do jeito que pode. A gente coloca segurança particular, evita de sair em horários mais noturnos, como no horário do almoço, ou a noite, e, se precisar sair, não levar nada que chame atenção, avisa em grupos de redes sociais, como está o movimento nas ruas próximas e rezar, porque a criminalidade está crescente aqui. (ENTREVISTADO J3, 2017).

[...] O mais recorrente é as pessoas evitarem sair, evitarem ficar nas portas das suas casas, procurar segurança privada. (ENTREVISTADO J4, 2017).

[...] Não existe esse meio, até porque a comunidade em si se amedronta, fica com medo dos traficantes, dos assassinos e até mesmo da milícia (grupo de extermínio que atuam em áreas periféricas, segundo os moradores), que atualmente vem crescendo cada vez mais e contribuindo para violência. (ENTREVISTADO J5, 2017).

As falas acima são afirmações fornecidas pelos entrevistados, incluindo nessas os moradores das vilas e os agentes de segurança pública, pois é importante salientar que de fato não existe algum meio, ou instrumento na comunidade para minimizar a questão da violência, e o que pode estar sendo feito pelos moradores da área é o que os mesmos ressaltam acima, tem que estar atentos ao saírem de casa, não saírem portando objetos de valores como celulares, bolsas, cordões, pulseiras, dinheiro em espécie, etc., além do fato dos mesmos relatarem que devem pagar uma segurança privada para suas residências e para si ao saírem nas ruas.

E a seguir temos resumidas as falas dos entrevistados que falam haver meio que a comunidade utiliza para minimizar a violência na localidade, e conforme (ENTREVISTADOS J7, 2017) “aqui a gente tem o Projeto Davi”, sobre esse referido projeto, esse é de responsabilidade da Igreja Evangélica Quadrangular, a qual traz para si a responsabilidade que seria designada ao Estado, porém, compreendemos a relevância do projeto na área, pois consegue expelir alguns jovens e até mesmo afastá-los de serem inseridas na criminalidade, no entanto, as atividades que são realizadas pela igreja não têm o cunho e nem o suporte para dar um futuro garantindo uma perspectiva de emprego a esses jovens da comunidade, pois a igreja por meio de algumas medidas paliativas inibe momentaneamente o

ingresso dos jovens na criminalidade, mas o que de fato a comunidade precisa, o Estado, tanto a prefeitura como o governo estadual não disponibiliza aos mesmos, que são meios e instrumentos para que possam ter uma boa perspectiva e qualidade de vida, e acabam por deixá-los mais vulneráveis.

Sobre a não existência de projetos ou programas para a localidade do Projeto Orla é interessante ressaltar Beato (2012, p. 39), pois o mesmo nos leva a compreender que a política pública de segurança no Brasil, sempre oscila entre a reforma social e a dissuasão individual, ou seja, se tem a ideia de que o crime resulta de fatores socioeconômicos que passam a bloquear o acesso a meios legais de se ganhar a vida, e essas condições se traduzem no acesso restrito de alguns setores da população quando não têm oportunidades de acesso ao mercado de trabalho.

Sendo assim, queremos direcionar nossa discussão às propostas de controle da criminalidade que passam por diversas reformas sociais como reeducar e ressocializar criminosos para o convívio social, ou seja, entendemos que é uma proposta interessante, porém, essa não é e seria a solução ideal para que haja uma redução significativa da violência, entendemos que de fato as políticas públicas devem ser mais eficazes e eficientes, essas seriam as mais convencionais, como as que geram empregos, combate à fome e a miséria, pois acreditamos que essas políticas tendem a minimizar a violência, ainda mais pelo fato dos crimes serem cometidos por jovens, considerados fortes candidatos com grandes potenciais à criminalidade; e além dos programas e projetos, cremos que por meio da educação, do investimento em esportes para os jovens, o ensino profissionalizante para quem está saindo ensino médio, o aprendizado de artes e de convivência pacífica e harmônica para as crianças, ensinando-as e orientando-as para conseguirem viver e terem ao menos a noção crítica da sociedade e da realidade a qual vivemos e nos encontramos.

Continuando a entrevista a pergunta 5 “Você conhece algum programa ou projeto de prevenção à violência desenvolvida na área?”, as respostas obtidas foram que os entrevistados não conhecem nenhum programa e nem projeto disponibilizado pelo governo para dar suporte aos moradores, a não ser o “projeto Davi” que é de responsabilidade da Igreja Evangélica Quadrangular.

As respostas abaixo são dos entrevistados que dizem conhecer que existe o projeto na área, e esse se trata do “Projeto Davi”, e como já dito, é ligado a Igreja Quadrangular, e conforme os relatos dos entrevistados:

[...] Sim tem o projeto ali da igreja quadrangular, o “Projeto Davi”, eles fazem uma atividade ainda, eles fazem algumas atividades educativas pra tirar os jovens da rua,

mas se não tivesse eles iam achar que vender droga é melhor que estudar ne?! então espero que Deus dei fortaleza pra eles, porque é difícil, é só Deus. (ENTREVISTADO K1, 2017).

[...] O único programa que tem é a escolinha bem aqui, que é a escolinha das criancinhas, fora isso não tem nada mais. (ENTREVISTADO K2, 2017).

[...] Sim, o Projeto Davi, ele tem inúmeras modalidades de esportes, tem o teatro, e tem uma parte que a gente chama de religiosa, as crianças tem aula de Karatê, outros tem capoeira, outros tem a parte de Célula, vinculado à igreja, porque assim, o religioso ele tendência pro bem. (ENTREVISTADO K3, 2017).

[...] Olha, que eu saiba tem um projeto aqui da Igreja Quadrangular, que é o “Projeto Davi”, que tem capoeira, tem aula de espanhol, inglês, assim, tem esse projeto. só que ele é muito. “fraco”, vamos dizer assim, ele “fraco”, não por falta de vontade deles, ele é até um bom projeto, mas assim por falta de vontade das famílias não se envolverem, não querer se envolver. (ENTREVISTADO K4, 2017).

Essas são algumas das respostas sobre quem não conhece programa ou projeto:

Não, não conheço, que eu saiba não tem nenhum projeto aqui. (ENTREVISTADO K5, 2017).

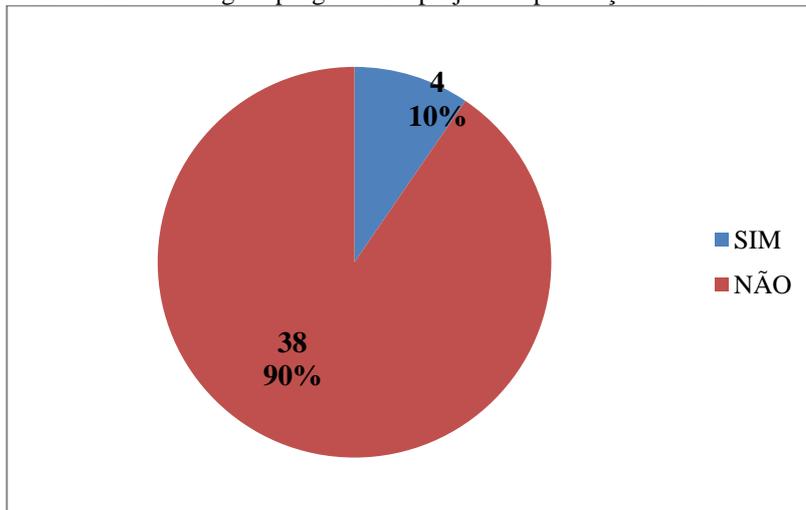
[...] Aqui nós não temos, no momento nós não temos nada, nenhum trabalho social, nada. (ENTREVISTADO K6, 2017).

[...] Nenhum projeto tem aqui. (ENTREVISTADO K7, 2017).

[...] Não, nunca ouvi falar disso aqui na área, não tem projeto nenhum pra cá. (ENTREVISTADO K8, 2017).

O gráfico abaixo demonstra em números as respostas dos entrevistados que conhecem e os que desconhecem a existência de algum programa ou projeto na área do Portal da Amazônia:

Gráfico 4 – Conhece algum programa ou projeto de prevenção à violência na área?



Fonte: Damasceno (2017).

Maricato (1998) ao tratar sobre tal problematização ressalta que a ilegalidade, a desigualdade e a violência urbana, essas são ocasionadas devido à ausência de uma política urbana, ou devido a uma prática vigente de gerir as políticas de habitação, saneamento e transportes urbanos como setoriais e passa a se tornar grave porque constitui uma incompreensão sobre a importância da gestão do uso e da ocupação do solo, e passa a ser uma profunda injustiça social, agressão ambiental e de economias resultantes de um processo que, em grande parte corre solto, e ilegalmente, sem essa presença do chamado controle urbanístico, conseqüentemente chamamos a atenção sobre outra seqüela: a violência urbana, assunto que preocupa atualmente toda a sociedade, pobres e ricos.

A violência urbana a qual em certos casos a chamamos de violência invisível, nesse contexto, se apresenta a partir das desigualdades sociais, as quais acreditamos que se desenvolve de forma acelerada com objetivo de atender o processo de gentrificação do espaço, conforme afirmam Silva e Peixoto (2015):

[...] No caso de Belém, o consenso social são as ‘janelas para o rio’, e o efeito impactante são obras tais como a Estação das Docas, o Mangal das Garças e o projetado Portal da Amazônia. Nessa linha, a gentrificação da orla sul de Belém, pelo Portal da Amazônia, é um “embelezamento estratégico” (Leite, 2002), que escolhe certos espaços centrais para serem urbanizados a fim de inserir a cidade no cenário mundial de urbes que disputam investimentos privados. Enquanto o modelo busca favorecer o turismo e a especulação imobiliária, engendra a resistência ribeirinha, que propõe, alternativamente, a metáfora das ‘portas para o rio’. No debate sobre a orla, as metáforas de ‘janelas’ e ‘portas’ encerram sentidos muito distintos. O movimento de resistência busca lugar no imaginário da população, a fim de quebrar o consenso que concebe o litoral de Belém apenas como espaço de consumo e lazer. (SILVA; PEIXOTO, 2015, p. 688).

Entretanto, essas faltas de ações estatais recaem sobre o fato de não haver programas ou projetos elaborados pelo Estado na área do Projeto Orla, compreendemos e concordamos com Pedrazzini (2006) o qual aponta que sobre a ausência do poder público nas áreas de bairros populares é preciso rever as questões do urbanismo dos oprimidos e das violências das cidades e inseri-las no contexto da urgência e da inovação cidadina, entretanto, a violência urbana não é um fenômeno que pode e deve ser visto de forma isolada, pois a urbanização caótica, a própria privatização dos espaços públicos, entre outros fatores que podemos considerar como atividades ilegais e informais, violentas ou não, sendo indicadores de uma transformação mundial da civilização urbana.

A pergunta 6 referente “ O que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro?” as respostas obtidas foram as mais variadas possíveis entre essas:

[...] Deveria ter uma interação entre a comunidade e a polícia, o poder público, coisa que não tá acontecendo, que acabou aqui no bairro. (ENTREVISTADO L1, 2017).

[...] deveria ter uns cursos pra esses mais novos que estão começando, ter alguma ocupação pra eles, pra esses que têm 13, 14, 15 anos eles não tem o que fazer, deveriam ter alguma ocupação, mas não tem uma atividade aqui. (ENTREVISTADO L2, 2017).

[...] deveria ter cursos pras criança, um projeto que ocupasse os jovens e adolescentes, mais segurança e policiamento na área, mais viaturas fazendo serviços de rondas. (ENTREVISTADO L3, 2017).

[...] Além de um maior policiamento, políticas públicas voltadas para as áreas mais vulneráveis e programas para tirarem nossas crianças e jovens das ruas. A gente percebe que a criminalidade aqui, hoje, está sendo cometida por essa faixa etária. (ENTREVISTADO L4, 2017).

[...] Esportes para os jovens, porque para cá, não tem. Tudo é precário, tudo é difícil, a molecada cedo está na rua, não tem direção de mãe, pai, eles saem para trabalhar e acabam se criando na rua. São muitos becos, muitas vielas. (ENTREVISTADO L5, 2017).

[...] Principalmente, não só no bairro, mas, em toda a cidade investir em educação, qualificação dos professores e ter alguns programas voltados para conscientizar famílias e segurança de forma geral. (ENTREVISTADO L6, 2017).

[...] Exterminar as bocas de fumo, os traficantes, e os viciados, porque acha que a raiz do problema, de onde começa a violência, são as drogas. Ela culpa também a polícia, que não tem caráter, diz que o governador da condição para eles acabarem com isso, mas os mesmos dizem que o salário é pouco e continuam pegando na boca de fumo. (ENTREVISTADO L7, 2017).

[...] acho que mais projetos pra tirar as crianças das ruas, criar mais escolas, ter mais conhecimento porque aprender o que não presta é o que mais se aprende nas ruas. (ENTREVISTADO L8, 2017).

[...] Acho que educando as crianças, a educação, educando firme, remunerando melhor os professores, e dando um suporte melhor para os alunos. Então eu acho que o governo deveria dar um suporte melhor para os alunos, tanto do ensino fundamental, médio quanto do ensino superior, pra pessoa ter vontade de estudar, então eu vejo que a partir do momento em que o povo estudar melhor, ele vai começar a ter uma percepção melhor e ele vai perceber muita coisa, vai começar a lutar, a bater de frente, a lutar, aí vai mudar muita coisa. (ENTREVISTADO L9, 2017).

[...] Se todos esses órgãos trabalhassem em conjunto evitaria sim, vinha a minimizar essa violência que existe, porque ai na Orla, existe a situação do assalto, mas o tráfico de drogas é o carro chefe de tudo isso, o trafico de drogas ele trás consigo: o roubo, a exploração sexual de menores, porque aqueles que são menor de idade vão se prostituir pra sustentar seu vício; então eu vi que em conjunto, conselho tutelar, juizado especial, DATA, polícia militar, as coisas funcionavam. (ENTREVISTADO L10, 2017).

[...] Colocar mais policiamento, e tipo colocar esse box da GM não era pra ser ali, era pra ser aqui de esquina com a Osvaldo, e aonde fizeram essa praça aqui era pra ser feito o box aqui, porque aqui que é o centro, e sem falar que da Osvaldo até a Mundurucus é deserto, pouca gente anda pra lá. (ENTREVISTADO L11, 2017).

Descrever sobre o que poderia ser feito para reduzir a violência na área é algo bastante complexo, pois iniciamos do pressuposto que para haver uma redução significativa da violência em qualquer parte do país, até mesmo de uma comunidade carente, deveria e devem

ser realizadas ações que vão para além de mais policiais nas ruas, como ressaltam os entrevistados acima, e que deve ser concretizado por parte do Estado ações, programas, projeto sociais com intuito de assumir para si a responsabilidade sobre a sociedade, sobre essa parcela jovem da população, crianças e adolescentes que são mais vulneráveis, muitas vezes por não terem apoio de familiares, ou até mesmo pelo fato da família não ter condições financeira para se manterem e suprirem suas necessidades básicas.

Sendo assim, queremos deixar claro, que o caminho mais eficaz seriam investimentos na educação para os jovens da localidade, com o acompanhamento de programas e projetos sociais que estimulasse esses a construir seu futuro a partir de uma visão crítica sobre a realidade em que vivem mostrar os riscos que a criminalidade os oferecem, e os fizessem refletir sobre sua realidade, mostrando-os que a “riqueza” gerada por meio do crime é efêmera, não passa de uma mera ilusão, e que há outros meios de se ganhar a vida sem ser pela via ilícita, e entendemos que o caminho mais viável para os moradores que residem próximos ao Projeto Orla seria esse, pois, a realidade de quem ali reside é complicada devido à falta de infraestrutura em saúde, educação, esporte e lazer, etc. e é notável a ausência do estado para oferecer benefícios aos mesmos. Entretanto, acreditamos que tais ações que estipulamos sejam inviáveis para as pretensões dos gestores e de quem investe nas obras do projeto, pois conforme Silva e Peixoto (2015) a ação modernizadora não é para quem reside atualmente na localidade:

A ação ‘modernizadora’ é empreendida não só em obras, mas também mediante o uso de termos como *pier*, que substitui o típico trapiche, e *shopping*, para o lugar onde funciona a feira. Já despontam torres residenciais com ‘janelas’ para o rio, que o *marketing* imobiliário batizará com glamorosos nomes estrangeiros ao gosto dos requintados clientes, onde, antes da ‘baixada’ ser saneada, estavam barracos sobre uma vala fétida, cujo odor os pardos, negros e caboclos moradores aturavam. Circunstância que cabe na expressão ‘roer o osso’. A gentrificação vai tomando forma na medida em que se valorizam os terrenos na ‘baixada’ saneada, que se tornou um ‘filé’ e o que fará improvável a permanência daqueles que ainda ficaram depois das remoções forçadas, não obstante a reivindicação expressa no mote ‘quem roeu o osso tem que comer o filé’. (SILVA; PEIXOTO, 2015, p. 694).

Sendo assim, concordamos com Maricato (2000) quando a mesma argumenta que sem perspectiva de trabalho ou pelo menos à segurança de um trabalho regular; sem estímulo para estudar, discriminada pela cor e pela pobreza; envolvida por uma intensa publicidade que liga felicidade ao padrão de consumo inatingível; participe de uma realidade social desigual e arbitrária além de fetichista, na qual convivem extremos de carências básicas e o consumo conspícuo; submetida a uma relação de favor com os políticos; crescendo em contato com a violência no cotidiano e tendo o crescente aumento das drogas como possibilidade de fuga e

eventualmente de ganhos rápidos e fartos, essa é a realidade da imensa massa de jovens que habitam as periferias metropolitanas, e com a ausência da cidadania, o terreno é fértil para o desenvolvimento do crime organizado, especialmente através do tráfico de drogas.

Entendemos que a necessidade, a carência de serviços básicos, a falta de recursos econômicos para seguir a ideologia do consumismo exagerado, passa uma ideia, em especial para a parcela mais carente da sociedade, de que somos forçados a seguir uma lógica consumista, ou seja, mesmo que não tenhamos condições financeiras para isso somos obrigados a comprar, entretanto, concordamos com a afirmação de Maricato (2000), pois, entendemos que de fato o tráfico de drogas mostra que existe um meio mais fácil de conseguir recursos financeiros para viver e poder comprar, consumir objetos que muitas vezes seria bastante dificultoso comprar por meio do trabalho digno, ou seja, compreendemos que as ações, exposições, e ostentações, mostradas por traficantes, passam aos jovens que não tem perspectivas futuras que o tráfico é o meio mais rápido e fácil para conseguir comprar tudo que sempre desejou e almejou, sendo tudo isso, apenas uma grande ilusão, pois o tráfico de drogas esconde as consequências que estão implícitas em si.

Na pergunta 7 “Quais as consequências que a violência trás para vocês moradores dessa região?”

[...] Pra mim diminui o movimento, porque o pessoal não quer mais vim pra Orla, ai o movimento fica fraco pra minha venda. (ENTREVISTADO M1, 2017).

[...] Muitas porque, através disso, nós que somos autônomas, vivemos de comércio a partir do momento em que a violência cresce o cliente vai embora, ele não volta mais. (ENTREVISTADO M2, 2017).

[...] medo e insegurança. (ENTREVISTADO M3, 2017).

[...] A ‘Fama’, o local, ele fica totalmente mal visto, e as pessoas não querem mais vir pra cá e afasta as pessoas que vem visitar, que vem passear aqui, é essa a situação que acontece, fica mal visto pelas pessoas de fora. (ENTREVISTADO M4, 2017).

[...] A gente fica com medo, a sensação de insegurança. (ENTREVISTADO M5, 2017).

[...] No meu caso, é afastar os turistas, pois como eu trabalho na Orla, a gente depende deles. (ENTREVISTADO M6, 2017).

[...] Insegurança de todos nós aqui, principalmente das crianças que não conseguem se defender da violência. (ENTREVISTADO M7, 2017).

[...] Temos medo de assalto, antes sentávamos na porta de casa, hoje não fazem mais, porque corre o risco de ser assaltado. (ENTREVISTADO M8, 2017).

[...] A gente senti muito medo, ainda mais quando as minhas filhas saem por ai, eu recomendo elas pra não levarem nenhum objeto de valor, às vezes tem até arrastão ‘ai’ (a entrevistada se refere à Orla). (ENTREVISTADO M9, 2017).

[...] Uma das consequências é o medo que os nossos amigos tem de vim pra cá, porque a nossa área fica mal falada por conta dos roubos. (ENTREVISTADO M10, 2017).

[...] Pra mim trás muito medo e muita preocupação, até porque eu tenho os meus filhos, e eles saem, fiam na rua até tarde e a gente fica preocupada. (ENTREVISTADO M11, 2017).

[...] É o medo, e também a gente fica mal vista por morar aqui... por exemplo, as vezes a gente vem no ônibus ou na Van, ai perguntam aonde a gente vai descer, e a gente fala que é na Vila Santos, a primeira coisa que eles falam é: “ah me rouba logo!”. (ENTREVISTADO M12, 2017).

[...] A gente vê na desvalorização do local, medo, desapego do lugar. (ENTREVISTADO M13, 2017).

São inúmeras as consequências que a violência traz aos moradores da localidade, pois para além do sentimento de medo, existe a questão dos residentes que tem sua fonte de renda que se dá através do comércio informal no Portal da Amazônia e com o aumento da violência na área, conseqüentemente diminui a frequência de visitantes na Orla o que deixa com que os vendedores ambulantes deixem de arrecadar lucros que faturam com o forte movimento de visitantes na Orla.

Sobre o medo que a violência causa conforme os entrevistados, Caldeira (2000, p. 55) aponta que “discussões sobre o medo do crime revelam a angústia que se gera quando as relações sociais não mais podem ser decodificadas e controladas de acordo com antigos critérios”, ou seja, o que enfatizamos é que na região da Orla muitas são as situações e fatores que causam o medo além dos assaltos, mas o que ressaltamos é que com as ações dos traficantes, a partir da compra e venda das drogas ilícitas, conseqüentemente atraem os milicianos para área, e as ações desses passam a ocorrer, porém em tempos diversificados, e quando ocorre o medo da comunidade é que haja o assassinato de inocentes, como já ocorreu há algum tempo atrás, com a morte de um agente prisional e do ex-líder comunitário a mando de traficante.

Caldeira (2000, p. 27) ressalta que ainda há outra dinâmica motivada pelo medo do crime, e o aumento do crime, e do medo de crimes nas cidades brasileiras teria mudado a vida cotidiana das pessoas e introduzido o crime como um dos principais assuntos das suas conversas, criando o que a autora chama de “fala do crime”: uma fala que “alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência em um só tempo é combatida e ampliada”. Sendo assim, a fala do crime teria a função de reorganizar o mundo desorganizado pela experiência do crime, para isso simplifica o mundo criando preconceitos, estereótipos e caricaturas dividindo o mundo entre bem e mal.

Partimos da mesma ideia que Caldeira (2000), no entanto, acreditamos que não somente na região onde está localizado o projeto Portal da Amazônia, em todo o estado do Pará, mas especialmente em áreas consideradas periféricas, há o estigma com seus respectivos moradores, não somente moradores, mas com os indivíduos que tem o estereótipo o qual passa a ser identificado como bandido, e, entendemos que atualmente essa divisão entre bem e mal está mais acentuada e constantemente passou a ser reproduzido e potencializado fundamentando a demanda por práticas repressivas no controle da violência e tem-se, como demonstra Zaluar (2007, p.43), “os sinais de um ódio violento e vingativo começam a aparecer cada vez com maior intensidade”, construindo uma guerra clandestina do bem contra o mal:

[na] confusão criada pelos preconceitos dos agentes policiais, jovens (trabalhadores, estudantes ou bandidos) pobres passam a ser o outro lado indiscriminado dessa guerra sem tréguas que pretende livrar-nos do mal. Essa imagem do ‘menor’, isso é, da criança e do adolescente pobres é a parte da estratégia para justificar a ação policial violenta e corrupta, na qual já se tornou difícil distinguir o que é repressão ao crime do que é crime de extorsão (ZALUAR, 2007, p. 49, 50).

De acordo com Zaluar (2007) temos o indício da existência de um grupo social tido como personagem privilegiado da violência urbana, objeto do medo difuso e principal alvo das medidas repressivas: os jovens adolescentes, pobres e negros; é nesse contexto que se torna mais compreensível medidas como a redução da maioria penal: aos adolescentes infratores é atribuído esse papel de encarnação do mal absoluto que precisa ser combatido para restauração da ordem perdida.

A autora nos leva a refletir sobre o perfil do brasileiro que é considerado criminoso pelo estereótipo, pois como já relatado, os jovens negros, pobres, são os quem mais são vítimas da violência urbana, e especificamente, se tratando dos jovens que residem aos arredores do Portal da Amazônia, esses são vítimas de chacinas que ocorrem esporadicamente, de linchamentos, como um meio de punir quem comete algum delito, a morte etc., ou seja, por mais que o sujeito não seja envolvido com a criminalidade, mas seu estereótipo o leva e o faz muitas vezes serem vítimas da violência corriqueira das ações de milicianos que agem na região, pois para esses “heróis” o fato do indivíduo residir em uma área considerada “vermelha”, perigosa e famosa devido às ocorrências de crimes, o mesmo é considerado criminoso.

Sendo assim, consideramos que o medo e a fala do crime produzem preconceitos e estereótipos, reforçando o processo social de criminalização de certos grupos, todos pertencentes às camadas pobres, e um dos grandes consensos nas tentativas de explicação da

criminalidade é a sua associação com a pobreza, então, tanto para a população em geral como para alguns analistas, são as condições de pobreza e marginalidade que causam o crime, é nessa afirmativa equivocada que nossa crítica se manifesta, pois esta constatação poderia ser explicada com o argumento de que este é um grupo que, de fato, é mais propenso ao crime, que de fato comete mais crime, seja por seus atributos morais ou sociais, existe grande consenso de que a população de baixa renda tem maior probabilidade de cometer crimes, pois como já dito, acreditamos que a falta de infraestrutura deixa sim a população vulnerável e passa a ser alvo fácil para ingressar no crime, mas acreditamos que a falta de amparo e assistência por parte do estado a esses sujeitos de direito é quem de fato os deixa refém da violência sendo criminosos e vítimas concomitantemente, pois, a omissão do estado leva a consequências que não tem fim (ZALUAR, 2004).

A violência e o medo passam a fazer parte do cotidiano nas áreas concentradoras de pobreza, e a violência que se faz presente nas condições ambientais e urbanas de vida e também na relação de trabalho, soma-se e passam a estar em convivência com a execução sumária de parentes, amigos ou vizinhos, mais frequentemente de jovens, e as ações de mortes podem ter origens mais banais, como as brigas de gangues, entre vizinhos, e podem resultar de ação de bandidos ou dos próprios policiais (ZALUAR, 2007).

Na continuação das entrevistas a pergunta 8 “Com a instalação do Projeto Portal da Amazônia à questão da violência no bairro, diminuiu ou aumentou?”, as respostas foram:

Agora aumentou mais. (ENTREVISTADO N1, 2017).

Aumentou, porque o progresso ele vem, mas ele trás muitas consequências, a violência acompanha junto, porque não tem aquele acompanhamento do poder público, a evolução o progresso, nós vamos acompanhar o progresso, tem coisa que o poder público se exclui, totalmente. (ENTREVISTADO N2, 2017).

A população parabeniza o estado, e ao mesmo tempo ela fica triste. Foi um projeto excelente, traz turistas, Belém ganha, mas, a população perde porque o índice de criminalidade aumentou. (ENTREVISTADO N3, 2017).

[...] aumentou foi mais porque isso era pra ser uma coisa bacana, tinha muito turista ai antes, mas agora tem muitos que nem querem vim pra cá porque chega ai vão ser assaltados né, a polícia devia tá direto ai pra descobrir qual é o erro pra tanta violência ai. (ENTREVISTADO N4, 2017).

[...] aumentou mais porque antes de fazerem esse Portal da Amazônia ai, isso tudo aqui era uma ponte, era vila e a gente não tinha esse tipo de preocupação do ladrão roubar lá no Orla eles correrem pra cá pra dentro e polícia correr e a gente ficar preocupado dentro da nossa casa, e a gente não tem nem como sair de dentro da nossa casa, pra mim piorou mais. (ENTREVISTADO N5, 2017).

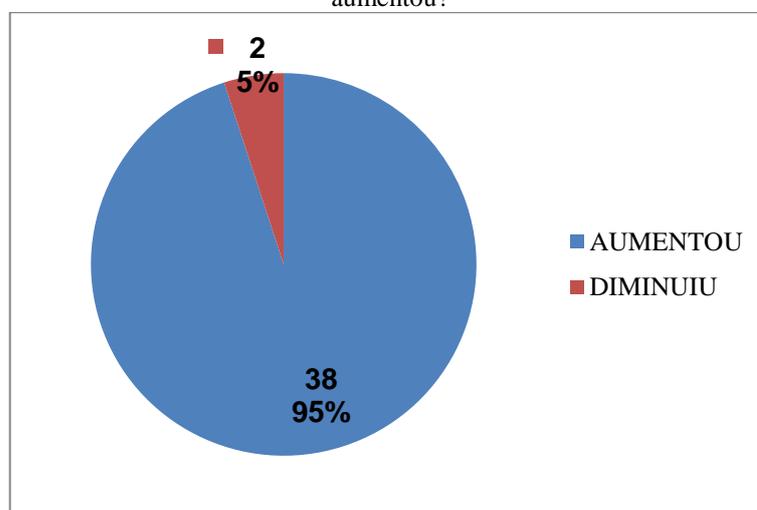
[...] o projeto portal da Amazônia, se for pensar do ponto de vista social ele fez uma ferida muito grande aqui porque teve gente que foi tirada das suas casas, e com a nossa casa a gente tem uma identidade, tem gente que saiu das suas casas e ficaram

perambulando por aqui pelo bairro, e aqui as pessoas eram tudo humilde, mas tinham sua casinha de madeira e aqui 98% das pessoas são do mercado informal, e o que que acontece o Portal eles olham com pesar, com tristeza, eles não frequentam o portal. (ENTREVISTADO N6, 2017).

[...] com a chegada desse Portal ai que aumentou a violência aqui mesmo, ainda mais que a partir das 18:00 horas em diante, isso aqui fica cheio de bandido, e bem ali tem uma venda de cerveja que é só fachada, lá eles vendem droga e lá é todo dia tem duas entradas uma que eles usam pra entrar pelo lado e outra que é pra eles fugirem quando a polícia chega. (ENTREVISTADO N7, 2017).

[...] eles assaltam muito aqui dentro ai nessa orla nem se fala, eles ficam rondando de bicicleta e ficam vendo aonde o alvo é mas fácil pra eles roubarem. (ENTREVISTADOS N8, 2017).

Gráfico 5 – Com a instalação do Projeto Portal da Amazônia, a questão da violência no bairro diminuiu ou aumentou?



Fonte: Damasceno (2017).

Com relação às repostas dos entrevistados acima, ponderamos com o que aponta Zaluar (2004, p. 210), que durante o processo de redemocratização no Brasil, houve uma mudança na “organização transnacional do crime que afetou principalmente as regiões metropolitanas e, nelas, os bairros populares e as favelas. A entrada dos cartéis colombianos e das máfias ligadas ao narcotráfico”, essa modificação teria aumentado muito os índices de crimes violentos no país, em especial de homicídios entre homens jovens que participam do tráfico, então, entendemos que o processo e desenvolvimento da violência urbana no Brasil têm seus precedentes, os quais consideramos a violência que é praticada pelo Estado aos residentes dos arredores, pois conforme Pedrazzini (2006, p. 100), os bairros pobres são estigmatizados e seus habitantes considerados como bárbaros equipados para atacar o cidadão honesto.

Frisamos a necessidade de falarmos sobre a violência invisível, pois partindo dos pressupostos expostos pelos autores, entendemos que se existisse políticas públicas adequadas à realidade do cidadão nas cidades e nas áreas periféricas, acreditamos que não estaríamos

vivenciando o momento de barbárie o qual assistimos todos os dias através dos meios de comunicação, e que também essa é intenção da prefeitura deixar a área da Orla de Belém feia para justificar a remoção dos residentes da região, conforme enfatizam Silva e Peixoto (2015):

Nas 'janelas', a importância maior está na paisagem, convertida em valor econômico. [...] Aqui, a economia imerge em típica socialidade popular. Toda essa pujante forma de beleza acontece em lugares abandonados. Os usuários reivindicam o melhoramento da infraestrutura e dos serviços urbanos, mas a prefeitura decidiu que esses lugares devem se tornar feios o bastante para justificar sua remoção. Empresários, de mãos dadas com o poder público, querem varrer tudo o que eles consideram feio e que atrapalha a estética enobrecida que se pretende para a orla. O enobrecimento passa por uma higienização urbana em moldes semelhantes ao que acontece em outras cidades do Brasil e do mundo. (SILVA; PEIXOTO, 2015, p. 695-696).

Entendemos que é feito de propósito a ação de deixar sem infraestrutura quem reside em áreas que futuramente servirá e dará grandes lucros e investimentos aos que servem ao capital, pois conforme Maricato (2003) a cidade do capitalismo periférico apresenta como nos países centrais, a clássica luta de moradores de bairros tradicionais, contra a remoção motivada pela construção de megaprojetos que invariavelmente estão associados à renda imobiliária, ou seja, ela apresenta também o fenômeno da "gentrification" – que é a expulsão da população pobre dos bairros reciclados, mas apesar de ambígua, arbitrária e repressora, a presença do estado tem sido desejada nas áreas em que predominam relações que lembram o "farwest" sem lei.

O ambiente construído não pode ser dissociado da sociedade desigual e discriminatória, discriminação social e segregação ambiental andam juntas, a diferenciação é uma das características sobre as quais se realiza o mercado imobiliário, na sociedade capitalista, há o aumento do desemprego que acarreta um aumento expressivo da violência e a segregação urbana com concentração da pobreza fornece um ambiente favorável à disseminação e à reprodução da violência, a reversão desse quadro não dispensa o investimento na qualidade ambiental dessas regiões ao lado de programas destinados à geração de emprego e renda (MARICATO, 1998).

Além do fato de que o aumento da violência consequentemente causa o sentimento de medo, e no Brasil tem um fundamento concreto que é o aumento da criminalidade, mas, como já indicado por Caldeira (2000), tem também relação com outros processos sociais, e esse sentimento de insegurança estaria menos associado ao crescimento do crime e da violência do que à falta de garantias de uma situação onde, aparentemente, tudo é possível.

Na pergunta 9 “Com relação a Segurança Pública no bairro, você acha que está melhor agora, ou antes, da inauguração do projeto portal da Amazônia? O que melhorou? O que

piorou? Se estiver melhor, você acha que a chegada desse projeto ocasionou essa melhora? ou outros acontecimentos ocasionaram a melhoria? Se não estiver melhor, o que você acha que está faltando para melhorar a área?”

Tivemos a consciência de que essa pergunta seria complexa, pois observamos que os entrevistados têm várias percepções sobre o que seria a “melhoria” ou a “piora” na qualidade de vida dos mesmos, e podemos ressaltar que muitos atribuem o aumento da violência e da criminalidade na localidade com a chegada do Portal da Amazônia, e entendemos que essa atribuição ao local se dá conforme ressaltam Sá e Cruz (2011, p. 17), pois o espaço urbano tem sido o palco principal de manifestações violentas e da sensação de medo. Entendemos que ela não está separada do espaço, sendo esse o condicionante para que se desenvolvam as relações sociais, então, o espaço urbano ao sofrer transformações, passam a modelar a paisagem das cidades, dos bairros pobres nos quais se instalam e nascem as cidades informais, nas quais certamente a violência encontra seu espaço (PEDRAZZINI, 2006).

Aos entrevistados que atribuí o lado positivo com a chegada do Portal da Amazônia, se referem ao lado sócio-financeiro no qual muitos passaram a ter oportunidade e conseguiram trabalho no mercado informal como uma fonte de renda, e para outros houve o complemento de sua renda com o mesmo e com a oportunidade para venderem artigos de bijuterias, ou até mesmo comidas e bebidas, e também, os que trabalham com os alugueis de brinquedos na Orla, como mostram as fotos abaixo:

Fotografia 19 – Vendedores ambulantes da Orla.



Fonte: Damasceno (2017).

Ao enfatizarmos as falas dos entrevistados sobre “a segurança pública, se melhorou ou piorou com a instalação do Portal da Amazônia” o que podemos adiantar sobre suas respostas, é que há uma mistura de sentimentos, conforme explicam os entrevistados sobre a segurança pública:

[...] antes da instalação do projeto a Segurança era melhor, na realidade, foi que devido a construção do Portal da Amazônia Orla, vieram muitos turistas, muitos visitantes, e com isso trouxe os delinquentes e teve uma quantidade de assalto muito maior devido, a pessoa rouba celular, cordão, relógio... e a polícia, infelizmente, ela não dá conta e com isso aumentou os índices de violência. (ENTREVISTADO P1, 2017).

[...] antes a segurança era melhor aqui. (ENTREVISTADO P2, 2017).

[...] antes era melhor, apesar de hoje ter polícia, mas antes era melhor a gente conseguia andar mais tranquila, sentar na frente de casa, se reunir, mas hoje é ruim, porque é ruim a gente vê a polícia correndo atrás dos ladrões aqui dentro das vilas, na orla também, a gente vê e ouve muitos relatos de violência que acontece lá, então pra mim a segurança era melhor antes. (ENTREVISTADO P3, 2017).

[...] Se eu puder opinar eu digo que não melhorou, que piorou. Melhorou em relação as ruas, e parte do saneamento. (ENTREVISTADO P4, 2017).

[...] Na verdade a inauguração do projeto Portal da Amazônia, contribuiu para o aumento, até porque os assaltantes, a galera que consome drogas, utiliza o portal para esse benefício. Para assaltar os turistas, consumir drogas ao ar livre e algumas vezes, acontecem até assassinatos, inclusive antontem, assassinaram um primo nosso, lá. (ENTREVISTADO P5, 2017).

[...] antes tinha mais segurança porque não tinha esse portal, só era ponte... conclusão, quando a polícia colocava eles pra correr, eles se jogavam na lama, não tinha o portal, da lama eles iam se meter na água e de lá eles iam embora, agora aqui com o portal não, é toda hora assalto porque eles tem pra onde correr. (ENTREVISTADO P6, 2017).

[...] logo no começo, a segurança era boa, mas agora praticamente não tem segurança quase ai, no começo na inauguração desse projeto era muita polícia, era tudo ai, mas agora não tem mais. (ENTREVISTADO P7, 2017).

[...] eu acho que tá a mesma coisa, porque não mudou nada, a única coisa que mudou foi que, quando existiam as pontes, eles faziam as presepadas lá pra rua, não tinha pra cá pra dentro das vilas, agora não, agora ta diferente, oque acontece lá na Orla, eles correm pra cá e a polícia corre atrás, e se as vezes a gente deixa a nossa porta aberta eles entram na nossa casa... ficou mais complicado. (ENTREVISTADO P8, 2017).

[...] antes do portal a segurança era melhor aqui. (ENTREVISTADO P9, 2017).

Sobre as respostas acima fazendo um resumo de todas obtidas, podemos informar que, para os entrevistados, com a chegada do Projeto Orla houve um aumento significativo da violência, com 95% dos entrevistados enfatizando que o projeto passou a atrair mais pessoas, visitantes, para localidade, e isso passou a ser visto como um atrativo para quem comete assaltos, pois antes da instalação do mesmo, conforme os entrevistados, não havia tantos

assaltos devido à área serem preenchidas pelas casas das vilas que foram retiradas, contudo, é importante salientar Pedrazzini (2006), pois concordamos com o mesmo e consideramos que o aumento da violência urbana é uma consequência da globalização e da urbanização, como autor enfatiza:

O cenário urbano apresenta uma série de rupturas, fissuras, sinuosidades, conflitos, dissensões e distorções no campo social. [...] que as violências decorrem de formas contemporâneas de urbanização, pois são modos ditados pela globalização das relações econômicas determinadas por estratégias de dominação. Cabe observar como essa violência global da urbanização (ou violência urbana da globalização) propaga-se nos bairros mais pobres e mais defasados em relação à era informacional. (PEDRAZZINI, 2006, p. 72-79).

E considerando o que informam os entrevistados, que responderam: “sim”, que parcialmente houve melhoria na segurança pública nessa área, no entanto, a melhoria não conseguiu acompanhar, ou dar conta das demandas de crimes que acontecem na Orla e nos seus arredores, pois como ressaltam os agentes de Segurança Pública entrevistados, PM e os GM's, o porquê de não conseguirem dar conta dos altos números de queixas de crimes na localidade:

[...] Aqui pra gente o que poderia esta sendo feito é dar uma melhorada nesse vídeo monitoramento, integrar ele, até porque ele é do CIOP, eles não repassam pra gente o que acontece aqui na área, às vezes acontecem crimes embaixo da câmera e eles não repassam pra gente, sendo que a gente tá mais aqui próximo e eles não repassam. (GUARDAS MUNICIPAIS ENTREVISTADOS, 2017).

[...] aqui as vilas, o bairro do Jurunas em si ele todo é considerado área vermelha, mas tem áreas que a violência se concentra mais, como por exemplo, aqui nas vilas, que tem uma concentração que é relacionado ao tráfico de drogas, que leva a outros tipos de crime como aos roubos e aos assaltos aqui na região, e aqui o nosso trabalho é mais preventivo, até porque aqui não é uma delegacia, e a gente não faz nenhum procedimento por aqui, o nosso trabalho é, por exemplo, quando a gente pega algum flagrante, a gente conduz pra delegacia ai lá o delegado quem vai fazer o trabalho de encaminhar pra justiça. (POLÍCIAL MILITAR ENTREVISTADO, 2017).

Sobre as respostas acima, conforme Pedrazzini (2006), a violência que é cometida pelo pobre, não elimina a pobreza, o que conseqüentemente aumenta a sensação do medo dos indivíduos que residem e trabalham nas áreas consideradas perigosas, no caso do Projeto Orla, “área Vermelha”, e essa violência urbana que na região mencionada tem o tráfico de drogas como o carro chefe para a ocorrência de assaltos e roubos na área.

As falas dos entrevistados que apresentaremos agora fazem referências aos entrevistados que responderam que, “Sim, houve uma melhora na segurança pública com a chegada do Portal da Amazônia”:

[...] olha, pode-se dizer que ela tá melhor em quantidade de policiamento que a gente ver aqui. (ENTREVISTADO S1, 2017).

[...] a chegada do Portal da Amazônia melhorou o policiamento. (ENTREVISTADO S2, 2017).

Tem que parabenizar, mas, ainda existem situações que deixam a desejar... Melhorou as ruas, poder passear com as famílias, ver o por do sol. Estão desfrutando do que eles pagaram (impostos), foi excelente a atitude do governo do estado do Pará. (ENTREVISTADO S3, 2017).

A área das crianças, ela leva os filhos, os ambulantes que ganham seu dinheiro, vão para lá no feriado e vendem suas coisas. Tiveram seus benefícios, mas, tem pessoas que levam para o outro lado, para maldade. (ENTREVISTADO S4, 2017).

[...] olha, hoje tem mais segurança no sentido de ter mais aparato, tem o policiamento a pé, tem o policiamento a bicicleta, de moto, de carro, tem 2 carros... tem o posto da GM que fica parado de carro e de moto, tem uma unidade móvel, mas acontece que o quadrante é grande demais, tem muitas saídas, acontece se o moleque roubar ali e ele correr pra uma dessas entradas daí da vila, o policial nunca vai achar ele, são vilas de difícil acesso. (ENTREVISTADO S5, 2017).

O policiamento tá maior que antes. (ENTREVISTADO S6, 2017).

A respeito das respostas dos entrevistados acima, podemos afirmar que os mesmos conseguem ver o Projeto Orla como um ponto turístico no qual trouxe apenas benefícios, e também, podemos dizer que esses entrevistados são frequentadores da Orla e que não tiveram nenhum abalo em suas residências com a construção do Projeto, e que na maioria de seus horários trabalham fora do local onde residem e ao chegarem a suas residências encontram o policiamento mais visível próximo da orla, uma grande quantidade de policiais e guardas municipais na área, mas de fato, concordamos com esses entrevistados, quando dizem que o Projeto trouxe benefícios com a paisagem, uma bela vista para a região, entretanto esses mesmos que elogiam, reconhecem que a segurança pública na região foi e é algo paliativo, momentâneo, pois com a inauguração do projeto, afirmam que havia um policiamento efetivo e fixo na orla, e com o passar do tempo esse policiamento foi deixando de ser fixo, e atualmente são poucos os PM's que fazem rondas na localidade.

E pegando a oportunidade, mencionamos o subitem 9.4, e perguntamos “o que você acha que está faltando para melhorar a área?” as respostas são:

[...] acho que tá faltando o pessoal da PM se manifestar, pra eles poder darem uma melhor segurança pra gente aqui. (ENTREVISTADO S7, 2017).

[...] Tá faltando mais polícia aqui... mais projetos sociais.” (ENTREVISTADO S8, 2017).

[...] Pra muita coisa, mas acho que mais policiais aqui já melhorava um pouco. (ENTREVISTADO S9, 2017).

[...] falta os governantes olharem pra gente aqui. (ENTREVISTADO S10, 2017).

[...] falta mais investimento na Segurança. (ENTREVISTADO S11, 2017).

[...] mais segurança. (ENTREVISTADO S12, 2017).

[...] Mais policiamento. (ENTREVISTADO S13, 2017).

[...] Policiamento rotineiro, principalmente nos locais que já são conhecidos, as práticas desses crimes, acho que deve ser intensificado essas rotas lá. (ENTREVISTADO S14, 2017).

[...] Não teve melhora, continua a mesma coisa de assalto, o índice ate aumentou, mais policiamento. (ENTREVISTADO S15, 2017).

[...] Não existiu melhora. De forma imediata investir em um número de policiais, maior na área e policiais honestos porque na grande maioria, eles são muitas vezes piores que os bandidos, isso não depende só deles, tem a questão da má índole também, mas tem a questão do pagamento, da segurança que eles não têm então até mesmo os policiais saem de casa com receio de não voltarem mais. (ENTREVISTADO S16, 2017).

[...] Colocar mais espaço para crianças, um parquinho, que já existe um, mas, tem alguns brinquedos que estão com defeito, uma academia ao ar livre, e, mais polícia. Mas polícia treinada, que possa correr atrás de bandido, quando for preciso. (ENTREVISTADO S17, 2017).

[...] Primeiro melhorar o salário do policial e depois dar mais armamento pra eles. (ENTREVISTADO S18, 2017).

[...] Falta mais planejamento por parte do governo porque eles não olham pra gente aqui dentre dessa vila. (ENTREVISTADO S19, 2017).

Conforme as respostas e também de acordo com a nossa ida ao local, observamos que realmente, o policiamento em certas horas não é presente, principalmente no horário de 12:00 às 15:30 ou até as 15:45, pois é a partir desse horário ou quase as 16:00 que reabre os comércios locais, então, notamos que o policiamento deixa a população vulnerável; além de que o efetivo policial, não só em Belém, mas em todo estado do Pará não resolve os problemas de criminalidade pelo fato de não haver a quantidade de policiais suficientes, ou seja, atualmente o efetivo da PM é baixo, e sabemos que o fato de mais policiais nas ruas não resolverá a questão da violência urbana, mas consideramos a entrevista do PM no qual o mesmo cita que muitas vezes o policial não tem em mãos os armamentos necessário para intervir em certas ocorrências, e não tem um salário digno que não os fizessem corromper, e fazer “vista grossa” em certas ocasiões e até mesmo se vender para traficantes em troca de valores baixos, como menciona o PM abaixo:

[...] olha, além do aumento salarial, tem muitas coisas que ainda falta na polícia, como eu disse na parte de armamento, e também deveriam investir mais na estrutura da polícia, nas nossas condições de trabalho, porque infelizmente o que a gente usa hoje é muito ultrapassado, porque o que aparece na mídia muita coisa que critica o policial, por exemplo, quando a gente vem a intervir em assaltos, às vezes a gente precisa usar uma arma de fogo, e muitas das vezes a mídia mostra outra coisa o lado ‘ruim’ da ação policial, não mostra o outro lado, o que aconteceu inicialmente pra poder julgar, não mostra as coisas desde o início, só mostra a ação policial isolada...

não mostra que o policial já passou muitas horas pra controlar aquela situação ali e a única coisa que ele tinha pra intervir contra o infrator era uma arma de fogo, e as vezes ele acaba sendo punido devido a isso [...] aqui a gente trabalha com as câmeras do CIOP, aqui na frente da orla tem uma, e outra lá no começo da orla, mas mesmo assim não conseguimos dar conta da criminalidade aqui. (POLICIAL MILITAR ENTREVISTADO, 2017).

A partir do relato dos entrevistados, PM, e dos residentes das vilas, entendemos que o fato da sociedade não dar credibilidade aos órgãos de segurança pública, ocorre devido ao sucateamento dos mesmos, com a desvalorização de seus funcionários, por parte do estado, concluimos brevemente que dentro da configuração socioespacial o que passa a se destacar é a economia, pois essa passa a ser condicionante e consegue organizar as sociedades a partir do medo.

Entretanto, conforme Sá e Cruz (2011), o medo do crime é um das principais causas dos brasileiros, não se sentem a vontade estando nas vias públicas das cidades, todavia, esse medo é alimentado pela violência e pelo uso da mídia como mercado, entretanto, a ordem do medo transforma os aspectos paisagísticos e as formas de utilização do espaço urbano organizando sua imagem por meio dos sistemas de segurança, no qual gera um novo cenário de relações e novos espaços e pessoas de diferentes classes sociais que são separadas pela materialidade desse sistema, e de acordo com Sá e Cruz (2011), esse sistema:

A cada dia que passa são produzidos novos aparatos de proteções tais como: câmeras de vídeo, central de alarme com sirenes que disparam mesmo na falta de energia, sensores infravermelhos [...] Criou-se, assim uma psicoesfera da insegurança acompanhada por uma teconoesfera da segurança que materializa-se por meio de artefatos tecnológicos de proteção, prestação de serviços privados de segurança e modelos habitacionais que tentam produzir um ideal de vida intramuros, além de outras medidas cometidas pelo mercado global. (SÁ; CRUZ, 2011, p. 22).

Sendo assim, Sá e Cruz (2011) nos levam a entender que alguns fatores e elementos que são construídos devido ao imaginário do medo passam a influenciar a percepção das pessoas sobre a violência, e entre esses fatores estão: a indústria da segurança, os índices de criminalidade, o sensacionalismo exibido pela mídia em relação à violência, as experiências individuais e alheias e a descredibilidade do sistema de segurança pública.

Conforme Souza (2008) que o mercado da violência é inerente ao capitalismo e conseqüentemente passa a impulsionar a indústria da segurança privada que atualmente está ganhando cada vez mais espaço sendo esse justificado pela apatia da segurança pública.

Entendemos também que as representações e os símbolos que o avanço da violência urbana criou com a expansão do crime, especialmente em Belém do Pará, destacaram o papel da mídia, os telejornais, e as mídias televisivas, que fazem um espetáculo diariamente com

suas manchetes sangrentas, e seus discursos tendenciosos, e o sentimento de insegurança e o individualismo cada vez mais se elevam, recaindo sobre as classes menos favorecidas as culpadas pelos recorrentes crimes (SÁ; CRUZ, 2011).

A pergunta 10 questionava “Você acha que existe alguma relação entre a comunidade e os órgãos/agentes de Segurança Pública da área? Se existe como é essa relação? Como é a atuação dos agentes de Segurança Pública com os moradores da área?”. As respostas unânimes dos entrevistados foram: “não conhecer”; “não saber”, e outros afirmam “que não existe ou não tem nenhum contato entre ambos”, e sobre “a atuação dos agentes com os moradores” os mesmos ressaltam:

[...] olha pelo que eu saiba não, como era antes não... porque antes tinha essa relação, tinha um projeto na comunidade em parceria com a polícia... mas antes tinha essa relação... hoje não tem mais. (ENTREVISTADO R1, 2017).

[...] Acho que não. A polícia passa na viatura, uma hora sim, outra hora não. Eles só passam por aqui por perto, mas eu não vejo nada, às vezes eles fazem uma abordagem, mas é difícil. Não tem comunicação com a população. (ENTREVISTADO R2, 2017).

[...] A única que existe é relação de poder. Parece que a polícia escolhe, quem ela vai atender aqui, ou não... Muitas vezes de intolerância, soberba. Poucas vezes, vi policiais aqui tratando bem moradores. Parece que, porque, moramos em áreas vulneráveis, somos todos marginalizados. (ENTREVISTADO R3, 2017).

[...] Não existe nenhuma. Até os moradores preferem estar do lado dos traficantes, dos assaltantes do que da polícia, de modo geral. Até porque quando a polícia chega para resolver uma ocorrência eles agem de má fé, acabam agredindo, moradores, não tem o mínimo conhecimento do que está acontecendo para depois agir, falta de treinamento, de forma agressiva. Eu acho que eles têm que agir assim, mas com quem merece. Já aconteceu comigo mesmo, de eu estar jogando bola, está chegando em casa e aí eles chegaram na maior agressividade, revistando eu e mais um amigo, e o pessoal que eles estavam atrás, parece que eles fazem até vista grossa, estavam passando do lado deles e com arma na cintura, e eles nem olharam para cara dos meliantes. (ENTREVISTADO R4, 2017).

[...] Nenhuma, Eu mesmo vi que quando precisei, não fui atendido. Sinceramente, essa relação tem uma relação mais direta com a criminalidade e o poder público, do que com a população que precisa mais. Às vezes eles fazem alguns atos só para mostrar serviço, mas voltando a questão, eu vejo que quando mais precisei, não só eu como conhecidos, não tiveram retorno, não foi satisfatório. (ENTREVISTADO R5, 2017).

[...] Ela diz que tem um posto policial, que fica ao lado da Orla (Rua Osvaldo de Caldas Brito), que os policiais só ficam dormindo, não fazem nada. Ela diz que o posto não serve para nada, só para policial dormir, no ar condicionado... Só vê ignorância, bater, chama de vagabundo, ladrão. Ela diz que ninguém nasce ladrão, ninguém nasce vagabundo, com o tempo as coisas mudam, e não é que a pessoa queira. Diz ainda que se a polícia fosse treinada, não para xingar, muita coisa seria resgatada, que não adianta você ter formação, de uma coisa que você não quer, policial nasceu para ser policial, não só para ganhar dinheiro. (ENTREVISTADO R6, 2017).

[...] Já teve, no tempo que o centro comunitário daqui tinha um presidente aqui que ele focava muito nisso, procura integrar muito a população junto da polícia, mas hoje em dia, infelizmente essa pessoa saiu e não tem mais isso. Não, porque aqui mesmo, a gente tem moradores policiais, que eles se vendem, se trocam, não sei se é com medo de bandido, eu não sei se eles fazem parte, inclusive eu vi até um policial militar uma vez aqui nesse saguão conversando com um menino aí, ao invés deles darem uma segurança pra nós aqui dentro não, aí eles perdem a moral, depois eles vão querer fazer alguma coisa e eles não tem moral nenhuma, a gente não se sente seguro aqui dentro não, nem com os próprios policiais que moram aqui. (ENTREVISTADO R7, 2017).

[...] Não tem isso aqui, nem com os moradores e nem com as pessoas de fora que vem aqui, porque antes os criminosos que faziam assaltos aí eles entravam na vila aí do lado, o pessoal ia falar com os policiais e eles não faziam nada, só conversavam com a vítima e não faziam nada. (ENTREVISTADO R8, 2017).

[...] Não tem relação entre os agentes de segurança pública com a comunidade, porque quando tem algum problema a gente vai lá, eles dizem que não podem sair, que não podem deixar o Box só. Quando eles podem sair, eles dizem que a gente que ir lá no CIOP (CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES) pra pedir uma viatura, pra viatura acompanhar eles porque eles não podem fazer nada sem apoio, qualquer abordagem. (ENTREVISTADO R9, 2017).

[...] quando eu fui presidente tinha, nos 4 anos que eu passei tinha, hoje em dia não tem essa relação porque o atual presidente não tem compromisso com a comunidade, não chama os órgãos de segurança pública pra fazer palestra na comunidade, porque pra mim a comunidade tem um papel importante na sociedade com respeito a segurança pública quando tem um representante que se dedica, porque a comunidade trabalhando em conjunto com a polícia militar, polícia civil e a secretaria de segurança pública a coisa funciona. (ENTREVISTADO R10, 2017).

Para os que afirmam que há relação entre a comunidade e os agentes de segurança pública, esses informam:

Sim, mas, na maioria das vezes, eles conversam falam com a população, o que esta acontecendo, mas falta o estado investir na polícia. Ele cita que os criminosos têm armas mais avançadas que a polícia. Eles conversam. 50% chegam conversando e 50% chegam truculentos, já batendo, atirando. Ele diz que tem família, é filho é pai. Que a metade dos policiais agem de má fé. (ENTREVISTADO R11, 2017).

Tem, eles chegam aí no Box, passam conversam, avisa pra gente quando ta ficando perigoso. (ENTREVISTADO R12, 2017).

Às vezes tem, quando a gente pega policial bom que vem e conversa mas é bem pouco. (ENTREVISTADO R13, 2017).

É mais ou menos, porque as vezes ainda tem policial que conversa, mas a maioria é tudo ignorante, eles chegam logo gritando e tudo mais. (ENTREVISTADO R14, 2017).

Sim, tem sim, a Secretária de Segurança da DPREV, através do projeto Davi e da associação eles já vieram muita vezes aqui. (ENTREVISTADO R15, 2017).

Para tratarmos sobre as respostas dos entrevistados acima, entendemos que é preciso esclarecer quais os aspectos estritos de criminalidade e violência que organizam e compõem o sistema de Justiça criminal, e conforme Beato (2012, p. 26), este sistema é composto por

“polícias civis e militares, Ministério Público, Juízes e o sistema prisional”, sendo assim é interessante salientar que a falta de interação entre a comunidade e os agentes de segurança é ocasionada por diversos fatores, e podemos destacar a própria violência policial que é cometida pelos mesmos contra a própria comunidade, e conforme Miranda (2003) existem quatro concepções distintas de violência policial:

O uso da força física contra outra pessoa de forma ilegal, não relacionada ao cumprimento do dever legal ou de forma proibida por Lei; o uso desnecessário ou excessivo da força para resolver pequenos conflitos ou para prender um criminoso de forma ilegítima; os usos irregulares, anormais, escandalosos ou chocantes da força física contra outras pessoas; o uso de mais força física do que um policial altamente competente consideraria necessário em uma determinada situação. (MIRANDA, 2003, p. 02).

Sendo assim, a pobreza e a injustiça social são importantes fatores que ajudam a explicar o contexto no qual a violência policial se produz, no entanto, ambos não podem explicar sozinhas as diferenças significativas nos incidentes de abuso policiais, nem entre os países, nem entre as unidades políticas dentro de dados países.

Pois conforme ressalta o entrevistado que é melhor se aliar aos traficantes e aos infratores da área, que pelo menos esses estão de certa forma “protegidos”, porque com a chegada da polícia, a comunidade de um modo geral passa a ser vista de forma preconceituosa, sendo generalizada, como bandido, e sobre esse abuso de poder Machado e Noronha (2002) ressaltam:

A Violência policial contra indivíduos e grupos, também chamada de violência oficial, é uma constante nas sociedades modernas e contemporâneas. Contudo a sua forma varia conforme o grau de tolerância, governamental ou popular, levando a que, em certos lugares, haja mais vigilância sobre a ação policial do que em outros. Assim, se em certas cidades o seviciamento de um indivíduo pertencente a um grupo étnico ou social discriminado é suficiente para provocar um debate público acalorado, em outras, fatos dessa ordem ou mais grave não despertam igual interesse na mídia ou na população como um todo. (MACHADO; NORONHA, 2002, p. 188).

É importante ressaltar (MACHADO; NORONHA, 2002) que a polícia é organizada e formada a partir de uma base elaborada pelo Estado, é subdividida em dois ramos independentes: a polícia militar (PM) de caráter ostensivo e a polícia civil, dedicada a atividades investigativas, ou seja, embora essas sejam diferenciadas, suas ações estarão voltadas para a manutenção e a reprodução de uma ordem social desigual e hierárquica, na qual é concentrando a repressão nos escalões inferiores da sociedade.

Entretanto, entendemos que na área circunscrita ao Projeto Orla, não há uma ação direta entre os órgãos de Segurança Pública e a comunidade, nem existe uma perspectiva futura de haver essa interação, pois, entendemos que, de um lado os líderes comunitários não

se manifestam para tentar trazer os agentes para o seu lado, mostrar a realidade de quem reside dentro das vilas; e em contra partida, percebemos que há certo receio dos agentes de segurança pública em se envolver com a comunidade pelo fato da área ser violenta, então acreditamos que os policiais temem a própria vida e prefere não arriscar essa relação de proximidade.

Sobre esse receio dos policiais em se aproximar da comunidade entendemos que há uma disputa clara, não somente na área de pesquisa, mas no País, relacionada à guerra entre o “bem x mal”, ou a guerra que mais vemos, entre “polícia x ladrão”, por isso acreditamos que essa guerra impede uma melhoria na comunidade, porque a polícia sempre que entra nas vilas, como os entrevistados ressaltaram, não consegue enxergar que na comunidade nem todos os residentes são bandidos, que sim, existe pessoas de má índole, mas que nem todos são, e as ações policiais acabam deixando os residentes com receio de confiar na polícia. Mesmo assim, para os moradores inseguros do lugar, assim como para outros segmentos da população, só o policiamento efetivo pode proporcionar segurança, impondo “respeito”, e reduzir o controle dos marginais sobre os espaços comuns.

É interessante compreender também a desconfiança de alguns entrevistados com relação aos agentes de segurança pública, pois, há policiais que, visando extrair vantagens pessoais de criminosos, os entrevistados ressaltam que alguns policiais passam a extorquir os infratores, demonstram tolerância, mantêm cumplicidade e incentivam infrações destes, até o momento em que, esses se sentindo ameaçados por marginais que reclamam do montante das extorsões ou sabem demais, resolvem eliminá-los através de ações conhecidas como “queima de arquivos”, ou por meio de ações envolvendo milicianos, o qual muitas vezes é cometido pelo grupo dos mesmos policiais, porém, há uma “estratégia” a qual muitas investigações introdutórias e precipitadas consideram que as ações dos carros: preto, prata, vermelho, etc. fora o crime de “acerto de contas”, o qual é conhecido pelo crime de assassinato do indivíduo a mando de algum traficante, o qual a vítima havia pendências, dívidas, com a compra e o não pagamento do produto fornecido pelo traficante; ou recai no discurso no qual o indivíduo foi morto por uma facção de traficantes rival, a “guerra do tráfico”, etc.

É importante salientar que atualmente, as ações das milícias, muitas delas compostas por ex-policiais, que foram expulsos da corporação, ou por policiais que são atuantes, ou policiais que estão na reserva, enfim, as milícias compostas por policiais, têm suas ações restritas aos bairros periféricos de Belém, as áreas de baixada, consideradas áreas vermelhas, pois nessas localidades se concentram um número alto de pobres, pessoas de baixa renda, trabalhadores informais, os quais são estigmatizados por residirem na localidade, são

considerados bandidos por quem não os conhecem, ou seja, as ações das milícias acontecem mais nessas regiões vulneráveis que nem sempre tem amparo do estado, além da repressão policial, como ressalta Pedrazzini (2006), os moradores dos bairros pobres são considerados os únicos produtores da violência, ou seja, os pobres são considerados os únicos culpados da derrota da coesão social, e esse reconhecimento perverso ocorrem por meio da intolerância zero.

A pergunta 11 “Quem são os agentes da Segurança Pública que atuam na localidade? Você enquanto residente do bairro, está satisfeito com a segurança pública realizada na área? Você acha que deveria melhorar a atuação desses agentes? Se sim, em que sentido e/ou aspectos? Você acha que eles agem de modo correto?”.

PM e Guarda Municipal. [...] a SEGUP, Secretaria de Segurança Pública... nós temos relação com a Polícia Militar... com a Guarda Municipal... mas é aquilo que eu venho te ressaltar, que infelizmente só isso não é o suficiente. (ENTREVISTADO T1, 2017).

No segundo momento ao perguntarmos “está satisfeito com a Segurança Pública”, os entrevistados responderam:

Não... tem muito assalto, não da pra ficar satisfeito. (ENTREVISTADO T2, 2017).

[...] a gente tem que se contentar até porque não tem outros pra dá uma segurança melhor pra gente... então a gente tem que gostar. (ENTREVISTADO T3, 2017).

Não, nenhum pouco. Podemos dizer que estamos sem segurança pública. Na hora em que mais precisamos, parece que eles somem. (ENTREVISTADO T4, 2017).

Nunca foi boa, mas, ultimamente piorou. (ENTREVISTADO T5, 2017).

Não, porque a vila onde ela mora fede, é mosquito, são fezes de animais, é uma imundície (chega até a comparar com o Aurá), fala que a Vila Santos, é marcada pela aparência, então é muito julgada, por isso não tem segurança. (ENTREVISTADO T6, 2017).

Não tem um projeto para crianças, os moradores de lá não tem oportunidade, só fazem matar os moradores, só levanta mais crimes. (ENTREVISTADO T7, 2017).

[...] não, não to satisfeito o efetivo é pouco e a orla é bastante extensa, então nunca fica um carro de polícia fixo num local pra evitar os assaltos por aqui. (ENTREVISTADO T8, 2017).

E na pergunta “Você acha que deveria melhorar a atuação desses agentes? Se sim, em que sentido e/ou aspectos?”, os entrevistados responderam:

Deveria haver uma parceria entre eles, a guarda e polícia militar, pra poder ver oque poderia ser feito de melhor com relação à segurança, não só pra comunidade, mas pra quem vem de longe participar. (ENTREVISTADO V1, 2017).

[...] que tivesse mais comunicação, mais reuniões, mais parcerias, que tivesse mais empenho. (ENTREVISTADO V2, 2017).

[...] sim eles deveriam respeitar todos os cidadãos de bem não é porque a gente mora na periferia que todo mundo é bandido e esses policiais aí sabem quem são os cidadãos de bem e quem são os bandidos, eles não pegam os bandidos porque eles não querem. (ENTREVISTADO V3, 2017).

Sim. Primeiro na forma de agir com os moradores, sem truculência, com uma abordagem mais humana. Mais escuta, que os policiais escutem realmente o que a população fala, para depois agirem, chegar batendo e invadindo casas, só revolta mais a população e gera uma guerra sem fim. (ENTREVISTADO V4, 2017).

Deveriam melhorar, sempre dá para melhorar e principalmente no planejamento de quem coordena essas rotas, tanto da polícia civil, quanto da guarda municipal, está faltando um diferencial em relação a esse planejamento. (ENTREVISTADO V5, 2017).

Eu acho que sim, que eles deveriam melhorar. Assim, tendo mais policiamento, mais segurança, mais revistas, mais abordagem à população, principalmente os jovens que eles estão demais, andam armados por serem “de menor”. Eu acho que eles deveriam fazer mais abordagens. (ENTREVISTADO V6, 2017).

Deveria ter uma reciclagem com esse efetivo que está aí, porque na maioria das vezes eles chegam truculentos, batendo, espancando, enquanto outras vezes eles chegam conversando. Eles precisam de uma reciclagem, porque passam não sabe quantos anos no IESP (Instituto de Ensino de Segurança Pública no Pará), estudando, divulgando, analisando, conversando, só que lá é uma prática e aqui (nas ruas) eles fazem totalmente diferente, ou seja, quem colocou eles lá, está precisando fazer uma reciclagem desses policiais. (ENTREVISTADO V7, 2017).

Nas palavras. Tudo bem que não é chegar com carinho, mas devia chegar com mais respeito. Não chegar com xingamentos, ela diz que é pior ainda, que o cara vai se considerar mais ladrão. Melhorar o linguajar. (ENTREVISTADO V8, 2017).

[...] eles deveriam melhorar, em relação ao fazer, por exemplo, aí no Portal da Amazônia eles sabe, aonde acontecem os assaltos, só que eles não fazem nada, principalmente a guarda municipal, eles ficam só ali dentro do alojamento... deveria fazer mais rondas. (ENTREVISTADO V9, 2017).

[...] eles deveriam fazer mais rondas nos bairros, porque assim, a população acha a polícia como uma inimiga, porque eles mesmos vem, com violência, com ignorância, eles por estarem com uma farda, o certo era eles virem dar apoio pra comunidade, e não vem. (ENTREVISTADO V10, 2017).

[...] sim, eles deveriam ser um pouco mais gentil, deveriam entrar aqui nas vilas pra saberem que aqui mora pessoa de bem, que aqui não mora só ladrão, como todo mundo pensa, eles deveriam ficar mais em cada esquina dessas, fazer mais rondas ali na Orla. (ENTREVISTADO V11, 2017).

[...] eles deveriam atuar mais dentro e com a comunidade, os órgãos de Segurança são os únicos que entram nos becos, se tá ruim com a polícia ia ser pior sem ela, não tá 100% mas tá bom. (ENTREVISTADO V12, 2017).

Não sei se o caso seja as ações desses policiais, mas eu acho que deveria ter mais policiamento aqui, porque esse efetivo não dá conta. (ENTREVISTADO V13, 2017).

Sim, deveria melhorar a atuação da guarda municipal, porque a orla ela é um espaço que é administrado pelo poder público municipal, então a guarda municipal deveria

melhorar seu efetivo, melhorar a sua atuação na área e infelizmente não faz. (ENTREVISTADO V14, 2017).

Ao perguntarmos se “Você acha que eles, a polícia, agem de modo correto?”, as respostas obtidas foram:

[...] não porque eles agem de modo isolado, deveria ter uma ação junto com a comunidade. (ENTREVISTADO X1, 2017).

[...] não, muitas vezes não, eles deveriam nos respeitar enquanto uma mulher de idade que mora aqui nessa Vila desde o início dela. (ENTREVISTADO X2, 2017).

Não, de modo totalmente incorreto. Muitos deles são até piores que traficantes, ladrão, assassinos da área. A população prefere ser amiga do bandido que da polícia. (ENTREVISTADO X3, 2017).

Não, porque no momento que você (policiais) pega dinheiro em boca de fumo, de ladrão, não adianta nada. Porque você então está na polícia? Não adianta nada, antes você (policial) está dentro de casa ou vendendo drogas, junto com eles (traficantes). (ENTREVISTADO X4, 2017).

[...] não, eles não tão nem ai pra gente. Acho que eles deveriam ser mais presentes dentro das vilas, não ficar só lá dentro do Box, deveriam dar um apoio aqui pra quem mora aqui dentro. (ENTREVISTADO X5, 2017).

[...] eles deveriam ser mais próximos da comunidade, não tratar todo mundo que mora aqui como bandido, porque eles pensa isso, que todo mundo que mora nas vilas são bandidos. (ENTREVISTADO X6, 2017).

Nem sempre as coisas são como deveria ser, mas acho que eles deveriam melhor a atuação deles com a gente que mora aqui, não tratar todo mundo como ladrão. (ENTREVISTADO X7, 2017).

Não, na maioria das vezes eles não sabem conversar com quem pede informação, ainda mais quando é alguém da vila, eles só conversam quando chega alguma mulher querendo informação ou ajuda, mas se for homem, eles tratam na maior grosseria. (ENTREVISTADO X8, 2017).

Os agentes da Segurança Pública que atuam na localidade, a partir das informações dos entrevistados e das nossas observações *in lócus* são: PM e GM e entendemos que esses dois órgãos de segurança são os que mais estão presentes na região devido a mesma ser considerada área vermelha, e ser conhecida por ser violenta.

E fazendo uma análise sobre a realidade local chegamos à conclusão que é mais fácil e menos oneroso para o estado reprimir quem comete crimes ao invés de investir em projetos sociais para que de fato haja uma redução da criminalidade na área, como ressalta Zaluar, (2007):

A urbanização muito rápida não permite que as práticas sociais urbanas de tolerância e civilidade sejam difundidas entre os novos habitantes das cidades nem que os valores morais tradicionais sejam interiorizados do mesmo modo pelas novas gerações da cidade. Assim, muitos homens jovens e pobres se tornaram vulneráveis às atrações do crime-negócio por causa da crise em suas famílias, muitas dessas

incapazes de lidar com os conflitos surgidos na vida urbana mais multifacetada e imprevisível. Vulneráveis também por causa do abismo entre adultos e jovens, por causa do sistema escolar ineficaz, além da falta de treinamento profissional, adicionado aos postos de trabalho insuficientes. E se tornaram violentos em razão da falta de socialização na civilidade e nas artes da negociação, próprias do mundo urbano cosmopolita mais diversificado e menos segmentado em grupos fechados de parentesco ou localidade. (ZALUAR, 2007, p. 35-36).

E ao perguntarmos sobre os residentes que se sentiam satisfeitos com a segurança pública realizada na área, os entrevistados responderam que não se sentiam satisfeitos com a segurança, pois como afirmam os mesmos, os assaltos na área ainda são frequentes, quando precisam de segurança não tem o auxílio dos agentes, e também pelo simples fato de não haver a quantidade suficiente de PM's ou GM's que consiga abranger toda a Orla, devido sua extensão. Entendemos que a insatisfação dos entrevistados com a segurança pública é consequência direta da violência urbana, pois como afirma Pedrazzini (2006), essa não é um fenômeno isolado, e que é reflexo da urbanização caótica, da densificação ou privatização dos espaços públicos, coisa que está acontecendo com o Projeto Orla, a segregação social e racial a qual passa a considerar as atividades informais e ilegais, violentas ou não, ou seja, a informalização da urbanização é um meio que a população carente à globalização e às políticas encontram como meio de não sofrerem ainda mais com essa exclusão.

Importante enfatizarmos à falta de segurança, pois compreendemos que o efetivo policial não é suficiente e não consegue dar uma resposta eficiente para comunidade além do fato de haver um PM Box na localidade, mas o mesmo encontra-se desativado como podemos observar na imagem abaixo:

Fotografia 20 – PM BOX da Rua Osvaldo de Caldas Brito desativado.



Fonte: Damasceno (2017).

Vale ressaltar que durante a entrevista realizada com o Policial Militar, o mesmo enfatizou que o PM Box serve apenas para local de descanso dos agentes e que esses não podem permanecer fixos nele, pois caso isso aconteça a Orla ficará sem segurança, devido o número de policiais não serem o suficiente para fazer a segurança na localidade.

A pergunta 11 “se deveria melhorar a atuação dos agentes, em que sentido e/ou aspectos, e se eles acham que os agentes agem de modo correto?”.

Obtivemos entre as respostas dos entrevistados que deveria melhorar a atuação dos agentes de segurança pública, no sentido de que os agentes de segurança pública deveriam tratar todos os moradores como cidadãos de direitos e não como marginais, e para haver uma atuação melhor deveria existir uma parceria entre a guarda, à polícia militar e a comunidade, que esses trabalhem juntos para reduzirem a violência na localidade, essas foram às respostas mais cedidas, mas nossa compreensão sobre as respostas dos entrevistados se faz presente nas palavras de Pedrazzini (2006, p. 24), o qual considera a insegurança global e socioespacial das metrópoles e suas incertezas quanto ao destino de seus habitantes e dos territórios invadidos pela miséria e por meio estratégicos estimulam e recriam o urbano, pelo fato das cidades não acreditarem em suas formas de planejamento ou porque estão excluídas desse processo, ou seja, para os sujeitos que se encontram no lado mais caótico da cidade, esses passaram a desenvolver estratégias de sobrevivência radicais e violentas.

Nesse sentido entendemos que a segregação que estão expostos os entrevistados por parte dos agentes de segurança pública é a segregação socioespacial para com eles, pois como dito anteriormente, os policiais militares não os tratam como cidadãos, sempre como marginais, e conforme Pedrazzini (2006), sempre caímos na dicotomia social, na qual os pobres radicalizam uma luta contra o fracasso os quais foram destinados e os ricos se protegem militarmente com um crescente sucesso, e esses pobres procuram se proteger dos mais pobres.

Sobre a pergunta 12, indagamos, “Você tem alguma sugestão de como melhorar a segurança pública na área?”, os entrevistados argumentaram diversas ideias para melhorar a segurança, algumas com o mesmo sentido, porém destacaremos as que nos chamaram mais atenção, como estão expostas abaixo:

Haver a interação entre a comunidade e os órgãos de segurança, no caso municipal ou estadual, haver a interação, chamar a comunidade pra participar mais das ações das políticas públicas, acho que ai, iria tentar amenizar um pouco, porque ai a comunidade iria informar pros órgãos de segurança o que precisa, oque poderia ser feito, fazer uma parceria, pra tentar melhorar a segurança, porque quem sabe mesmo é a comunidade que mora, que passa os problemas do dia a dia. (ENTREVISTADO Z2, 2017).

[...] eu acho que eles deveriam colocar mais viaturas, num canto e no outro aqui na entrada da Osvaldo, e mais aumento do efetivo de policiais também.” “Projetos Sociais, voltados para os jovens, conscientização dos moradores em relação às suas famílias, filhos, oportunidades para os jovens dessa área, em conjunto com o policiamento ostensivo. (ENTREVISTADO Z3, 2017).

Ter uma política para que possa se aproximar das famílias, principalmente as famílias mais carentes. Focar na área da educação e posteriormente dar um apoio para polícia de forma geral, ter uma ligação da polícia civil com a polícia militar e treinamento para eles, e, talvez, tenho essa ligação desses dois órgãos e a aproximação com a comunidade possa amenizar essa situação. (ENTREVISTADO Z4, 2017).

[...] mais projetos, mais conhecimento, e tirando esses jovens da rua, porque isso vai se proliferando né, a cada dia um vai passando pro outro, e só aumenta cada vez mais. (ENTREVISTADO Z5, 2017).

[...] acho que o governo e a polícia militar deveriam fazer mais projetos e conscientização, o centro comunitário daqui deveria voltar a funcionar, pra com que tivesse mais conscientização em relação a violência, que ela acontece em decorrência do e do tráfico de drogas ai muito dos jovens estão se perdendo por conta do tráfico de drogas, e ai você sabe que o tráfico de drogas leva a violência porque pra eles sustentarem o vício deles eles tem que virem e roubar, assaltar. (ENTREVISTADO Z6, 2017).

Sobre as respostas dos entrevistados acima, entendemos a inquietação de alguns com relação à sensação de insegurança, pois esses exigem a presença de mais policiais, mais rondas de viaturas, e para outros compreendemos sua preocupação com a população jovem, as crianças, adolescentes, os idosos, as famílias mais vulneráveis que se encontram na região, marginalizados, segregados e excluídos da sociedade pelo próprio estado e devido às desvantagens que o desenvolvimento urbano carrega e entendemos que todas essas preocupações dos entrevistados recaem sobre o medo, pois, conforme Sá e Cruz (2011) o medo do crime parece ser a principal causa de preocupação da população brasileira, sendo assim, sobre o medo da criminalidade violenta Souza (2008) trata sobre o termo Fobópole, pois conforme o autor:

A palavra (Fobópole) condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários de grande imprensa etc., o que se relaciona, complexamente com vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matérias de desenvolvimento urbano e democracia (lato senso). (SOUZA, 2008, p. 9).

Sendo assim, entendemos que a Fobópole tem grande parte envolvida de estresse crônico por conta da violência e o medo da violência, entretanto o medo da violência impõe fronteiras espaciais visíveis e invisíveis o qual impulsiona a indústria da segurança privada que ganha mais espaço justificado na ineficiência da segurança pública, como é explícito

atualmente, entendemos como ressalta Souza (2008) que considera que a violência real passou a fazer parte do cotidiano e que a criminalidade passou a ser instrumentalizada pela mídia, desse modo à mídia contribui para o clima de temor e insegurança na sociedade e que este clima ajuda a estimular e justificar o mercado da segurança.

E a partir dessa insegurança compreendemos de acordo com Sá e Cruz (2011), que o espaço é dinâmico e sempre vem sendo transformado pelas ações sociais, e suas ações criam novos objetos ou se realizam sobre esses objetos já existentes, entretanto, considera-se que na problemática da violência, o medo generalizado acaba direcionando as ações dos indivíduos e desenvolvendo-as rapidamente devido à proliferação de objetos técnicos de proteção que simbolizam o medo e que alteram significativamente as formas espaciais com as habitações fortificadas, condomínios, espaços privados de lazer etc. essas alterações nas formas indicam uma mudança de estrutura no qual devemos considerar o modo de organização espacial devido o padrão ao qual passa a estabelecer considerando a valorização dos espaços privados, sendo vistos como seguros enquanto os medos ocasionados pelos espaços públicos acabam por serem estigmatizados considerados inseguros.

Entretanto, sobre a pergunta 12, entendemos que todo esse processo de insegurança sentido pelos entrevistados têm seus contribuintes, pois como já mencionamos acima, entre esses fatores estão à falta de confiança no serviço de segurança pública e o crescimento dos meios privados de segurança, desse modo compreendemos que a violência que assola os residentes que se encontram circunscritos ao Projeto Orla é a mesma que é cometida no centro, na área nobre da cidade de Belém do Pará, pois atualmente estão sendo comuns as práticas de assaltos, roubos, homicídios, nessas áreas, e entendemos que a diferença entre essas se dá devido ao espaço em que cada crime é cometido, ou seja, fazendo uma breve análise, podemos dizer que o único quem “ganha” com essa violência são os sistemas de segurança privada que à medida que a violência vai se tornando mais corriqueira em Belém, esses tipos de prevenção de violência têm crescido cada vez mais.

Entendemos que o Estado deveria agir de boa fé com os residentes das periferias da cidade, quem reside em áreas consideradas vermelhas, pois, infelizmente muitas vezes esses espaços são os únicos que sobram para se residir, então pelo fato da área ser considerada pobre é rotulada, estereotipada de forma negativa por quem não reside nas proximidades da mesma.

Portanto, ao tratarmos sobre o fenômeno da violência urbana no ponto turístico localizado, na área do Projeto Orla, as margens do Rio Guamá, no bairro do Jurunas, é interessante refletirmos sobre a ocupação do local, a segregação que os primeiros moradores

advindos dos interiores do Estado do Pará sofreram, ou seja, desde a sua chegada já houve uma violência espacial, pois só habitavam as periferias, as áreas alagáveis, aqueles que não detinham condições econômicas, então nossa intenção é pensarmos que o processo relacionado à violência urbana é histórica, ou seja, a formação das cidades surgiu também de modo violento, sendo assim, sobre a área da qual utilizamos como objeto de pesquisa é importante sim, os projetos urbanísticos que são destinadas a ela, com certeza vai trazer benefícios à população, mas nosso pressuposto nos indica que esses benefícios não serão para os residentes que estão dentro das vilas, pois, como percebemos nitidamente no local da pesquisa, sempre que havia algum espetáculo percebíamos que esse não era e não é voltado para os moradores da área, e sim, são voltados para os turistas visitantes, ou seja, para os espectadores da elite que têm condições financeiras para custear e movimentar o comércio local, como ressalta Beato (2011) sobre as áreas periféricas:

As periferias podem ser definidas em oposição e contraste às regiões centrais e comerciais. Seu poder decisório é condicionado pelo baixo grau de desenvolvimento socioeconômico. Não há autonomia generalizada, e seus habitantes são oriundos dos estratos mais baixos. Além disso, são marcadas pela escassez de atividades econômicas e culturais importantes e diversificadas. Os órgãos e serviços públicos disponíveis também são raros, quando comparados com o centro ou regiões mais abastadas, não conseguindo suprir a demanda. (BEATO, 2012, p. 148).

Concordamos com Beato (2012), ao afirmar que a consequência da violência urbana, vai para além dos crimes o qual se encontram distribuído de modo aleatório no tempo e no espaço, tem se o medo, o qual é o sentimento universal que é encontrado em todos os seres humanos, ou seja, as vitimizações são concentradas em poucos locais das cidades e em grupos sociais bastantes específicos, nesse exemplo, podemos mencionar o caso da chacina ocorrida na vila santas, localizado numa área de periferia, entretanto, ressaltamos que as maiores vítimas de homicídio e a maior probabilidade de morrer estão entre os jovens habitantes de periferias, negros, e pobres; então entendemos que os esforços do sistema de justiça brasileiro são contraditórios, pois, suas ações e organizações de segurança pública são voltadas à segurança com intuito de parecerem e se voltarem a proteger justamente aqueles que estão menos expostos à violência, e como percebemos a concentração de equipamentos de proteção social, como os recursos de segurança pública se dão de forma desigual.

Portanto, é importante ressaltar a complexidade da pesquisa, pois tratar sobre o fenômeno da violência urbana é mais complexo do que poderíamos imaginar, todavia, que a violência urbana vai para além da além dos crimes que estamos acostumados a ver diariamente nas mídias, que atualmente são sensacionalizadas, tidas como espetáculos para

seus telespectadores, violência essa que é cometida de um indivíduo pobre para como outro pobre.

A violência urbana muitas vezes entendida de forma errada, unilateralmente, do tipo que é compreendida apenas por meio da violência física, cega a sociedade e as deixa sem uma visão para além da violência invisível que é cometida pelo Estado ao não disponibilizar meios estruturais para o desenvolvimento eficaz da sociedade e da população que mais necessita da instituição, e um grande exemplo dessa violência estatal é o Projeto Orla que mostra sua enorme contradição social, territorial, espacial, sua desigualdade, contradição que é vista e ao mesmo tempo escondida dentro das vilas que estão circunscritas ao projeto.

Ainda assim, entendemos como essa violência invisível cometida pelo estado, as ações da polícia militar enquanto braço armado desse, pois como observamos cotidianamente e os entrevistados ressaltaram a PM enquanto instituição do estado que deveria servir a sociedade, em especial as mais carentes, essa acaba agindo de modo contrário para com quem é de periferia.

O que queremos destacar são os abusos de autoridade cometidos pelos policiais que trabalham nas áreas circunscritas ao Projeto Orla, não somente nessa área, mas nas periferias de Belém, pois é interessante notarmos que o próprio policial militar não se enxerga como um sujeito que faz parte da mesma sociedade que esse indivíduo faz, ou seja, concordamos que ele deva agir conforme determinam as leis militares, mas é relevante enfatizarmos que esse mesmo policial que reprime, oprime, age de violência para com os membros mais humildes da sociedade, é mesmo sujeito que antes de ser PM residiu, ou ainda reside numa área de periferia, já foi abordado por outros PM's em algum momento de sua vida, e também foi vítima desse abuso de poder, ou seja, o sujeito “esquece” o que aconteceu com ele, e comete as mesmas ações contra outrem como se isso fosse um ciclo, entretanto, é importante ressaltar que essa regra não vale para todos os policiais.

Então entendemos que a violência urbana é um assunto bastante complexo e que merece ser estudado de forma minuciosa e com cautela, pois é importante termos atenção para enxergarmos que a violência urbana vai para além da violência física, como dissemos em outros momentos, e devemos perceber que essa é um fenômeno que nos atinge cotidianamente com a falta de saúde à população, escolas adequadas e com infraestrutura, salários dignos aos servidores públicos, a ausência de áreas de lazer, projetos sociais as crianças adolescentes e jovens, falta de saneamento nas ruas, que conseqüentemente ocasiona o alagamento das vias, das residências etc., é importante enfatizarmos que essas omissões do estado se caracterizam como violência invisível, e que é compreendida pela sociedade como

algo natural, por acharem que “está assim porque Deus quer”, e se “Deus quiser, alguém um dia vai consertar isso”, ou seja, nesse conformismo não devemos estagnar, pois sabemos que o estado é a instituição que deve agir em prol da sociedade e garantir o direito de todos.

Contudo, destacamos a relevância da pesquisa, pois é importante mostrar e deixar registrados as contradições que existem no portal da Amazônia e por meio das fotos que estão acima e com a nossa ida ao local, conseguimos apreender que as necessidades da comunidade que residem aos redores do Portal da Amazônia, Projeto Orla, são bastante diversas e que a pesquisa não se esgota aqui, pois como dito as contradições nessa localidade são inúmeras e devemos sempre dar ênfase ao local, à busca de novas pesquisas e soluções para quem ali reside.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos a relevância do trabalho elaborado, e para chegarmos a algumas conclusões é importante ressaltarmos que o processo de urbanização teve sua importância para o desenvolvimento das cidades urbanas, no entanto, esse processo aconteceu de forma desigual e conseqüentemente levou a outros fatores e elementos que contribuíram para o processo de disseminação da violência.

É importante salientar que inicialmente nossa abordagem trata da cidade industrial a partir da Revolução Industrial, que de acordo com Lefebvre (2001) as cidades passaram a reunir vários elementos da indústria, como os trabalhadores, matérias-primas, transportes etc., ou seja, as concentrações urbanas nas grandes cidades industriais se desenvolviam mais perfeitamente, e destruía os velhos costumes das antigas cidades.

Então compreendemos e concordamos com Sposito (2014) que as cidades no Pós-Revolução Industrial foram se desenvolvendo cada vez mais no sentido de ter sua importância dentro das relações econômicas do capital, sua rede urbana formada de grandes aglomerados urbanos com espaços de concentração de capital e dos meios de produção.

Atualmente essas aglomerações urbanas voltadas ao capital não estão se concentrando apenas em áreas consideradas nobres, estão se deslocando para áreas periféricas no sentido de levar progresso e desenvolvimento a quem ali reside, no entanto, observamos ultimamente que tais concentrações urbanas ocorrem de formas desiguais, e excludentes.

Logo, as aglomerações urbanas, devido à falta de infraestrutura e estrutura acabam sofrendo com os “novos” problemas urbanos, Sposito (2014) ressalta que a falta de coleta de lixo, de rede de esgoto, de água e saneamento, moradias, espaço de lazer, com a

insalubridade, etc. esses problemas urbanos eram encontrados nas cidades Pós-Revolução industrial, atualmente vemos no meio urbano em que vivemos, sendo considerados normais para quem acredita que o estado não tem como resolver ou minimizar tais situações.

É importante ressaltar esse momento de contexto histórico das cidades urbanizadas Pós-Revolução Industrial, pois, compreendemos que a violência é um fenômeno que é visto por um único viés, que é da violência praticada contra outrem, ou contra a propriedade, ou seja, é importante salientar que a violência se encontra nas péssimas condições de trabalho, com a não garantia dos essenciais básicos de sobrevivência para o trabalhador, como alimentação, moradia digna, planejamento urbano adequado, melhorias para a população que acaba gerando ações direta ou indiretamente que provocam algum tipo de violência nas vidas dos sujeitos da classe operária.

Então vale entrar no debate sobre o que seria essa violência urbana, pois, notamos que no Brasil o fenômeno da violência é visto atualmente como algo banal: a violência contra a criança, adolescentes, os jovens em geral; a violência contra a pessoa idosa, os portadores de deficiência, com a não garantia de seus direitos, com a saúde, educação, benefícios assistenciais por parte do Estado, a violência étnica, de cor contra negros, índios; a homofobia, com a falta de respeito com as escolhas alheias; e especialmente aos pobres, pois são os que mais sofrem com a segregação socioespacial e econômica, e na maioria dos casos são excluídos de todas as formas de participação e inclusão na sociedade.

Resgatando o processo de violência urbana, em Belém do Pará, no bairro do Jurunas, especificamente no Projeto Orla e em suas áreas circunscritas, nosso lócus de pesquisa, encontramos um desenvolvimento nessa parte da cidade, falando em termos subjetivos, uma paisagem bonita, agradável a qual se concentram vários grupos sociais para desfrutarem do ambiente, contudo, são pessoas externas à área, são frequentadores, visitantes os quais apenas tem a intenção de ir ao ambiente para se divertirem, porém de forma superficial sabem que o local é propício a violência, assaltos, entre outros crimes, mas, nossa intenção foi enfatizar o projeto Orla enquanto um área urbana antagônica, como toda e qualquer área destinada ao capitalismo, pois são visíveis várias situações benéficas e de mazes sociais as quais são consideradas comuns para quem não reside e não tem nenhuma preocupação para com os residentes da região.

Então para desenvolvermos nossa pesquisa sobre violência urbana na área do Projeto Orla, partimos da técnica das entrevistas, com os moradores e ex-moradores inseridos nas áreas circunscritas ao mesmo, e a partir dessa conseguimos chegar a algumas conclusões sobre como e quais as formas de manifestações de violência nessa área.

Para iniciamos, tomaremos algumas características as quais propomos concretizar nessa pesquisa, sendo assim, a partir das entrevistas subtraímos dos entrevistados várias sensações as quais não os deixavam à vontade para tratarem sobre a temática e uma dessas era a sensação de insegurança de quem ali reside, pois os mesmos tinham medo de represálias por parte de traficantes da área ou até mesmo dos próprios agentes de segurança pública.

No entanto, a partir das entrevistas e em constante permanência na localidade conseguimos abstrair e sentir nas falas dos entrevistados esse medo devido à ausência de segurança pública adequada aos moradores, pois conforme os mesmos, a segurança que a polícia militar oferece é focada e voltada para os visitantes da Orla, ou seja, uma segurança que trata bem os visitantes, como um cidadão com mais direitos, e a quem é residente como se fosse bandido, generalizando e julgando-os pelos estereótipos como se todos de fato cometessem ou fossem criminosos.

A partir dessa primeira informação entendemos que essa generalização é em toda sociedade, pois, para quem mora em periferia, é negro, e pobre, a situação é cada vez mais limitada, difícil, pois, este é banalizado, considerado normal que esses sujeitos não tenham direitos, e por esse fato, todos, sem excluir nenhum, são considerados criminosos por essa mesma sociedade que acha porque a pessoa é pobre e mora em área periférica deve ser criminalizado.

Contudo, confirmamos a hipótese durante a pesquisa, que a pobreza não é o principal condicionante para que o indivíduo esteja propício à criminalidade, ou seja, a pobreza não é o elemento determinante, pois como vemos na atual conjuntura, nossos representantes políticos, que por sinal recebem muito bem, para “representar o povo”, cometendo assaltos de forma escancarada, desviando dinheiro público em benefício próprio, enquanto a sociedade agudiza cada vez mais na pobreza e na miséria.

De acordo com Beato (2012), compreendemos que para além da criminalidade, pois como ressaltaram os entrevistados, e concordamos com o autor, o processo de urbanização implica na vida de seus cidadãos, na sua dinâmica, pois, surgem novos serviços, novas mercadorias, que acabam mudando os hábitos daquela localidade, sendo assim, desenvolvem-se slogans da localidade a qual propõe certa propaganda de benefício a toda população, mas o que acontece de fato é que poucos são beneficiados.

Entendemos que com a instalação de um projeto urbanístico com o porte do projeto Orla é importante para uma cidade, mas quando os gestores e técnicos da obra, profissionais responsáveis, não divulgam e nem ao menos criam hipóteses das consequências futuras que o projeto poderá trazer à essa população, além da urbanização desorganizada, como o aumento

da violência dentre as principais mazelas sociais apresentadas, acreditamos ser uma falta de planejamento sem perspectiva alguma para quem vai ficar com residência fixa na área, ou então, seja falta de despreparo dos técnicos ou até mesmo inocência de quem está a frente da obra.

Sendo assim, para discorrermos sobre as formas que a violência urbana se manifesta na Orla, entendemos que essas são as mais variadas, pois como já mencionado, além da violência contra outra pessoa, há a violência invisível que é cometida pelo Estado, com a não efetivação de políticas públicas e sociais para os sujeitos que se encontram em vulnerabilidade, em especial aos residentes da localidade, pois nas áreas circunscritas, tivemos a oportunidade de observar que os indivíduos que residem dentro das vilas são marginalizados pelos agentes do Estado, especialmente pela PM, ou GM, com a generalização de que todos sem exceção são bandidos.

Ao identificarmos as características da violência consideramos que essa é corriqueira na região, e é interessante salientar que os indivíduos da localidade confirmam que o assalto é uma das práticas de crime mais cometido na área, pois esses ressaltam que já foram vítimas, ou conhecem alguém que já foi vítima de assaltos/roubos; e não se remetem apenas a esse tipo de violência, mas também aos assassinatos, ou alguém teve parente, amigo, ou conhecido morto com acontecimentos relacionados às chacinas dentro das vilas, ou nas redondezas do portal da Amazônia; outra modalidade de crime é o tráfico de drogas, os residentes têm conhecidos envolvidos com o tráfico de drogas, e outros tipos de crimes, ou também que foram assassinados por milicianos, que é outro problema e maior medo de quem reside nessas áreas.

Continuamente entre os tipos de violência encontra-se o abuso de poder cometido por parte das autoridades policiais que fazem serviços na área, ou seja, as instituições que são representantes do Estado que deveriam servir a comunidade, acabam indo contra aos próprios residentes, são intimidados por constantes ameaças de PM's, especialmente os sujeitos que residem nas vilas, generalizando como se todos que morassem no local fossem bandidos, e esses mesmos PM's que fazem ameaças, se corrompem ao pegar propinas com traficantes da localidade.

É complexa a discussão, pois, não podemos cair no erro de generalizar que todo PM se corrompe, mas vale apenas deixar nossa indignação e questionar o porquê os PM's não tratam os residentes da comunidade como cidadão de direitos? Sem preconceito de que todos, sem distinção, são bandidos?

O fato é que o Projeto Orla contribuiu para o aumento da criminalidade, e entre esses crimes os entrevistados destacam a presença e participação de milicianos, chacinas e assassinatos cometidos na localidade, conseqüentemente aumentou a sensação de insegurança dos residentes, principalmente dentro das vilas, pois, os milicianos ao adentrarem nas vilas, além de matarem àqueles que esses estão à procura, tentam contra a vida de pessoas que não são envolvidos com a criminalidade, com intuito de não deixar nenhuma testemunha viva.

Como já registrado os crimes que ocorrem com mais frequência de acordo com os moradores são: tráfico de drogas; assalto/roubo; assassinatos, ou seja, como se fosse uma cadeia, ou uma ordem, de como acontecem os crimes, mas esses ocorrem de modos aleatórios que o segundo muitas vezes é para sustentar o tráfico de drogas, por meio dos usuários que comentem assaltos; os assassinatos são as sanções para quem é traficante, pois ou é morto pela polícia ou pela milícia, ou até mesmo por outros traficantes na disputa por território; e quem comete assalto/roubos são assassinados por traficantes, pelo fato de suas ações chamarem atenção da comunidade e esses acionarem a polícia para área, e como consequência, são mortos por não terem obedecido ao traficante, todavia, esses assaltantes são assassinados pela milícia por estarem se destacando pela prática do crime e passa a ser visado e entra na lista dos milicianos.

Vale ressaltar que os moradores entrevistados sabem os horários que ocorrem os crimes de assalto na área, pois conforme os mesmos há horários críticos para execução de crimes, sendo o horário do almoço, entre as 12:00 as 15:30 horas; e entre as 18:00 e as 19:30 horas, são esses as horas de assalto pois os próprios criminosos estudam a movimentação e o fluxo das pessoas, esperando o momento certo para escolherem suas vítimas, sendo essas as mais vulneráveis que se encontram em locais com pouca movimentação de pessoas, e de agentes de segurança pública. Como consequência desses crimes considerados tradicionais em determinados horários, voltamos novamente à discussão da insegurança que os moradores acabam sentido, pois alguns preferem não saírem de suas residências para evitarem passar por certas situações de periculosidade.

Sobre a sensação de insegurança é algo compreendido como normal, ou até mesmo sem surpresa alguma para quem já está acostumado a lidar com crimes, os considera como banal, e como não há meios eficazes para reduzir a violência os agentes de segurança pública, PM e os GM's, ressaltam que suas ações são limitadas e sugerem o que deve ser feito para que o indivíduo não seja assaltado na Orla de Belém, suas sugestões são: não andar em locais considerados de pouca movimentação; não portar objetos de valores expostos para não chamarem atenção dos criminosos, ou seja, são essas algumas medidas apresentadas pelos

agentes, pois conforme os mesmos o estado não os oferecem meios mais eficazes para atuarem de forma adequada e nem para que seja trabalhada a prevenção da violência na região.

Podemos registrar também que o medo é uma consequência da falta de segurança eficiente e eficaz na região, pois se de fato houvesse, os próprios moradores considerariam o local agradável para passeios tranquilos sem preocupação e medo com a violência.

Com relação à percepção dos moradores diante da violência e como eles lidam com esse fenômeno entendemos que na concepção dos próprios moradores a violência é compreendida apenas como a violência de assaltos, o tráfico de drogas, os roubos corriqueiros que acontecem na Orla, etc., no entanto, podemos ressaltar que para alguns esses problemas urbanos são entendidos como natural, que tem e deve acontecer porque não tem mais jeito, como diz a entrevistada: “aqui pra socorrer a gente só Deus mesmo”, ou seja, não percebem que o problema é estrutural e que advém do próprio estado com o sucateamento das políticas públicas para expor a ideia de que os serviços privados são melhores que o público, e que seria melhor pagar uma segurança particular do que depender da segurança pública.

Entendemos que a violência na concepção e percepção dos moradores está num plano um pouco retrogrado ao acharem que a violência se combate com mais violência, a partir das falas desses em pedirem ações mais severas e truculentas da PM na região, e esquecem que as ações rígidas dos agentes de polícia passam a não respeitar os próprios indivíduos que pedem e sugerem esses tipos de atitude, e que essas ações podem ser cometidas contra os mesmos que as solicitam.

Acreditamos que de fato o que seria importante para a redução da violência nas áreas circunscritas ao Projeto Orla, seriam mais investimentos em educação, projetos sociais que de alguma forma garantisse uma perspectiva de um bom futuro aos jovens da comunidade, pois como percebemos essa parcela jovem, é a quem está mais vulnerável e propícia à criminalidade.

A respeito de como os residentes lidam com o fenômeno da violência na região, obtivemos em respostas de 90% dos entrevistados, que na comunidade não existe um programa ou um projeto para eles saberem lidar com o fenômeno ou como reduzi-lo, ou seja, para alguns a solução seja “cada um por si e Deus por todos”, com a intenção de que, “aqueles que puderem paguem uma segurança privada”, ou que “as pessoas fiquem trancadas e não saiam de casa”.

Essas são expressões dos entrevistados, mas contrapondo a percepção dos mesmos, acreditamos que não podemos deixar de lado nossos afazeres pelo fato da violência estar

assustando não somente a cidade de Belém, mas o estado do Pará como um todo, então pensamos que seria mais viável cobrar das autoridades competentes um reforço policial, mesmo sabendo que a ideia é paliativa, e também com nosso pensamento sendo contra esse investimento, mas para o momento acreditamos que se não é possível projetos na comunidade, mas que o Estado atenda a comunidade por meio das medidas explicitadas acima.

Não obstante os entrevistados nos informaram que existe um projeto na comunidade cujo nome é “Projeto Davi” o qual é vinculado à igreja quadrangular, e esse tenta trazer para si a responsabilidade de tirar os jovens das ruas, e da drogadição, os que estão mais vulneráveis à criminalidade para resgatá-los, no entanto, compreendemos que a ausência do Estado faz com a instituição igreja tome responsabilidades alheias para si, e não somente a igreja, mas também o tráfico fica visto como um “trabalho fácil” por aqueles que não têm perspectiva alguma, como sendo um “bom” caminho para conseguir dinheiro, de modo fácil e rápido, para suprir suas necessidades.

Contudo, chegamos à conclusão que a violência urbana nessa área poderia ser minimizada, e o modo mais viável seria um trabalho em conjunto, comunidade e polícia, além de políticas sociais inclusivas, com a oportunidade de cursos profissionalizantes para os jovens, cursos de capacitação, investimento em esporte, em educação com um salário digno e condições de trabalhos aos professores; programas sociais para trabalhem as famílias desestruturadas; além de um policiamento adequado para a comunidade.

Os residentes demonstram indignação com relação à criminalidade e a violência constante, pois essa deixa uma imagem, um estereótipo, em quem reside nas áreas próximas ao Projeto Orla, pois como de costume esses passam a serem vistos como criminosos por quem não os conhecem. No entanto, para outros moradores a situação da violência é pior, pois esses são trabalhadores autônomos e sobrevivem do mercado informal por meio de vendas na Orla, ou seja, as consequências para esses se dá por meio da diminuição dos visitantes e resulta nas baixas vendas para quem sobrevive do mercado informal.

É interessante que o espaço no qual é localizado o Projeto portal da Amazônia é uma mistura de contradições, pois ao mesmo tempo em que este leva o desenvolvimento a uma parte da população, para outra não colabora em nada, ou até mesmo piora a situação do indivíduo, para ressaltarmos novamente as contradições existentes no projeto, 95% dos entrevistados afirmam que a partir da instalação do projeto houve aumento considerável da violência na localidade.

Afirmamos que esse aumento da violência se deu devido o não planejamento adequado por parte dos órgãos públicos de habitação, assistência social, saúde, educação, segurança pública, etc., antes da instalação do projeto, pois seria óbvio que após a construção da obra, em um local considerado de risco, haveria um intenso movimento de visitantes na localidade em qualquer período do ano, e que a construção de um quiosque da GM no meio da Orla e um PM Box, na entrada da Rua Osvaldo de Caldas Brito, não seriam o suficiente para lidar com a criminalidade que passou a enxergar o Projeto Portal da Amazônia como a “galinha dos ovos de ouro”, pois como ressaltam os GM’s e o PM entrevistado, há vários fatores que contribuem para o excesso de criminalidade da Orla, entre esses a baixa quantidade policiais militares que têm atualmente, atuando nas ruas do Estado do Pará, quantidade insuficiente para dar conta de suprir a necessidade da demanda do estado, considerando esse em sua totalidade. Por parte da GM além de não haver a quantidade esperada de agentes nas ruas, esses também não dispõem, de acordo com os mesmos, de um trabalho em conjunto com a PM, fato, se ocorresse à população seria a beneficiada, pois um poderia auxiliar o outro com relação às demandas dos crimes ocorridos na orla.

A atuação dos agentes de segurança pública na região é vista de vários modos, todavia, vale considerar que os entrevistados ressaltam que a segurança pública na área era melhor antes da instalação do Projeto Portal da Amazônia, pois de acordo com os mesmos, o projeto fez com que abrissem mais vias de acesso à região e com isso houve maior dinamicidade e facilidade de acesso às ruas e vielas. E como enfatiza o PM entrevistado, que o bairro do Jurunas em si ele todo é considerado área vermelha, mas há áreas em que a violência está mais concentrada citando como exemplo, as vilas, pois nessa, a concentração de criminalidade relacionada ao tráfico de drogas, leva a ocorrência de outros tipos de crime, como aos roubos e aos assaltos, que são constantes, e mencionam que seus trabalhos no PM Box são apenas preventivos.

Contudo, compreendemos que a localidade por ser periférica não é reconhecida pelo seu histórico de conquistas e lutas, mas pelo o que é apresentado à sociedade e ficam em destaque, aqui no caso as ações de violência e crimes, acredito que devemos considerar o Portal da Amazônia como progresso, como aquele que servirá futuramente ao capital privado, e acreditamos que a banalização da violência na área seja um pretexto para a privatização desse espaço.

Sendo assim, enfatizando as ações dos agentes de segurança pública para os residentes da área, esses ressaltam que anterior à instalação do projeto havia uma interação entre a comunidade e a polícia, pois a associação de moradores, os líderes comunitários, apresentava

aos policiais, as vielas, os moradores, havia uma atuação em conjunta entre os moradores e os órgãos de segurança pública, entretanto, atualmente essa parceria deixou de existir após a troca da liderança comunitária, o novo líder comunitário não deu tanta importância para área da segurança, e os entrevistados informam que deixou de haver a parceria devido à ambição política do mesmo o qual visava benefício próprio com o cargo de líder da comunidade.

Interessante salientar que a falta de integração entre a comunidade e os agentes de segurança é ocasionada por outros fatores, além do interesse pessoal do líder comunitário, podemos destacar que a própria violência policial praticada pelos mesmos contra a própria comunidade, seria um forte elemento para que não haja mais essa interação, concordamos com (MIRANDA, 2003, p. 02) o qual enfatiza que a violência policial em suas ações utiliza o uso da força física contra outra pessoa de forma ilegal; ou o uso desnecessário, excessivo para resolver pequenos conflitos ou para prender um criminoso de forma ilegítima; os usos irregulares, anormais, escandalosos ou chocantes da força física contra outras pessoas; ou o uso de mais força física do que um policial altamente competente consideraria necessário em uma determinada situação. Acreditamos que o fato da polícia agir na maioria das vezes de forma agressiva com a população, e os sujeitos que sofrem agressões de forma ativa ficam revoltados e com vontade de reagir posteriormente a tais violações, e quem assiste a tal espetáculo, de forma passiva, passa a enxergar a polícia como àquela que age ou sempre vai agir de forma violenta que vai sempre tratar todos seus cidadãos como criminosos.

Então compreendemos que as ações truculentas advindas da própria polícia acabando levando a sociedade a ficar contra a própria polícia, e sabemos que existem programas televisivos, como o “Rota-Cidadã 190”, “Barra-Pesada”, “Metendo Bronca” em Belém que seus apresentadores apoiam as ações truculentas da polícia em determinadas regiões, banalizando a violência, generalizando a criminalidade como se todos os cidadãos fossem criminosos.

Portanto, entendemos que a violência urbana em nossa sociedade brasileira é um fenômeno que passou por diversos processos até os dias atuais, e que poderia ter sido realizado inúmeras ações para que atualmente não estivéssemos sofrendo com o medo de que qualquer pessoa que esteja ao nosso lado nos assaltar ou cometer algum tipo de crime ou atentado contra outrem.

É complexo falar sobre a violência na área do projeto Portal da Amazônia, pois ao mesmo tempo em que o projeto é um avanço para a localidade, este é recusado pelos residentes, ou seja, nada, nenhuma ação é tão boa que conseguira satisfazer as necessidades do ser humano, e esse trabalho mostra realmente isso, porém, concordamos com os que não

estão satisfeitos com a instalação do projeto, por diversos motivos, e para quem reside nas vilas que estão circunscritas a obra, esses reclamam pelo fato de terem sofrido com diversas ações do estado entre essas: a retirada das casas de moradores sem ressarcí-los; a falta de atenção pelos residentes dessas vilas, no sentido de não garantirem o básico a essa comunidade, o saneamento adequado, iluminação pública, educação, infraestrutura para desenvolver projetos sociais na área para crianças, adolescentes e jovens; e uma segurança pública que pudesse dar conta do excesso de crimes ocorridos na região. Consideramos que a violência urbana vai para além da agressão físico, como já dito, e que nas áreas circunscritas ao Portal da Amazônia acontece pela falta de ações do estado para com esses indivíduos, pois acreditamos que o investimento em educação de qualidade seria o ideal para que qualquer indivíduo ou grupo obtenha sucesso e realize seus objetivos.

Sendo assim, é importante registrar que existem inúmeros objetos de pesquisa nessa pequena área a qual se encontra o Portal da Amazônia, e a violência urbana foi quem nos chamou atenção para aprofundarmos e nos dispormos a conhecer mais como essa é compreendida na realidade dos residentes da área, conseguimos mostrar os tipos de violência urbana que ocorrem na comunidade e que a pesquisa realizada de forma rápida mostrou que esta não se esgotou nesse momento, pois nossa investigação sobre a realidade da comunidade não se deu do modo como queríamos e que devido ao pouco tempo para a produção dessa dissertação tiramos algumas conclusões que a partir de nossa inserção na área poderia ser mais abrangente e satisfatória.

Entretanto, a pesquisa nos rendeu muitas reflexões a respeito do nosso objeto de pesquisa, violência e urbano, reflexões essas que nos levam a entender e a compreender que todos os fenômenos sociais acontecem nas cidades e de forma mais intensa nas cidades urbanas, e refletir sobre o fenômeno da violência foi relevante, pois é um fenômeno que acontece a todo momento em nossa sociedade e no caso do Portal da Amazônia que é um projeto que visa intervenções da iniciativa privada, atualmente seus residentes sofrem com os diversos tipos de violência, pois acreditamos que esta área terá instalações futuras voltadas aos condomínios fechados, shopping centers etc.

Sendo assim, ao tratarmos sobre o bairro do Jurunas, o qual é localizado o Projeto Orla, como já dito anteriormente, este tem seu histórico de construção e desenvolvimento a partir das lutas e dos movimentos sociais que se desenvolveram na localidade, suas lutas e conquistas a partir da associação de moradores foram e são reconhecidas hoje em dia.

Atualmente a partir de nossa inserção e aproximação com os residentes da área, com observações, pesquisa empírica, percebemos que a luta desses moradores se dá contra o

estado, no sentido de que esse lhes garanta melhores condições vida, como: educação, saúde, lazer, habitação, cultura, segurança pública, etc., entre todas as políticas destacadas, nosso enfoque de pesquisa se entrelaça com a segurança Pública, pois como nosso objeto de pesquisa é a violência urbana no Portal da Amazônia. Em conversas e pesquisas realizadas com os residentes das proximidades, podemos ressaltar que a partir das falas dos entrevistados que o projeto trouxe melhorias sim, mas acompanhadas a essas melhorias vieram outras consequências, entre essas a violência urbana, violência essa que já existia na região, porém em proporções menores e não tão banalizadas e truculentas como é visto atualmente.

Então, por meio das entrevistas descobrimos, a partir das falas dos moradores, que a violência aumentou bastante na região, com a chegada e instalação do Portal da Amazônia, entretanto, como a violência urbana acontece de diversas formas, uma desses fora a fragilização da Associação dos Moradores do Bairro do Jurunas, a partir da inserção e chegada de pré-candidatos com promessas eleitoreiras, à prefeitura de Belém, de vereadores, Deputados Estaduais, e com entrada desses indivíduos houve a piora de algumas políticas entre essas à de saúde, pois a proposta era de melhoria do posto básico de saúde que se encontrava localizado na Rua Osvaldo de Caldas Brito, no entanto, houve a demolição estrutural e física da instituição, que posteriormente deixou os residentes sem as ações de saúde médicas, odontológicas que ali eram realizados, além da retirada das residências de quem moravam nas vilas e com a promessa do dos gestores estaduais e municipais de garantirem um qualidade de vida digna aos mesmos, alguns foram retidos de sua residência compulsoriamente, e outros por meio da persuasão para retirá-los em nome do desenvolvimento e do progresso pra a região.

Sendo assim, o trabalho é relevante, pois trazemos a realidade de quem reside próximo ao Portal da Amazônia, mostramos as contradições do espaço urbano, e que a violência urbana é compreendida como um fenômeno que pode ser revertido, mas somente com forte atuação do estado, com investimentos para os jovens que são os mais prejudicados com o aumento do desemprego, sem perspectiva de vida e conseqüentemente, são resgatados para a criminalidade, por meio do tráfico de drogas. Enfim, a pesquisa sobre a violência urbana na área do Portal da Amazônia não se esgota aqui e é importante mostrar essa realidade à sociedade acadêmica para que essa possa desenvolver meios e atuar de forma que possa estar colaborando para ajudar e colaborar na melhoria e na qualidade de vida desses a quem utilizamos como objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: VELLOSO, J. P. dos R. (Org.). **Fórum Nacional: a construção da modernidade econômico-social.** Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1994.

ALVES, Violência racial e a construção social do “genocídio da população negra”. Joyce Amâncio de Aquino Alves. 41º Encontro Anual da Anpocs 23 a 27 de Outubro de 2017, Caxambu – MG.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, v. 15, 2010 – Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2011.

ARENDDT, Hannah. **“Da Violência”**. Tradução: Maria Cláudia Drummond. 2004.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP.

BALANÇO DAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS COM REGISTRO NO SISP – Sistema Integrado De Segurança Pública - RMB e Estado Do Pará. Disponível em: http://Www.Segup.Pa.Gov.Br/Sites/Default/Files/2012_Nov_03_Apresent_Bco_Ocorr_Policias_Governador_19_12_12.Pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BARATA, Suzana de Almeida. **Violência Urbana.** Faculdade de Economia Universidade de Coimbra – FEUC, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade.** Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEATO, Cláudio. **Crimes e cidades.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2006.

BELÉM. **Anuário Estatístico de Belém.** Prefeitura de Belém, 2010.

BELÉM. Prefeitura Municipal (PMB). Portal da Amazônia. **Urbanização da bacia da Estrada Nova e orla do Rio Guamá.** Belém, Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Urbanismo, mai. 2006a. 67 f. Roteiro de apresentação e discussão de audiência pública no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Pará. [Textos, imagens, vídeo, gráficos, mapas, projetos técnicos eletrônicos.] CD-ROM.

BELÉM [recurso eletrônico]. **Transformações na ordem urbana.** Organização Ana Cláudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima; coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

BERLINCK, Manoel T. **Marginalidade social e relações de classe em São Paulo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

BRANTINGHAM, P. L.; BRANTINGHAM, P. J. **Notes on the geometry of crime**. In Environmental Criminology. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 1981.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

CADERMOTARI, Ana Carolina; ROSO, Adriane. Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo. Ana Carolina Cademartori, Adriane Roso. SER Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 397-418, jun./dez. 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A cidade dos muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, EDUPS, 2000.

CAMPENHOUDT, Luc Van; QUIVY, Raymond. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Tradução: João Minhoto Marques, Maria Amélia Mendes e Maria Carvalho. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/37937019/Quivy-e-Campenhoudt-Manual-de-Investigacao-em-Ciencias-Sociais>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Cidades Brasileiras: seu controle ou caos**. São Paulo: Studio Nobel, 1992.

CARDOSO, A. C. D; FERNANDES, D. A.; BASTOS, A. P. V. **A INSERÇÃO DA RMB NA AMAZÔNIA E NA REDE URBANA BRASILEIRA. Região Metropolitana de Belém: Um Balanço de Quatro Décadas**. Belém [Recurso Eletrônico]: transformações na ordem urbana / organização Ana Cláudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima; coordenação Luiz César de Queiroz Ribeiro. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

CARDOSO, Ana Cláudia. **O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: EDUFPA, 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 371 p. (Estudos brasileiros, v. 14).

CASTEL, Manuel. **A sociedade em rede**. V. I e II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLARKE, Ronald V.; CORNISH, Derek B. Modeling Offenders' Decisions: A Framework for Research and Policy. In: JACOBY, Joseph. Classics of Criminology, Long Grove, Waveland, 2004 (1985), p.109-118.

COSTA, João Pedro Santana. Violência urbana: criminalização da pobreza e (In)efetividade democrática. **SEARA Jurídica** – ISSN 1984-9311 – V. 1/ N.5/ JAN – JUN, 2011.

COUTO, Ayala, C. de O. **A geografia do crime na metrópole: da economia do narcotráfico a territorialização perversa em uma área de baixada de Belém**, 2008.

CRUZ, Sandra H. R. **Grandes Projetos em Grandes Metrôpoles amazônicas: segregação social e moradia em Belém**. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2012.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. Lutas Sociais e a cidade: os movimentos sociais urbanos em Belém. In: SANTANA, Joana Valente; SÁ, Maria Elvira Rocha de (Org.). **Políticas Públicas e Lutas Sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidades**. Belém: ICSA/UFPA, 2011. p. 187-243.

DA MATTA, Roberto. As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In: BENEVIDES, M. V. et al. **A violência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DROR, Yehezkel. The planning process: a facet design. In: FALUDI, Andreas (org.) **A reader in planning theory**. Oxford: Pergamon Press, 1973. p. 323-343. (Artigo publicado originalmente em 1963).

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Tradução: Analia C. Torres. Capa: João B. Edições Afrontamento, Maio de 1975. Apartado 532-Porto.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: GLOBAL, 1985.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEFFERMANN, Marisa. **A luta contra o genocídio da juventude negra**: reflexões sobre a realidade brasileira. In: 1807- 0310; CRISIS Y Emergencias Sociales, 2013, Santiago. Anais do 1807-0310, 2013.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, D.A.; CARDOSO, A.C.D.; LIMA, J.J.F. **Região Metropolitana de Belém: Um Balanço de Quatro Décadas**. Belém [Recurso Eletrônico]: transformações na ordem urbana / organização Ana Cláudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima; coordenação Luiz César de Queiroz Ribeiro. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo, Editora 34, 2002.

GOTTSCHALG, Maria de Fátima S. **Segregação Socioespacial Urbana e Intervenção Estatal: Uma Abordagem Geográfico-social**. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais-Cress/MG, 2012.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. Tradução Alyne Azuma. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUILHON, Orlando José Ferreira. **Mídia e violência urbana no Brasil**. Art. Comunicação pública e violência urbana. Brasília: UNESCO, Viva Rio, 2007. p. 37.

GULLO, Álvaro de Aquino Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 105-119, maio de 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n1/a07v10n1.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. **Mapeamento dos Homicídios por bairros de Belém em 2008-2009**. Disponível em: <<http://geocartografiadigital.blogspot.com.br/2014/01/mapeamento-dos-homicidios-nos-bairros.html>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

HARVEY, David. **O Direito à Cidade**. Traduzido do original em inglês “The right to the city”, por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/ Marília. Esta versão foi cotejada com a publicada na New Left Review, n. 53, 2008. Disponível em: <www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>. Acesso em: 20 set. 2015.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13. ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. **O Brasil das desigualdades**: “questão social”, trabalho e relações sociais. In: Ser Social, Brasília: Programa de pós-graduação em Política Social, UNB, v. 15, n 33, 2013.

IANNI, Octávio. **Construção da categoria**. [s.n.t., mimeo.] (transição de aula do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCSP, 1º semestre de 1986).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. IBGE.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=997757>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-391560-em-3-dias-50-pessoas-sao-mortas-no-para.html>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-391653-fim-de-semana-mais-violento-da-historia-do-para.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

JORNAL O LIBERAL. Disponível em: <<http://www.ormnews.com.br/noticia/sem-interesse-belem-se-mantem-fora-do-projeto-orla>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARRAT, Holandina Júlia Figueira de Mello. **Pobreza e violência urbana**: um estudo de casos sobre as políticas sociais públicas e de segurança pública de prevenção e combate à

pobreza e à violência, no bairro da Terra Firme em Belém-PA. Dissertação (Mestrado) – Universidade da Amazônia, Belém, 2013.

LEAL, Aluísio Lins. **UMA SINOPSE HISTÓRICA DA AMAZÔNIA (UMA VISÃO POLÍTICA)**. Cadernos do Centro de Estudos do terceiro Mundo, da FFLCH, USP, 1991.

LEÃO, M. B. M. S. Remoção e reassentamento em projetos de urbanização de baixadas em Belém: tendências recentes e retrocesso. In: **XVI ENANPUR**, 2015, Belo Horizonte. Espaço, Planejamento e Insurgências. Belo Horizonte, 2015. v. 1.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Janour. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, E. **Política e segurança pública: uma vontade de sujeição**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados** 16 (45), 2002.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, Ceci Vilar. A Polícia dos Pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, Jan/Jun 2002, p. 188-221.

MACHADO DA SILVA, L. A; LEITE, Márcia da Silva Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2012: crianças e adolescentes do Brasil. 1. Edição. Rio de Janeiro. 2012. CEBELA.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2013 – ARMAS. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2015 HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL. https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Aceso em 13 de jan. 2017.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, Legislação e Desigualdade. **Estudos avançados** 17 (48), 2003.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na Periferia do Capitalismo. São Paulo: Hucitec, 1996. (Coleção Estudos Urbanos, 10). In: TRINDADE JR, SaintClair. **A Cidade Dispersa: Os**

Novos Espaços de Assentamentos em Belém e a Reestruturação Metropolitana. Tese de doutorado não publicada. São Paulo: USP- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARRA, Maria Lúcia Martins Pedrosa. **Violência e transgressão na periferia de Belém: sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação Riacho Doce**. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Global, 1989. Coleção Bases, n. 46.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Maro Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Supervisão editorial Leandro Konder. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital crítica da economia política. Livro I O processo de produção do capital**. Karl Marx. Boitempo Editorial, 2013.

MELLO, Luiza. Disponível em: <<http://portalsentinela.com.br/site/para-esta-entre-os-10-estados-mais-violentos-do-pais-para-viver>>. Brasília.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, J. (2003). **Manual de Direito Constitucional (Tomo I, 7ª ed.)**. Coimbra: Coimbra Editora.

MISSE, Michel. **CINCO TESES EQUIVOCADAS SOBRE A CRIMINALIDADE URBANA NO BRASIL**. Uma abordagem crítica, acompanhada de sugestões para um agenda de pesquisas. Exposição apresentada à Mesa-Redonda: “Violência no Público e no Privado”, Publicado primeiramente em “Violência e Participação Política no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos, n. 91, agosto de 1995, 23:39.

MITSCHEIN, Thomas Adalbert; CHAVES, Jadson Fernandes; MIRANDA, Henrique Rodrigues de. **Crescimento, pobreza e violência em Belém**. Belém: NUMA/UFPA; POEMA, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação**. Minas Gerais, 2007.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, M. M. Nós, leitores de Rousseau. In: ESPÍNDOLO, Arlei de (Org.). **Rousseau: pontos e contrapontos**. São Paulo: Barcarolla. 2012.

NERY, Lucas. Criminalidade e Políticas Públicas de Segurança. **Direito UNIFACS** – Debate Virtual, n. 109, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/738>>. Acesso em: 25 set. 2015.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social e Sociedade**, n. 30. Ano X. São Paulo: Cortez Editora, abr. 1989.

PASSETI, Edson. Cartografia de violências. **Serviço Social e Sociedade**, n. 70. São Paulo: Cortez, 2002.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das Cidades**. Tradução Gisele Unti. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e de direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (Org.). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Violência urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003.

POTYARA, Amazoneida P. Pereira. **Política social, trabalho e democracia em questão** [et al]. Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em política social (PPGS), Departamento de Serviço Social, 2009.

RAMOS, Maria Helena Rauta. Categorias teóricas para se pensar as metamorfoses urbanas. Artigo apresentado no ENPESS, Recife, 2006.

RAMOS, Patricia Pimentel O. C. **Dos Direitos Humanos da Vítima de Violência e a Responsabilidade do Estado**. Revista da EMERJ, v. 13, nº 51, 2010.

RIBEIRO, Matheus de Oliveira; SILVA, Stephanie Suellen Santos da. **Violência Urbana**. Disponível em: <<http://revistaconexao.aems.edu.br>>. Acesso em: 02 set. 2016.

RIOS, Naiara de Almeida Rios; RIBEIRO, Jime Rodrigues. **Reflexões sobre os planos de reassentamento do PROMABEN na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova, Belém/PA**. Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Setembro de 2016.

ROCHA, Z. **Paixão, violência e solidão**: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII. Recife: UFPE, 1996.

ROCHA SILVA, Maria Do Socorro. **Medo na Cidade:** um estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, 2011.

SÁ, Alcindo J; CRUZ, Luciana M.. Aportes Metodológicos do Estudo do Crime e da Violência no Espaço Urbano. **Revista de Geografia** (UFPE), V. 30, Nº. 3, 2013.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; SILVA, Maria do Socorro Rocha. **Medo na cidade:** estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA). 2012.

SANTANA, Lorena de Lima Sanches. **Geografia e violência na periferia de Belém:** uso do território, produção do espaço e índices de homicídios nos bairros do Guamá, Terra-Firme e Jurunas. Belém-Pa. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014.

SANTANA, Lorena de Lima Sanches. **O Uso da Produção Cartográfica na Análise do Território e da Violência no Bairro do Guamá, Belém – PA**, 2014. Disponível em: <cieta.org.arquivos/analseixo/LorenadeLimaSanchesSantana.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

SANTOS, Itamar Rocha dos Santos. ASPECTOS DA VIOLÊNCIA URBANA. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**; Vitória da Conquista/BA. Nº 5/6, p. 237-250. Ano 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/856/863>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

SANTOS, E. P; COSTA, G. M. Questão social e desigualdade: novas formas, velhas raízes. 4. In: Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº. 4, julho de 2006.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. 1. reimp. São Paulo: Ed. USP, 2008.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a Urbanização na América Latina**, 2010.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, LTDA, 1980.

SANTOS JR. Orlando Alves do. **Cidade, Cidadania e Planejamento Urbano:** Desafios na Perspectiva da Reforma Urbana.

SCHÜRMAN, Betina. Urbanização Colonial na América Latina: Cidade Planejada *versus* Desleixo e caos. **Textos de História**, vol. 7, nº1/2, 1999.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves. **Desorganização, oportunidade e crime:** uma análise “ecológica” dos homicídios em Belo Horizonte. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SILVA, Nádia Alessandra Rodrigues da. **Movimentos sociais no bairro do Jurunas**: formas de participação nas últimas décadas. Dissertação (Mestrado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2016.

SILVA, Jakson silva da; PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. **Gentrificação e resistência popular nas feiras e portos públicos da Estrada Nova em Belém (PA)**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 10, n. 3, p. 681-697, Set.-Dez. 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole**: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Maria Luísa de. **Serviço Social e Instituição**: a questão da participação. São Paulo: Cortez, 1982.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2014. (Repensando a geografia).

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: Origem e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TRINDADE JR., S. C. C.; BARBOSA, E. J. S. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 349-363, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

VENTURA NETO, R. da S. Circuito Imobiliário e a cidade. O espaço intra-urbano de Belém entre alianças de classes e dinâmicas de acumulação. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2012.

VILAR, Pierre. *La Transition du féodalisme au capitalisme, in Sur le féodalisme*, C.E.R.M. Paris: Éditions Sociales, 1971. Disponível em: <<https://sociofespp.files.wordpress.com>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: CEBELA, 2012.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2013**. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

WEYRAUCH, Cleia Schiavo. Violência urbana. **Dimensões**, UERJ, Vol. 27, 2011, p. 2-22. ISSN: 2179-8869. Disponível em: <www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2580/.../08/2014>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ZALUAR, Alba. Democratização Inacabada: Fracasso da Segurança Pública. **Estudos Avançados** 21 (61), 2007.

ZORRAQUINO, Luis D. **O processo de urbanização brasileiro e a formação de suas metrópoles**. Agosto 2005.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS
 MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
 ROTEIRO DE ENTREVISTA

- A) IDENTIFICAÇÃO
1. Nome:
 2. Endereço:
 3. Idade:
 4. Escolaridade:
 5. Ocupação:
 6. Você reside no bairro há quanto tempo?
- B) PERGUNTAS ESPECÍFICAS PARA RESIDENTES DO BAIRRO
1. Você se sente seguro na localidade?
 - 1.1 Se sim, o que lhe faz sentir seguro?
 - 1.2 Se não, o que você acha que está faltando na área para você se sentir seguro?
 2. Você ou algum conhecido já foi vítima de algum tipo de violência ou crime no bairro, se sim, qual?
 3. Existe algum tipo de violência ou crime que você conhece, que ocorre com mais frequência?
 - 3.1 Se sim, quais são os que mais ocorrem?
 - 3.2 Você sabe informar com que frequência acontece esses tipos de violência ou crime?
 - 3.3 Qual o(s) horário(s) de maior incidência de crimes no bairro?
 - 3.4 Você tem medo de andar em algum lugar dessa área?
 - 3.5 Se sim, por quê? Se não, por quê?
 4. Quais os meios, instrumentos, que a comunidade utiliza para enfrentar a questão da violência, ou até mesmo para estar minimizando esta situação na área?
 5. Você conhece algum programa ou projeto de prevenção à violência desenvolvida na área?
 6. O que poderia ser feito para diminuir a violência no bairro?
 7. Quais as consequências que a violência trás para vocês moradores dessa região?
 8. Com relação ao projeto portal da Amazônia você acha, que, com a instalação do Projeto em a relação à questão da violência no bairro, diminuiu ou aumentou?
 9. Com relação a Segurança Pública no bairro, você acha que está melhor agora, ou antes, da inauguração do projeto portal da Amazônia?
 - 9.1. O que melhorou?
 - 9.2. O que piorou?
 - 9.3. Se Estiver Melhor, você acha que a chegada desse projeto ocasionou essa melhora? Ou outros acontecimentos ocasionaram a melhoria?
 - 9.4. Se Não Estiver Melhor, o que você acha que está faltando para melhorar a área?
 10. Você acha que existe alguma relação entre a comunidade e os órgãos/agentes de Segurança Pública da área?
 - 10.1 Se existe como é essa relação?
 - 10.2 Como é a atuação dos agentes de Segurança Pública com os moradores da área?
 11. Quem são os agentes da Segurança Pública que atuam na localidade?
 - 11.1. Você enquanto residente do bairro, está satisfeito com a segurança pública realizada na área?
 - 11.2. Você acha que deveria melhorar a atuação desses agentes? Se sim, em que sentido e/ou aspectos?
 - 11.3. Você acha que eles agem de modo correto?
 12. Você tem alguma sugestão de como melhorar a segurança pública na área?

APÊNDICE B
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



Universidade Federal do Pará - UFPA
 Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
 Programa de Pós Graduação em Serviço Social - PPGSS
 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa a qual tem o Título Provisório “**O Fenômeno da violência urbana no bairro do Jurunas: o Portal da Amazônia em foco**”. Para que você decida ou não participar da pesquisa, serão prestadas as seguintes informações: o objetivo da pesquisa é Compreender como a violência se manifesta no bairro do Jurunas, especificamente na área do Projeto Orla; Identificar as características dessa violência na área; Verificar a percepção dos moradores diante da violência e como eles lidam com esse fenômeno; e Verificar como a política de Segurança pública agi no Bairro. É importante ressaltar que as entrevistas serão gravadas pelo pesquisador, a fim de que no momento da análise, os dados fiquem fidedignos ao que foi mencionado pelos entrevistados. Esse estudo envolve risco mínimo aos participantes, vossa participação voluntária neste estudo permitirá à obtenção dos dados necessários a sistematização e análise do objeto deste estudo. É garantida a retirada do consentimento a qualquer momento e, por consequência deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com a orientadora **Profª. Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz** e pelo Co-orientador **Prof. Dr. Aiala Colares de Oliveira Couto**, e não será divulgada a identificação de nenhum participante, salvo prévia e deliberada autorização do entrevistado. Há compromisso do discente em utilizar os dados e o material coletado somente para o estudo e em sua divulgação. Vossa senhoria tem o direito de ser mantida informada sobre os resultados parciais da pesquisa ou dos resultados que sejam de conhecimento do pesquisador. Não terá despesas pessoais para os (as) participantes em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à vossa participação.

DECLARAÇÃO

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o Trabalho de Dissertação de Mestrado para conclusão do curso realizado no Programa de Pós Graduação em Serviço Social, sob título provisório “**O Fenômeno da violência urbana no bairro do Jurunas: o Portal da Amazônia em foco**”. Está claro para mim os propósitos do estudo e os procedimentos a serem realizados, bem como, que a minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e tirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

_____ Belém: / /
 Assinatura do Sujeito pesquisado.

_____ Belém / /
 Kamilo Leonardo Pantoja Damasceno
 Discente/Mestrando